PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM HISTÓRIA

LEANDRA AUGUSTA DE CARVALHO MOURA CRUZ

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM GOIÁS: DISCIPLINA OU MEDO?

GOIÂNIA
2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM HISTÓRIA

LEANDRA AUGUSTA DE CARVALHO MOURA CRUZ

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM GOIÁS: DISCIPLINA OU MEDO?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação da professora Drª. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro.

GOIÂNIA
2017

C957m Cruz, Leandra Augusta de Carvalho Moura

Militarização das escolas públicas em Goiás[manuscrito]: disciplina ou medo?/ Leandra Augusta de Carvalho M. Cruz.-- 2017.177 f.; il. 30 cm

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Goiânia, 2017 Inclui referências f. 157-163.

1. Escolas públicas - Aspectos sociais - Goiás (Estado). 2. Terceirização - Ensino - Goiás (Estado). 3. Educação militar - medo. I.Ribeiro, Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante. II.Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 37.035.7(043)

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM GOIÁS: DISCIPLINA OU MEDO?

Dissertação aprovada em 20 de junho de 2017, no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro
PUC Goiás / Presidente

Prof. Dr. Eduardo Sugizaki
PUC Goiás / Examinador Interno

Profa. Dra. Maria de Fátima Oliveira
UEG / Examinadora Externa

Profa. Dra. Maurides Batista de Macêdo Filha
UFG / Suplente

A meu esposo e companheiro Rogério Bruno e às minhas queridas filhas Daniella e Clara por compreenderem a minha responsabilidade e o tempo empregado para escrever esse trabalho. Ao meu pai, Aldemar da Silva Moura, e às minhas mães Fátima, Nely (in memoriam), Kátia e Graça, mulheres de fibra que me ajudaram nas diversas fases da minha vida e que ainda hoje me inspiram nessa caminhada. Aos meus irmãos e aos meus sobrinhos pelas palavras de incentivo e de força. A todos os professores do estado de Goiás e do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a essa força que nos transcende que chamamos de Deus que nos momentos mais difíceis me ouviu e ajudou-me a ter forças para continuar a escrita desse trabalho.

À Profª. Drª. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro que acreditou na minha pesquisa e no meu desenvolvimento pessoal e intelectual.

Ao Prof. Dr. Eduardo Sugizaki por ter contribuído para o desenvolvimento dessa pesquisa e para o meu próprio desenvolvimento como pesquisadora e professora.

À banca de qualificação e defesa, em especial à Profª. Drª. Maria de Fátima Oliveira por suas contribuições em relação à minha dissertação. Com certeza as correções feitas guiaram esta pesquisa e trouxeram maior clareza ao texto.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG, por fornecer a bolsa de formação e amparo financeiro que foi fundamental para cursar o mestrado.

Ao Prof. Dr. Eduardo Quadros Gusmão, por ter me dado dicas importantes para nortear meus pensamentos em relação ao meu tema de pesquisa.

Ao meu amado companheiro Rogério Bruno e às minhas filhas Daniella e Clara por compreenderem a importância da minha pesquisa, o tempo que precisei dedicar-me a esta e pelo incentivo nas horas mais difíceis.

Ao meu pai Aldemar da Silva Moura por me instigar ao conhecimento desde pequena, por ter me criado com amor, respeito e por sempre ter confiado em meu potencial.

A todas as mães que tive a sorte de ter nessa vida, Fátima, Nelly (*in memoriam*), Kátia e Graça, que contribuíram para o meu desenvolvimento físico, pessoal e intelectual. O amor que sinto por todas jamais será medido ou comparado.

À minha irmã Kátia em especial, por acompanhar a minha vida escolar e pessoal, ir às reuniões da escola, contribuir com a minha criação, ficar de madrugada na fila para fazer a minha matrícula na Escola Normal de Brasília e, assim, me ajudar a descobrir o amor pela educação e pela profissão de professor/a.

A meus irmãos e irmãs que sempre me apoiaram nas minhas decisões e por entenderem a minha ausência nas reuniões familiares e a demora em visitá-los.

À minha sogra Neusa José, por me auxiliar em muitos momentos da minha vida desde que cheguei aqui no estado de Goiás. Aos meus cunhados Rodrigo Bruno e Thaís Oliver, por sempre me apoiarem com palavras de incentivo.

Aos meus queridos amigos do Colégio Estadual Boa Esperança, que são a minha segunda família, que, ao longo dos anos, me prestigiaram com sua amizade e que me incentivaram nessa caminhada que é a escrita.

Às minhas amigas de alma Inglas Neiva, Pollyana Miranda, Dênia Mendes e Thaís Oliver, obrigada por sempre estarem presentes na minha vida e por acreditarem no meu desenvolvimento pessoal, profissional e intelectual.

Aos meus amigos do mestrado Luciana e Cleiginaldo por, juntos, com palavras de incentivo e de encorajamento, termos nos dado forças uns aos outros para terminarmos essa empreitada difícil que é a escrita de uma dissertação.

A todos/as os/as profissionais da educação do estado de Goiás e do Brasil, que com muita força de vontade e mesmo diante da desvalorização social, ainda acreditam fazer a diferença na vida dos alunos e, consequentemente, na sociedade.

A todos/as os/as alunos/as que tive ao longo da minha carreira como professora que contribuíram para o meu aprendizado e evolução. Agradeço a todos/as e quero que saibam que o meu esforço em melhorar intelectualmente não é somente por interesse financeiro, mas também para melhorar como professora e profissional da educação e consequentemente melhorar as minhas aulas e as estratégias para favorecer o processo de ensino e aprendizagem e, assim, trazer boas reflexões sobre os conteúdos e, principalmente, expandir as análises, que devem ir além desses conteúdos e promover reflexões acerca do cenário social, político e educacional em que vivemos.

"Ninguém tira o trono do estudar
Ninguém é o dono do que a vida dá
E nem me colocando numa jaula porque sala de aula
Essa jaula vai virar
Ninguém tira o trono do estudar
Ninguém é o dono do que a vida dá
E nem me colocando numa jaula porque sala de aula
Essa jaula vai virar
A vida deu os muitos anos de estrutura do humano
À procura do que Deus não respondeu
Deu a história, a ciência, a arquitetura
Deu a arte e deu a cura e a cultura pra quem leu
Depois de tudo até chegar neste momento
Me negar conhecimento é me negar o que é meu
Não venha agora fazer furo em meu futuro,
Me trancar num quarto escuro e fingir que me esqueceu
Vocês vão ter que acostumar porque...
Ninguém tira o trono do estudar
Ninguém é o dono do que a vida dá
E nem me colocando numa jaula
Porque sala de aula
Essa jaula vai virar
E tem que honrar e se orgulhar do trono mesmo
E perder o sono mesmo para lutar pelo que é seu
Que neste trono todo ser humano é rei
Seja preto, branco, gay, rico, pobre, santo, ateu
Pra ter escolha tem que ter escola
Ninguém quer esmola, isto ninguém pode negar
Nem a lei, nem Estado, nem turista
Nem palácio, nem artista, nem Polícia Militar
Vocês vão ter que me engolir, se entregar
Porque.."

(Dani Black)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo promover reflexões sobre a militarização das escolas públicas no estado de Goiás, sobre a disciplina e o medo desses processos. Os colégios militares do estado de Goiás surgiram por meio da lei nº 8.125, de 18 de junho de 1976 e pela portaria nº 604 de 19 de novembro de 1998, que autorizaram a parceria da Secretaria Estadual de Educação e da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. A partir de então, os militares foram autorizados a assumir a gestão e a administração de um crescente número de escolas públicas do estado. Este estudo se propôs-se a analisar a cobrança exacerbada da disciplina nos colégios militares e, como consequência, o medo gerado enquanto estratégia de controle. Criam-se fronteiras que se instauram e excluem muitos alunos, em decorrência da cobrança de mensalidade e de uniforme e por ignorar a pluralidade e subjetividade dos indivíduos. A princípio, faz-se um breve histórico da educação no Brasil e no estado de Goiás, para se compreender a relação da educação com os acontecimentos políticos, sociais e econômicos do país e do estado na contemporaneidade. Com esta pesquisa, procura-se proporcionar ferramentas teóricas e históricas para equipar a sociedade com elementos que contribuirão para uma boa reflexão sobre os acontecimentos atuais na educação do estado de Goiás, com a abrupta quantidade de escolas públicas que estão sendo transformadas em colégios da Polícia Militar, perdendo as características de instituição pública como consta na Constituição Brasileira, na LDB e no ECA. Parte da sociedade foi seduzida em relação a essas escolas militares, que apresentam resultados favoráveis nas avaliações estaduais e nacionais. Contudo, esses resultados não podem ser atribuídos somente a uma gestão militar, mas às melhores condições que são oferecidas a estas escolas, ao contrário da realidade de uma escola pública "normal". Esse processo de militarização das escolas públicas pode ser considerado uma forma contemporânea de terceirizar a educação no estado de Goiás. A análise aqui construída é perpassada pelo olhar de autores como Jacques Sémelin, Foucault, Gloria Anzaldúa, Paulo Freire, Bárbara Freitag, José Antonio Tobias e Luis Palacín.

PALAVRAS-CHAVE: Militarização. Disciplina. Medo. Escola Pública. Terceirização.

ABSTRACT

This research aims to promote reflections on the Militarization of public schools in the State of Goiás, discipline and fear. The Military Colleges of the State of Goiás arose through Law No. 8,125 of June 18, 1976, and by Decree No. 604 of November 19, 1998, authorizing the partnership of the State Department of Education and the Secretariat of Public Security of the State of Goiás. Goiás. Since then, the military has been authorized to assume the management and administration of an increasing number of public schools in the State. This study aimed at analyzing the exacerbated collection of discipline in military colleges and as a consequence fear as a control strategy. Boundaries are created that are established and that exclude many students, due to the collection of monthly fees, uniform, as well as ignoring the plurality and subjectivity of individuals. At first a brief history of Education in Brazil and the State of Goiás is made to understand the relationship of education with the political, social and economic events of the country and the State in the contemporary world. With this research I try to provide theoretical and historical tools to equip society with elements that will contribute to a good reflection on the current events in the State of Goiás Education, with the abrupt amount of public schools that are being transformed into Colleges of the Military Police that also Are public schools, but when they become military they lose the characteristics of a public institution as stated in the Brazilian Constitution, LDB and ECA. Part of the society was seduced in relation to these military schools, which present favorable results in the state and national evaluations. However, these results can not be attributed solely to military management, but to the better conditions that are offered to these schools, contrary to the reality of a "normal" public school, which are opposite realities. And that this process of militarization of public schools can be considered as a contemporary form of Outsourcing Education in the State of Goiás. The analysis constructed here is permeated by the view of authors such as Jacques Sémelin, Foucault, Gloria Anzaldúa, Paulo Freire, Barbara Freitag , José Antonio Tobias and Luis Palacín.

KEYWORDS: Militarization. Discipline. Fear. Public School. Outsourcing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Lei nº 8.946 de 12 de novembro de 1980.....55
Figura 2- Lei nº 13.76 de 02 de abril de 1981.....56
Figura 3- Lei nº 14.061 de 13 de agosto de 1982.....57
Figura 4- Lei nº 13.747 de 08 de maio de 1981.....58
Figura 5- Lei nº 14.092 de 28 de setembro de 1982.....59
Figura 6- Fachada da entrada do Colégio Hugo de Carvalho Ramos.....60
Figura 7- Biblioteca, salas de estudos e memorial Hugo de C. Ramos.....60
Figura 8- Banda marcial, palestra (Cora Coralina), pátio interno de convivências.....61
Figura 9- Colégio Hugo de Carvalho Ramos conquista do primeiro título de campeão.....63
Figura 10- Jornal O Popular, seção esporte, 1º título do Colégio em 1986.....64
Figura 11- Festas trimestrais do Colégio Hugo de Carvalho Ramos.....64
Figura 12- Col. Hugo de C. Ramos, campeão infantil masculino de 1987.....65
Figura 13- Equipe Infantil na preliminar, sel. Brasileira x Cuba, 1989.....65
Figura 14- Documento que certifica a participação dos jogos brasileiros, Brasília 1989.....66
Figura 15- Hugo campeão infantil estudantil nos anos 1986,87,89,90,91,93 e 94.....66
Figura 16- Hugo campeão juvenil estudantil nos anos 87,89,90,91,92,93,94,95,97.....66
Figura 17- Palestra do Governador do Estado de Goiás.....70
Figura 18- Colégio Estadual Waldemar Mundim.....72
Figura 19- Professor Marcelo Vaz de Souza.....73
Figura 20- Professora da UFG Walderês Nunes (Ex-secretaria de Educação de Goiânia).....75
Figura 21- Lei nº 14050 de 21 de Dezembro de 2001.....76
Figura 22- Segunda página da Lei nº 14050 de 21 de Dezembro de 2001.....76
Figura 23- Fachada atual do Colégio Hugo de Carvalho Ramos.....77
Figura 24- Refere-se a uniforme ou farda masculino.....81
Figura 25- Refere-se a uniforme ou farda Feminino.....81
Figura 26- Uniforme de educação física masculino.....81
Figura 27- Uniforme de educação física feminino.....81
Figura 28- Uniforme de gala masculino e feminino: opção 1.....82
Figura 29- Uniforme de gala masculino e feminino: opção 2.....82
Figura 30- Uniforme para gestantes.....82
Figura 31- Página do site do colégio militar Fernando Pessoa.....117
Figura 32- Documentos e pagamentos exigidos para efetivação da matrícula.....117

Figura 33- Colégio Estadual Boa Esperança.....120
Figura 34- Colégio Estadual Cruzeiro do Sul.....121
Figura 35- Colégio Estadual Assis Chateaubriand.....121
Figura 36- CPMG/Hugo de Carvalho Ramos.....122
Figura 37- CPMG/Polivalente Modelo Vasco dos Reis.....122
Figura 38- CPMG/Ayrton Senna.....123
Figura 39- Colégio Marista.....123
Figura 40- Colégio Ávilla.....124
Figura 41- Colégio Olimpo.....124
Figura 42- Depoimento da mãe de duas alunas do CPMG/Hugo de Carvalho Ramos.....125
Figura 43- Organograma do Colégio Hugo de Carvalho Ramos.....126
Figura 44- Ação civil pública em desfavor do Estado de Goiás: Trecho 1.....128
Figura 45- Ação civil pública em desfavor do Estado de Goiás: Trecho 2.....129
Figura 46- Plano de Desenvolvimento Educacional (PDDE): Parcela 1 e 2.....131
Figura 47- Portaria nº 2560/2015 do Estado de Goiás.....132
Figura 48- Proescola 1ª parcela (Portaria nº 2560/2015-2016) 132
Figura 49- Portaria nº 0199/2015 do Estado de Goiás.....133
Figura 50- Proescola 2ª parcela (Portaria nº 0199/2015-2016) 133
Figura 51- ADA 1ª e 2ª parcela 134
Figura 52- Ação civil pública em desfavor do Estado de Goiás: Trecho 3.....135
Figura 53- Trecho do regimento que aborda as conseqüências pela inadimplência....136
Figura 54- Funções comissionadas de administração educação militar.....138
Figura 55- Decreto de convocação para qualificação das OS's em 2015.....142
Figura 56- Decreto de qualificação da IBRACEDS como OS's em 2015.....143
Figura 57- Convite para manifestação do movimento "contra a terceirização da educação no Estado de Goiás".....146
Tabela 1- Verbas do Colégio Estadual Boa Esperança.....130/131

LISTA DE SIGLAS

ABIGRAF Associação Brasileira da Indústria Gráfica

ADA Avaliação diagnóstica amostral

CELG Companhia Energética de Goiás

CM Colégio Militar

CPMG Colégio da Polícia Militar de Goiás

CPMG/HCR Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – Hugo de Carvalho Ramos

DECEX Departamento de Operações de Comércio Exterior

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM Exame Nacional de Ensino Médio

EUA Estados Unidos da América

FMI Fundo Monetário Internacional

GAECO Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação e Cultura

MEC/USAID Ministério da Educação (**MEC**)/ United States Agency for International Development (**USAID**)

MP Ministério Público

OS Organizações Sociais

OSCIP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PDDE	Programa de dinheiro direto na Escola
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PUC-GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
SAEGO	Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás
SCMB	Sistema Colégio Militar do Brasil
SEDUCE	Secretaria da Educação, Cultura e Esporte do estado de Goiás
SIGEGO	Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás
SSP – GO	Secretaria de Segurança Pública do estado de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UnB	Universidade de Brasília
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Sumário

AGRADECIMENTOS 6
RESUMO 9
ABSTRACT 10
LISTA DE FIGURAS 11
LISTA DE SIGLAS 13
INTRODUÇÃO 17
História do tempo presente e História Oral 23
CAPÍTULO 1: REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL PARA COMPREENSÃO DO ATUAL CENÁRIO DOS COLÉGIOS MILITARES DO ESTADO DE GOIÁS 27
1.1 Entendamos a educação brasileira e as primeiras bandeiras em território goiano 27
1.2. A Capitania de Goiás e a vinda da família real para o Brasil 34
1.3 Eis que surge o primeiro Colégio Militar do Brasil 38
1.4 Um olhar para as décadas de 20 a 50 do século XX e as consequências na educação brasileira e no estado de Goiás 41
1.5. A Ditadura Militar de 1964 e a Educação 47
CAPÍTULO 2: HISTÓRIA DO COLÉGIO HUGO DE CARVALHO RAMOS 53
2.1. O bairro onde se localiza o Colégio e o nome Hugo de Carvalho Ramos 53
2.2 Aspectos legais da história do Colégio Hugo de Carvalho Ramos 55
2.3. Admissão, horário escolar e serviços oferecidos ao educando no Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos (ainda não militarizado) 60
2.4. O processo de militarização e o abrupto aparecimento de colégios militares no estado de Goiás. 67
2.5. Criação legal do Colégio Hugo de Carvalho Ramos como um Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás 75
2.6. Disciplina ou medo? 86
2.6.1 A Propagação Do Medo 101
2.7 Colégios militares do estado de Goiás e as fronteiras físicas e ideológicas que vão além dos muros do colégio 105

CAPÍTULO 3: A TRANSFORMAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM ESCOLAS PÚBLICAS MILITARIZADAS 114
3.1- Escolas públicas, colégios militares e escolas particulares 114
3.2- Colégios militares e os policiais militares do estado de Goiás 136
3.3- Organizações Sociais e terceirização da educação no estado de Goiás 141
CONSIDERAÇÕES FINAIS 152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 157
ANEXO I 164
ENTREVISTA 1 164
ENTREVISTA 2 170
ENTREVISTA 3 173

INTRODUÇÃO

O interesse em falar sobre a militarização das escolas públicas em Goiás e, consequentemente, sobre a disciplina e o medo, surgiu, primeiramente, pela constatação do fluxo crescente desse modelo de escola, um total de quarenta e cinco, sendo inserido no estado de Goiás. Pessoas da comunidade escolar com a qual tenho contato, por ser professora da educação básica do estado de Goiás há dez anos e por trabalhar em uma escola que está localizada na periferia da cidade de Aparecida de Goiânia- GO, elogiam e também criticam esse modelo em suas falas. Senti-me provocada a saber mais sobre essa temática e a ter as minhas próprias impressões sobre o assunto. A possibilidade de se excluir alunos cujas famílias não possuem condições financeiras favoráveis, ao invés de inclui-los, também se fez presente na minha caminhada investigativa.

O crescente número de escolas públicas que estão sendo obrigadas a se transformarem em colégios da Polícia Militar se dá pelo aval das leis[1] existentes que legitimam o acordo feito entre a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE) e a Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), legitimando o trabalho dos militares, inclusive como gestores, nesses colégios já existentes e nos que ainda irão surgir, sendo a Secretaria de Educação responsável por fornecer os professores e o coordenador pedagógico que trabalharão nessas instituições, sob o comando do Comandante e de funcionários que também são militares.

Os fatores consequentes dessa parceria são diversos. Aqui, abordaremos a questão da disciplina, do medo, da fronteira e da terceirização da educação no estado de Goiás como forma de controle e manutenção da ordem. Surgem muitos questionamentos, como, por exemplo, militarizar as escolas para quê? Para quem? Quem serão os maiores beneficiados com esse processo crescente de militarização de escolas públicas aqui no estado de Goiás? A disciplina cobrada no colégio militar é a ideal? Disciplina, medo, coação e punição são determinantes para se garantir uma educação de qualidade? Essas escolas militarizadas excluem ou incluem os alunos? Será que a gestão de uma escola deve ser entregue a profissionais de outros segmentos?

[1] Lei nº 8.125 de 18 de Junho de 1976; nº 14.050 de 21 de Dezembro de 2001; nº 16.152 de 26 de outubro de 2007; lei nº 14.044 de 21 de Dezembro de 2001; lei nº 18.324 de 30 de Dezembro de 2013; nº 18.108 de 25 de Julho de 2013 e lei nº 18.967 de 22 de julho de 2015.

Senti-me instigada a saber os reais beneficiados pelo surgimento de novas escolas desse tipo e se realmente podemos afirmar que estas promovem uma educação de qualidade pela exacerbada valoração e exigência da disciplina, assim como a relação de medo estabelecida pelos regimentos e pela própria violência social. Além disso, será que esse novo modelo de escola pública está caminhando para o futuro que almejamos, de uma escola aberta às diversidades, ou está retrocedendo a uma visão tradicional e arcaica de educação?

Contudo, pesquisar a militarização de todas as escolas no estado de Goiás prejudicaria a viabilidade da pesquisa, pois esta se tornaria impraticável devido ao tempo curto e à amplitude de fontes e de estudos. Sendo assim, decidimos restringir o escopo da pesquisa à militarização do Colégio Hugo de Carvalho Ramos. A opção pelo estudo desse colégio também se deu devido a este ter sido a segunda escola a ser militarizada no estado e por ter tido, antes de 1999, uma proposta pedagógica diferenciada de ensino, o projeto "Educar".

Essa pesquisa possui uma enorme relevância para o mundo acadêmico e social, pois, mediante pesquisa realizada no arquivo virtual de teses e dissertações de algumas universidades goianas, como a PUC-GO e a UFG, dentre outras, como UNB e UFMS, evidenciou-se que já foram realizados alguns trabalhos. Um destes trabalhos, do autor Adriano Lázaro Machado de Santana, envolvia o Colégio Hugo de Carvalho Ramos, mas contando a história de uma experiência no basquete ocorrida de 1982 a 1999, sendo intitulado "História de uma experiência no basquete do Colégio Estadual Hugo de Carvalho Ramos (1982-1999)". Esse trabalho me trouxe muitas imagens e informações pertinentes, acrescentando muito à minha pesquisa. Outro trabalho encontrado foi sobre a incidência das práticas do *bullying* no Colégio Militar Vasco do Reis, com autoria de Sirley Aparecida de Souza, intitulado "Violências e silenciamentos: a representação social do Fenômeno *Bullying* entre jovens de uma escola militar em Goiânia". Além disso, foram encontrados os trabalhos "A genealogia dos Regimentos Internos do Colégio da Polícia Militar de Goiânia", da autora Raimunda Delfino dos Santos e, sendo um dos trabalhos mais atuais, o do autor Rafael José da Costa Santos, "A militarização das Escolas Públicas em Goiás", que também contribuíram para a minha visão sobre a minha pesquisa.

Existe uma quantidade consideravelmente pequena de trabalhos sobre essa temática em relação a outros temas abordados na História. Outros dois trabalhos que me interessaram foi o de Thiago Fernando Sant'Anna, "Gênero, História e Educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na Província de Goiás (1827-1889)", da Universidade de Brasília, e o de Jefferson Gomes Nogueira, "Educação Militar: uma leitura da Educação no sistemas dos Colégios Militares do Brasil (SCMB)", da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Esse trabalho trouxe-me informações muito pertinentes para contextualizar alguns apontamentos sobre o tema.

A leitura e análise de todos esses trabalhos contribuíram para a minha visão sobre diversos assuntos relacionados à minha temática. Entretanto, considero essa pesquisa autêntica, porque a proposta desse trabalho ainda não foi abordada no meio acadêmico e não é similar a nenhum dos trabalhos pesquisados.

Desejo abordar a militarização do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, entretanto, trazendo uma análise contextual sobre a abrupta transformação de escolas públicas em colégios da Polícia Militar do estado de Goiás, problematizando a questão da disciplina, do medo, da fronteira e da terceirização da educação. Para isso, busco o conceito de "Disciplina" pelo olhar de alguns autores, como Michel Foucault, Paulo Freire, Celso dos Santos Vasconcellos; a abordagem do medo, por Jacques Semelin, e também as reflexões sobre o conceito de "Fronteira" de Glória Anzaldúa. Além disso, abordo a terceirização da educação por meio do autor Carlos Alberto Ramos Soares de Queiroz.

Sendo assim, a metodologia desta pesquisa consistiu no levantamento de documentos passíveis de análise e reflexão do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, como, por exemplo, seus regimentos interno e disciplinar, seu regulamento de continências, além de Leis e Portarias que estavam disponíveis no *site* do CPMG/ Hugo e as leis disponíveis na *web*. Foram feitas também entrevistas com mães de alunos e com um aluno. Foi analisado também o Projeto Político e Pedagógico do Colégio Hugo de Carvalho Ramos.

Quando compareci ao CPMG/Hugo de Carvalho Ramos, soube que só poderia pesquisar e obter informações sobre o colégio mediante a permissão do Comando de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás, sendo assim, dirigi-me a esse comando e obtive a autorização do Tenente Coronel Anésio Barbosa da Cruz, que está à frente do mesmo. Após a autorização em mãos, retornei ao Colégio Hugo de Carvalho Ramos e

fiquei esperando por atendimento durante uns quarenta minutos, pois, com base no que a secretária da comandante responsável pelo colégio declarou, esta estava em "sindicância" e não poderia me atender naquele momento.

Esperei por um tempo e finalmente fui recebida com diversas perguntas e comentários pela Comandante Major Donizete Alves Pinto, pela qual fui entrevistada durante alguns minutos. Por fim, ela me questionou diretamente sobre o que eu pretendia fazer no colégio e, quando disse que queria fazer um questionário com algumas turmas e ter acesso ao PPP (Projeto Político e Pedagógico), a comandante autorizou-me com algumas ressalvas: ela precisaria analisar os questionários e estava terminantemente proibido tirar fotos do colégio ou dos alunos. Por fim, ao decorrer da pesquisa, constatei que não poderia fazer os questionários, pois aumentaria a minha demanda e prejudicaria o tempo hábil de escrita.

Tanto no Comando de Ensino quanto no CPMG/ Hugo de Carvalho Ramos, notei uma enorme preocupação com o teor da pesquisa, sendo citada a reportagem do programa de televisão "Profissão Repórter" como uma reportagem tendenciosa e que havia passado uma imagem negativa dos CPMG. Expliquei que faria um trabalho acadêmico e que minha pesquisa possuiria embasamento teórico e fontes concretas para análise e sustentação de meus argumentos.

A forma de regulação e de ordem utilizada pelos colégios militares se dá por meio da valorização exacerbada da disciplina. A disciplina na escola militar é cobrada por meio de regimentos e regulamentos e, caso não sejam executadas as regras da forma devida, existem as penalidades com as quais o(a) aluno(a) deverá arcar. O filósofo Michel Foucault, em seu livro "Vigiar e Punir" (2014), ressalta que esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade são o que podemos chamar de "disciplinas".

Entendemos a disciplina, segundo Foucault (2014), como uma "anatomia política" que é também igualmente uma "mecânica do poder", uma forma de se ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com determinadas as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. Este autor afirma que a disciplina fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis".

A questão do medo é tratada pelo autor Jacques Sémelin (2009) muito bem quando o autor interpreta as grandes atrocidades espalhadas pelo mundo a partir do fato de que elas se deram por meio de pessoas que desejavam o extermínio de outras, assim como pela visão do "outro" como inimigo que precisa ser combatido e, em muitos casos, exterminados. Será que o Colégio da Polícia Militar embute o medo em suas práticas? Pois, mesmo que implicitamente, os alunos possuem medo, receio e são coagidos a não praticarem atitudes que não sejam aprovadas pelos regimentos.

Quando utilizamos o conceito de "Fronteira" trazido pela autora feminista Glória Anzaldúa, trouxemos também o recorte de gênero para analisarmos os fatos. Ela era poeta, escritora e teórica feminista chicana. Anzaldúa nasceu em Hildalgo, na área do Rio Grande Valley, extremo Sul do Texas, em 1942. Em seus textos, Anzaldúa afirma que esta era uma das regiões mais pobres da fronteira entre México e EUA (REES; PINTO, 2012, p. 33).

A escritora Anzaldúa demonstra, com o exemplo de sua própria vida, ser uma pessoa que viveu em uma fronteira, assim como muitas pessoas que se depararam com diversas fronteiras, de países, de línguas, de culturas, de sexo, de finanças e de oportunidades. A partir disso, será que os alunos que moram na proximidades dos Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás realmente estão sendo inseridos nesse novo espaço ou os muros dos colégios militares se transformaram em barreiras físicas, financeiras e ideológicas para muitos alunos?

Entendermos os desdobramentos da educação brasileira se faz necessário para entendermos o contexto social, político, financeiro e educacional em que o Brasil se encontrava para que ocasionasse o surgimento desse tipo de colégio e as possíveis influências que esses ocasionaram nesses mesmos setores brasileiros. Sendo assim, se mostrou necessário analisar o PPP (Projeto Político Pedagógico) de um colégio militar, seus regimentos e documentos (no caso, os do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, que foi o colégio escolhido para se desenvolver esse estudo) para analisar se esse colégio apresenta grandes diferenciações de outros colégios não militares e se, caso existirem diferenças, essas se referem à qualidade do ensino prestado ou somente estão relacionadas às questões de infra-estrutura.

No primeiro capítulo, foi importante voltarmos à História da Educação no Brasil, que surge após um século do descobrimento, para posteriormente chegarmos à educação

no estado de Goiás e, consequentemente, ao surgimento dos Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás. Verificaremos as fases da educação brasileira e analisaremos os seus períodos marcados por diversos acontecimentos, os quais são influenciados e influenciaram esse caminhar da educação brasileira e do estado de Goiás.

Ainda neste capítulo, mencionaremos que a educação brasileira em suas diversas fases recebe influências exteriores que, muitas vezes, determinaram grandes mudanças educacionais, para atenderem à demanda do mercado e de uma elite. Então, desde o surgimento da educação, percebemos a aristocratização do ensino, que é uma educação voltada aos interesses da elite do país.

No segundo capítulo, traremos uma breve história do bairro Jardim Goiás, falaremos sobre a homenagem feita pelo Colégio Militar Hugo de Carvalho Ramos ao poeta goiano Hugo de Carvalho Ramos, para tratarmos de como surgiu este colégio, que foi pensado por Ary Valadão como plano de governo, como uma escola de formação de lideranças no estado de Goiás, surgindo, assim, o Colégio Estadual Hugo de Carvalho Ramos.

No decorrer desse mesmo capítulo, apresentaremos características do Colégio Estadual Hugo, por meio de alguns documentos e fotografias. Em seguida, falaremos do Colégio Hugo já militarizado e abordaremos algumas especificidades do colégio, como os diversos uniformes e alguns itens importantes para a análise dos regimentos disciplinar e interno e do Projeto Político Pedagógico.

Trataremos as transformações das escolas públicas em colégios militares e do papel do governador do estado de Goiás, que está à frente dessa parceria entre SEDUCE e SSP-GO, criando projetos de leis para as diversas escolas públicas serem militarizadas. O governador cria, continuamente, projetos de lei que são encaminhados para a votação em Assembléia e, incrivelmente, todos os projetos são aprovados e executados. No final desse capítulo, falaremos sobre a cobrança exacerbada da disciplina e, como reflexo dela, a propagação do medo.

No terceiro capítulo, são mencionadas as leis existentes sobre a educação pública, suas características com base na Constituição Brasileira, no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Analisaremos algumas fachadas de escolas públicas, públicas militarizadas e

particulares. Teremos as entrevistas como fontes importantes para entendermos a opinião das mães de alunos que estudam no Colégio Militar Hugo de Carvalho Ramos.

Ainda no terceiro capítulo, explanaremos sobre as cobranças financeiras existentes nos colégios militares e discutiremos sua legalidade com base nas leis apresentadas, assim como sobre a questão das Organizações Sociais e da militarização da educação no estado de Goiás como sendo uma forma de terceirizar a educação.

O maior objetivo dessa pesquisa é proporcionar à sociedade ferramentas teóricas e históricas para refletir sobre os possíveis interessados nessa parceria e nesse crescente número de escolas públicas se tornando militares, principalmente no estado de Goiás. Com base nas fontes e na reflexão promovida mediante o estudo da bibliografia, descobrem-se os motivos que levaram e levam à propagação de mais colégios militares, com a premissa de melhorarem a qualidade da educação e diminuírem a violência nos bairros e dentro das escolas. Mas essas premissas se efetivam na prática até que ponto? Notamos uma auto-afirmação dessas instituições como detentoras de um ensino diferenciado por meio de uma disciplina rigorosa que não necessariamente é a responsável pela garantia de uma educação de qualidade, democrática e livre da violência.

História do tempo presente e História Oral

Escolhi utilizar a história do tempo presente nesse trabalho ciente das dificuldades em falar de um tempo que ainda está "vivo", acontecendo e ainda sofrendo modificações, inclusive no decorrer dessa pesquisa, me proporcionando novos olhares. Uma história "do seu próprio tempo" (HOBSBAWM, 1995, p.2) aponta para a perspectiva de que a experiência de vida individual é também coletiva, porém nem sempre foi assim.

Voltando ao ano de 1880, na França mais precisamente, para olharmos a história, a sua relação com as pessoas, como era vista e o seu papel na sociedade da época, percebemos que esta era uma disciplina sem real autonomia, pois era dependente da literatura e da filosofia e se mantinha como peça importante para o jogo político das conjunturas. A pesquisa histórica era monopolizada pelos eruditos tradicionais, hostis à República e não havia um ensino especializado de história (FERREIRA, 2004, p.315). Assim:

> [...] Dois tipos de pessoas se destacavam como autores dos livros de História. Nas cidades eram os profissionais liberais, notadamente os advogados, que faziam o papel de historiadores; no mundo rural, eram os quadros da sociedade tradicional, membros da igreja e da nobreza, que dominavam os estudos de História. (FERREIRA, 2004, p. 315).

Eram poucos os representantes das camadas que compunham a sociedade da época que tinham acesso e se utilizavam da história e de sua produção, sendo eles os advogados, membros da Igreja e da nobreza. Foi em 1870 que o lugar da história na sociedade francesa se modificou, pois as novas elites republicanas se preocupavam com a forma com que os conservadores faziam história e resolveram assumir a produção da memória coletiva.

Segundo Ferreira (2004), independentemente do evento produzido, ele só poderia ser considerado conhecimento histórico erudito se esperassem vários anos para que "[...] traços do passado pudessem ser arquivados e catalogados" (p.317). Segundo Seignobos (*apud* FERREIRA, 2004), "a prática científica da história deveria ficar restrita ao ensino superior e aos períodos recuados" (p.317) e os historiadores de profissão deveriam, portanto, abolir os estudos contemporâneos. Os historiadores recrutados pelas universidades no século XIX eram especializados na Antiguidade e na Idade Média.

Os historiadores da época não se preocupavam com o fato de que, se não considerassem a contemporaneidade como matéria da história, a mesma seria adotada como matéria de outra disciplina, o que ocorreu, pois as ciências sociais abriram espaço para os fatos contemporâneos. Os empecilhos não se dirigiram exclusivamente para a história do tempo presente, mas também para a chamada história oral, que era julgada pelos historiadores como uma forma de adquirir "[...] testemunhos que não poderiam ser considerados representativos de uma época ou de um grupo" (FERREIRA, 2004, p.320).

Ainda com base em Ferreira (2004), em 1940, um jornalista chamado Allan Nevins fez uma coleta de depoimentos pessoais com a utilização de um gravador, após isso, desenvolveu um programa de entrevistas voltado para a recuperação de informações acerca da atuação dos grupos dominantes norte-americanos. Posteriormente, esse programa deu origem ao *Columbia Oral History Office* e esse serviu como modelo para outros centros, como o do Texas, de Berkeley e de Los

Angeles. Essa amostra do que seria uma história oral serviu para um estudo das elites e se limitou àquilo que o registro escrito não conseguiria suprir.

Contudo, em 1978, começou a se espalhar a ideia de que a história oral seria aquela para dar voz aos excluídos. Com "a publicação da obra de Paul Thompson, *The voice of the past*, [...] radicalizou-se a ideia de que a história oral tem por função devolver a história do povo, promover a democratização da história em si mesma." (FERREIRA, 2004, p.319). As lutas pelos direitos civis que eram enfrentadas pelas minorias de negros, mulheres e imigrantes se uniriam em busca de reafirmar a utilidade da história oral para o povo.

Essa proposta apresentada para o possível papel que história oral desempenharia na sociedade, mais especificadamente, 'dando voz' às minorias, não teve, é claro, a aprovação da comunidade acadêmica e ainda menos dos historiadores. A aceitação maior em relação da história oral foi nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Reconheço a grande responsabilidade em utilizar-me da história do tempo presente, também chamada de história da contemporaneidade, e, não menos importante, da história oral. Quando constatei que contaria uma história tendo como base fontes escritas recentes de um evento da atualidade, minha responsabilidade aumentou, pois sabia que não seria uma missão fácil. Por mais que pensemos que atualmente a história recente ou da contemporaneidade não é mais excluída e renegada como antes, ainda percebemos historiadores que se recusam a aceitar a funcionalidade da produção desse tipo de história e o quanto ela se faz importante nos dias atuais, devido aos novos meios de comunicação que nos proporcionam maior rapidez de acesso e envio de dados, imagens e informações.

Posteriormente, notei que precisava dar voz aos grandes personagens dessa história que me dispus a contar, procurei entrevistar, então, mães de alunos e alunos que estudavam no CPMG/ Hugo de Carvalho Ramos. Muitas não quiseram ser entrevistadas mas, por fim, consegui entrevistar algumas e somente um aluno. É interessante analisarmos a diversidade e riqueza de uma fonte oral. Pude escutar o áudio muitas vezes e reparar melhor no tom da voz, na respiração, nas falas mais enfáticas e embargadas de emoções e também acessei mentalmente as lembranças que ficaram em minha mente no dia da entrevista. Todos esses elementos me tocaram no momento da escrita e me deram mais informações do que pude imaginar. Com o intuito de contribuir

para todo e qualquer pesquisador, digitei todas as entrevistas, não com o intuito de sustentar as fontes orais as transformando em escritas, por, de forma alguma, desconsiderar a relevância da oralidade, e sim as digitei por saber que, atualmente, não podemos disponibilizar os arquivos de áudio acoplados como anexos de nossas dissertações quando as mesmas forem divulgadas na internet. Quem sabe um dia as fontes orais terão um maior reconhecimento no mundo acadêmico.

CAPÍTULO 1
REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL PARA COMPREENSÃO DO ATUAL CENÁRIO DOS COLÉGIOS MILITARES DO ESTADO DE GOIÁS

1.1 Entendamos a educação brasileira e as primeiras bandeiras em território goiano

A História do Brasil nos dá importantes pistas para entendermos melhor o cenário atual da educação no país e, consequentemente, no estado de Goiás, em Goiânia mais precisamente, com a abrupta transformação de muitas escolas públicas em colégios da polícia militar, sendo esses criados pela Lei nº 8.125, de 18 de julho de 1976. Veremos alguns pontos marcantes da história do Brasil, desde a invasão de Portugal, e também da história do estado de Goiás, desde as primeiras bandeiras, com o objetivo de entendermos o caminhar dos fatos históricos, econômicos e políticos, seus desdobramentos no tempo e suas consequências para a formação do cenário educacional atual do Brasil, do estado de Goiás e mais precisamente de Goiânia.

Esse capítulo remete a diversos séculos e décadas, com a premissa de ressaltar elementos estruturantes que proporcionarão olhares diferentes sobre o caminhar da educação no Brasil, proporcionando uma maior compreensão sobre o contexto em que se encontra o estado de Goiás, que é o estado que mais possui colégios militares no Brasil. O Colégio Hugo de Carvalho Ramos foi o escolhido para se desenvolver esse estudo e serviu como base para nortear as análises contidas neste trabalho.

A educação considerada brasileira surge, na verdade, depois de séculos do descobrimento do Brasil, antes a educação era portuguesa ou a chamada lusobrasileira[2], que foi a que se estendeu de 1500 a 1800. Entretanto, considera-se como educação brasileira, desde o descobrimento porque se tratava de solo brasileiro, a educação para os curumins, os filhos dos índios legitimamente brasileiros. Os negros, ao longo da trajetória da educação no Brasil, não tiveram direito a uma educação escolarizada formal, mas não podemos afirmar que não tiveram acesso a nenhum tipo de educação.

---

[2] Diz-se daquilo ou daquele que tem a sua origem ou possui nacionalidade portuguesa e brasileira (Etm. luso + brasileiro).

No estado de Goiás, segundo Palacín e Moraes (2008), no primeiro século da colonização do Brasil já ocorriam diversas expedições, "entradas", "descidas", "bandeiras" que se expandiram por todo o território de Goiás. O centro da colonização era a Bahia, porém, por mais que os registros dessas viagens fossem escassos e imprecisos, ocorreram várias expedições para o interior do país com o intuito de buscar riquezas minerais e também com o objetivo de capturar índios. É importante sabermos sobre a primeira possível bandeira para o estado de Goiás e algumas outras que a sucederam.

> A primeira bandeira que, partindo de São Paulo, possivelmente chegou até os sertões de Goiás, no leste do Tocantins, foi a de Antônio Macedo e Domingos Luís Grau (1590-1593). Depois, seguiram-se a de Domingos Rodrigues (1596-1600), que desceu até a confluência do Tocantins com o Araguaia; a de Afonso Sardinha (1598-?); a de Belchior Carneiro (1607-1615); a de Pedroso de Alvarenga (1615-1618); a de Francisco Lopes Buenavides (1665-1666); a de Luíz Castanho de Almeida e a expedição familiar de Antônio Paes (1671); a de Sebastião Paes de Barros (1673). Esta bandeira a maior das saídas de São Paulo para Goiás, contava com uns 800 membros e se fixou na região da confluência do Tocantins com o Araguaia, dedicada preferencialmente à mineração (PALACÍN; MORAES, 2008, p.19).

Interessante nos atentarmos ao fato de que foram várias as expedições que passaram pelo estado de Goiás e muitos foram os homens que as compunham. Contudo, pela intenção explícita de se fixar nessas terras, um bandeirante cujo nome dado pelos índios era Anhanguera[3], ainda é, até hoje, considerado o "descobridor" de Goiás, pois, como sabemos, os índios já habitavam esse território, assim como várias outras localidades espalhadas por todo o Brasil.

Nesse contexto do ouro e das bandeiras, em 1690, foram descobertas as minas de ouro de Minas Gerais, antes um local só ocupado por índios. Depois da descoberta do ouro, como geralmente acontecia, o povoamento se expandia em torno dessas regiões das minas e logo surgiam vilas e arraiais. "Já em 1718, foram descobertas, muito mais para o interior, as minas de Cuiabá, iniciando-se também o povoamento de Mato

[3] Em 1682 uma expedição saiu de São Paulo com o intuito de angariar novas riquezas pelo sertão do Brasil liderado por Bartolomeu Bueno da Silva (pai). Chegaram a terras desconhecidas e inóspitas, onde hoje é o Estado de Goiás. Lá chegando, Bartolomeu se surpreendeu com índios cobertos por adereços feitos com ouro. O bandeirante indagou um indígena sobre a origem do ouro, mas os nativos não cederam. Injuriado, Bartolomeu encheu uma bateia (instrumento para peneirar ouro, semelhante a uma bacia) com álcool e ateou fogo. Disse aos índios que aquilo que queimava era sua água e que, se não entregassem onde estava o ouro, iria incendiar toda água presente na aldeia. Os nativos, assustados entregaram a localização das minas e apelidaram Bartolomeu de "Anhanguera" que em Tupi quer dizer "diabo velho". Antes de irem embora carregando o ouro, levaram algumas dezenas de indígenas como escravos e assassinaram outra centena deles. (SILVA JUNIOR, s/a) Disponível em: http://alunosonline.uol.com.br/historia-do-brasil/anhanguera-bandeirante.html. Acesso em: 05/11/2016.

Grosso" (PALACÍN; MORAES, 2008, p.20). Foi nesse contexto que o Anhanguera solicitou a permissão do rei para promover uma bandeira até Goiás, que, para ele, era considerada uma região que ficava entre os dois locais onde foram encontradas as minas de ouro, no caso, Minas Gerais e Mato Grosso, e, consequentemente, poderia ter também ouro ali.

Com Tobias (1972), voltamos o olhar para o Brasil, este autor afirma que a "Educação é o espelho de um povo" e, portanto, se a educação é o espelho de um povo, entender o seu reflexo na sociedade se faz necessário para entender que educação é essa e que povo é esse. Então, para entendermos melhor, devemos olhar para Portugal de 1500, um país civilizado e culto, e para o Brasil, um país virgem e de indígenas, considerado pelos europeus um país de pagãos e de infiéis, assim como os gregos consideravam os habitantes de outros países como "bárbaros". Segundo Tobias (1972, p.26):

> A educação brasileira, de início, já nasceu para a internacionalização, para a democracia e para o cristianismo, pois, de modo direto, representou a fusão de três continentes, de três cores, de três culturas, de três mundos diferentes por milhares de quilômetros e de anos: a América, a Europa e a África; o vermelho, o branco e o negro; a cultura indígena, a européia e a africana.

Entretanto, mesmo Tobias afirmando que a educação brasileira já nasceu para a internacionalização, para a democracia e para o cristianismo, na realidade, a educação brasileira nasceu por meio de muito sangue derramado e de muita violência. Se analisarmos esse período do surgimento da educação aqui no Brasil, notaremos que a democracia nessa fase não existia para todos, principalmente para os índios e, posteriormente, para os negros e os menos favorecidos.

Vejamos um pouco mais sobre como era o sistema educacional nas tribos indígenas. A educação indígena era empírica, baseada nos conhecimentos adquiridos ao longo do tempo e passados de geração para geração, a prática e o exemplo eram também utilizadas como formas de ensino e de aprendizagem para os índios. Os europeus visualizavam dois diferentes tipos de índios, "o índio real, vivendo no Brasil, no meio do mato, sofrendo, visto em carne e osso pelos brancos, e o índio utópico, mitificado, existente exclusivamente na imaginação e na mente de europeus" (TOBIAS, 1972, p.28). Então, aqueles europeus que já habitavam o solo brasileiro e que tinham contato direto com os índios possuíam uma visão mais realista e aqueles que nem sequer

pisaram em solo brasileiro imaginavam e hipotetizavam sobre os índios por meio de relatos que muitas vezes poderiam ser ilusórios.

Para Bioto-Cavalcanti e Teixeira (2013), em 1534, Inácio de Loyola, Francisco Xavier, Nicolau de Bobadilla, Diogo Laínez, Afonso Salmeron, Simão Rodrigues e Pedro Fabro proclamaram votos na capela de Montmartre e se declararam "amigos do senhor"; posteriormente, em 1537, se encontraram em Veneza e, juntos com mais três amigos, sendo eles, Pascássio Broët, João Codure e Cláudio Jay, foram nomeados sacerdotes. E só em 1539 que surgiu a companhia de Jesus, que foi o instrumento para a elaboração dos princípios das Constituições da Ordem que foram finalizadas somente 1552.

A Companhia de Jesus que surgiu para tratar da salvação do homem e de seu próximo por meio de ensinamentos cristãos pode ser considerada como uma organização religiosa na qual os padres eram os professores oficiais. Podemos afirmar que o ensino da Companhia de Jesus durante dois séculos foi gratuito e público. Em meados do século XVI, os ideais portugueses e os dos jesuítas se fundiam "por Deus e pela Pátria", sendo assim, Inácio Loiola fez de sua ordem um exército e de seus membros soldados da Igreja, equivalendo o ideal jesuíta ao ideal português. Segundo Tobias (1972, p.46):

> Os seis primeiros jesuítas chegaram ao Brasil, em 1549, com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza. Fazia apenas nove anos que a Ordem tinha sido confirmada e quinze que fora fundada. E continuam a vir os jesuítas, de Portugal, e a se espraiar Brasil afora, ou melhor, pelo litoral do Brasil afora, pois estendem-se pelo sul, pelo nordeste e pelo norte; a Bahia, capital do Brasil, é o centro de irradiação do movimento jesuítico. Assim já se confirmava a observação de Frei Vicente do Salvador de que o Brasil é país que carangueja pelo litoral.

Os jesuítas fundaram escolas para os gentios[4], as quais se espalharam por todo território brasileiro. É válido ressaltar que ministraram educação escolarizada com exclusividade até 1580, pois, após esse ano, chegaram ao Brasil outras ordens:

[4] "Os navegadores portugueses, além da beleza, encontraram também os homens gentios, assim denominados por Manuel da Nóbrega, que representava um dos quadros da Companhia de Jesus, fundada em 1534 por Inácio de Loyola. Era da incumbência de Nóbrega a Missão no Brasil, além da educação dos filhos de colonos. Todas as atividades que a Companhia de Jesus realizava era para a glória de Deus, um lema dos soldados de Cristo. A primeira impressão deixada pelos nativos na visão dos viajantes era de que estes homens gentios não possuíam qualquer vínculo religioso, ou seja, não adoravam nenhum tipo de Deus, nenhuma santidade, ou até mesmo um ídolo. No entanto, não demoraria muito tempo para que este conceito elaborado pelos portugueses caíssem por terra". (CATARIN, s/a). Disponível em: http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=589. Acesso em 05 de junho de 2016.

franciscanos, carmelitas e beneditinos. Porém, os Jesuítas foram os que desenvolveram o processo educacional no Brasil, mesmo que saibamos que impuseram seus preceitos religiosos e cristãos de forma nada democrática. Para Tobias (1972, p.47):

> O conceito de educação dos jesuítas era fundamentalmente baseado na existência da liberdade humana, com o conseqüente direito à educação por parte do indígena e do negro. Educação é atualizar as capacidades da pessoa humana, de maneira a possibilitá-la a receber a luz da fé e a salvar a sua alma.

Quando analisamos a citação acima, percebemos a notável discordância do que os jesuítas teoricamente pregavam e os indícios retratados pela história de suas práticas para converter os índios e os negros ao cristianismo, práticas essas que eram violentas. Então, a "liberdade humana" não era respeitada por eles, pois, se assim o fizessem, não teriam obrigado os índios nem os negros a aderirem ao cristianismo, nem os teriam obrigado a deixarem de praticar suas próprias religiões e costumes que, aos olhos dos jesuítas, eram impróprios e considerados atos pagãos. Para os jesuítas, o único caminho para se "salvar a alma" era por meio da religião, no caso, a católica, qualquer outra religião ou costume que fosse diferente não era considerado apropriado nem praticável (TOBIAS, 1972, p.47).

O catequismo pedagógico dos jesuítas era chamado de *Ratio Studiorum*, o padre era considerado o educador, o papel principal era do educando e, para se alcançar os objetivos, se utilizavam das ciências, das artes e da natureza. O *Ratio Studiorum* marcou uma fase dessa educação dos jesuítas na qual não mais se utilizava castigos e chibatas, pois começaram a estimular a competição intelectual. Para Vidal e Hilsdorf (2001):

> A ênfase nos processos de ensino e de aprendizagem, mais que em conteúdos específicos, demonstra que o *Ratio Studiorum* não é propriamente um tratado teórico de pedagogia, mas um código prático de leis pedagógicas. Prescreve que os conhecimentos são adquiridos por meio da exercitação de modelos ou *auctoritates*, autoridades, cuja repetição, feita na forma de exemplos, acontece como treinamento constante da ação e para a ação. Os mesmos processos intelectuais e técnicos são generalizados para todos os cursos, divididos em *Estudos inferiores,* gramática, humanidades e retórica, e Faculdades Superiores, filosofia e teologia. Ao todo, o currículo ordenado pelo *Ratio Studiorum* tem doze classes. (VIDAL; HILSDORF, 2001, p.18)

Então, como vimos, o ensino na *Ratio Studiorum* era relativo a conteúdos programáticos como os especificados acima (gramática, filosofia, teologia, dentre outros) e, para a mudança de etapas, eram levados em consideração a idade dos alunos e

o nível do curso. A metodologia que usavam consistia na prática do que era ensinado, assim como em exemplos a serem seguidos e praticados. Para a *Ratio,* os alunos já deveriam saber ler e escrever, caso constatassem dificuldades nessas habilidades, os alunos eram encaminhados para uma classe obrigatória que era anterior as outras.

Sendo assim, o sistema educacional brasileiro se subdividia em três fases: primária, média e superior. A primária era a etapa em que se aprendia a ler e a escrever. Depois do primário, vinha o ensino médio, aquele que surgiu como ponte para os filhos e filhas de famílias nobres da época, e o ensino superior, muito elitizado, destinado a uma pequena minoria. Assim:

> Desta maneira, o ensino jesuítico, se, de um lado, no nível elementar, era democrático, humano e universalizado, uma vez que se dirigia aos índios, mamelucos e brasileiros, porque visava salvar-lhes a alma; de outro lado, já no nível médio, começava a tornar-se aristocrático, de uma elite endinheirada, só de alguns, só daqueles que se destinavam às escolas superiores, à Universidade de Coimbra ou às Faculdades já existentes no Brasil de então. Assim, foi aparecendo o ensino superior brasileiro, cuja finalidade principal era formar padre (TOBIAS, 1972, p.48).

Vejamos que, mesmo com a subdivisão em fases da educação no Brasil, somente a primeira fase, no ensino primário, foi a que contemplou um maior número de pessoas, sendo assim, era a mais "democrática" no sentido de abranger mais pessoas. Portanto, não devemos afirmar que o processo educacional brasileiro foi democrático ao longo dessas três fases, pois se constata que o ensino médio e superior eram frequentados somente por filhos e filhas de pessoas importantes na sociedade, assim como os candidatos a seguir a vida religiosa. Na fase do ensino médio, o ensino começava a se tornar aristocrático. Logo, o ensino superior não havia de ser diferente, também sendo elitizado e para aqueles poucos cujas famílias tinham dinheiro para os encaminharem para a faculdade de Coimbra ou para as já existentes aqui no Brasil, que foram criadas principalmente para que se fosse garantida a formação de padres.

A periodização da educação jesuítica se divide em dois períodos importantes: o primeiro é marcado por Padre Manuel da Nóbrega, "com espírito democrático, cristão, universalizado e brasileiro" (TOBIAS, 1972, p.54). Esse período se estendeu até 1580, contudo, o segundo período retrata uma mudança nessa educação jesuítica, influenciada pela filosofia da educação das autoridades da metrópole, para a qual a valorização da

segregação racial era marcante. Faz-se válido ressaltar que essa nova tendência da educação dos jesuítas era contra o que Nóbrega acreditava e praticava. Para entendermos melhor, vejamos as mudanças ocorridas no ensino médio, após a morte de Manuel de Nóbrega.

O ensino médio na época de Nóbrega era para os curumins, meninos brancos, os mamelucos e os pardos, "além do ensino da Gramática, das profissões manuais e da lavoura" (TOBIAS, 1972, p.90). Após a sua morte, o ensino médio passou por um processo rápido de aristocratização[5] e afunilamento da educação que passou a ser destinada somente aos filhos da classe endinheirada. Assim, Tobias afirma que, a partir disso:

> Depois, com a aristocratização e afunilamento da educação e com o ensino médio abrangendo só aos filhos da classe endinheirada, cada vez mais excluindo os que não podiam interessar-se pela Universidade e tinham que pensar no ganha-pão. Desta maneira, a realidade nacional, as profissões manuais e mais modestas foram supressas da educação brasileira e, com elas, entrou o Brasil no caminho de mais um vício, hoje em dia inveterado de vários séculos: o desconhecimento, o desprezo, não só pelas profissões manuais, mas também por toda pessoa que nelas trabalhasse (TOBIAS, 1972, p.90).

Quando Tobias coloca "aristocratização e afunilamento da educação" parece que se refere a uma informação dos dias atuais, devido às similaridades de condições que encontradas com o sistema educacional atual, para quem ele é oferecido e quem o frequenta atualmente. Sendo assim, quando analisamos o sistema educacional atual, constatamos muitos avanços, em questões de estrutura física das escolas e em relação aos professores, conteúdos e abrangência, porém, ainda permanece a essência aristocrática. Os Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás (CPMG) se enquadram em um tipo de escola pública que reforça a elitização e a aristocratização do ensino, pois nesses colégios é exigido o uniforme, a farda, que em média custa R$ 500,00, e o pagamento de uma "contribuição" que custa R$ 90,00. Nem todas as famílias possuem condições financeiras para custear esses valores. Então, o que percebemos, é que muitos brasileiros não estudam ou não continuam seus estudos, porque precisam trabalhar para sobreviver, enquanto os filhos de famílias com condições financeiras melhores continuam seus estudos e se capacitam cada vez mais.

[5] Aristocratizar, afidalgar a educação, ou seja uma educação somente para a elite, os fidalgos. Disponível em: https://www.dicio.com.br/aristocratizar/. Acesso em 19/08/2016.

É importante ressaltarmos que, no estado de Goiás, os colégios militares, também são responsáveis por manterem certa aristocratização do ensino, pois nem todos os alunos possuem condições financeiras para pagar a mensalidade e o uniforme desses colégios. Veremos, ao decorrer desse trabalho, as especificidades do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, que foi o colégio escolhido para embasar esse estudo, pois se tratava de um colégio público "normal", que, a partir do ano 2000, foi militarizado.

Os jesuítas foram os responsáveis pela primeira educação brasileira, um período composto por mudanças e desdobramentos que traçaram a história dessa educação no modelo organizacional que nos é familiar. Eles propagaram a educação cristã até 1759, ano em que os jesuítas foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal.

1.2. A Capitania de Goiás e a vinda da família real para o Brasil

Segundo Palacín e Moraes (2008), Goiás foi descoberto por paulistas, que, a princípio, consideravam Goiás um território de minas dentro da capitania. O capitão-general de São Paulo, que era o intendente que governava Vila Boa, Bartolomeu Bueno, mais conhecido como Anhanguera, ficou no poder nos primeiros anos. Depois de vinte anos, Goiás cresceu demais, tanto em população quanto em território, daí se constatou que não havia como mais governar Goiás à distância, por São Paulo.

Em 1749, a corte portuguesa decidiu tornar Goiás independente, o colocando na categoria de Capitania. Chegou ao território então conhecido como Vila Boa o primeiro governador, capitão-general, Conde dos Arcos. Esse território passou, então, a ser conhecido como Capitania de Goiás. É válido sabermos que:

> Toda capitania do Brasil tinha um governo próprio e independente, ligado diretamente ao Rei e aos organismos centrais de Lisboa, especialmente ao Conselho Ultramarino. A autoridade principal era o governador, responsável pela administração e pela aplicação das leis. Comandava o exército, composto de soldados profissionais de cavalaria -os famosos dragões- e pedestres. A justiça estava a cargo do ouvidor- independente, nesta parte, do próprio governador. Ele julgava os recursos e vigiava para a eleição dos juízes eleitos pelo povo. A parte de arrecadação de impostos correspondia ao intendente, também com bastante autonomia. (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 49 e 50)

O governador e o intendente eram as autoridades na Capitania e essa era ligada diretamente ao Rei, porém, a autoridade principal era o governador. O ouvidor era o responsável por julgar e vigiar os recursos. Naquela época, não existiam muitos

funcionários que subsidiassem todo esse trabalho, porém, os que eram convocados ganhavam uma quantidade fixa por serviço prestado.

Para Palacín e Moraes (2008), nos primeiros dez anos de mineração, se instalaram em Goiás pelo menos 20.000 pessoas. Pelos dados precisos da Capitania, em 1736, eram 10.000 escravos, sendo que esses geralmente representavam a metade da população da época. Já em 1750, o número total de habitantes chegava a pouco menos de 40.000. Nos trinta anos seguintes, a população continuou aumentando. Já em 1783, constatou-se quase 60.000 habitantes. Até 1804 não foram conservados dados precisos, mas a decadência da mineração refletiu no quantitativo populacional, acarretando uma relevante diminuição populacional.

> O censo de 1804 indicou 50.000 habitantes para Goiás, uma diminuição de quase 20%, a partir desta data, começa de novo uma tendência ascensional da população; parte do crescimento vegetativo e parte também pela migração pequena, mas constante, dos que vinham dedicar-se à criação de gado nos grandes espaços vazios de Goiás. (PALACÍN; MORAES, 2008, p.51)

Essa diminuição populacional considerável foi justificada pela decadência da mineração e essa se explica pela falta de produtividade e de produção, estavam faltando escravos para se ousar descobrir novas minas e as existentes já não eram mais tão produtivas. Os escravos tinham o direito de fazer horas extras e, com isso, ganhavam míseras quantias, alguns juntavam dinheiro por anos e muitos usurpavam, das minas, pequenas quantidades com o intuito de comprarem a sua liberdade, poucos a conseguiam.

Em janeiro de 1808, as tropas francesas de Napoleão Bonaparte estavam prestes a invadir Portugal, D. João, sem exército suficiente para combater as tropas de Napoleão, resolveu transferir a corte portuguesa para uma de suas mais importantes colônias, o Brasil. Sabemos que, com a vinda da família real, muita coisa mudou. Vieram às pressas, ou, melhor dizendo, fugidos de Portugal, pois estavam sofrendo pressões da Inglaterra e da França.

Para Lima (1975), a chegada da família real e da corte portuguesa demarca um novo tempo para a colônia brasileira, o do progresso. Surgem os primeiros vislumbres de educação e de cultura (imprensa, academias, museus, bem como os "liceus de Artes e Ofícios"). É válido ressaltar que uma das primeiras ações do príncipe regente foi a abertura dos portos para as nações amigas, no caso, os navios ingleses, seguida,

posteriormente, pelo estímulo ao estabelecimento de indústria no Brasil, pela construção de estradas, pelo cancelamento da lei que não permitia a criação de fábricas, pelas reformas nos portos, pela criação do Banco do Brasil e pela instalação da junta de comércio. Sendo assim, para Lima (1975):

> A "abertura dos portos", além do significado comercial da expressão, significou a permissão dada aos "brasileiros" (madeireiros de pau-brasil) de tomar conhecimento de que existia, no mundo, um fenômeno chamado civilização e cultura. A expressão "abertura dos portos" (1808) - usada, então, para significar a descolonização (província ultramarina) - é a melhor epígrafe para a descoberta de um vasto continente que durante (trezentos) anos serviu de senzala para degredados e degradados e de entreposto comercial para o monopólio de uma companhia de navegação e de transporte de matéria-prima: a história do Brasil, nestes primeiros 300 (trezentos) anos, está toda nos arquivos desta empresa comercial que não permitia que se fabricassem tecidos no país, além do grosseiro "madapolão" com que os escravos se vestiam (LIMA, 1975, p.103).

Então, pode-se dizer que a vinda da família real trouxe com ela novas exigências, tanto estruturais, quanto educacionais e culturais, para suprir o modo de vida da família e da corte portuguesa. A abertura dos portos foi uma das ações mais importantes que D. João tomou ao chegar na colônia chamada Brasil, pois proporcionou novos caminhos de comércio e de progresso para a colônia e para o povo.

Em 1817, com a morte de D. Maria, a louca, o príncipe regente se tornaria rei. A abertura dos portos possibilitou a importação e a livre comercialização de livros de diferentes áreas, como, por exemplo, de exatas e biológicas. Para Ramos (2011, p.1):

> A despeito da guerra com a França, D. João VI adotou o modelo educacional napoleônico, o vínculo com a cultura francesa era muito forte, Portugal tinha sido fundado por nobres e peregrinos franceses. Embora, o vínculo da família real portuguesa com a inglesa também fosse forte, costurado através do casamento de D. João I com Dona Filipa de Lascaster, filha do rei da Inglaterra (RAMOS, 2011, p. 1).

Portanto, os portugueses foram influenciados pelos franceses e também pelos ingleses, fazendo com que D. João VI adotasse o modelo educacional napoleônico. Ele não criou universidades no Brasil, optando pelo sistema de cátedras, que eram unidades de ensino de muita simplicidade, sem recursos estruturais. Os professores utilizavam de seus próprios meios para darem aulas, cobrando pelo serviço.

Segundo Ramos, "em 1808, D. João VI fundou a cátedra de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro e, em 1819, a cátedra de Engenharia, embutida na Academia Militar,

destinada a formar oficiais no Rio de Janeiro" (RAMOS, 2011, p.6). A partir de 1813, as cátedras evoluíram, transformando-se em escolas, academias e faculdades especializadas. D. João VI criou várias instituições educacionais, sendo elas, as Escolas de Direito e de Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, inclusive, as academias militares, promovendo uma mudança político-cultural.

A administração de D. João VI no Brasil estava agradando os grandes proprietários de terras e os comerciantes da colônia, porém, os portugueses que se viam submetidos às intervenções políticas e militares britânicas e abandonados pelo rei desde sua fuga para o Brasil, em 1808, não estavam satisfeitos com os benefícios concedidos por D. João ao então Brasil colônia. Sendo assim, surgiu um movimento liberal que exigia grandes mudanças políticas no território português e, no dia 20 de agosto de 1820, ocorreu a Revolução Liberal do Porto que foi a tomada do poder pelos lusitanos[6].

Para Souza (2016), os revolucionários formaram uma assembleia geral à qual deram o nome de Cortes. Circulava dentre os integrantes um projeto de instalação de uma monarquia parlamentar inspirada no regime político inglês. Ciente dos acontecimentos e temendo perder seu título, D. João VI volta a Portugal para eliminar os riscos e a perda do poder, deixando no Brasil seu filho D. Pedro I cuidando de tudo. Os comerciários e os donos de terras brasileiros percebiam que, dentre os interesses dos revolucionários de Portugal, estariam ações que revogariam o pacto colonial[7], o que seria um enorme retrocesso para o Brasil colônia. Então, as elites brasileiras passaram a declarar o interesse na independência do Brasil, o que fomentou e trouxe à tona outros grupos que também almejavam isso. Percebemos, com isso, que

> Nessa mesma época, Dom Pedro começou a se aproximar de figuras políticas favoráveis ao projeto de independência. Tais ações desagradaram imensamente o governo lusitano, pois isso em nada favorecia o projeto de recolonização do território brasileiro. Com isso, as Cortes passaram a exigir o retorno imediato de Dom Pedro I para Portugal. No entanto, prestigiado politicamente pelas elites, preferiu permanecer no Brasil de forma definitiva.

---

[6] Os lusitanos constituíam um conjunto de povos de origem indo-europeia, habitando a porção oeste da Península Ibérica, hoje grande parte de Portugal. (PITTA, 2009).

[7] "Ficou conhecida como Pacto Colonial a relação comercial entre a colônia e sua metrópole, durante a colonização da América do Sul. Este pacto garantia a exclusividade dos colonizadores sobre todas as riquezas encontradas ou produzidas nas colônias. Vale lembrar que, na América do Norte, se desenvolveu outro tipo de colonização. Não foi uma colonização de exploração, mas sim de povoamento. Conflitos políticos e religiosos incentivaram a imigração de ingleses para a região norte do novo continente, no final do século XVI. Ali se formaram treze colônias que produziam para a metrópole, sim, mas não era um comércio exclusivista, havia também um consumo interno, estimulado pelos trabalhadores livres e proprietários, o que favoreceu a produção diversificada" (DUARTE, s/a). Disponível em: http://www.infoescola.com/historia/pacto-colonial/. Acesso: 15 de Outubro de 2016.

> Em uma última tentativa, os portugueses ameaçaram enviar tropas caso Dom Pedro não acatasse sua convocação. Não vendo outra solução para esse impasse, Dom Pedro I realizou a proclamação da Independência do Brasil durante uma viagem de volta à cidade do Rio de Janeiro, às margens do rio Ipiranga. Depois de alguns conflitos com as tropas lusitanas e o apoio britânico, os mais de três séculos de dominação portuguesa chegaram ao fim com a instalação do regime monárquico. (SOUZA, 2016, p.08)

A Independência do Brasil finalmente foi declarada em 07 de Setembro de 1822. D. Pedro I, sob fortes pressões lusitanas para retornar a Portugal, decidiu declarar a independência e ficar de forma definitiva no país. Entretanto, D. Pedro I se viu como Imperador, responsável por guiar o país e, portanto, pensar na educação de uma forma independente da metrópole, uma missão difícil para ele, que, mesmo sendo culto, não era um educador nem alguém da área de educação, além do fato de que as prioridades de um líder daquela época, no caso, não seriam voltadas à educação, e sim a se manter no poder.

A partir disso, começamos a entender os desdobramentos da educação no país e seus percalços ao longo do tempo, pois, desde o princípio, ela não era tratada como prioridade, o que infelizmente é uma realidade nos dias atuais. O questionamento que fica em nossas mentes é sobre o porquê de se militarizar as escolas públicas do estado de Goiás. Não seria essa uma forma do governo do estado de Goiás se manter no poder?

Surgiu, assim, uma necessidade de se desvencilhar a educação dos jesuítas da educação brasileira, porém, o fato é que a educação brasileira foi direcionada pelos jesuítas até a sua expulsão em 1759 pelo Marquês de Pombal. Mesmo após essa data, o próprio Marquês fazia um grande esforço pra desvencilhar, do cunho religioso, a educação no país. Com a independência do Brasil, surgiu, ainda mais, a necessidade de se formarem mais soldados de guerra, pois as invasões eram constantes. A educação dos jesuítas não condizia com as habilidades necessárias para um soldado, do qual se exige a habilidade de matar quantas vezes fossem necessárias, sem se preocupar em estar pecando contra a Igreja.

1.3 Eis que surge o primeiro Colégio Militar do Brasil

No século XVIII, o Marquês de Pombal, que governou em nome do rei D. José I como primeiro ministro, expulsou os jesuítas do Brasil. Com o intuito de "obter mais rendas para o falido Estado português, Pombal confiscou os bens da ordem e assumiu a direção do sistema de ensino jesuítico" (RAMOS, 2011, p. 05). Pombal fechou as

faculdades jesuítas e colocou sargentos que sabiam ler e escrever para tomarem conta dos colégios e os oficiais como professores. Interessante nos atentarmos para tal ação do Marquês de Pombal: ele colocou os sargentos e oficiais para gerirem essas escolas com o intuito de ter maior controle e domínio sobre os alunos, mas também com o objetivo de preparar esses alunos para se tornarem soldados livres das amarras religiosas que, muitas vezes, os coibiam no combate.

Voltando à atitude do Marquês de Pombal, é válido fazermos um paralelo dessa atitude dele, de colocar os militares nas escolas, com a atitude do governador do estado de Goiás, que, no final da década de 90, começou a transformar os colégios estaduais em colégios militares. No século XVIII, o Marquês os colocou até como professores, nos Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás (CPMG), os militares não assumem a posição de professores, porém, assumem todos os outros cargos existentes nas escolas, como diretores, vice-diretores, coordenadores e outras funções.

Na até então Província de Goiás, em 1884, passou-se a aplicar a divisão das escolas públicas em duas classes, 1 e 2 graus, a obrigatoriedade do ensino de 7 a 13 anos para os meninos e 6 a 11 anos para as meninas, bem como a alocação de recursos, com a criação do fundo escolar (Alves, 2012, p.3). Interessante atentar que foi somente na última década do século XIX que os prédios escolares passaram a ser instalados em áreas nobres das cidades brasileiras.

No século XIX (SANTOS, 2010), no dia 09 de Março de 1889, por meio do decreto Imperial nº 10202, nasceu o primeiro colégio militar, com o nome de Imperial Colégio Militar da Corte, que atualmente é o tradicional Colégio Militar do Rio de Janeiro. O Imperial Colégio Militar da Corte foi direcionado para o ensino regular dos jovens. Interessante nos atentarmos para o fato de que, nessa mesma época, o Duque de Caxias e o Marquês de Herval se dispuseram a criar uma escola para os órfãos de militares mortos durante a Guerra do Paraguai.

Então, para Santos (2010), o surgimento do Colégio Militar da Corte ocorreu como forma de acalmar os ânimos e demonstrar aos militares que o Império estava agindo com boa vontade para com os filhos de militares mortos na guerra do Paraguai. O surgimento do primeiro colégio militar serviu também para contribuir para a formação de novos soldados capazes de fazer o que fosse necessário para ganharem suas batalhas e possíveis guerras. Já que a educação dada pelos jesuítas visava formar

soldados de Cristo, cujos princípios humanos deveriam ser preservados, então como formar soldados que conseguissem matar ou torturar? Como dar tal missão para os jesuítas, de formar soldados que estivessem dispostos a tudo, se esses seguiam seus preceitos religiosos, que os impediam de incentivar a prática de qualquer agressão física ou mental? Para Santos,

> assim, podemos dizer que os colégios militares surgem com propósito de aculturar os alunos, fazê-los soldados de guerra, e não soldados de Cristo como pretendia a educação jesuíta. Porém, antes da existência de instituições militares na educação brasileira, as regras, as classificações e a disciplina já faziam parte da rotina escolar dos aprendizes (SANTOS, 2010, p. 19).

O Imperial Colégio Militar da Corte surgiu para atender a diversas finalidades, como as mencionadas anteriormente, porém, a partir do surgimento desse colégio, abrem-se novos caminhos para a educação no Brasil: mais colégios militares surgiram, trazendo uma proposta de ensino "diferenciada". No decorrer de 1955, o General Teixeira, ao assumir o Ministério da Guerra, decidiu expandir a qualidade educacional do Colégio Militar para outras regiões brasileiras.

É válido ressaltarmos que assim começa o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) que, nos dias atuais, é formado por 13 colégios militares, que oferecem o ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e o ensino médio. Esses estabelecimentos de ensino estão localizados em vários estados do Brasil. São eles: Colégio Militar de Belém (CMBEL), Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH), Colégio Militar de Brasília (CMB), Colégio Militar de Campo Grande (CMCG), Colégio Militar de Curitiba (CMC), Colégio Militar de Manaus (CMM), Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), Colégio Militar de Salvador (CMS), Colégio Militar de Santa Maria (CMSM), Colégio Militar de Fortaleza (CMF), Colégio Militar de Juiz de Fora (CMJF) e Colégio Militar de Recife (CMR)[8].

Temos, porém, dois seguimentos existentes diferentes: os Colégios Militares (CM) e os Colégios da Polícia Militar do estado de Goiás (CPMG). O primeiro está subordinado diretamente ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX)

[8] Informações disponíveis no site do exército brasileiro, disponíveis em: http://www.eb.mil.br/web/ingresso/colegios-militares/-/asset_publisher/8E9mFznTlAQW/content/conheca-os-12-colegios-militar-1?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fweb%2Fingresso%2Fcolegios-militares%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_8E9mFznTlAQW%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1. Acesso em 28 de Setembro de 2016.

e o outro, à Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Educação do Estado de Goiás e ao Comando de Ensino da Polícia do Estado de Goiás. Porém ambos obedecem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) e às Diretrizes Curriculares Nacionais.

Os Colégios Militares (CM) têm como meta levar seus alunos à descoberta das próprias potencialidades, à auto-realização, à qualificação para o trabalho e prepará-los para a vida como cidadãos, educados conforme os valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro[9]. Os Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás (CPMG) possuem, como objetivo, desenvolver um trabalho participativo, voltado para um ensino de formação integral do aluno, visando um ensino de qualidade, preparando-o para o exercício consciente do civismo e da cidadania, tornando-o um cumpridor de seus deveres amparado pelos seus direitos, mediante a orientação e a formação do aluno para o mercado de trabalho[10]. É interessante que ambos enfatizem a preparação dos alunos para serem bons cidadãos, porém, os CM especificam que essa educação deve ser conforme os valores e tradições do Exército Brasileiro e os CPMG especificam algo um pouco diferente, que é a preparação para o mercado de trabalho. Por que ambos desejam fomentar os valores e as tradições militares nos alunos?

1.4 Um olhar para as décadas de 20 a 50 do século XX e as consequências na educação brasileira e no estado de Goiás

Segundo Romanelli (1987), em seu livro "História da Educação no Brasil", pouca coisa mudou na forma de encarar a educação que nos foi deixada pelos jesuítas. Verifica-se que houve tempos em que essa visão de educação marcada pelos jesuítas não foi alterada devido ao contexto sociocultural em que a instituição escolar brasileira estava inserida e que também houve momentos em que a educação brasileira começou a se chocar com esse contexto, pois as modificações pertinentes ousam aparecer.

Para se pensar a trajetória da educação brasileira desde o descobrimento do Brasil até chegarmos aos dias atuais, faz-se necessário levar em consideração o contexto político e econômico do Brasil, as fases e períodos proeminentes, todos importantes e coerentes com a realidade do cenário educacional do Brasil.

---

[9]Informações obtidas no site oficial do Exército Brasileiro, disponível em http://www.exercito.gov.br/web/ingresso/colegios-militares/, acesso em 28 de Setembro de 2016.
[10]Informações obtidas no site oficial do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, disponível em http://www.colegiomilitarhugo.g12.br/site/, acesso em 28 de Setembro de 2016.

É necessário pensar nas duas reformas educacionais, em 1918 e em 1930, que introduziram elementos da modernidade pedagógica em Goiás, inaugurando, nas escolas goianas, novos métodos, a partir da criação de um sistema público de educação escolar, formação de professores, prédios e mobiliários específicos de uma escola (ALVES, 2012, p.5).

Segundo Freitag (1980), a divisão em períodos se faz importante para entendermos melhor essas influências e as características da educação brasileira. O primeiro é o período colonial, que passa pelo período do Império até a I República, pois, nesses períodos, que vai de 1500 a 1930, é característico o modelo agroexportador de nossa economia. O segundo vai de 1930 a 1960 e corresponde ao modelo de substituição das importações, já o terceiro período refere-se à internacionalização do mercado interno e vai de 1960 aos dias atuais, quando olhamos diretamente para o atual cenário educacional no estado de Goiás, cujas escolas públicas estão se tornando abruptamente Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Voltemos o nosso olhar para a década de 20, cujo contexto social, econômico e político se faz necessário para compreendermos as possíveis implicações na área educacional. Olharemos para a crise do final da década de 1920, quando surgiram vários movimentos que ocasionaram, já em outubro de 1930, a derrocada do governo do Presidente Washington Luiz, cuja autoria foi de um dos movimentos armados que se iniciaram no sul do país e que abrangeram vários estados brasileiros. Segundo Romanelli (1987), o que foi chamado de revolução de 30 foi a junção de vários movimentos armados entre 1920 e 1964, que "se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica". Sendo assim:

> Economicamente falando, a crise se acentuou quando a política econômica do Governo, que visava a proteger os preços do café no mercado internacional, já não pode ser sustentada, devido às bases sobre as quais se vinha processando. A superprodução chegara a tal ponto, que as retiradas do mercado de parte da produção, processo que se vinha realizando, havia muito tempo, com financiamentos vindos do exterior e que garantia lucros ao produtor e "socializava os prejuízos" não puderam mais ser levadas a efeito (ROMANELLI, 1987, P.47).

Vamos entender porque "não puderam mais ser levadas a efeito". O primeiro motivo foi devido à crise de 1929, que impossibilitava ao governo fazer financiamentos para a compra de estoques invendíveis e, o segundo foi a saturação do mercado mundial

que, portanto, acabou acarretando na queda de nossas exportações de café, ao mesmo tempo em que a crise geral fez cessar a entrada de capitais. Logo, esses processos ocasionaram uma diminuição da nossa capacidade de importar pela impossibilidade de manter o mesmo nível de exportações ou até mesmo pela inexistência de reservas causadas pela retirada de capitais.

Segundo Romanelli (1987), a crise delineou-se, portanto, com a necessidade de mudanças no aparelho do Estado para se adequar à real situação econômica e política em que o Brasil se encontrava na época. As eleições de 1930 para a Presidência da República foram marcadas pelas fraudes, grande agitação e pelo assassinato do candidato opositor à Vice-presidência, fatos que acabaram por induzir à invasão do movimento armado.

Segundo Palacín e Moraes (2008), no estado de Goiás, a crise foi importada, pois não se tratou de revolução popular nem de algum tipo de movimento orquestrado pelas minorias; e sim pela junção de grupos diferentes da classe dominante que estavam descontentes com a ordem política estabelecida. Esses grupos tinham pessoas de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, de origens militares (grupo tenentista) e das classes médias e suas ideologias eram divergentes, mas o descontentamento com o cenário político era o que os unia.

Existiam em Goiás pequenos grupos de oposição que se localizavam em Rio Verde, em Inhumas e em Anápolis, porém, eram mais manifestações de personalidades descontentes do que uma verdadeira oposição, até mesmo porque não existiam partidos com base ideológica ou com programas de governos diferentes (PALACÍN; MORAES, 2008, p.151). Então,

> por todas as razões, a participação efetiva de Goiás na revolução limitou-se à ação pessoal do Dr. Pedro Ludovico Teixeira que, durante sete anos, tinha lutado na oposição em Rio Verde. Ao articular-se ao movimento revolucionário, ele entrou no esquema, mantendo-se em contacto com os centros revolucionários de Minas. Ao explodir a revolução, a 4 de outubro de 1930, reuniu um grupo de 120 voluntários no Triângulo Mineiro, com o qual intentou invadir a região sudoeste de Goiás. O grupo foi dispersado quase sem combate, às portas de Rio Verde, e Pedro Ludovico foi preso. Logo depois, a revolução triunfava no resto do país. Uma coluna procedente de Paracatu, comandada pelo coronel Quintino Vargas, chegou à cidade de Goiás, e o médico mineiro Carlos Pinheiro Chagas tomou o poder. (PALACÍN; MORAES, 2008, p.152).

Então, como em outros estados, a revolução fez com que o cenário político se alterasse e, depois de algumas semanas, o Dr. Pedro Ludovico foi nomeado interventor,

ficando no poder por um período de 15 anos. Logo, podemos dizer que a revolução no estado de Goiás não provocou nenhuma mudança no campo social e, no político, foi muito mais um movimento moralizador, com a criação da Comissão de Sindicância, criada em 20 de novembro de 1930, que devia apurar os crimes contra o patrimônio do estado, a coação e violência contra os "elementos liberais" e o abuso de autoridade e fraude nas eleições (PALACÍN; MORAES, 2008, P.153).

O movimento resultou em uma união de forças. Essa coalizão era frágil devido a ser composta por diferentes interesses e pelas mais diversas camadas da sociedade. Tinham em comum uma vontade imensa em experimentar novas formas políticas em detrimento do modelo político arcaico. Segundo Romanelli (1987), esses grupos que compunham essas forças tinham a seguinte formação:

> No primeiro grupo, alinhavam-se os militares superiores, uma parcela dos plantadores de café, descontentes com a política econômica do Governo, e a parte da elite política da oposição, que visava à conquista do poder. Estes últimos, "políticos frustrados, tanto nos Estados maiores, quanto nos menores, deveriam fornecer a continuidade indispensável entre a República Velha e os estágios sucessivos da era de Vargas". No segundo grupo, estavam os revolucionários, os que comandaram ou tiveram participação mais efetiva no movimento. Este grupo se subdividiu em duas correntes: uma, mais moderada, preocupada com mudanças de caráter constitucional, com apoio na pequena classe média e que reivindicava eleições livres e honestas, maior garantia de liberdades civis e um governo constitucional, e a outra, mais radical, liderada pela ala jovem das forças armadas, os "tenentes", que se propunham lutar pela "regeneração nacional" e pela modernização em caráter mais amplo e profundo (SKIDMORE *apud* ROMANELLI, 1987, p. 49).

O governo de Getúlio Vargas se instaurou inicialmente de forma provisória por meio da cisão dos tenentistas[11] e dos constitucionalistas, causada por toda a instabilidade gerada pelos conflitos existentes mediante a diversidade de interesses apresentadas por esses grupos. Os Tenentistas queriam um governo centralizado e nacionalista, desejavam que Vargas continuasse no poder até que as ações mais radicais fossem efetivadas, já os constitucionalistas, com a Revolução de 1932 de São Paulo, demonstraram que o movimento era pró-constituição e opositor da tendência centralizadora do governo, que extraia dos estados toda a autonomia conquistada desde a Proclamação da República. Getúlio Vargas permaneceu no poder durante 15 anos, de 1930 a 1945. 1930 a 1937 foi um período marcado pela instabilidade, já o período de 1937 a 1945 foi marcado por uma ditadura.

[11] De acordo com Romanelli (1987, p. 49), o Tenentismo se resumiu numa série de reivindicações que oscilaram entre a necessidade de se implantar uma ordem social e econômica de caráter capitalista e a moralização da eleições.

Em Goiás, em junho de 1932, o interventor Pedro Ludovico comunicou que a transferência da capital de Goiás estava sendo estudada, porém se tratava de um problema, o governo não tinha muito recursos para construir uma nova cidade e seus prédios públicos, ao mesmo tempo em que os moradores de Vila Boa (Cidade de Goiás) sofreriam com o provável prejuízo e com a desvalorização de seus imóveis com a futura mudança da capital para outro local.

Com a derrota da Revolução dos Constitucionalistas de 1932, São Paulo não se deu como vencido, persistiu para alcançar a "hegemonia pela ciência" (RAMOS, 2011). Assim, em 27 de maio de 1933, nasceu a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, instituição privada e destinada à formação da elite de grandes empresas particulares. Posteriormente, o estado de São Paulo criou, em 25 de Janeiro de 1934, por meio de decreto estadual, a Universidade de São Paulo, a USP.

Voltemos à Goiás. No dia 07 de novembro de 1935, realizou-se a mudança provisória da capital para Campinas. Essa foi escolhida por se localizar próxima à estrada de ferro, pela abundância de água e bom clima. A mudança definitiva se deu em 1937, ano em que os principais edifícios públicos já estavam construídos, porém, a cidade ainda estava no começo em relação à sua urbanização.

O Estado Novo, que surgiu em 1937 com base em um golpe dos dois grupos dos movimentos mencionados e também com apoio dos interesses dos latifundiários, deu a Getúlio Vargas amplos poderes, como o remanejamento da estrutura do Estado que a Revolução de 1930 vinha reivindicando, pois "a política liberal do Governo é substituída por um dirigismo estatal, que favoreceu a indústria" (ROMANELLI, 1987, p. 50). Sendo assim:

> É difícil chegar-se a um consenso sobre o que representou o Estado Novo para a vida nacional. Os estudiosos do assunto divergem amplamente quanto à forma pela qual passou a agir o Governo e quanto aos resultados dessa ação. Para uns, ele foi o golpe de morte nos interesses latifundiários e o favorecimento dos interesses da burguesia industrial. Para outros, ele favoreceu as camadas populares, com amplo programa de Previdência Social e Sindicalismo. Para outros, ainda, ele foi o resultado da união de forças entre o setor moderno, o setor arcaico e o capital internacional, contra os interesses das classes trabalhadoras (ROMANELLI, 1987, p. 51).

Entender o que foi o golpe do Estado Novo em 1937 para o Brasil se torna uma missão muito importante. Os motivos que levariam a esse golpe foram embasados na existência de um plano chamado Cohen, que estaria arriscando a estabilidade, a

segurança, o poder e as forças do Governo, que estariam ameaçadas pelo inimigo número um na visão do Governo, os comunistas responsáveis pela elaboração do tal plano. Então como foi isso? Em 30 de Setembro de 1937, o general Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro, declarou, pelo rádio, que descobriram um plano, chamado plano Cohen, arquitetado pelos comunistas brasileiros em parceria com os comunistas internacionais, cujo objetivo era a invasão comunista, que previa a agitação de operários e estudantes, a liberdade de presos políticos, o incêndio de casas e prédios públicos, manifestações populares que terminariam em saques e depredações, além da eliminação de autoridades civis e militares que se opusessem à tomada do poder.

Como a autenticidade do plano Cohen, a "ameaça vermelha", não foi questionada, já em 1º de Outubro, Getúlio Vargas solicitou ao Congresso Nacional que declarasse Estado de Guerra, situação que concedia a Getúlio amplos poderes. Usufruindo desses poderes, Getúlio começou uma constante perseguição aos comunistas e aos seus opositores políticos. Alguns meses depois, com base em algumas alianças que fez após a revelação do Plano Cohen, Getúlio mandou o Exército cercar o Congresso Nacional e, já à noite, fez a leitura da nova Constituição. Começava assim o período da Era de Vargas, época que marcou o surgimento da ditadura do Estado Novo, o qual se findou em 1945, com o afastamento de Getúlio Vargas do poder, quando ele sofreu o golpe ao invés de dá-lo.

Para esclarecer, Romanelli (1987) afirma que, em 1945, caiu a ditadura de Vargas, que foi substituída pela posse do novo presidente, Eurico Gaspar Dutra, em 31 de Janeiro de 1946. Em 1951, por um governo eleito, Getúlio reassume a presidência onde ficaria até 1954, até seu suicídio. Durante 15 anos, no entanto, o Estado havia impulsionado o desenvolvimento econômico através de uma intervenção crescente do governo.

Segundo Ramos (2011, p. 05), a universidade reorganizou a estrutura das faculdades criando faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais e a Escola de Belas Artes; além da Faculdade de Educação. Essas modificações estruturais atendiam ao projeto do educador Fernando de Azevedo, para quem a Faculdade de Educação deveria ser o centro de formação para professores para o ensino secundário, "enquanto a Faculdade de Filosofia deveria ser o coração da

universidade, o lugar onde deveriam se desenvolver ‘os estudos de cultura livre e desinteressada’”. Nesse projeto, as faculdades ofereceriam um curso básico preparatório para os demais.

O problema era que precisariam de professores para integrar o corpo docente da nova universidade, sendo assim, o Brasil precisou contratar treze professores europeus, seis franceses, quatro italianos e três alemães. Essa política perdurou até 1942, totalizando a passagem de quarenta e cinco professores estrangeiros pela universidade brasileira. Interessante ressaltamos que a USP:

> terminou se tornando, acima de tudo, um centro de formação de pesquisadores, incentivada a partir da dotação de uma porcentagem do ICMS para a sua manutenção. Seguindo o mesmo modelo, em 1947, foi criada a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), mantida através de 0,5% da receita do Estado, para sustentar as suas pesquisas (RAMOS, 2011, p. 19).

Já em 1950, com o fim do Estado Novo, começa um processo de ampliação do acesso ao ensino médio, ocasionando, sucessivamente, o acesso ao ensino superior. Logo surgiram muitas novas faculdades e universidades privadas e o governo federalizou faculdades privadas e estaduais com o intuito de formar novas universidades federais para atender ao mercado de trabalho.

No dia 04 de Dezembro de 1950 foi promulgada a lei 1.254 que levou à reforma que transformou professores e funcionários de universidades vinculadas aos estados e à União em funcionários públicos, com remuneração e direitos garantidos por lei. Os docentes contariam, a partir de então, com uma maior estabilidade e aposentadoria integral “tendo a obrigação de desempenhar a função docente junto com a de pesquisador, em regime de dedicação integral e exclusiva, ainda hoje em voga” (RAMOS, 2011, p.20).

1.5. A Ditadura Militar de 1964 e a Educação

A Ditadura Militar no Brasil começou bem antes do golpe de 1º de Abril. Desde uma década anterior ao golpe dado no período da Era Vargas pôde-se notar a atuação e as articulações externas e internas dos militares e de alguns políticos em busca do poder, o que também acontecia em outros países. Podemos dizer que o golpe teve seus grandes apoiadores e idealizadores em países como os Estados Unidos da América (EUA) e em grandes latifundiários e empresários, militares e políticos de oposição ao então

presidente João Goulart, que foi destituído do cargo com a ausência de qualquer documento que legitimasse sua retirada. Paulo Netto esclarece:

> Levado a cabo pelos setores mais reacionários da sociedade brasileira (a fina flor da burguesia industrial e financeira, os grandes proprietários de terras e as cúpulas militares) e com significativo apoio inicial da alta hierarquia católica e de largas camadas da pequena burguesia, o golpe - que se autoproclamou "revolução", para ocultar seu caráter reacionário, e "de março", para escapar à ironia do dia da mentira - contou com a mais ativa colaboração dos Estados Unidos e das empresas norte-americanas que atuavam no país. E instaurou uma ditadura que perduraria por duas décadas (PAULO NETTO, 2014, p. 17).

No dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros, o então Presidente da República, após somente sete meses de sua posse, renunciou ao cargo, com o objetivo de que as forças políticas conservadoras se reagrupassem e que as massas apelassem e clamassem a sua volta, para que voltasse a governar com mão de ferro e amplos poderes, porém, sua ideia não deu certo. Mesmo contra a vontade dos EUA e dos militares, o vice-presidente João Goulart, também conhecido como Jango, assumiu o poder. Entretanto, por meio de diversas negociações e tentativas do chamado "golpe branco", que consistia na tentativa de substituir o regime presidencialista pelo parlamentarismo, Jango assumiu a Presidência da República com poderes reduzidos. Esse "golpe branco" perdurou por dezesseis meses, até o plebiscito do dia 06 de janeiro de 1963. A partir daí restabeleceu-se o regime presidencialista.

Durante o seu governo, Jango adotou uma política econômica conservadora, diminuiu a participação das empresas estrangeiras, instituiu um limite para a remessa de lucros das empresas internacionais e seguiu as orientações do FMI. Declarou para o povo brasileiro que iria fazer a Reforma de Base para que a economia voltasse a crescer e para que a desigualdade social diminuísse. Foi por meio dessas declarações que seu governo foi considerado populista[12] pelos militares e pela elite e considerado cada vez mais uma enorme ameaça para os interesses dos EUA no Brasil. O termo populista foi o mesmo empregado nos últimos anos do governo de Vargas, como forma de desmerecer seu governo e sua imagem como presidente.

[12] No Brasil, o termo foi empregado por intelectuais que, no período da Era Vargas, associaram as características do presidente enquanto político com sua relação com segmentos populares, pela qual era até chamado de "pai dos pobres". Os conservadores e a direita rotularam o presidente como populista como uma forma de desclassificá-lo.

Importante nos atentarmos que o golpe do dia 1º de Abril também obteve apoio da Igreja Católica, inclusive por meio da "Marcha da Família", que ocorreu no dia 19 de março de 1964. Ao longo dos anos que antecederam o golpe, os EUA, com a ajuda do embaixador do Brasil, o Srº. Lincoln Gordon, arquitetaram suas ações e alianças com políticos, empresários e, principalmente, com militares. Para os americanos, essas ações de espionagem e de degradação da imagem do presidente João Goulart e de seu governo, aqui no Brasil, eram com o intuito de não permitir que o comunismo tomasse conta do país, assim como ocorreu com Cuba após a Revolução de 1959, liderada por Fidel Castro. Após esta revolução, os EUA se arrependeram de não terem tomado as 'atitudes necessárias'.

Cuba era um país que vivia sob forte influência dos Estados Unidos. As indústrias de açúcar e muitos hotéis eram dominados por grandes empresários norte-americanos. Os Estados Unidos também influenciavam muito na política da ilha, apoiando sempre os presidentes pró-Estados Unidos. É importante nos atentarmos para o objetivo do golpe:

> Ora, o golpe do 1º de abril teve exatamente por objetivo atender a essas duas exigências: fazer do Estado o núcleo articulador do grande capital, estrangeiro e nativo (e do latifúndio), para conduzir um projeto de crescimento econômico associado ao capital estrangeiro e submisso às novas exigências das metrópoles imperialistas (em primeiro lugar, Washington) (PAULO NETTO, 2014, p. 78).

O golpe do dia 1º de Abril não foi uma "revolução" para salvar o país do comunismo, como vimos acima. De acordo com Paulo Netto (2014), a submissão às metrópoles imperialistas, mais precisamente aos Estados Unidos, deixam bem claros os reais interesses deles em orquestrar nosso país econômica e politicamente. O povo brasileiro havia sido tão bombardeado de propagandas negativas contra os comunistas que o próprio povo já os temia e não estava satisfeito com a situação econômica e política do Brasil, então, o povo clamava por mudanças. A "Revolução" infelizmente aconteceu, o povo, sem saber ao certo o que estava acontecendo, interpretou tal ato como a salvação do país das mãos perversas dos comunistas. Mal sabiam o que iriam enfrentar pela frente com os militares no poder sob a orientação dos EUA.

Um pouco antes do golpe de 1964, a comunidade acadêmica já havia iniciado as discussões sobre melhorias salariais para os professores e sobre uma reforma

universitária, envolvendo a criação de institutos de pesquisa e assistência aos estudantes por meio de bolsas, alimentação e alojamento, porém, o golpe veio para atrapalhar e travar todas as discussões e os progressos educacionais.

A década de 1960 "foi fértil em experimentação educativa. Consolidaram-se os Colégios de Aplicação, surgiram os ginásios vocacionais e deu-se grande impulso à renovação do ensino de matemática e de ciências" (SAVIANI, 2004, p.6). Contudo, nesta mesma década, nota-se o declínio de todas as novas aspirações e metas para a real melhoria da educação, o fechamento do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e dos centros regionais a ele ligados. Tudo isso devido ao golpe civil- militar que foi consumado no dia primeiro de abril de 1964 e, após isso, todo o ensino do país sofreu grandes adequações e retrocessos. As propostas de melhorias educacionais só viriam a acontecer em 1968, pelas leis 5.539 e 5.540. Sobre essas leis:

> Estas leis criaram o Estatuto do Magistério Superior Federal, embora as mudanças viessem mais ao encontro do acirramento do controle do Estado sobre as universidades. O regime de cátedras foi extinto, substituído pelos departamentos, visando eliminar a duplicidade de disciplinas oferecidas em vários cursos, restringidas a um único departamento, eliminando gastos em duplicidade (RAMOS, 2011, p.05).

A extinção das cátedras[13] foi seguida da aposentadoria compulsória de professores que eram contra o regime militar, assim como a destituição de reitores e gestores, sendo substituídos por interventores nomeados pelo governo federal. É válido ressaltar que, assim como nas escolas, em vários outros segmentos, como mercados e bancos, haviam espiões que ficavam encarregados de observar e identificar possíveis subversivos. Todos os que discordassem das práticas do regime militar eram considerados traidores e criminosos, sendo assim, muitas pessoas foram capturadas, exiladas, presas, torturadas e assassinadas pelos militares.

E o que foi a Ditadura Civil-Militar no Brasil? Para Paulo Netto (2014), foi um período em que a violência e a coerção vigoravam, os direitos políticos foram cerceados, a democracia foi abolida, a atividade oposicionista foi criminalizada, os direitos humanos foram feridos. Foi a mais longa e perversa ditadura no Brasil, que atendeu aos interesses da burguesia brasileira, das empresas imperialistas e dos grandes

[13] Cátedra significou, ao longo da história do magistério superior, o cargo de professor catedrático do ensino superior, obtido por concurso e, portanto, com todos os direitos que são próprios de um concurso público. Isto desapareceu, neste sentido, com a reforma universitária ocorrida em 1968, durante o regime militar no Brasil, sob os auspícios dos acordos MEC/USAID.

proprietários fundiários. Foi um período em que a democracia era inexistente, a liberdade existia somente no dicionário, porque o povo brasileiro não tinha direitos, não podia discordar de nada que estivesse relacionado ao governo. A censura existia no rádio e na televisão, inclusive auxiliada pela Rede Globo, que propagava suas notícias e reportagens orientadas pelo regime militar. A verdade dos fatos não aparecia para o povo. Porém, as pessoas estavam percebendo sim o que lhes estava acontecendo, muitas foram às ruas para protestar, mesmo sabendo que poderiam não voltar para casa vivas.

No estado de Goiás, desde a sua consolidação como estado, notava-se a precariedade de sua capital e de sua tradição empresarial e foram essas as atitudes mais necessárias e emergenciais do governo. Dependia das ações do governo colocar Goiás em ação no campo empresarial e industrial, fazendo com que o capital do estado aumentasse gradativamente. Essa necessidade aumentou em 1950, quando ocorreu a criação do Banco do Estado e das Centrais Elétricas de Goiás - CELG.

O governador Mauro Borges Teixeira, durante o seu governo (1960-1964), foi o que mais sentiu a dificuldade da falta de capital e da participação empresarial do Estado e foi ele quem propôs o "Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás", que durou de 1961 a 1965, "abrangendo todas as áreas: agricultura e pecuária, transportes e comunicação, energia elétrica, educação e cultura, saúde e assistência social, levantamento de recursos naturais, turismo, aperfeiçoamento e atualização das atividades" (PALACÍN; MORAES, 2008, p.178).

Segundo Palacín e Moraes (2008), no Estado de Goiás, nas décadas de 60 e 70, em relação à indústria, não ocorreram modificações, por mais que esse setor, ao longo dos anos, tivesse se desenvolvendo de forma acelerada, com a intenção de acompanhar o processo de urbanização. Em 1970, a renda das indústrias contribuiu com apenas 4,5% da renda estadual. Com esse percentual, constata-se que a indústria pouco contribuía para a formação da riqueza e a oferta de empregos e essa contribuição era quatro vezes menor do que a média da contribuição nacional. Em relação à agricultura e a pecuária:

> A agricultura e a pecuária, por sua parte, representam 57% e 40%, respectivamente, do setor primário (3% corresponde a atividades extrativas). A agropecuária concentra 69% da mão-de-obra total. A agricultura baseia-se em três produtos principais: arroz (que significa quase a metade de toda a produção agrícola, e do qual Goiás é o primeiro produtor no Brasil), milho e feijão. Na pecuária, a produção é também extensiva: o rebanho bovino, com

> mais de 9 milhões de cabeças, é o quinto do país. (PALACÍN; MORAES, 2008, p.174-175)

O setor agropecuário foi marcado por um grande aumento do território produtivo, porém não houve aumento da produtividade, e sim da variação das áreas de cultivo. Ainda em 1970, "524.117 habitantes trabalhavam no setor agropecuário, o que significava 60% do total da mão-de-obra do estado. Deles, só 11.293 eram proprietários - 2,15% do total." (PALACÍN; MORAES, 2008, p.175).

CAPÍTULO 2
HISTÓRIA DO COLÉGIO HUGO DE CARVALHO RAMOS

2.1. O bairro onde se localiza o Colégio e o nome Hugo de Carvalho Ramos

Comecemos com um pouco da história do bairro Jardim Goiás onde o Colégio Hugo de Carvalho Ramos se localiza atualmente. O bairro Jardim Goiás localizado em Goiânia, foi criado em 1950 por Lourival Louza, que era proprietário de uma fazenda cujas terras foram loteadas. Essa fazenda foi adquirida com o capital acumulado em garimpos de ouro. A parte mais próxima da cidade foi, portanto, a porção destinada a um novo parcelamento, para o qual Louza buscou serviços técnicos em São Paulo (OLIVEIRA; PEIXOTO, 2009, p.5).

O governador da época, Ary Valadão, que tomou posse no dia 15 de março de 1979 e governou até dia 15 de março de 1983, tinha 57 anos quando tomou posse como o último governador do período militar de Goiás. Ele subia ao governo a contragosto de seu antecessor, Irapuan Costa Junior, de quem havia sido secretário do Interior e Justiça. Foi o único entre os quatro governadores do período militar que não havia se formado em engenharia. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela faculdade de direito da Universidade Federal de Goiás (UFG), Ary Valadão foi prefeito de Anicuns, sua cidade natal, entre 1947 e 1959 (CARREIRO, 2014, s/p)[14].

Ary Valadão[15] demonstrava uma enorme preocupação em criar uma escola para formar a burocracia goiana. Ele denominou essa nova escola como "escola de líderes", mas, inicialmente, ela foi conhecida como Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos. É válido entendermos que:

---

[14] Informações obtidas na reportagem de Marcos Carreiro (2014), publicada no Jornal Opção: http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/nem-so-por-morte-governaram-os-militares. Acesso em 03 de Janeiro de 2017.

[15] "Nessa mesma época, ele era o principal líder político local e presidente do diretório municipal da UDN. Ary Valadão foi deputado estadual por dois mandatos e teve atuação destacada na queda do então governador Mauro Borges no dia 26 de novembro de 1964, uma vez que era presidente regional da UDN. Foi líder do governo na Assembleia Legislativa na gestão de Otávio Lage durante o ano de 1966, ano em que foi eleito deputado federal. Em 1970 fez um curso na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Já no terceiro mandato na Câmara, em 1977, se licenciou para assumir a Secretaria estadual no governo Costa Junior". (CARREIRO, 2014, s/p.), disponível em: http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/nem-so-por-morte-governaram-os-militares. Acesso em 03 de Janeiro de 2017.

> A ideia da construção em Goiás, de um colégio voltado exclusivamente para a formação de lideranças defendida por Ary Valadão durante a campanha eleitoral e, posteriormente, incluída como obra prioritária no seu Plano de Governo, conta a partir de agora com um importante apoio na área federal. [...] O governador conseguiu sensibilizar Eduardo Portella, obtendo dele a liberação de uma verba de 35 milhões de cruzeiros para a construção do Colégio. Ary Valadão entende que Goiás precisa, urgentemente, formar elites de lideranças atuantes, aptas e capazes de ocupar funções de destaque no cenário nacional, projetando uma nova imagem do Estado (JORNAL 'O POPULAR' *apud* OLIVEIRA; PEIXOTO, 2009, p.7)

Logo, a escola de líderes seria a concretização das aspirações do Plano de Governo de Ary Valadão que, ao decorrer da sua campanha eleitoral, argumentou que Goiás, mais precisamente Goiânia precisava urgentemente formar uma elite de lideranças que fosse notória suficientemente para ganhar destaque no cenário nacional. Mesmo com os acordos entre o proprietário do bairro e o poder público, o Jardim Goiás ainda não era muito habitado, contudo, o Sr. Louza demonstrava mais uma vez sua sagacidade, quando criou o primeiro *shopping* da capital de Goiás, o que posteriormente fez com que a região se tornasse mais valorizada, até mesmo com a garantia de transporte público que garantia a locomoção das pessoas que moravam no centro para a região do bairro Jardim Goiás (OLIVEIRA; PEIXOTO, 2009, p.8).

A escola de líderes veio a se chamar Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos, em homenagem ao escritor goiano Hugo de Carvalho Ramos, que se destacou na história da literatura goiana. Para eternizar essa homenagem foi construído um memorial dentro do Colégio Hugo de Carvalho Ramos[16] com uma placa e quatorze quadros que descrevem a biografia do autor. Quem foi Hugo de Carvalho Ramos? Saberemos um pouco mais sobre esse escritor a seguir.

Hugo de Carvalho Ramos[17] nasceu em 21 de maio de 1895, em Vila Boa, hoje Cidade de Goiás, então a primeira capital do estado de Goiás, e iniciou seus estudos em

[16]Informações obtidas no site do Colégio Hugo de Carvalho Ramos: http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/index.php?frame=menu/recursos/biblioteca.htm. Acesso em 20 de março de 2017.

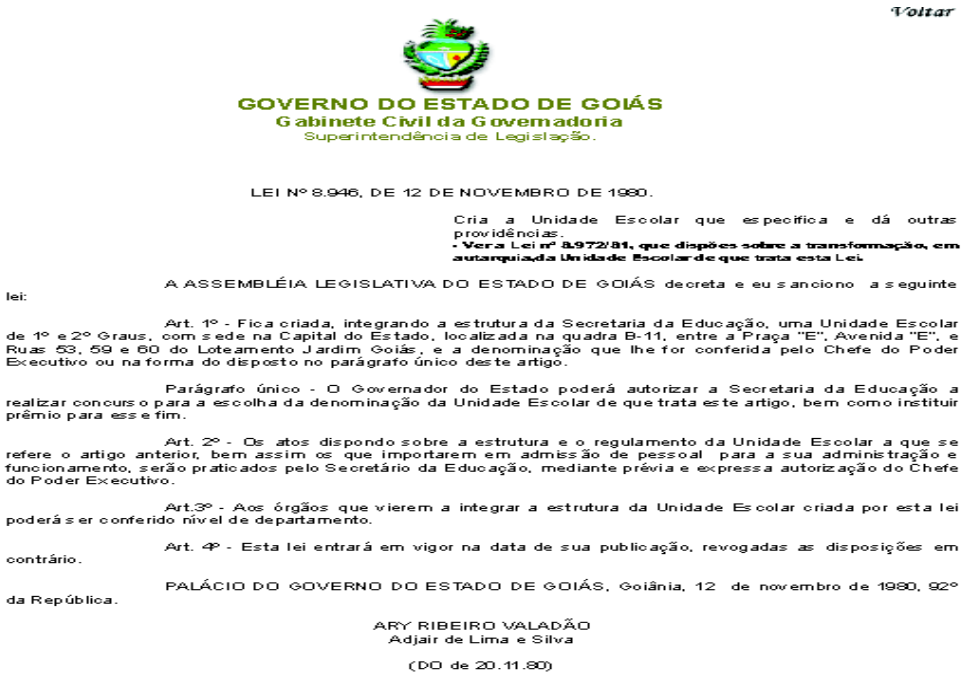
[17] Em sua ascendência encontramos avôs goianos, baianos e pernambucanos. Hugo era filho de Manuel Lopes de Carvalho Ramos e de Mariana Loiola Ramos. O Sr. Manuel era juiz municipal nomeado por D. Pedro II e também se dedicava a escrever. No ano em que Hugo nasceu, seu pai mandara imprimir em Porto, em Portugal, suas principais obras, entre as quais se encontrava o poema épico "Goiânia", que posteriormente deu origem ao nome da nova capital do estado e algumas poesias reunidas sob o título de "Os gênios", mas a inclinação para as letras não se restringiria ao pai de Hugo; seu avô paterno também possuía variedades literárias, e escreverá dois volumes de versos, "Horas vagas" e "álbum de meu silêncio", dos quais o primeiro veio a ser publicado em 1863 (GOMES, 2009, p.16-17).

sua cidade natal. Depois, foi para o Rio de Janeiro, onde, em 1916, matriculou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Em 1917 publicou *Tropas e Boiadas,* coletânea de contos que até hoje permanece como uma das obras goianas mais festejadas[18] e emblemáticas do regionalismo em Goiás.

2.2 Aspectos legais da história do Colégio Hugo de Carvalho Ramos

Para entender a história do Colégio Hugo de Carvalho Ramos faz-se necessário retroceder o olhar para o passado ainda recente, mais precisamente para 1981, ano a partir do qual o colégio funcionou como autarquia até 1983. Depois, se tornou Colégio Estadual, o sendo de 1984 a 1999, e, finalmente, em 2000, passou a ser Colégio da Polícia Militar. O Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos se tornou uma entidade Autárquica de Ensino de 2º grau mediante a lei nº 8.972 de 05 de janeiro de 1981- D.O. nº 13.673, de 15 de janeiro de 1981 -, que aborda a transformação em autarquia do estabelecimento criado pela Lei nº 8.946, de 12 de novembro de 1980 (SANTANA, 2013, p.15).

Figura 1: Lei nº 8.946 de 12 de Novembro de 1980 vide o Decreto nº 8.972/81. Transformação em Autarquia



Voltar

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

LEI Nº 8.946, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1980.

Cria a Unidade Escolar que especifica e dá outras providências.
- Vera Lei nº 8.972/81, que dispõe sobre a transformação, em autarquia,da Unidade Escolar de que trata esta Lei.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada, integrando a estrutura da Secretaria da Educação, uma Unidade Escolar de 1º e 2º Graus, com sede na Capital do Estado, localizada na quadra B-11, entre a Praça "E", Avenida "E", e Ruas 53, 59 e 60 do Loteamento Jardim Goiás, e a denominação que lhe for conferida pelo Chefe do Poder Executivo ou na forma do disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único - O Governador do Estado poderá autorizar a Secretaria da Educação a realizar concurso para a escolha da denominação da Unidade Escolar de que trata este artigo, bem como instituir prêmio para esse fim.

Art. 2º - Os atos dispondo sobre a estrutura e o regulamento da Unidade Escolar a que se refere o artigo anterior, bem assim os que importarem em admissão de pessoal para a sua administração e funcionamento, serão praticados pelo Secretário da Educação, mediante prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

Art.3º - Aos órgãos que vierem a integrar a estrutura da Unidade Escolar criada por esta lei poderá ser conferido nível de departamento.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, Goiânia, 12 de novembro de 1980, 92º da República.

ARY RIBEIRO VALADÃO
Adjair de Lima e Silva

(DO de 20.11.80)

Fonte: GOIÁS, 1980, p.1.

[18] Informações obtidas no site: http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/goias/hugo_de_carvalho.html. Acesso em 10 de Janeiro de 2017.

Com base no Decreto nº 1.899 de 17 de março de 1981 - D.O. nº 13.726 de 02 de abril de 1981 -, regularizou-se a entidade autárquica, no sentido de suas características e finalidades, como personalidade, autonomia, estrutura, organização, forma de ingresso e de estabelecimento de seus recursos humanos, dentre outras. Veja a figura 2 a seguir:

Figura 2: D.O. do Est. De Goiás nº 13.726 de 02/04/1981, Decreto nº 1.899/81. Transformação em Autarquia, Goiânia, p. 1-3, 1981

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DE GOIÁS

ANO 142 — GOIÂNIA, QUINTA-FEIRA, 02 DE ABRIL DE 1981 — Nº 13.726

ATOS DO
PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 1.899, DE 17 DE MARÇO DE 1981

Dispõe sobre a transformação em autarquia do órgão que especifica e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais, tendo em vista o que consta do processo nº 2400-02.120/81 e o disposto na Lei nº 8.972, de 5 de janeiro de 1.981

DECRETA:

Art. 1º — Fica transformado em entidade autárquica, sob a denominação de "Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos", o estabelecimento de ensino criado pela Lei nº 8.946, de 12 de novembro de 1.980.

Art. 2º — Regulamento da autarquia de que trata o artigo anterior fica aprovado na conformidade do anexo que com o presente decreto é baixado.

Art. 3º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, Goiânia, 17 de março de 1.981, 93º da República

ARY RIBEIRO VALADÃO
Adjair de Lima e Silva

(8.980)

REGULAMENTO

CENTRO EDUCACIONAL HUGO DE CARVALHO RAMOS

TÍTULO I
Das Características e Finalidades

CAPÍTULO I
Da Personalidade e Autonomia

Art. 1º — O Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos, com sede em Goiânia, é uma entidade autárquica, jurisdicionada à Secretaria da Educação, instituída na forma da Lei nº 8.972, de 5 de janeiro de 1.981, e destinada a ministrar o ensino de 2º Grau.

Art. 2º — A Autarquia de que trata o artigo anterior gozará de autonomia patrimonial, financeira, administrativa, didática, científica e disciplinar, que será exercida na forma da legislação em vigor.

Art. 3º — A organização e o funcionamento do Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos serão definidos neste Regulamento, no seu Regimento Interno, a ser proposto pelo Colegiado de deliberação superior da instituição e aprovado pelo Governador do Estado, e na legislação pertinente à espécie.

Da Finalidade

Art. 4º — O ensino ministrado na autarquia destina-se à formação integral do adolescente, observados os ideais afins da educação nacional previstos na Constituição da República Federativa do Brasil e na legislação que fixa as diretrizes e bases do ensino de 2º Grau.

TÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA

Art. 5º — A estrutura da autarquia objeto do presente Regulamento compõe-se de:

I. Conselho Diretor;
II. Diretoria, composta de:
a) Presidente
b) Diretor Administrativo
c) Diretor Pedagógico

§ 1º — Os setores componentes da estrutura referentes à Diretoria de Administração e à Diretoria Pedagógica serão definidos no Regimento Interno, com as atribuições que lhes forem conferidas.

§ 2º — A Diretoria comporá em sua estrutura Gabinete e Assessoria de Planejamento.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO DIRETOR

Art. 6º — O Conselho Diretor é o órgão consultivo de deliberação superior da instituição e terá como membros natos os membros da Diretoria, designados na forma do Artigo 8º da Lei nº 8.972, de 5 de janeiro de 1.981.

Parágrafo único — Terão assento no Conselho Diretor um representante do corpo docente, eleito por seus pares, um representante da comunidade, eleito pelos pais dos alunos, e um representante do corpo discente da instituição que tenha evidenciado alto nível de rendimento nos estudos.

Art. 7º — O mandato dos membros do Conselho Diretor será de dois anos, permitida a recondução por mais um período.

Parágrafo único — O mandato dos membros natos coincidirá com o mandato do cargo que lhe deu essa condição.

Art. 8º — O Conselho Diretor reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente ou por 2/3 de seus membros.

SEÇÃO II
DA DIRETORIA

Art. 9º — A Diretoria, órgão executivo central que coordena, acompanha, supervisiona todas as atividades da entidade autárquica, será exercida por um Presidente, assistido por um Diretor Administrativo e um Diretor Pedagógico, todos de livre nomeação e exoneração do Poder Executivo.

Parágrafo único - Nas faltas e impedimentos do Presidente, será o mesmo substituído pelo Diretor Pedagógico e, no seu impedimento, deste, pelo Diretor Administrativo.

Art. 10 — Ao Diretor Administrativo competirá superintender, coordenar e controlar todas as atividades da área de administração e exercer as atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 11 — Ao Diretor Pedagógico caberá afeta à área de ensino, a ele aplicando-se o que dispõe o artigo anterior.

Art. 12 — Ao Conselho Diretor competirá aprovar a política educacional da autarquia, estar pelo seu cumprimento e pelo aperfeiçoamento do processo educativo, de modo a garantir o alto nível do ensino.

Parágrafo único — Além das atribuições constantes do caput deste artigo, cabe ao Conselho Diretor:

a) exercer, como órgão consultivo e deliberativo, a jurisdição superior, no âmbito da entidade autárquica;

b) aprovar o Regimento;

c) apreciar e aprovar a proposta orçamentária da autarquia, observado a legislação em vigor;

d) autorizar a aquisição e alienação de bens imóveis, nos limites de sua competência;

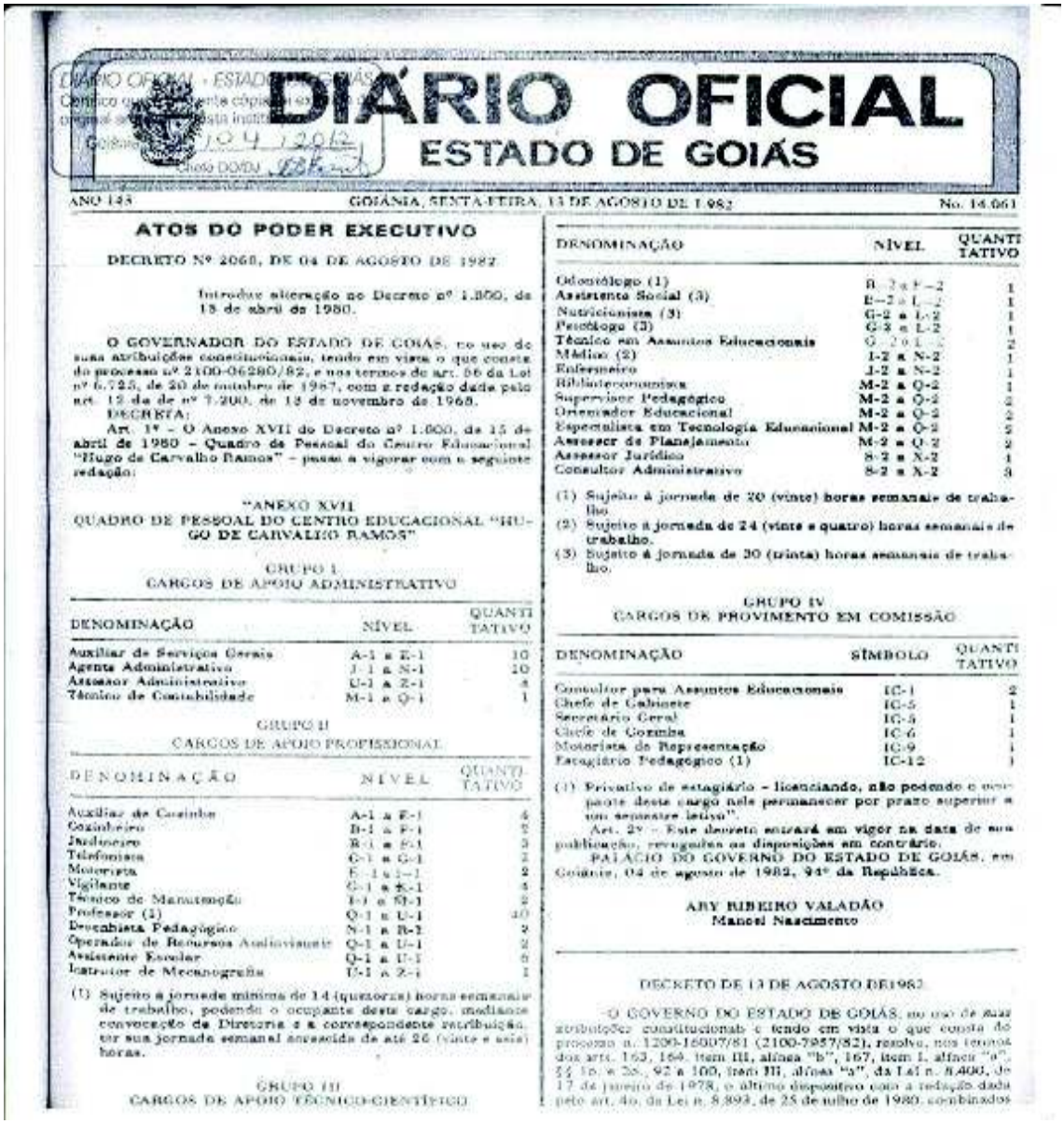
e) deliberar sobre a concessão de diplomas honoríficos e medalhas de mérito;

f) deliberar sobre a criação, fusão, desdobramento ou extinção

Fonte: SANTANA, 2013, p. 17.

Segundo Santana (2013), em cumprimento ao dispositivo de ordem legal, o Conselho Estadual de Educação, pela Resolução nº 40 de 15 de abril de 1982, combinado com o Decreto nº 2.068 de 04 de agosto de 1982, publicado no D.O. nº 14.061, de 13 de agosto do mesmo ano, autorizou o funcionamento dos Cursos de Secretariado e Publicidade. Confira a figura 3 a seguir:

Figura 3: D.O. do Est. De Goiás nº 14.061 de 13/08/1982. Decreto nº 2.068/1982. Determinação Alteração no Quadro de pessoal, Goiânia, p.1, 1982.



DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DE GOIÁS

ANO 143 — GOIÂNIA, SEXTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 1.982 — No. 14.061

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 2068, DE 04 DE AGOSTO DE 1982

Introduz alteração no Decreto nº 1.800, de 15 de abril de 1980.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais, tendo em vista o que consta do processo nº 2100-06280/82, e nos termos do art. 56 da Lei nº 6.725, de 20 de outubro de 1967, com a redação dada pelo art. 12 da de nº 7.200, de 13 de novembro de 1968.

DECRETA:

Art. 1º - O Anexo XVII do Decreto nº 1.800, de 15 de abril de 1980 - Quadro de Pessoal do Centro Educacional "Hugo de Carvalho Ramos" - passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO XVII
QUADRO DE PESSOAL DO CENTRO EDUCACIONAL "HUGO DE CARVALHO RAMOS"

GRUPO I
CARGOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	QUANTITATIVO
Auxiliar de Serviços Gerais	A-1 a E-1	10
Agente Administrativo	J-1 a N-1	10
Assessor Administrativo	U-1 a Z-1	4
Técnico de Contabilidade	M-1 a Q-1	1

GRUPO II
CARGOS DE APOIO PROFISSIONAL

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	QUANTITATIVO
Auxiliar de Cozinha	A-1 a E-1	4
Cozinheiro	B-1 a F-1	2
Jardineiro	B-1 a F-1	3
Telefonista	G-1 a G-1	2
Motorista	E-1 a J-1	2
Vigilante	G-1 a K-1	4
Técnico de Manutenção	I-1 a M-1	2
Professor (1)	Q-1 a U-1	10
Devenhista Pedagógico	N-1 a R-1	2
Operador de Recursos Audiovisuais	Q-1 a U-1	2
Assistente Escolar	Q-1 a U-1	6
Instrutor de Mecanografia	U-1 a Z-1	1

(1) Sujeito a jornada mínima de 14 (quatorze) horas semanais de trabalho, podendo o ocupante deste cargo, mediante convocação da Diretoria e a correspondente retribuição, ter sua jornada semanal acrescida de até 26 (vinte e seis) horas.

GRUPO III
CARGOS DE APOIO TÉCNICO-CIENTÍFICO

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	QUANTITATIVO
Odontólogo (1)	B-2 a F-2	1
Assistente Social (3)	E-2 a L-2	1
Nutricionista (3)	G-2 a L-2	1
Psicólogo (3)	G-2 a L-2	1
Técnico em Assuntos Educacionais	G-2 a L-2	2
Médico (2)	I-2 a N-2	1
Enfermeiro	J-2 a N-2	1
Bibliotecomunisa	M-2 a Q-2	1
Supervisor Pedagógico	M-2 a Q-2	2
Orientador Educacional	M-2 a Q-2	2
Especialista em Tecnologia Educacional	M-2 a Q-2	2
Assessor de Planejamento	M-2 a Q-2	2
Assessor Jurídico	S-2 a X-2	1
Consultor Administrativo	S-2 a X-2	3

(1) Sujeito à jornada de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.
(2) Sujeito a jornada de 24 (vinte e quatro) horas semanais de trabalho.
(3) Sujeito à jornada de 30 (trinta) horas semanais de trabalho.

GRUPO IV
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTITATIVO
Consultor para Assuntos Educacionais	IC-1	2
Chefe de Gabinete	IC-5	1
Secretário Geral	IC-5	1
Chefe de Governa	IC-6	1
Motorista de Representação	IC-9	1
Estagiário Pedagógico (1)	IC-12	1

(1) Privativo de estagiário - licenciando, não podendo o ocupante deste cargo nele permanecer por prazo superior a um semestre letivo".

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 04 de agosto de 1982, 94º da República.

ARY RIBEIRO VALADÃO
Manoel Nascimento

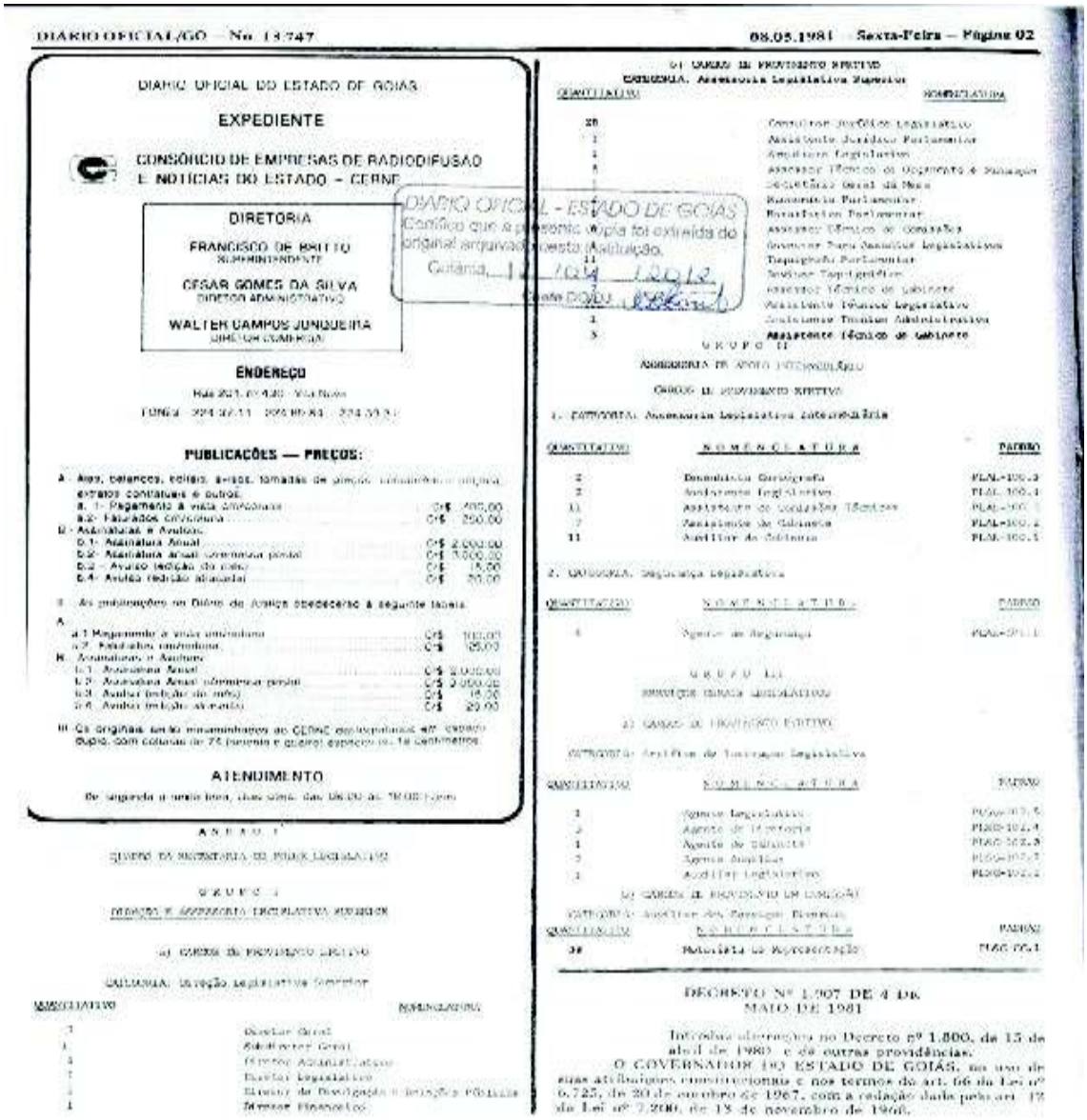
DECRETO DE 13 DE AGOSTO DE 1982

O GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e tendo em vista o que consta do processo n. 1200-16007/81 (2100-7957/82), resolve, nos termos dos arts. 163, 164, item III, alínea "b", 167, item I, alínea "a", §§ 1º. e 2º., 92 a 100, item III, alínea "a", da Lei n. 8.400, de 17 de janeiro de 1978, o último dispositivo com a redação dada pelo art. 4º. da Lei n. 8.894, de 25 de julho de 1980, combinados

Fonte: SANTANA, 2013, p.18

Por meio do Decreto nº 1.907 de 04 de maio de 1981 (cf. D.O.nº13.747 de 08 de maio de 1981), a autarquia teve o seu Quadro de Pessoal aprovado nos termos do Anexo XVII.

Figura 4: D.O. do Est. de Goiás nº 13.747 de 08/05/1981, Decreto nº 1.907/81. Determinação do Quadro de Pessoal, Goiânia, p. 1-5, 1981.



DIÁRIO OFICIAL/GO — Nº 13.747 — 08.05.1981 — Sexta-Feira — Página 02

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS

EXPEDIENTE

CONSÓRCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO – CERNE

DIRETORIA

FRANCISCO DE BRITTO
SUPERINTENDENTE

CESAR GOMES DA SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

WALTER CAMPOS JUNQUEIRA
DIRETOR COMERCIAL

ENDEREÇO

PUBLICAÇÕES — PREÇOS:

ATENDIMENTO

DIÁRIO OFICIAL - ESTADO DE GOIÁS
Certifico que a presente cópia foi extraída do original arquivado nesta Instituição.
Goiânia, 11/04/2012

DECRETO Nº 1.907 DE 4 DE MAIO DE 1981

Fonte: SANTANA, 2013, p.19

Mediante ao Decreto nº 1.899/81, nos termos do artigo 3º, foi aprovado o Regimento do Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos, o qual foi objeto de

aprovação do Poder Executivo por via do Decreto nº 2.079 de 21 de setembro de 1982, publicado no D.O. nº 14.092 de 28 de setembro de 1982.

Figura 5: D.O.do Est.de Goiás nº 14.092 de 28/09/1982. Decreto nº 9.249/1982. Aprova o Regimento Interno, Goiânia, p. 1-10, 1982.

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DE GOIÁS

ANO 143 — GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 1982 — No. 14.092

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 9.249 DE 21 DE SETEMBRO DE 1982

Dispõe sobre concessão de pensões especiais a SEBASTIANA FERREIRA NETO e MARIA ABADIA DOS SANTOS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam concedidas pensões especiais, cada uma de valor mensal sempre correspondente a 3 (três) vezes o salário-mínimo estabelecido para o Estado de Goiás, à SEBASTIANA FERREIRA NETO e MARIA ABADIA DOS SANTOS.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 21 de setembro de 1982, 94º da República.

ARY RIBEIRO VALADÃO
David Barbosa Ribeiro

(13120)

DECRETO Nº 2079 DE 21 DE SETEMBRO DE 1982

Aprova o Regimento Interno do Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e tendo em vista o que consta do processo nº 2100-06031/82,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno do Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos, que com este é baixado.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 21 de setembro de 1982, 94º da República.

ARY RIBEIRO VALADÃO
Manoel Nascimento

(13120)

CENTRO EDUCACIONAL HUGO DE CARVALHO RAMOS
REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I
Da Caracterização e Organização
CAPÍTULO I
Da Caracterização
SEÇÃO I
Da Identificação

Art. 1º - O Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos, entidade autárquica jurisdicionada à Secretaria da Educação, instituída na forma da Lei nº 8.972, de 5 de janeiro de 1981, e do Decreto nº 1.099, de 17 de março de 1981, goza de personalidade jurídica de direito público e tem por finalidade ministrar o Ensino de 2º Grau.

Parágrafo único - A entidade autárquica - Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos - é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática - científica e disciplinar.

SEÇÃO II
Dos Objetivos

Art. 2º - É objetivo geral do estabelecimento proporcionar ao educando formação adequada ao desenvolvimento de suas potencialidades, a fim de facultar sua auto-realização, a qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício consciente da cidadania, levando-o:

I - à compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da Família e dos demais grupos que compõem a comunidade;

II - ao respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;

III - ao fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;

IV - ao desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum;

V - ao domínio dos recursos científicos e tecnológicos, de tal forma que lhe permita contribuir para o desenvolvimento e vencer as dificuldades do meio;

VI - à preservação do patrimônio cultural;

VII - à condenação de qualquer tratamento desigual, por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como de quaisquer preconceitos de classe ou de raça;

VIII - à formação e ao cultivo do espírito de civismo, de tolerância e de responsabilidade, visando dar ao adolescente uma formação integrada à realidade do País.

Art. 3º - O Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos tem como objetivo específico a formação integral do adolescente, incluindo o oferecimento de sólida cultura humanística, sem prejuízo dos estudos de natureza técnico-profissional.

Parágrafo único - No desenvolvimento do processo de formação humanística será observado o mínimo exigido pela legislação que disciplina o Ensino de 2º grau, quanto à preparação do educando para a habilitação profissional e quanto às condições para o prosseguimento de estudos.

SEÇÃO III
Do Funcionamento

Art. 4º - O regime de funcionamento será o de tempo integral, no sistema de semi-internato.

Parágrafo único - A integralização da formação profissional do educando poderá ter lugar em empresas e/ou outras entidades congêneres, para o que poderão ser firmados convênios ou acordos de cooperação técnico-profissional.

SEÇÃO IV
Das Habilitações Profissionais

Art. 5º - O Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos oferecerá as seguintes habilitações profissionais:

I - técnico em Secretariado e Técnico em Publicidade, com duração de quatro anos;

II - Auxiliar em Secretariado e Auxiliar em Publicidade, com duração de três anos.

Parágrafo único - Além das habilitações enunciadas no Capítulo II deste artigo, poderão ser oferecidas, a critério da Di

Fonte: SANTANA, 2013, p.20

2.3. Admissão, horário escolar e serviços oferecidos ao educando no Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos (ainda não militarizado)

O Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos, no Jardim Goiás, Goiânia - GO, ocupa uma área de 13.090 m², sendo que, de área construída, chega a 10.081,75 m², separada em dois pavimentos. No térreo, encontram-se as salas da presidência, da diretoria administrativa, da diretoria pedagógica, da chefia de gabinete, de planejamento, assim como os departamentos de ensino, de assistência ao estudante, pessoal, financeiro e de atividades gerais, a secretaria escolar, as salas de educação artística, de mecanografia, de música, de ginástica rítmica e de desenho, além dos laboratórios de física, química e biologia, o almoxarifado, o centro cívico, o auditório, os vestiários, as áreas de lazer, a cantina, o refeitório e a quadra de esportes. O pavimento superior comporta quatorze salas de aula, o estúdio de televisão, a sala de professores, o serviço de tecnologia educacional, os estudos sociais e a biblioteca (SANTANA, 2013, p.21).

Figura 6: Fachada de entrada (painel de Iza Costa)

Fonte: Biblioteca do Colégio, *folder* Sec. da Educação 1982.

Figura 7: Biblioteca, salas de estudos e memorial Hugo de C. Ramos.

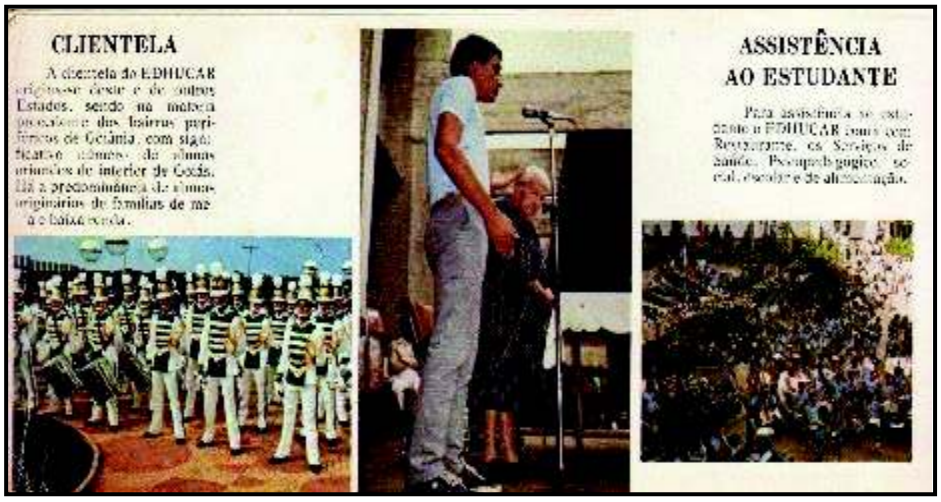
Fonte: Biblioteca do Colégio, *folder* Sec. da Educação 1982.

A entidade autárquica Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos conta com a estrutura de um conselho diretor, uma diretoria, órgãos de apoio técnico-pedagógicos e órgãos de apoio administrativo, sendo que a diretoria é composta pelo presidente, pelos diretos pedagógicos e pelos diretos administrativos. No departamento de ensino, os serviços se subdividem em três setores responsáveis: a supervisão pedagógica, a coordenação de área e a tecnologia Educacional.

O Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos se estruturou pedagogicamente para oferecer apenas o ensino de 2º grau, ministrando os cursos de Secretariado e Publicidade. O curso auxiliar tinha a duração de 03 (três) anos dos 4 anos que constituíam o curso de 2º Grau, já que a formação técnica envolvia a complementação desses estudos realizada no 4º ano e envolvia disciplinas teóricas, práticas em escritórios ou agências modelo, além do estágio supervisionado em entidades relacionadas ao exercício profissional (SANTANA, 2013, p.25).

Para adentrar como aluno era necessário participar de uma seleção, definida pela realização de três provas: Português, Matemática e Conhecimentos Gerais. Foi "por meio dos Exames de Seleção que se adotou o critério de procedência dos alunos, sendo um percentual das vagas destinadas aos alunos procedentes do interior do estado e/ou de outros estados" (SANTANA, 2013, p.27). O interessante nesse critério de procedência dos alunos é que 40% das vagas eram destinadas aos alunos que residiam em bairros periféricos de Goiânia.

Figura 8: Banda marcial e palestra de Cora Coralina, no pátio interno de convivências.



Fonte: Biblioteca do Colégio, *folder* Sec. da Educação.

O regime de funcionamento do Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos era de tempo integral, no sistema de semi-internato. O horário de atendimento ao aluno era das 07:30 às 16:40, com horários para a recreação, estudo e refeição. As aulas tinham duração de cinquenta minutos e o intervalo para o recreio era de vinte minutos.

No Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos havia um departamento de assistência ao estudante, subordinado à direção pedagógica. Esse departamento oferecia, a todos os alunos, serviços diversos, dentre eles: orientação psicopedagógica, assistência social, saúde, nutrição e assistência escolar. Para a execução desses serviços, eram colocados, à disposição dos alunos, os seguintes profissionais: psicólogo, orientador educacional, assistente social, médico, enfermeiro, odontólogo, nutricionista e assistente escolar. Elencaremos algumas das ações de cada um desses profissionais:

> Art.27- São atribuições do psicólogo:
> a) Estudar o comportamento humano dos alunos e a dinâmica de sua personalidade.
> b) Orientar os alunos psicologicamente e promover o seu ajustamento pessoal e social.
> Art. 28- São atribuições do orientador educacional:
> a) Identificar alunos com necessidades de orientação individual e realizar o aconselhamento, encaminhando e acompanhando na solução de seus problemas.
> f) Realizar atividades para treinamento de lideranças.
> Art. 29- São atribuições do assistente social:
> c) Realizar entrevistas, visitas à família do educando, manter entendimentos e promover reuniões em matéria de sua especialidade.
> d) Ser o elo de ligação entre entidade autárquica e a família do educando.
> Art. 30- São atribuições do médico:
> a) Prestar ao educando e aos servidores do estabelecimento assistência médica de urgência.
> b) Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua competência, controle e absenteísmo e elucidação de suspeita sobre o uso de tóxico;
> Art.31- São atribuições do odontólogo:
> a) Prestar ao educando assistência odontológica.
> b) Elaborar e executar programas preventivos de moléstias bucais.
> c) Prestar atendimento de emergência sempre que necessário.
> Art.32- São atribuições do enfermeiro:
> a) Administrar medicamentos e tratamentos prescritos pelo médico.
> b) Aplicar medidas destinadas à prevenção de doenças.
> c) Promover e/ou participar dos programas de saúde da entidade autárquica.
> Art.33- São atribuições do nutricionista:
> a) Planejar cardápios balanceados, observando a faixa etária dos educandos.
> b) Programar e executar atividades relativas à educação alimentar, à higiene, nutrição e dietética.
> (GOIÁS, Decreto nº2.079, de 21 de Setembro de 1982).

Interessante nos atentarmos para a diversidade de serviços disponibilizados a todos os alunos que estudavam no Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos. No

artigo 27, letra “a”, do decreto transcrito, percebe-se uma preocupação em se estudar o comportamento dos alunos e, na letra “b”, evidencia-se que era oferecida uma orientação psicológica para os alunos que precisassem, indicando uma preocupação com a adequação à vida pessoal e social dos estudantes.

No artigo 29, que especifica as atribuições do assistente social, a letra “d” se refere ao elo entre a entidade autárquica e a família do educando(a), o que permite notar uma preocupação da entidade em trabalhar em parceria com a comunidade escolar. No art. 30, que se refere às especificações do médico, a letra “b” revela uma tentativa de controle da entidade autárquica quanto ao uso de drogas, utilizando-se de exames para quaisquer necessidades de elucidação de algum caso suspeito.

Nota-se, portanto, o serviço de odontólogos, nutricionistas, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, médicos, dentre outros profissionais, como parte integrante da equipe do “Departamento de Assistência ao aluno” do Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos, todos em prol dos educandos. Se pensarmos em um ideal de escola, com certeza muitos desses profissionais estariam inclusos nesse ambiente escolar para propiciarem assistência e acompanhamento ao desenvolvimento social, físico, psicológico e afetivo dos alunos.

Ao decorrer de 1982, foi criado um projeto esportivo de basquete, que, por meio de aulas e de jogos, despertava entre os alunos e os professores uma relação de interação e de compreensão. Os treinamentos começaram em 1983 e, em 1986, ocorreu a primeira conquista dos vinte e um títulos de campeão goiano que ainda viriam. É importante sabermos que, a partir de 1983, o Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos passou a ser Colégio Estadual Hugo de Carvalho Ramos, oferecendo ensino fundamental, além do ensino médio que já era oferecido.

Figura 9: Col. Hugo de C. Ramos conquista do primeiro título de campeão, juv. Feminino, 1986

Figura 10: Documento, Jornal O Popular, seção esporte. 1º título do Colégio em 1986.

erceiro na Copa RD-350

Santa Helena é o campeão de vôlei

Hugo é campeão na Copa Pamerindus

Elas tiveram sorte

Resultados da prova

Fonte: SANTANA, 2013, p.54.

As vitórias dos alunos do Colégio Hugo de Carvalho Ramos iam além das quadras e campeonatos, a interação conquistada era tão grande que os alunos promoviam trimestralmente uma festa na escola ou na casa de algum aluno. "Passou-se um sentimento de união, que ser cooperado é ser querido, respeitado, engrandecido, um significado de poder dominar os fundamentos e sistemas do que é o basquetebol" (SANTANA, 2013, p.60).

Figura 11: Col. Hugo de C. Ramos, foto que registra as festas que aconteciam trimestralmente na escola ou em casa de aluno.

Fonte: SANTANA, 2013, p.60.

Figura 12: Col. Hugo de C. Ramos, campeão infantil masculino de 1987.

Fonte: SANTANA, 2013, p.54

Ao decorrer dos anos, o Colégio Estadual Hugo de Carvalho Ramos, com a sua equipe de basquetebol, ganhou vários títulos. Em 1989, foi campeão goiano estudantil nas modalidades infantil e juvenil feminino, inclusive tendo atletas do colégio sendo convocados para jogos brasileiros.

Figura 13: Equipe Infantil na preliminar, Sel. Brasileira: Brasil x Cuba, 1989.

Fonte: (SANTANA, 2013, p.63).

Figura 14: Documento que certifica a participação dos Jogos Brasileiros, Brasília, 1989.

Fonte: SANTANA, 2013, p.64.

Figura 15: Hugo campeão infantil estudantil nos anos 1986. 87, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97.

Fonte: SANTANA, 2013, p.71.

Figura 16: Hugo campeão juvenil estudantil nos anos, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97.

Fonte: SANTANA, 2013, p.64.

Faz-se importante refletirmos sobre essa história do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, pois ele apresenta-se como um colégio com um diferencial importante quando relacionado a outros da época, possuindo um incentivo muito grande à prática de esportes e à formação de equipes, com equipes de Basquete excepcionalmente boas, tornando-se referência no cenário goiano e brasileiro. 1999 foi o ápice de suas conquistas, chegando aos vinte e um títulos. Essa história ainda não chegou ao fim, mas comecemos a nos indagar. Por que um colégio bem organizado, com uma equipe multifuncional composta por diversos profissionais, com alunos envolvidos com o esporte, ganhando títulos (ao todo foram vinte e um), deveria ser transformado em Colégio Militar do Estado de Goiás, com a alegação de que o colégio estaria depredado, com alunos drogados e com professores desestimulados[19]?

2.4. O processo de militarização e o abrupto aparecimento de colégios militares no estado de Goiás.

Para falarmos sobre a história da militarização do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, faz-se necessário relembrar que esse colégio é um CPMG (Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás), e que esse tipo de colégio se diverge dos CM (Colégios Militares). Como vimos no primeiro capítulo, os Colégios Militares surgiram no Brasil em 1889 e são chamados de CM, os mesmos são ligados diretamente ao Exército Brasileiro e hoje constituem um total de 13 unidades. No estado de Goiás, temos os CPMG, que surgiram legalmente no estado e foram autorizados pela lei nº 8.125 de 18 de Junho de 1976, artigo 23, inciso I, alínea b, lei essa que surge durante a Ditadura Civil e Militar.

Os CPMG são diferentes dos Colégios Militares (CM), porque são ligados diretamente ao Comando de Ensino que está hierarquicamente ligado à Secretaria de Segurança Pública. A Secretaria de Segurança Pública, por sua vez, mediante o organograma do estado, está ligada objetivamente ao governador do estado, então, a Secretaria de Segurança Pública fez uma parceria, por meio do Termo de Cooperação Técnico Pedagógico 009/12, com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás e foi assim que surgiram os Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás.

[19] Informações obtidas oralmente durante a conversa com o Tenente Coronel e a Comandante do CPMG/Hugo de Carvalho Ramos.

Inicialmente, o objetivo dos CPMG era a formação e a especialização de oficiais e praças, porém, na década de 90, mais precisamente em 27 de julho de 1998[20], os Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás foram efetivados, mas ainda não havia nenhuma parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Pela portaria nº 0604/98/PM de 19 de Novembro de 1998 ativou-se o Colégio da Polícia Militar de Goiás (CPMG) e sua instalação se deu nas dependências da Academia da Polícia Militar, com a autorização e aprovação do CEE do Estado. Foram oferecidas na época 440 vagas para estudantes, mas a prioridade ainda era para os dependentes de policiais, servidores e funcionários públicos. O funcionamento do CPMG nesse lugar foi até dezembro de 1998 (BELLE *apud* SANTOS, 2016, p.19).

O delegado metropolitano de Educação concedeu um prédio com 11 salas de aula e, ali, criou-se, então, a Unidade Vasco dos Reis. O comando da PMGO também cedeu a construção de mais seis salas de aula nas dependências da Academia de Polícia Militar. Já no ano de 2000, a Secretaria Estadual de Educação transformou o Colégio Estadual Hugo de Carvalho Ramos em Colégio da Polícia Militar (CPMG), com mais de 1700 alunos matriculados e o colégio, com a sua nova estrutura, disponibilizou mais 455 vagas.

O primeiro colégio do estado de Goiás a ser transformado em colégio militar foi a Escola Estadual de 1º grau Vasco dos Reis, em 1999, que passou a se chamar, então, Colégio da Polícia Militar de Goiás Polivalente Modelo Vasco dos Reis, com cerca de 440 alunos. Em seguida, no ano 2000, a Secretaria de Educação entregou a direção do Colégio Hugo de Carvalho Ramos para o Colégio da Polícia Militar de Goiás (CPMG) com um quantitativo de 1700 alunos na época. Hoje, o este colégio comporta 3.000 alunos.

Em seguida, a Secretaria de Educação entregou a direção de mais quatro escolas públicas para os militares, transformando-as em CPMG (Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás). Essas escolas são: Ayrton Senna, Dr. César Toledo (Anápolis), Carlos Cunha Filho (Rio Verde), e Dionária Rocha (Itumbiara). Hoje, são ao todo 47 Colégios da Polícia Militar. As justificativas dessa abrupta transformação de escolas públicas em

[20] O colégio foi efetivado quando o tenente Coronel da Polícia Militar Carlos Félix do Nascimento foi designado para acumular os cargos de Comandante da Academia de Polícia e diretor do Colégio da Polícia Militar e o Capitão Geraldo de Castro foi destinado à Secretaria Geral da PM. (SOUZA *apud* SANTOS, 2016).

Colégios da Polícia Militar, de acordo com o governo do estado de Goiás, é que a sociedade goiana clama por colégios militares. Será mesmo que é a sociedade goiana que clama por colégios militares? A sociedade goiana clama sim, mas por uma educação pública, gratuita e de qualidade, para todos e sem distinção, sem que o medo vigore, assim como qualquer outra sociedade dos diferentes estados brasileiros. O fato é que, no estado de Goiás, o governador declarou que a transformação das escolas públicas em colégios militares seria uma de suas metas de governo, isso ainda em 1999.

As constantes transformações de escolas públicas em Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás foram reveladas a todo o país por meio de uma reportagem do Jornal "Folha de São Paulo"[21], na qual o estado de Goiás ganhou destaque por ser o estado brasileiro que mais possui colégios militares da polícia militar, sendo vinte e seis, em 2015, ano em que ocorreu a reportagem; seguido por Minas Gerais, com vinte e dois; Bahia, com treze; Rio Grande do Sul, com sete; Amazonas, com quatro; Maranhão com três; Tocantins, Rondônia, Santa Catarina, Ceará, Piauí e Pernambuco com dois e Paraná, Paraíba, Mato Grosso, Distrito Federal, Roraima e Alagoas somente com um.

Durante uma solenidade de entrega de benefícios do Programa Bolsa Atleta, no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em 2015, o governador do estado de Goiás, Marconi Perillo, foi surpreendido por um grupo de professores que protestavam contra ele, contra o seu governo, que extinguiu a titularidade dos professores e não pagou o piso nacional, e contra uma declaração do próprio governador em que exprimia seu desejo de incluir OS's na educação.

Inicialmente, o governador referiu-se aos docentes que lá estavam como "alguns radicais que querem achar que o Brasil é a Venezuela ou é Cuba, [e] quiseram atrapalhar este evento"[22]. Então professores protestando são radicais? E a liberdade de expressão e o direito de lutar pelos seus direitos? A questão é que um governo democrático não deveria reagir de forma autoritária, deveria estar aberto à discussão.

No decorrer desse mesmo evento, o governador Marconi Perillo ainda afirmou que tinha coragem de enfrentar os professores, pois quem tinha vez com ele eram os

[21] Reportagem disponível no site: http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/08/1666631-cresce-no-brasil-o-numero-de-escolas-basicas-publicas-geridas-pela-pm.shtml. Acesso em 02 de Fevereiro de 2017.
[22] Informações obtidas pela reportagem *Marconi diz que educação é para professores e alunos,* do jornal "Diário da Manhã", disponível em http://www.dm.com.br/política/2015/06/marconi-diz-que-educacao-e-para-professores-e-alunos.html. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

alunos, e não os ‘baderneiros’, como foram chamados, por ele, os professores que lá estavam. Ainda no mesmo evento, o governador afirmou, direcionando a sua fala ao grupo de docentes, que ele teve coragem de mudar a saúde ao incluir OS’s[23] e que faria o mesmo com a educação. Terminou a sua fala dizendo que os professores não irão ganhar no grito e que já tinha um remédio para aqueles professores.[24]

Em um evento em Salvador, Bahia, promovido pela Lide-Bahia (grupo de líderes empresariais), o governador do estado de Goiás, Marconi Perillo relembrou o fato ocorrido no evento no Centro Cultural Oscar Niemeyer, onde se deparou com um grupo de professores se manifestando contra ele e seu governo. Relembrou também a sua fala, na ocasião, em que havia prometido um remédio para aqueles ‘baderneiros’, remédio que seriam os Colégios Militares e as Organizações Sociais. Em seguida, narrou o fato ocorrido nesse evento, com muita ênfase e convicção, dizendo: “identifiquei as oito escolas desses professores. Preparei um projeto de lei e em seguida militarizei essas oito escolas. O Brasil está precisando de ‘nego’ que tenha coragem de enfrentar” (TALENTO, 2015, s/p)[25].

Figura 17: Palestra do governador Marconi Perillo para empresários e políticos em evento do Lide-Bahia.

Fonte: http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1727346-goias-vai-terceirizar-a-educacao-apos-experiencia-na-saude

[23] OS’s são Organizações Sociais Sem Fins Lucrativos.

[24] Informações obtidas pelo jornal “Diário da Manhã”, disponíveis em: http://www.dm.com.br/politica/2015/06/marconi-diz-que-educacao-e-para-professores-e-alunos.html. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

[25] Trecho da reportagem de Biaggio Talento, publicada no jornal “A Tarde”, no site: http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1727346-goias-vai-terceirizar-a-educacao-apos-experiencia-na-saude . Evento em Salvador (Bahia). Acesso em 10 de março de 2017.

O governo demonstrou uma postura nada democrática, em que os professores que se manifestam e protestam para tentar garantir seus direitos são chamados de 'baderneiros' e, além disso, sofrem retaliações somente por estarem lutando pela garantia dos seus direitos e da carreira de magistério. O instigante é que o governador do estado de Goiás afirmou concisamente que criou um projeto de lei para militarizar as oito escolas dos respectivos professores, e assim foi feito, então, a transformação de oito escolas em colégios militares só se deu para servir aos interesses do próprio, que, no caso, era retaliar a ação dos professores marcados pelo governador no dia do evento, sendo os colégios militares apenas instrumentos dessa retaliação.

O processo de militarização é uma forma de controle e coerção política e ideológica por parte do governo para com os professores e contribui para uma sociedade mais pacífica e subserviente à hierarquia. O Regimento Interno do CPMG não possui nenhum item relacionado ao movimento de greve, contudo, relatos de professores que trabalhavam em alguns dos CPMG revelaram que os docentes que entram em greve são perseguidos e transferidos para outras instituições.

O governador Marconi está no seu 4º mandato, o primeiro ocorreu entre 1999 a 2002; o segundo, de 2003 a 2006; o terceiro, de 2011 a 2014 e o quarto e atual mandado começou em 2015 e vai até 2018. Então, percebemos que o governador Marconi, que faz parte do PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro - se mantém no poder há anos. O governo do estado se intercala entre ele e o atual prefeito de Goiânia, Iris Rezende (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que desde 1965, quando foi prefeito da cidade, exerce algum cargo importante em Goiânia. De 1983 a 1986 foi governador do estado de Goiás pela primeira vez, a segunda vez foi de 1991 a 1994. Em 1998 concorreu com Marconi, que acabou sendo eleito pela primeira vez como governador do estado. Contudo, constatamos que a representação política burocrática no estado de Goiás não se renova, pois a décadas esses dois políticos se revezam no poder.

Voltemos ao questionamento feito anteriormente, será mesmo que é a sociedade goiana que clama pelos colégios militares? Constata-se por esse episódio revelado na Bahia que a decisão do governador foi magnânima, pois se o mesmo decidir e elaborar um projeto de lei, consequentemente, e devido à hierarquia estrutural, a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Educação do Estado de Goiás precisam acatar em

um prazo de trinta dias. Vejamos o que aconteceu com o Colégio Estadual Waldemar Mundim.

Figura 18: Colégio Estadual Waldemar Mundim.

Fonte:http://www.jornalopcao.com.br/reportagens/colegios-militares-uns-querem-outros-nao-entenda-os-porques-41217/

A reportagem do dia 21 de Julho de 2015, de Marcelo Gouveia, publicada no "Jornal Opção"[26], mostra o movimento de pais e professores para tentarem impedir a transformação do Colégio Waldemar Mundim, localizado na Vila Itatiaia, em colégio militar, já que, simplesmente, a comunidade escolar foi apenas comunicada que, no período das férias de Julho de 2015, essa transição iria ser feita, com base na lei criada pelo governador do estado de Goiás, aprovada pelo poder executivo e pela Assembleia Legislativa do estado, que transformou oito escolas estaduais em instituições de ensino geridas pela Polícia Militar (PM) - três em Goiânia e o restante em Aparecida e Senador Canedo.

Os pais e professores se reuniram na frente do colégio. Ao todo eram cem moradores, que, juntos, debateram sobre a questão da militarização da única escola do setor. Esse encontro foi uma parceria da comunidade escolar com os professores da Universidade Federal de Goiás (UFG), cujo campus se localiza a poucos metros do local. É válido ressaltar que, quando os professores e pais se reuniram, a lei já havia sido aprovada na Assembleia Legislativa e somente comunicada a eles.

[26] Informações obtidas no site do Jornal Opção: www.jornalopcao.com.br/reportagens/colegios-militares-uns-querem-os-outros-nao-entenda-os-porques-41217/. Acesso em 10 de Novembro de 2016.

Os moradores da Vila Itatiaia afirmaram, durante a reunião do dia 21 de julho de 2015, que procuraram o Ministério Público (MP) para saberem se poderiam reverter a lei e impedir que o único colégio da região fosse militarizado. Porém, a equipe de reportagem do "jornal Opção" recorreu ao MP para saber se realmente algo poderia ser feito, mas foi informada que a lei precisaria entrar em vigor, fato que ocorreu apenas no dia 27 de julho de 2015, para que, posteriormente e no prazo de 30 dias, houvesse tempo para que a escola se adequasse à nova realidade. O que tudo indica é que, atualmente, o Colégio Waldemar Mundim ainda encontra-se militarizado. Contudo, a maior indignação da comunidade escolar se deu pelo fato de que ela não foi chamada em momento algum para debater sobre a possibilidade do Colégio Estadual Waldemar Mundim ser militarizado, só foi comunicada que já existia uma lei que havia sido aprovada e teria que ser executada. Sendo que, na reunião do dia 21 de julho, a grande maioria dos presentes demonstrou ser contra a militarização da escola, eles "alegaram principalmente as taxas e o alto valor dos uniformes cobrados". (GOUVEIA, 2015, p.1).

Figura 19: Professor Marcelo Vaz de Souza: "Transformar a escola em uma instituição militar pode trazer graves consequências para a comunidade".

Fonte: http://www.jornalopcao.com.br/reportagens/colegios-militares-uns-querem-outros-nao-entenda-os-porques-41217/.

O professor Marcelo Vaz de Souza concedeu uma entrevista a Marcelo Gouvea, para o "Jornal Opção", na qual declara que "o problema [...] não está na ação do estado, mas na natureza dela. Se fosse uma ação positiva que viesse melhorar o ensino na escola e que respeitasse a comunidade local e escolar, não teríamos problema em aceitar" (GOUVEA, 2015, s/p)[27]. Então, o professor, assim como outros moradores que

[27] Informações obtidas no site do Jornal Opção: www.jornalopcao.com.br/reportagens/colegios-militares-uns-querem-outros-nao-entenda-os-porques-41217/.

pertencem a essa comunidade escolar, reclamaram da imposição da militarização sem ao menos discuti-la com a comunidade. Marcelo ainda declara, nessa mesma entrevista para o "Jornal Opção", que

> Com a militarização, o acesso à escola pública e gratuita garantida pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que falam sobre o direito que o aluno tem de se matricular em uma escola próxima de sua casa, estará ameaçado. Isso porque os indicadores sociais mostram que quem estuda nas escolas militares não são alunos próximos da comunidade. Ele cita o exemplo do Colégio da Polícia Militar Ayrton Senna, localizado no Jardim Curitiba, Região Noroeste de Goiânia. O nível socioeconômico que consta no banco de dados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) para aquela escola é "médio alto". E nós sabemos que aquela comunidade é carente. Conheço pessoas que moram na Vila São José e que vão de Van, um transporte privado, para estudar nessa escola. O que isso mostra: que as pessoas que tinham dificuldades de aprendizado em função das desigualdades sociais, serão prejudicadas. "Então essa manifestação é para evitar essas conseqüências." Relata. (GOUVEIA, 2015, p.1).

O professor chama a atenção para os direitos do aluno contidos na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), direitos a uma educação pública gratuita e de qualidade, mas que, a partir da transformação das escolas públicas em colégios militares, ficam ameaçados, já que a gratuidade da escola pública ficará ameaçada, pois os colégios militares cobram taxas mensais na faixa de R$ 80,00, além da obrigatoriedade da compra do uniforme, que custa, em média, R$ 550,00 reais.

Outra questão importante no relato do professor Marcelo Vaz é a situação do Colégio da Polícia Militar Ayrton Senna, que se localiza no Jardim Curitiba, Região Noroeste de Goiânia, cujos alunos possuem nível sócio econômico, de acordo com o INEP, considerado "médio alto", mesmo que, de acordo com o professor, que afirma conhecer aquela comunidade onde a escola se localiza, a comunidade da região seja uma comunidade carente. Chega-se, então, à conclusão de que os alunos que estão estudando nessa escola provavelmente não são da comunidade. A ex-secretária de educação afirmou que "Escolas Militares usam recursos públicos a serviço de uma ideologia".

Figura 20: Professora da UFG Walderês Nunes (Ex-secretária municipal de educação)

Fonte: http://www.jornalopcao.com.br/reportagens/colegios-militares-uns-querem-outros-nao-entenda-os-porques-41217/.

A professora Walderês foi um dos professores da UFG que compareceram ao encontro do dia 21/07/2015, na calçada do Colégio Waldemar Mundim, para conversar com a comunidade escolar. A professora se diz contra a militarização por diversos motivos, sendo, o principal motivo, a questão ideológica, visto que, em sua visão, os colégios militares induzem "nos alunos, uma concepção de obediência", de não participação e de não discernimento, de falta de crítica.

Walderês aponta que essas instituições se utilizam de recursos públicos a serviço dessa ideologia, pois se apropriam de escolas cujos prédios já estão construídos e cuja manutenção e quadro de professores são custeados pelo próprio estado, devido à parceria com o estado de Goiás. Ela reforça que é totalmente a favor da educação pública e de qualidade, que é aquela que garante uma educação para todos aqueles que a procuram, então, declara que, a partir do momento em que é feita uma seleção e que são cobradas taxas, o ensino não é mais público.

2.5. Criação legal do Colégio Hugo de Carvalho Ramos como um Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás

Por meio da lei nº 14.050 de 21 de Dezembro de 2001, que dispõe sobre a criação, instalação e transferência de unidades da Polícia Militar do estado de Goiás, nos termos do artigo 1º, inciso XVIII, criou-se os Colégios da Polícia Militar de Goiás – CPMG e, dentre as unidades criadas, está a do Colégio Hugo de Carvalho Ramos.

Figura 21: Lei nº 14.050, de 21 de dezembro de 2001.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação

LEI Nº 14.050, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001

Dispõe sobre a criação, ativação e transferência de Unidades na Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criadas na Polícia Militar do Estado de Goiás as seguintes Unidades:

I – Centro Integrado de Operações Estratégicas – CIOE, a ser instalado no Município de Goiânia;

II – Corregedoria de Polícia Militar do Estado de Goiás, com sede nesta Capital;

III – 8º Conselho Regional de Polícia Militar – 8º CRPM, com sede na cidade de Goiás;

IV – 18º Batalhão de Polícia Militar – 18º BPM, a ser instalado no Município de Iporá, integrando a circunscrição do 4º CRPM;

V – 19º Batalhão de Polícia Militar – 19º BPM, a ser instalado no Município de Novo Gama, integrando a circunscrição do 1º CRPM;

VI – 20º Batalhão de Polícia Militar – 20º BPM, a ser instalado no Município de Valparaíso, integrando a circunscrição do 1º CRPM;

VII – 21º Batalhão de Polícia Militar – 21º BPM, a ser instalado no Município de Planaltina de Goiás;

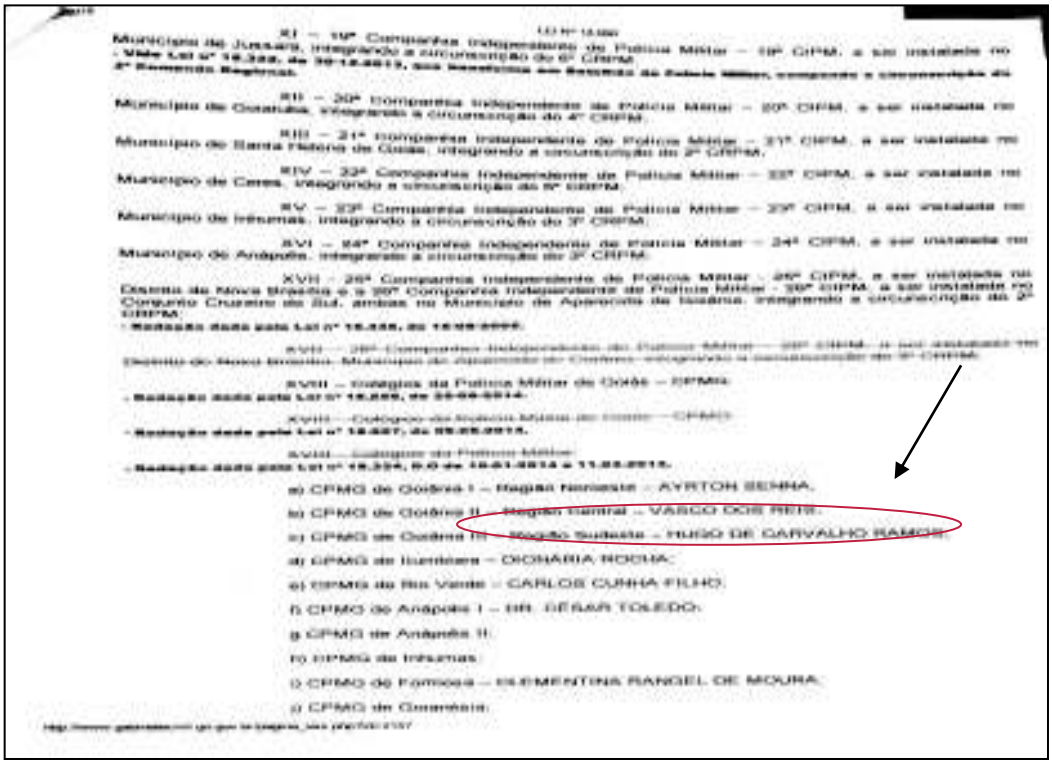
VIII – 22º Batalhão de Polícia Militar – 22º BPM, a ser instalado no Município de Trindade;

IX – Batalhão de Polícia Militar Feminino – BPMFem, a ser instalado no Município de Goiânia, integrando a circunscrição do 3º CRPM;

X – 18ª Companhia Independente de Polícia Militar – 18ª CIPM, a ser instalada no Município de Pirenópolis, integrando a circunscrição do 1º CRPM;

http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=2157

Figura 22: Continuação da lei nº 14.050, de 21 de dezembro de 2001.



LEI Nº 14.050

XI – 19ª Companhia Independente de Polícia Militar – 19ª CIPM, a ser instalada no Município de Jussara, integrando a circunscrição do 6º CRPM;

XII – 20ª Companhia Independente de Polícia Militar – 20ª CIPM, a ser instalada no Município de Goianésia, integrando a circunscrição do 4º CRPM;

XIII – 21ª Companhia Independente de Polícia Militar – 21ª CIPM, a ser instalada no Município de Santa Helena de Goiás, integrando a circunscrição do 2º CRPM;

XIV – 22ª Companhia Independente de Polícia Militar – 22ª CIPM, a ser instalada no Município de Ceres, integrando a circunscrição do 6º CRPM;

XV – 23ª Companhia Independente de Polícia Militar – 23ª CIPM, a ser instalada no Município de Iréneópolis, integrando a circunscrição do 3º CRPM;

XVI – 24ª Companhia Independente de Polícia Militar – 24ª CIPM, a ser instalada no Município de Anápolis, integrando a circunscrição do 3º CRPM;

XVII – 25ª Companhia Independente de Polícia Militar – 25ª CIPM, a ser instalada no Distrito de Nova Brasília e a 26ª Companhia Independente de Polícia Militar – 26ª CIPM, a ser instalada no Conjunto Cruzeiro do Sul, ambas no Município de Aparecida de Goiânia, integrando a circunscrição do 2º CRPM;

XVIII – Colégios da Polícia Militar de Goiás – CPMG;

a) CPMG de Goiânia I – Região Nordeste – AYRTON SENNA;

b) CPMG de Goiânia II – Região Central – VASCO DOS REIS;

c) CPMG de Goiânia III – Região Sudeste – HUGO DE CARVALHO RAMOS;

d) CPMG de Ituiutaba – DIONÁRIA ROCHA;

e) CPMG de Rio Verde – CARLOS CUNHA FILHO;

f) CPMG de Anápolis I – DR. CÉSAR TOLEDO;

g) CPMG de Anápolis II;

h) CPMG de Iréneópolis;

i) CPMG de Formosa – CLEMENTINA RANGEL DE MOURA;

j) CPMG de Goianésia;

http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=2157

Fonte: página da *web* do Gabinete Cívil, disponível em http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=2157. Acesso em 07 de junho de 2015.

Figura 23: Fachada do Colégio Hugo de Carvalho Ramos (dias atuais). Contendo o mural de aprovados no vestibular do ano de 2015.

Fonte: página da *web,* rede social do CPMG-Hugo, disponível em: https://www.facebook.com/pages/Col%C3%A9gio-da-Pol%C3%ADcia-Militar-de-Goias-Unidade-Hugo-de-Carvalho-Ramos/820900051350375?fref=ts . Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

Na foto acima, podemos verificar a mudança na fachada do "antigo Hugo" para o Colégio Hugo de Carvalho Ramos da atualidade, que contém, inclusive, um enorme mural com a relação dos nomes dos alunos que foram aprovados no vestibular do ano de 2015. A aprovação no vestibular de alunos dos Colégios Militares do Estado de Goiás compõe um importante *slogan* de propaganda como justificativa para o abrupto aumento de Colégios Militares.

Segundo o Projeto Político e Pedagógico do CPMG/HCR, o Colégio é definido como uma instituição de ensino pública que tem parceria e está sob o Comando da Polícia Militar de Goiás, mas que segue os padrões exigidos pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás, se diferenciando-se, porém, na forma organizacional, pois sua estrutura é dividida em três partes, que se ramificam em seções (CPMG/HCR, 2016, P.38).

Essas três partes são: a direção e o comando de ensino, que trabalham juntos com o conselho escolar e de ensino. A divisão de ensino é a principal, pois envolve todas as seções e atividades ocorridas na escola ligadas ao ensino, como a coordenação

pedagógica, seção de educação física, recursos didáticos, biblioteca, assistência ao estudante, projetos e eventos, os dois laboratórios: de informática e de ciências naturais e o corpo docente e o discente.

A divisão disciplinar comporta os policiais e os bombeiros militares que, além de serem designados para acompanhar a disciplina dos alunos, comprometem-se também com a segurança física do prédio e de suas adjacências, assim como com a segurança dos alunos. Então, as questões de disciplina dos alunos são de responsabilidade da polícia, já que são os policiais que resolvem questões dessa natureza. Será que policiais são preparados para lidarem com a disciplina de alunos?

A divisão administrativa se responsabiliza pelo mobiliário da escola, tanto o que foi adquirido recentemente quanto o que, mesmo sendo antigo, ainda se mantém em bom estado. Cabe a essa divisão identificar quais são os aparelhos e móveis destinados à cozinha, assim como gerenciar a compra e confecção da merenda escolar (CPMG/HCR, 2016, p.39).

No *site* do CPMG/HCR, mais precisamente no histórico da instituição, pode-se obter informações importantes sobre as características físicas, pedagógicas e estruturais desses colégios. Desde que se transformou em colégio militar, a propaganda era que surgia um novo conceito de educação no "seio goiano, que visava formar cidadãos participativos, reflexivos e autônomos, conhecedores de seus direitos e obrigações".[28]

É interessante analisarmos esse trecho do histórico do Colégio Hugo, principalmente quando o colégio afirma formar cidadãos participativos, reflexivos e autônomos. Considerando a composição de um colégio militarizado, com seus regimentos, suas diversas regras, suas transgressões disciplinares, pensar em autonomia é algo muito discrepante da realidade de uma educação militar, sendo talvez até irreal. A participação dos alunos é limitada, pois são muitos os regimentos diferentes que limitam as atitudes, posturas e até mesmo a vestimenta dos educandos, cujas reações devem surgir dentro do esperado. Vejamos alguns incisos do Regimento Disciplinar Art. 9º:

> 47. Travar discussões com membros da comunidade escolar;

[28] Informações obtidas no *site*: http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/index.php?frame=menu/ocolegio/historico.htm . Acesso em 10 de Fevereiro de 2017.

> 48. Promover ou tomar parte de qualquer manifestação coletiva que venha a macular o nome do CPMG;
> 50. Dirigir memoriais ou petições a qualquer autoridade, sobre assuntos da alçada do comandante do CPMG;
> 59. Ingressar ou sair do CPMG sem estar com o uniforme regulamentar, bem como trocar de roupa (trajes civis) dentro do Colégio, sem autorização de quem dê direito;
> 74. Provocar ou tomar parte, uniformizado ou estando no colégio, em manifestações de natureza política;

O artigo 9º do Regimento Disciplinar do CPMG/HCR se refere às Transgressões disciplinares, que são quaisquer violações dos preceitos de ética, dos deveres e obrigações escolares, das regras de convivência social e dos padrões comportamentais impostos aos alunos pela educação militar que é oferecida no CPMG. O inciso 47 deste Regimento Disciplinar, pelo qual está terminantemente proibido "travar discussões com membros da comunidade escolar", já o inciso 48 refere-se à proibição de "tomar parte de qualquer manifestação que possa a vir macular o nome do CPMG."

O Colégio, em seu Regimento Interno, afirma formar cidadãos conhecedores de seus direitos e participativos na sociedade, mas seu próprio Regimento Disciplinar proíbe e penaliza os alunos que ousarem discutir com membros da comunidade escolar e aqueles que se manifestarem sobre algo que possa a vir a 'macular' o nome do CPMG. Então como serão esses futuros cidadãos que nem se quer podem discutir e se manifestarem? Constata-se, assim, uma contradição entre o que está escrito no Regimento Interno e as regras e transgressões do Regimento Disciplinar, principalmente sobre a questão da participação, autonomia e reflexão dos alunos.

Pelo inciso 59 do Regimento Disciplinar, é proibido "ingressar ou sair do CPMG sem estar com o uniforme regulamentar, bem como trocar de roupa (trajes civis) dentro do Colégio, sem autorização de quem dê direito." Um colégio que visa à autonomia do aluno não permite que o mesmo entre ou saia do colégio sem o uniforme? Que autonomia é essa que um estudante do CPMG possui? Analisando o inciso 74, pelo qual não é permitido "provocar ou tomar parte, uniformizado ou estando no Colégio, em manifestações de natureza política;", como tornar um cidadão crítico, autônomo e reflexivo se o aluno não pode se envolver em manifestações de natureza política, estando esse uniformizado? Sem o uniforme, então, é permitido? O que representa vestir a farda para esse aluno? Se abdicar de concepções, ideologias e do seu posicionamento político, abrir mão de se manifestar quando considerar necessário?

Levando em consideração a interpretação do Regimento Disciplinar do CPMG/HCR, percebemos outra contradição entre a teoria e a prática: o colégio se propõe a formar um cidadão participativo e conhecedor de seus direitos, mas, na verdade, as regras existentes condicionam os alunos a terem outro tipo de comportamento, mais passivo e subserviente às regras, à hierarquia e à disciplina. Será que esses alunos, quando adultos e cidadãos, saberão exercer seus direitos de se manifestarem, de se posicionarem politicamente, já que, ao longo de sua vida escolar, essas manifestações foram reprimidas e taxadas como transgressões arbitrárias ao bom comportamento?

O Colégio Hugo passou por diversas transformações no campo pedagógico, físico e estrutural. Ocorreram reformas para ampliar alguns setores e melhorar, em âmbito geral, a estrutura do colégio, desde a sala dos professores, a sala da coordenação pedagógica, a recepção, a cantina, o laboratório de ciências, a entrada principal de alunos, a biblioteca, até a piscina semiolímpica, as quadras polivalentes cobertas e iluminadas, o 'esperódromo', a sala de musculação, o tatame, os vestiários, a sala de dança, a sala de arte, o placar eletrônico, a sonorização ambiente, a enfermaria, a sala de mecanografia, o palanque externo, o laboratório de informática – que tem capacidade de atender cinquenta pessoas – e o auditório, que comporta até duzentos e cinquenta pessoas.

Atualmente, um total de 3.000 alunos fazem uso do uniforme semelhante ao dos militares, sendo que há uma diferenciação pela série à qual o aluno pertence, que é identificada por insígnias opostas na platina do uniforme. O Ensino Fundamental é representado por divisas e o Ensino Médio por uma estrela de cinco pontas, ambas azuis, significando aprendizagem, e acrescidas de uma estrela amarela com cinco pontas, significando o ensino militar. Verifiquem as figuras 24 e 25 a seguir:

Figura 24 e 25: Foto do uniforme (ou farda) mais utilizado durante o expediente escolar. É composto por bibico marrom, camisa bege manga curta, camiseta branca com mangas, cinto marrom de nylon, calça marrom, meias na cor preta (para meninos), calça marrom, sapatos pretos, camiseta branca com mangas, saia-calça/ calça marrom (para meninas) e meia de seda cor da pele (para meninas). [29]

Fonte: página oficial do CPMG/HCR: http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/index.php?frame=menu/ocolegio/uniformes/uniformes.htm. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

Figura 26 e 27: O uniforme de educação física é usado em atividades desportivas e é composto por camiseta bege com mangas, calção marrom, meia soquete bege, tênis pretos, camiseta bege com mangas (para as meninas).

Existe também o uniforme de gala, que é usado em solenidades especiais, tais como formaturas e desfiles militares. Há dois modelos de uniformes de gala: o da túnica branca e o de túnica marrom. Os dois modelos estão representados nas figuras 28 e 29:

Figuras 28 e 29: Os dois modelos de uniformes de gala, opção 1 e 2.

Fonte: página oficial do CPMG/HCR: http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/index.php?frame=menu/ocolegio/uniformes/uniformes.htm. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

Figura 30: O uniforme para as gestantes é composto por bibico marrom, bata marrom, camisa bege manga curta, camiseta branca e sapatos pretos:

Fonte: página oficial do CPMG/HCR: http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/index.php?frame=menu/ocolegio/uniformes/uniformes.htm. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

O uniforme (ou farda) é cobrado e existem diversas regras para sua utilização e apresentação. No Art.9º do Regimento Disciplinar, é considerado como uma Transgressão de natureza média, por exemplo, "comparecer a qualquer evento escolar com uniforme diferente do determinado pelo Comando do CPMG" (inciso 24) e, no inciso 26, é proibido "usar uniforme diferente do previsto para o CPMG ou faltando quaisquer de suas peças."

Quando foi perguntado à mãe de um aluno que estuda no CPMG/Hugo de Carvalho Ramos a respeito da obrigatoriedade do uso do uniforme, ela, a Srª. Ana Cardoso (nome fictício), me afirmou que já sabia da obrigatoriedade do uso do uniforme devido ao fato de sua cunhada já ter estudado neste mesmo colégio e que lhe foi dado um prazo de vinte dias, a partir da entrada de seu filho, para a aquisição do uniforme. Ela afirmou que o uniforme é cobrado e, caso o aluno não compareça à escola uniformizado, o mesmo é advertido, pois todos sabem que faz parte do regimento. "E o uniforme ele é cobrado sim, o aluno tem que ir no dia da farda, ele tem que ir de farda, ele tem que ir de sapato preto, no dia da Educação Física é livre o agasalho para ele ir"[30]. Vejamos a seguir o que dizem duas mães de alunos que estudam no Colégio Hugo de Carvalho Ramos quando perguntadas sobre o valor do uniforme:

A.C- Bem, quando eu comprei do Otávio já estava na escola há cinco anos, eu paguei em média uns duzentos reais não chegou a trezentos reais o uniforme completo, a calça de educação física e a japona, que é a blusa de frio... aí mais na frente posteriormente eles têm a blusa de agasalho que no dia da Educação Física eles vão de agasalho então juntando tudo, não deu trezentos reais.

L.C- Para mim no meu caso hoje, atualmente, o uniforme todo com sapato, tênis, fica em média de uns quinhentos reais, porque você tem uma outra japona, que você usa com a farda na época de frio, de chuva, mas se você for realmente adquirir todo o uniforme todo você vai gastar em média uns quinhentos reais com o sapato, tênis, tudo certinho, mas assim que você vê que está chegando as aulas você já quer providenciar o uniforme que você sabe que é um regimento por mais que você saiba que seu filho nunca estudou lá você vai querer seguir tudo certinho eles dão vinte dias, um prazo até quando se você vai poder comprar e dão os locais que vendem, oferecem os lugares, vários lugares aqui em Goiânia, que vende uniforme... você não precisa ir em um só lugar, tem vários locais que eles te indicam, e eu acho muito bonitinho eles todos arrumadinhos sabe todos caracterizados é outra coisa o uniforme.

[30] Trecho da entrevista que se encontra em anexo com uma mãe de aluno, a Srª Ana Cardoso (nome fictício).

(Trechos das entrevistas com duas mães de alunos do CPMG/Hugo de Carvalho Ramos, realizadas pela autora em 20/03/2016) [31]

Nos trechos das entrevistas realizadas com as mães de alunos do CPMG/Hugo de Carvalho Ramos, percebemos que a primeira mãe, Ana Cardoso (A.C), especifica que, há cinco anos atrás, gastou com o uniforme de seu filho, Otavio, quase trezentos reais e a segunda mãe, Lúcia Castro (L.C), cujo filho entrou no Colégio no mesmo ano em que ocorreu a entrevista, 2016, pagou uma quantia próxima a quinhentos reais. A.C declara que o uso do uniforme é muito vantajoso, porque seu filho está há cinco anos na escola e somente no ano de 2016 precisou comprar mais duas blusas, porém, salientou que teve que adquirir calçados ao longo dos anos devido ao filho estar em fase de crescimento. Durante a entrevista, ela continuou elogiando a durabilidade da roupa e a identificação dos alunos pela farda, a identificação com o nome do aluno que é bordada na farda, pelo fato de isso facilitar o reconhecimento daquele aluno, caso aconteça alguma coisa, como, por exemplo, um acidente.

A exigência do uso da farda, que muitos alunos não possuem condições financeiras para adquirir, possui um valor total que depende da composição do uniforme. Porém, há um uniforme mínimo exigido que custa, em média, R$ 500,00. Essa é uma quantia alta, levando-se em consideração a situação de um pai de família que recebe um salário mínimo, esse valor se torna muito alto nos dias atuais. Além disso, para uma escola pública, que deve ser acessível para todos, independentemente de classe econômica, nível cultural ou social, a cobrança e obrigatoriedade da farda pode excluir aqueles alunos/as cujas famílias não possuem condições financeiras para custearem esse valor. Uma escola pública não pode cobrar nada do/a aluno/a.

A equipe do CPMG é composta por cento e cinco professores, pedagogos/as, psicólogos/as, técnicos/as de ensino, psicopedagogos/as, trinta e seis militares - entre oficiais e praças da Polícia Militar e integrantes do Corpo de Bombeiros Militar - os quais têm como objetivo orientar e educar os/as alunos/as. São quarenta e um funcionários administrativos, vinte contratados pela Associação de Pais e Mestres. Os militares fazem especializações na área da Educação e uma prova de avaliação de conhecimentos acerca da LDB e do ECA, são "os policiais conhecedores da

[31] A entrevista na íntegra encontra-se nos anexos desta dissertação. Os nomes Ana Cardoso e Lúcia Castro, Otavio e Mario Fausto, são nomes fictícios, pois os reais nomes das mães entrevistadas, assim como o dos seus filhos foram preservados.

organização escolar, das formas de gestão e de tomada de decisões, bem como das competências e procedimentos necessários à participação eficaz na vida da escola." (CPMG/HCR, s/a)[32]. Será mesmo que uma especialização na área da Educação é suficiente para militares se tornarem conhecedores da organização escolar? Se somente essa capacitação basta, por que, para se tornar professor, o indivíduo tem que estudar quatro anos no mínimo?

O conteúdo programático do Colégio Hugo de Carvalho Ramos segue os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), se diferenciando somente pela oferta da disciplina "noções de cidadania", a qual abrange ordem unida, orientações básicas de trânsito, informações sobre o meio ambiente, prevenção às drogas, educação religiosa e até etiqueta social. Porém, em comparação com outras escolas públicas, os elementos que diferem o CPMG/HCR de escolas públicas são maiores. Discutiremos sobre esses elementos no próximo capítulo, contudo, desde já, convém mencionar um grande diferencial de uma escola militar para outra que não seja militarizada, que é a existência dos diferentes regimentos, como: Regimento Interno, Regimento de Continências e Regimento Disciplinar, os quais lançam, aos alunos, professores e funcionários, diversas regras que devem ser cumpridas e que, caso não sejam, há transgressões e penalizações que poderão ser sofridas por esses indivíduos.

Como ingressar no CPMG? O ingresso de novos discentes se dá por meio de sorteio, que é aberto e divulgado por meio de Edital Público, com portaria emitida pelo Comandante Geral da Polícia Militar de Goiás, em de comum acordo com o este Comandante. As vagas são disponibilizadas de acordo com a quantidade de vagas existentes em cada escola, contudo, 80% das vagas são destinadas ao sorteio e 20% são disponibilizadas por meio de uma prova de conhecimentos gerais.

Os participantes do sorteio podem tanto ser filhos de civis quanto de militares, no entanto, 50% das vagas são para os filhos de militares e os outros 50% para filhos de civis, sendo, na concorrência, filhos de militares concorrem com filhos de militares e filhos de civis concorrem com filhos de civis. Assim, o processo para entrar em um Colégio Militar é dividido em quatro etapas: a primeira é a inscrição, a segunda é o

[32] Informações obtidas no site do CPMG (Histórico): http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/index.php?frame=menu/ocolegio/historico.htm .

sorteio, a terceira é a prova de conhecimentos e a última é a matrícula dos aprovados dentro do número de vagas. O processo é bem mais burocrático do que em uma escola pública não militarizada. Nas escolas públicas do estado de Goiás, é exigida a solicitação da matrícula pela internet ou por telefone, caso haja vaga para a escola escolhida, o responsável - quando o aluno é menor de idade ou, quando maior de idade, o próprio aluno - deverá comparecer à escola, apresentar os documentos pessoais (tanto do responsável, quanto do aluno/a, quando menor de idade), um comprovante de endereço e assinar a matrícula. Não é exigida participação em sorteio e muito menos prova de conhecimentos gerais.

As inscrições para participar do processo de seleção dos CPMG começam a partir do mês de setembro e vão até o mês de outubro. Os requisitos para a inscrição são ser brasileiro, fornecer cópia da certidão de nascimento ou carteira de identidade, cópia da carteira de identidade do responsável legal e declaração escolar que está cursando a série anterior à pretendida. O sorteio é realizado na presença dos pais dos candidatos, do conselho escolar e de representantes da Associação de Pais e Mestres e da sociedade civil.

Os candidatos que não foram sorteados possuem a oportunidade de concorrerem a uma vaga realizando a prova de conhecimentos, para isso, precisam comparecer em tempo hábil à secretaria da escola, conforme previsto em Edital, para concorrerem aos 20% das vagas remanescentes do sorteio. Após a divulgação do resultado do sorteio e da avaliação, a comissão do concurso divulga a data para a matrícula dos candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas.[33]

2.6. Disciplina ou medo?

Os grandes diferenciais dos Colégios Militares, propagados pela mídia, pelo governador do Estado de Goiás e pela sociedade, se referem principalmente à disciplina dos alunos, aos "bons" índices de aprovação em vestibulares, à estrutura física e à hipotética garantia de segurança para os alunos e funcionários da escola, mas disso surgem muitos questionamentos e controvérsias, pois, se tratando de disciplina, a forma de consegui-la e os meios de sua manutenção, será que a disciplina exigida nesses

[33] Informações obtidas no site do Colégio Hugo de Carvalho Ramos: http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/ingressar.html. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

colégios contribui realmente para a formação de um indivíduo autônomo, crítico e solidário? Fica a dúvida, contudo, as consequências podem aparecer tardiamente, na vida pessoal, intelectual e social desses alunos. A disciplina é mantida com base no Regimento Disciplinar e por meio de suas punições, caso sejam necessárias. Segundo o Regimento Interno do CMPG:

> Art.1º Com base nos princípios de justiça e equidade, bem como visando a pessoa humana em desenvolvimento, o Regimento Disciplinar do Colégio da Polícia Militar de Goiás - CPMG tem por finalidade especificar e classificar as transgressões disciplinares praticadas pelos alunos, enumerando as causas e circunstâncias que influem em seu julgamento, bem como enunciar as punições disciplinares estabelecendo uniformidade do critério utilizado em sua aplicação (CPMG/HCR, 2016).

É interessante refletir sobre as frases "com base nos princípios de justiça e equidade" e "visando à pessoa humana em desenvolvimento", pois elas demonstram uma tentativa de justificar a existência desse Regimento Disciplinar, ao afirmar que sabe-se respeitar os princípios de justiça e o ser humano, o educando, no caso, que está em desenvolvimento.

A disciplina[34] nas escolas militares é propagada como o grande diferencial em relação às outras escolas e ela é cobrada por meio de regimentos e regulamentos, que, caso não sejam obedecidos de acordo com as regras contidas em seus artigos e incisos, punem os alunos com as penalidades existentes, correspondentes às infrações, que são classificadas de transgressões leve, média ou grave. Vejamos as posições de alguns autores sobre a disciplina.

O escritor francês Michel Foucault (2014) traz grandes contribuições sobre o conceito de disciplina e seu entendimento, quando ele analisa a visão do bom soldado

[34] O vocábulo *disciplina* deriva do latim (*discapere*, captar claramente; *disceptare*, discutir alguma coisa; *discipulus*, aluno; disciplina, ensino, doutrina, ciência), usado normalmente para se referir a um domínio limitado do saber e sua representação didática. Será só no baixo-latim (aproximadamente a partir do século III) que a *disciplina* adquire também o sentido de ordem e correção (IPFLING, 1979, p.98). No grego antigo, podemos associar o termo *paidagogía* (arte de educar as crianças), composto de *paidós* (criança) e *agogé* (ação de conduzir), ou ainda *eutaxía* (boa ordem, disciplina, oportuno, medida justa), vindo do *eu-* (bem, bom, boa constituição) e *-taxia* (ordenação, disposição sistemática, classificação). Mais amplamente, relacionamos com cosmos (*Kósmos*), ordem, harmonia, disciplina, organização, que se contrapõe a caos (*Kháos*), abertura, grande confusão, desordem, ou ainda, no sentido mitológico, vazio primordial que precede e propicia a criação do universo. Portanto, desde há muito, disciplina implica os sentidos epistemológico ou intelectual (domínio do objeto, capacidade de exercitar, ginástica mental) e ético ou moral (princípios de conduta individual ou coletiva, comportamento, atitude). Tais ordens seriam necessárias para um conhecimento autêntico e para uma convivência equilibrada (VASCONCELLOS, 2009, p.89).

desde o século XVII, momento em que se descrevia a figura ideal do soldado, sendo que ele deveria ser reconhecido de longe, pelo seu vigor e coragem. Ainda nesse século, os indícios de um bom soldado estariam em suas aptidões físicas, nos estereótipos específicos e em sua coragem diante dos desafios. Foucault menciona Montgommery para afirmar que

> os sinais para reconhecer os mais idôneos para esse ofício são a atitude viva e alerta, a cabeça direita, o estômago levantado, os ombros largos, os braços longos, os dedos fortes, o ventre pequeno, as coxas grossas, as pernas finas e os pés secos, pois o homem desse tipo não poderia deixar de ser ágil e forte (MONTGOMMERY apud FOUCAULT, 2014, p.13).

Contudo, já na metade do século XVIII, ocorreram algumas modificações em relação à concepção desse "bom soldado", pois ele tornou-se fabricável, não precisaria, como requisito básico, ter um estereótipo físico pré-estabelecido, pois descobriram que possível criar esses soldados. Eis aí a máquina perfeita, aos poucos e com a dosagem de coação necessária, no automatismo dos hábitos de movimentos e posturas, "expulso o camponês" e entra a "fisionomia de soldado" (FOUCAULT, 2014, p.133). Segundo Foucault, eis o conceito de disciplina:

> A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele, por um lado, uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar; e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação (FOUCAULT, 2014, P.136).

O conceito de disciplina apresentado na obra de Foucault é merecedor de reflexão, pois nos apresenta dois lados da disciplina, um pelo qual se aumenta a força e a eficácia do corpo, para se conseguir o objetivo almejado, e outro, igual em força e eficácia, mas no sentido de colocar esse corpo como dominado. Consideraríamos essa força e eficácia como uma maior produtividade desse indivíduo, que, na mesma intensidade, o tornaria um ser dominado. Pensemos: a quem essa produtividade e dominação beneficiaria?

Nos colégios militares, a disciplina cobrada, por meio dos diversos regimentos, contribui para a eficácia da dominação dos alunos, submetidos à hierarquia dos militares. Então, podemos considerar os regimentos ferramentas importantes para a coação dos alunos e para se garantir uma eficácia no cumprimento das regras, ocasionando corpos disciplinados e dominados.

O Regimento Disciplinar do CPMG/HCR é composto por dez páginas. Salientamos que esse é um dos Regimentos, pois os Colégios Militares possuem o Regimento Interno, o de Uniformes, o de Continências, o Disciplinar (o qual foi discutido detalhadamente neste trabalho) e ainda as Diretrizes Gerais de Ação. Devido à extensão, não mencionaremos todos, e sim continuaremos com as contribuições do Regimento Disciplinar para ativar as reflexões propostas por este trabalho. Vejamos algumas das consideradas transgressões disciplinares:

> 13. Usar óculos com lentes ou armações de cores esdrúxulas, mesmo sendo de grau, boné, tiaras, ligas coloridas ou outros adornos, quando uniformizados.
> 15. Mascar chicletes ou similares nas dependências do CPMG, ou quando uniformizado.
> 16. Comparecer, a aluna, a qualquer atividade com as unhas fora do padrão, estando devidamente uniformizada;
> 22. Deixar de cortar o cabelo na forma regulamentada ou tingi-lo e/ou apresentar-se com barba, ou bigode por fazer e costeleta fora do padrão;
> 23. Apresentar-se com o cabelo fora do padrão, deixando-os soltos com pontas ou mechas caídas (alunas), ou tingidos de forma extravagante;
> 27. Sair de forma sem permissão da autoridade competente;
> 35. Quando uniformizado, deixar de atentar para a postura e compostura, seja no Colégio ou fora dele.
> 37. Sentar-se no chão estando fardado.
> 61. Negar-se a colaborar ou participar nos eventos, formaturas, solenidades, desfiles ou promoções oficiais do Colégio;
> 68. Denegrir o nome do CPMG ou de qualquer de seus membros através de procedimentos desrespeitosos, seja por meio virtual ou outros.

Voltando ao questionamento levantado nesse trabalho, é essa a disciplina da qual a sociedade e a educação precisam para melhorar? Será mesmo que a cor esdrúxula dos meus óculos de grau influenciariam nas minhas atitudes? E, se se pensar que sim, seriam essas atitudes negativas somente pela cor esdrúxula dos meus óculos? Por que não podemos sentar no chão com a farda? A grande questão é: que educação se pretende almejar? O que precisaremos fazer para alcançá-la? Que indivíduo se espera formar com essa educação, com essa disciplina da coação e do medo? Vejamos um trecho da entrevista da Sra. Jordana Paz, mãe de um aluno do CPMG/Hugo de Carvalho Ramos:

L.C.M.C- Bem, você como mãe, você deve ser a primeira a saber como seu filho se sentiu em relação à escola.

J.P.J.M- Eu tô tentando resgatar, porque o sentimento dele é, eu sou burro, ele entrou em um ***processo de depressão****,* ***ele travou****,* ***ele entrou em um processo de frustração*** *também, porque, ao se sentir incompetente, ele se frustra, então foi vários problemas que eu tenho enfrentado, eu levei meu filho para rede municipal, acho que lá ele vai ter um tratamento diferenciado, nesse sentido pra ele, está tendo acompanhamento psicológico, vai no neuropediatra também, faz atividade física, para a depressão, porque 11 anos* ***tomando remédio tarja preta****? Então tem baixa*

autoestima, introvertido, nunca teve nenhuma advertência por comportamento, problemas relacionados todos para o pedagógico, o que tem a ver com o problema dele de déficit de atenção, então o que faltou, um olhar atento da escola, a meu ver, como professora, eu noto quando o aluno não está acompanhando quando não quer, ou quando tem algo interferindo no comportamento dele.

(Entrevista com a Sra. Jordana Paz, realizada pela autora em 04/10/2016*).*

A fala dessa mãe sobre a situação de seu filho de onze anos, se faz muito importante para compreendermos que os alunos são seres humanos diferentes e subjetivos, e que aqueles que, por quaisquer motivos, não se sobressaem positivamente com boas notas naquele ambiente (CPMG), acabam sendo também colocados à margem e excluídos de certa forma. O filho dessa senhora estava se sentindo "burro", "incompetente" e a mesma teve que encaminhá-lo para um neuropediatra, que constatou que o aluno tinha déficit de atenção e depressão e, sendo assim, lhe receitou um remédio de tarja preta. A mãe retirou seu filho do colégio e o colocou em uma escola municipal em Goiânia. Atualmente, o aluno se encontra bem, não toma mais remédio, está estudando em uma escola do município de Goiânia e está sendo acompanhado por uma professora de apoio.

Imaginemos um aluno fruto de uma escola militar e outro, de uma escola pública qualquer, terão os dois as mesmas oportunidades? Ambos não mereceriam as mesmas chances? Ou seria muita inocência querer oportunidades justas a ambos? Infelizmente, esses dois alunos hipotéticos não possuem as mesmas oportunidades, pois uma das constatáveis vantagens dos Colégios Militares é sua estrutura física, com aulas de música e a prática de esportes, fatores que são de direito de todo cidadão mas que tornam-se recursos valiosos de uma minoria. O aluno que está fora dessa escola, que já sofre preconceito e sofre com a desigualdade social é, mais uma vez, vítima.

O peso, o impacto e as consequências desse tipo de disciplina, da qual a força e a rigorosidade das punições são as estratégias coercitivas para garantir a sua manutenção e sua efetivação, não são discutidas, sendo essa disciplina almejada pelos militares, sem o empecilho de críticas ou problemas. Será que saberemos o preço que iremos pagar pelas exclusões das escolas públicas não militarizadas e as inclusões dos CPMG no estado de Goiás? Para esse questionamento digo não, com certeza, porque realmente a sociedade ainda não se deu conta do que virá pela frente. Espero que a lucidez venha logo.

Para Foucault (2014), a disciplina vai muito além de conseguir fazer com que outras pessoas façam o que você deseja, vai além porque ela opera tecnicamente para conseguir dessas pessoas que estas executem o solicitado em menos tempo e da forma solicitada. Podemos questionar se seria tão fácil assim, sendo a disciplina simplesmente utilizada e, pronto, nossos objetivos seriam alcançados.

Obter o que se objetiva por meio da disciplina não é tarefa tão simples assim, faz-se necessário uma política de coerções que são um trabalho com o corpo, uma manipulação estratégica dos seus gestos e comportamentos. Como afirma Foucault, "o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe" (2014, p.135). É essa disciplina que almejamos em nossas escolas? Estaremos dispostos a exercer essa política de coerções com os alunos? Quais seriam as consequências dessa política de coerções?

A busca pela disciplina talvez seja a incansável missão de muitos profissionais da educação e também dos militares. Porém, em um colégio militar, as práticas de coerções adotadas para se garantir a manutenção da disciplina acabam determinando mudanças nos comportamentos dos alunos, mudanças essas que nem sempre são "positivas", pois muitos alunos se reprimem e se frustram quando não alcançam o comportamento exemplar exigido pelos militares.

Por meio dos regimentos, são embutidos nos alunos preceitos militares, o que ocasiona um papel muito mais rigoroso para a disciplina, um papel dominador e nada flexível. Os alunos apreendem essas práticas, essas orientações contidas nos regimentos, moldando, assim, os seus comportamentos e valores. Os alunos que não se adéquam entram em conflito muitas vezes com eles mesmos e acabam sofrendo com as transgressões disciplinares e com a exposição de sua situação.

Os alunos tornam-se dependentes da hierarquia e da subordinação, como soldados que sempre estão preparados para executarem uma ordem de seu superior. É isso que é disciplina? Seria esse o modelo de disciplina para melhorar o processo de ensino e aprendizagem? Será que é esse tipo de disciplina que os educadores precisam e buscam? Para os militares, a disciplina é o fator primordial para se garantir um bom processo de ensino e de aprendizagem; mas, para se construir um bom cidadão, será que

estão no caminho certo? Será que esses instrumentos de coação são as ferramentas apropriadas para a formação desse “bom cidadão”?

Entendamos que a disciplina não deve ser condenada como vilã da história ou o mal da sociedade e da educação, porém também não é a sua salvação. A disciplina possui diversas facetas e existem diversos ângulos de visão para entendermos o que venha a ser disciplina. Mesmo que não seja viável olhá-la por todos os ângulos, contudo, a alguns se faz necessário darmos a devida atenção. Por um olhar, a disciplina se faz necessária para se desenvolver o processo de ensino e aprendizagem de qualidade em sala de aula, pois como o professor explicaria um conteúdo sem que a turma lhe desse a devida atenção? Sem que a turma estivesse disciplinada a se calar para ouvir seu professor? Seria possível ocorrer aprendizado em uma turma totalmente indisciplinada?

A disciplina necessária para o controle de uma sala de aula se mostra importante sob um ângulo de visão dominador, tão importante quanto em um quartel, quando os soldados precisam obedecer às ordens de seus superiores para executar prontamente o que lhes foi solicitado, pois essa é a disciplina que visa somente ao controle, à subserviência e à obediência sem questionamento. A grande questão é que uma sala de aula não é um quartel nem deve ser considerada como tal. Podemos questionar se essa disciplina autoritária é a ideal para complementar a formação dos alunos como cidadãos que são e que devem vir a ser.

A visão de disciplina propagada pelos colégios militares é antagônica à disciplina realmente necessária para se garantir um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, já que a disciplina propagada pelos colégios militares se iguala a de um quartel. Por isso, é válido conhecermos alguns acontecimentos importantes ocorridos na história da educação, para entendermos o cenário em que vivemos hoje e como podemos enfrentá-lo, desconstruindo antigos conceitos e lutando por novas mudanças.

Para Foucault (2014), desde 1762, o espaço escolar se desdobra, trazendo modificações que influenciaram o modelo de educação atual. É a partir desse momento que os alunos se colocam um ao lado do outro, todos atentos à fala do mestre, que se coloca à frente de todos. Foi no século XVIII que começou a se definir a ordenação dos alunos por fileiras, a se ter corredores nos pátios, a se alinhar as classes por idade, uma

subsequente à outra, estabelecendo-se uma sucessão de conteúdos ensinados, sendo que as dificuldades dos mesmos seriam crescentes. Para Michel Foucault:

> Organizou[-se] uma nova economia de tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar. Jean-Baptiste de La Salle imaginava uma classe onde a distribuição espacial pudesse realizar ao mesmo tempo toda uma série de distinções: segundo o nível de avanço dos alunos, segundo o valor de cada um, segundo seu temperamento melhor ou pior, segundo sua maior ou menor aplicação, segundo sua limpeza, e segundo a fortuna dos pais. Então, a sala de aula formaria um grande quadro único, com entradas múltiplas, sob o olhar cuidadosamente "classificador" do professor (2014, p.144).

As modificações ocorreram no espaço escolar para que esse se mostrasse eficiente em vigiar, ensinar, hierarquizar, classificar e recompensar. Anteriormente ao século XVIII, no sistema tradicional, um aluno recebia por alguns minutos a atenção do professor, enquanto os outros esperavam a mesma atenção, mesclando o tempo da aula com momentos de confusão e ociosidade. Contudo, o grande questionamento é se essas mudanças, ocorridas desde o século XVIII, de utilização do tempo e do espaço escolar, de seriação de conteúdos, com sistema de recompensa, realmente contribuíram para o avanço ou para a estagnação e limitação do sistema educacional atual.

Realmente ocorreram contribuições, porém houve uma estagnação do sistema educacional atual, por ainda estarmos presos a essa mesma dinâmica de funcionamento do ambiente escolar que contribuiu na época, mas que precisa ser superada na atual realidade. Podemos exemplificar essa discussão por meio de uma situação hipotética, porém rotineira de uma sala de aula, quando o professor (fruto do sistema educacional) adverte oralmente várias vezes um aluno por este estar conversando paralelamente durante a explicação. A situação pode ser resolvida por meio de uma advertência oral ("Menino, atenção! Esse conteúdo é importante"), caso o aluno volte a conversar o professor o encaminha à coordenação e, consequentemente, se houver a necessidade, essa encaminha o caso para a gestão da escola. Esse é um exemplo clássico e rotineiro de situações ocorridas nas escolas.

Podemos notar, por essa situação hipotética, a hierarquia escolar composta pelo professor, coordenação, vice-diretor e diretor - que exercem cada qual o seu papel -, na qual o papel do professor se faz importante nessa dinâmica pré-estabelecida, pois é ele que classifica o ato do aluno em relação à sua gravidade. O ato do aluno desencadeia

uma sucessão de ações padrões que geralmente ocorrem em uma escola todos os dias, até mesmo neste exato momento em que você lê esse trabalho.

Então, nos dias atuais, ainda vivemos sob os preceitos de vigiar, hierarquizar, classificar e punir. Essas mudanças foram trazidas desde o século XVIII e ainda fazem parte da realidade atual das escolas. No ambiente escolar, na maioria das vezes, é assim que muitos professores reagem a um caso de indisciplina. Podemos indagar se seria, uma conversa paralela, um ato indisciplinado. Seguindo a interpretação leiga de disciplina, consideraríamos que sim. Os alunos sabem quais ações se enquadram em atos indisciplinados? Por que o aluno não deve conversar no momento de uma explicação do docente? O aluno sabe o motivo?

No entanto, se considerarmos que, em vez do professor, fosse um militar o responsável por lidar com a mesma situação hipotética mencionada nos parágrafos acima, deixaremos o professor de lado nesse novo cenário. Possivelmente, já na primeira vez em que esse aluno estivesse conversando paralelamente à explicação do professor, esse militar facilmente consideraria o ato como uma transgressão disciplinar[35] que tem, como consequência, punições[36]. Esse aluno pagaria o preço por infringir um dos incisos do Regimento Disciplinar. Se, em outras escolas públicas, ainda se mantém os preceitos de vigiar, punir, classificar, recompensar, imagine em escolas militares, onde esses e outros preceitos são mantidos, ampliados e rigorosamente cobrados pelo viés da educação militar que é inculcada na mente desses alunos. Eis aí um dos pontos merecedores de atenção em relação a essa cobrança rigorosa da disciplina nos Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Surgem, assim, muitos questionamentos sobre a eficácia ou não da disciplina dentro da escola, e fora dela, na formação do indivíduo como cidadão. Entretanto, independentemente dos tipos e da intensidade deferida à cobrança de disciplina, será ela a única responsável por garantir o sucesso escolar e da sociedade? Ressaltamos que as formas de cobrança disciplinares de um professor e de um militar são bem diferentes e, em relação à intensidade e às estratégias dessa cobrança, há muitas variações, até em

[35] Transgressões disciplinares são quaisquer violações dos preceitos de ética, dos deveres e obrigações escolares, das regras de convivência social e dos padrões de comportamento impostos aos alunos, em função do sistema de ensino peculiar ao CPMG.
[36] Punições: Advertência, Repreensão, Suspensão da sala de aula e Transferência Educativa. http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/normas_disciplinares.html.

relação às ações de manutenção e aos diversos olhares sobre os motivos que ocasionam a tão temida indisciplina - que seria a falta de disciplina.

Para Vasconcellos (2009), "a disciplina é uma exigência para o processo de aprendizagem e desenvolvimento humano, seja ela considerada em termos individuais ou coletivos." (p.25). Ele diz que podem haver divergências em relação à concepção de disciplina, porém, a sua ausência inviabiliza o crescimento do sujeito, levando em consideração que a aprendizagem escolar é um processo rigoroso, sistemático e metódico. Voltando aos vários olhares possíveis sobre a disciplina, a qual ideia de disciplina Vasconcellos prefere?

Para ele, a disciplina não se refere somente ao fato do professor conseguir ou não dar a sua aula, na verdade, a questão disciplinar vai muito além disso, é mais profunda e complexa. Ele aponta em sua obra a necessidade de o docente adotar um *méthodos*[37] de trabalho que seja único: leitura da realidade, clareza da finalidade, plano de ação e avaliação. O que vem ocorrendo é que as pessoas passam pela formação acadêmica e, quando chegam às salas de aula, se chocam com os conflitos, entraves, resistências que surgem e com as quais não sabem lidar.

Antes de mencionarmos a disciplina à qual Vasconcellos se refere, é válido analisarmos que a disciplina, no âmbito escolar, vem ocupando um papel cada vez maior no cotidiano da escola, seja essa pública, privada ou pública/militar. A disciplina e o professor estabelecem uma relação muitas vezes delicada, pois a eficácia ou não da disciplina em sala de aula é associada à competência do professor como docente. Se for um professor competente, então a disciplina deve vigorar em sua sala (ele tem 'domínio de sala') e, se não, eis o fracasso profissional desse professor. Essa relação da disciplina com o professor muitas vezes é injusta e provém de uma interpretação leiga, até mesmo porque são diversos os motivos que levam à indisciplina e não são todos esses motivos

[37] O *méthodos* é uma disciplina do pensamento e da ação. Por que o termo grego, e não em português? É que método já tem certas conotações (por exemplo: conjunto de passos que devem ser necessariamente dados) que poderiam distorcer o sentido que almejamos imprimir. Argumento análogo justifica a não utilização da palavra planejamento: no meio de educadores, lamentavelmente, é grande a distorção da prática do planejamento, levando a preceitos e descrença. Entre as distorções, está a de considerar planejamento só como a elaboração de planos, não incluindo sua colocação em prática. Outra é a de pensar o planejamento apenas no âmbito do trabalho com o conhecimento e não no conjunto da atividade docente (VASCONCELLOS, 2009, p.42-43).

de responsabilidade do docente. Muitas pessoas desconhecem a real finalidade da disciplina na escola e muitas vezes almejam uma turma disciplinada sem ao menos saber o que isso implica.

Os problemas de disciplina são diversos e estão ligados a uma série de questões. "A queixa pode começar na sala de aula, mas logo atinge a família e, se insistirmos, passa pela mídia, pelo sistema de ensino e chega ao sistema social" (VASCONCELLOS, 2009, p.59). Logo, a crise da disciplina está associada à crise que estamos vivenciando em vários aspectos: vínculos, limites e possibilidades.

Antigamente, se perguntava para os filhos: "O que você vai ser quando crescer?", ao que, normalmente, as crianças respondiam prontamente: "Eu quero ser professor, médico, dentista" etc. Já os pais diziam aos seus filhos que, então, precisavam estudar muito, pois seriam os estudos que os fariam ser aquilo que realmente desejassem ser. Assim, a escola era vista como um meio de se conseguir o que queria "ser", existia um motivo para se estudar e para ir à escola.

Porém, atualmente, a nova geração de crianças e adolescentes constatam um grandioso número de pessoas formadas e desempregadas ou formadas mas exercendo outras funções (trabalhando como autônomos, vendedores, artesãos, dentre outras atividades) para garantirem salários razoáveis, já que não são bem remunerados, ou simplesmente para trabalharem devido ao fato de não conseguirem emprego em suas áreas de formação. Assim, Vasconcellos afirma que a finalidade da escola para o mercado de trabalho, a de qualificar mão de obra e permitir a ascenção social, caiu por terra. "Há um colapso nessa relação. Estamos vivendo a queda do mito da ascenção social por meio da escola!" (2009, p.65).

Logo, o olhar de Vasconcellos (2009) sobre a disciplina é o de que a mesma subdivide-se em duas dimensões: uma restritiva (deixar de fazer, ter limites, delimitação, frustração, constrangimento, interdição, passividade) e uma propositiva (dispor-se a fazer, possibilidades, demanda iniciativa inovadora, abertura a novos possíveis, atividade). Podemos relacionar essa leitura a como a disciplina é cobrada e regulada nos colégios militares, especificadamente no Colégio Hugo de Carvalho Ramos, pois, neste, se percebe uma disciplina restritiva, devido à imposição dos regimentos disciplinares, que representam leis a serem seguidas e executadas que, em

nenhum momento, são discutidas com os alunos ou com os pais. Os regimentos se tornam ferramentas de coação para garantirem a efetivação da disciplina restritiva e autoritária.

O sistema educacional ainda se demonstra muito rígido em relação à disciplina escolar, as mudanças no campo teórico ocorrem rapidamente, contudo, na prática, na sala de aula, parece que as inovações demoram a ser interiorizadas e aplicadas mediante a realidade da sala de aula e da escola. Como desconstruir a visão disciplinar que absorvemos ao longo dos anos sobre o que venha a ser disciplina? Aplicamos e reforçamos, ainda hoje, em grande parte das escolas, uma disciplina restritiva e autoritária. Precisamos ter um *méthodos* para sabermos lidar com todo esse contexto escolar que é desafiador.

Interessante nos atentarmos para a dialética da Autoridade – liberdade como polos que se complementam e que não devem ser opostos. A autoridade é importante no processo de formação de crianças e adolescentes, contudo, "não existe autêntico aprendizado sem liberdade" (VASCONCELLOS, 2009, p.119). A liberdade se apresenta necessária para o processo de ensino e aprendizagem, o aluno deve ser considerado um sujeito subjetivo, único e não simplesmente um receptor de informações técnicas muitas vezes impostas aos mesmos, sem que tenham a chance de argumentar e questionar os conteúdos e as informações dadas pelo professor.

Com base nisso, podemos questionar a eficácia ou não do processo de ensino e aprendizagem da disciplina restritiva, da qual grande parte das escolas, ainda nos dias atuais, faz uso. Se, nas escolas públicas "normais" e particulares, precisamos repensar esse conceito de disciplina, reavaliar a realidade e abolir práticas autoritárias, elaborando coletivamente um plano de ação para mudar a realidade, o que fazer com os colégios militares que se utilizam de práticas autoritárias e de uma disciplina restritiva, considerando ainda que esse é o *slogan* de propaganda para a sociedade, como um modelo de disciplina ideal para a formação de "bons cidadãos"?

A disciplina reserva vários olhares e, por isso, não podemos deixar de revelarmos aqui o olhar de um grande educador chamado Paulo Freire. O educador foi entrevistado em um evento de profissionais da educação da Prefeitura Municipal de São Paulo em 1987, ao dar uma palestra sobre o tema "Autoridade e autoritarismo na escola". Eis abaixo um trecho importante dessa entrevista:

> Eu acho que a disciplina é uma das tarefas da autoridade, é trabalhar no sentido de a liberdade assumir a disciplina como necessidade e boniteza. Para isso a autoridade tem que ser séria, coerente, não pode ser manhosa, nem safada, a liberdade precisa encontrar uma razão de ser de crença da palavra e do testemunho da autoridade. (D'ANTOLA et al., 1989, p.4).

Interessante nos atentarmos para esse trecho da entrevista com Paulo Freire, sobre o sentido que ele nos apresenta de disciplina. Ele afirma que a 'disciplina é uma das tarefas da autoridade' e esse olhar sobre a disciplina é muito válido, pois realmente a autoridade se faz importante em um sistema disciplinar. Contudo, o diferencial é que a autoridade deve ser legítima, coerente e, consequentemente, guiada para a liberdade, pois os alunos saberão porque devem ter disciplina naquele momento e não em outro. Observemos outro trecho da entrevista com Paulo Freire:

> *Mariná*: Uma outra questão é que, na escola, ao invés de estarmos trabalhando a disciplina, estamos trabalhando a indisciplina. Nós trabalhamos em cima da indisciplina do aluno. Na realidade, às vezes, o aluno tenta cada vez mais acertar, mas ele não sabe o que é realmente disciplina, para que serve a disciplina. *Paulo*: Exato. *Maria José*: E ele é considerado um menino sem modos, rebelde. *Mariná*: Exatamente. *Paulo*: É, mas vocês estão tocando numas coisas que eu acho muito importantes. Às vezes, fico pensando como as estruturas das Secretarias são eminentemente autoritárias. Veja os Secretários e as Secretárias da Educação, que nem sempre necessariamente são autoritárias, repetindo o que foi feito 4 anos atrás, que, por sua vez, repetiu o que foi feito 4 anos atrás, sempre repetindo aquilo. Eu até diria, há um autoritarismo nas estruturas que gera uma incompetência que se explicita nas determinações (D'ANTOLA et al., 1989, p.7).

Nas escolas, o tempo gasto trabalhando os problemas ocorridos em sala de aula, considerados como atos indisciplinados, são muito maiores do que o tempo empregado em trabalhar a questão da disciplina. Muitos alunos são repreendidos e considerados como indisciplinados, mas muitos desses não sabem o que vem a ser a disciplina em sala de aula, como ser um aluno disciplinado e porque precisa ser assim. Expandindo a análise para uma parcela significativa de profissionais da educação, as questões e estudos sobre a disciplina e seus olhares são desconhecidos. Os momentos de estudo e discussão sobre a disciplina podem ser mais frequentes, pois essa temática precisa ser muito bem discutida no ambiente escolar, assim como fora dele também. A sociedade precisa compreender o que vem a ser disciplina.

Paulo Freire (D'ANTOLA et al.,1989) ainda menciona o autoritarismo das secretarias e que, mandato a mandato, pouca alteração ou quase nenhuma é feita devido ao sistema ser autoritariamente rígido e nada flexível. Esse é um olhar para o papel da disciplina coercitiva cujo emprego na Secretaria da Educação pode gerar um ciclo de inatividade, devido à falta de mudanças e de liberdade para executá-las.

Foi perguntado para Paulo Freire (D'ANTOLA et al.,1989), "Professor, só para finalizar, que distinção o senhor faria entre a disciplina, a indisciplina e a autodisciplina?". Paulo Freire respondeu que toda disciplina envolve autodisciplina. Não há disciplina que não gere, ao mesmo tempo, o movimento de dentro para fora, como não há uma disciplina verdadeira se não há capacidade. O sujeito da disciplina tem de se disciplinar (p.12).

Ele afirma a existência de dois tipos de disciplina e, vivendo ambas em contradição, eis o marco da indisciplina. A indisciplina é fazer o que se quer e na hora que se quer. Já a disciplina, para Paulo, é fazer o que posso, o que devo e o que preciso fazer. Por isso a autoridade é importante, tendo o cuidado de não utilizar-se do autoritarismo, que é um extremismo da autoridade em que o autoritário não aceita questionamentos das suas ordens.

Vejamos mais alguns conceitos sobre a disciplina para ampliar nossos olhares sobre essa questão importante no contexto escolar. Para Khouri, "A disciplina é como uma forma de dominação e de exercício de poder nos espaços sociais menores, cuja organização não é garantida, no seu cotidiano, pelas leis maiores" (D'ANTOLA et al., 1989, p.41). Então seria a disciplina uma ferramenta utilizada quando as 'leis maiores' não o podem? Para Schmidt (D'ANTOLA et al.,1989):

> A verdade é que a disciplina é um termo muito genérico e, quando se refere à escola, somos levados a reduzi-la à indisciplina do aluno e à punição deste no sentido de contê-lo para torná-lo obediente, passivo, restaurando a tão propalada disciplina que, neste caso, significa a manutenção da ordem estabelecida (p.30).

As questões de indisciplina na escola, muitas vezes, são consideradas como problemas a serem resolvidos, como se ocorressem focos de incêndio (indisciplina) que os bombeiros (professores) tivessem que, a todo o momento, apagar; porém, em poucos momentos ou em quase nenhum, são questionados os motivos que levaram ao surgimento desses focos de incêndio. O mais importante é apagar o fogo para restabelecer a ordem e a calmaria. Porém, torna-se um ciclo vicioso, pois os focos de incêndio viram rotina e as mesmas atitudes são tomadas consecutivamente.

Pensamos da mesma forma em relação aos atos indisciplinados que acontecem nas escolas todos os dias, mas que nem sempre têm os seus motivos investigados, o que percebemos são ações imediatas para resolverem os "problemas de indisciplina" para

que, dessa forma, seja restabelecida a paz na escola e na sala de aula. Por isso a importância dos estudos e da reflexão sobre a disciplina no ambiente escolar, as questões de indisciplina dos alunos são somente reflexos que refletem muitas outras questões merecedoras de reflexão; desde problemas familiares a problemas de emocionais, de relacionamento com a turma ou com o professor, falta de estímulo etc.

Para Abud (D'ANTOLA et al.,1989), "[...] A disciplina é fundamental para a vida em grupo. Entretanto, o excesso de imposição e de controle pode trazer, como consequência, outro tipo de conformidade mental, mas expressa conduta organizada" (p.81). Essa conformidade mental citada por Abud refere-se à submissão, à acriticidade, à passividade que é incoerente com o progresso de uma sociedade que visa pluralismos e multiculturalismos.

Para Abud, as normas estabelecidas pelas escolas, apesar de recomendáveis e necessárias, não podem ser rígidas e absolutas, mas devem se adequar à clientela, à faixa etária das crianças e adolescentes. Interessante a análise que o autor nos traz, olhando para o aluno de uma classe desfavorecida, cujas atitudes geralmente são interpretadas como atitudes agressivas, grosseiras, rebeldes, sendo que a escola, muitas vezes, ignora o fato de que muitos deles desconhecem os princípios e as exigências de comportamento da escola. Se a escola não estiver atenta a isso, estará excluindo ao invés de incluir.

A escola e os professores devem sim discutir com os alunos os seus combinados disciplinares, ambos negociarão esses itens e, nesse momento, será muito importante esclarecer os motivos de se ter um combinado e não outro, como, por exemplo, ser proibido conversar no momento da explicação do professor. Por quê? Os alunos devem questionar e o docente deve responder e explicar, conscientizando os alunos de que o processo de ensino e aprendizagem não é nada fácil e de que a atenção é primordial para o processamento das informações pelo cérebro que precisa estar focado para contribuir para esse processo complexo que é a aprendizagem.

A participação dos alunos é muito relevante ao decorrer das aulas, porém todos perguntarem ao mesmo tempo inviabiliza o diálogo, pois ninguém entenderá nada; por isso, é necessário instituir que cada aluno terá sua vez e, quando o colega estiver falando, todos deverão ouvi-lo com atenção e respeito. Esses combinados devem ser flexíveis e únicos para cada turma, pois cada turma é formada por são pessoas

diferentes. Assim, as chances de os alunos se sentirem corresponsáveis pelo seu processo de aprendizagem aumentam, pois perceberão que a sua participação na sala de aula é fundamental e compreenderão que, devido ao sistema educacional em que vivemos, precisamos da disciplina participativa para aproveitar melhor as aulas.

Voltemos ao Colégio Hugo de Carvalho Ramos, que é permeado por regimentos diversos que visam a manter a disciplina e a ordem. Como vimos, o aluno que não seguir os regimentos sofre com as Transgressões Disciplinares, podendo, até mesmo - dependendo da gravidade da transgressão - ser expulso do colégio. Nesse caso, são muitos os artigos e incisos que compõem os regimentos, o simples fato dos alunos receberem explicação sobre os regimentos e como deverão se comportar dentro e fora do colégio estando uniformizados não transforma essa disciplina em uma disciplina participativa, pelo contrário, ela ainda é restritiva e autoritária, porque os alunos não podem questionar ou modificar nenhum dos incisos apresentados pelos militares. É uma disciplina autoritária, pois não pode ser questionada e muito menos alterada.

2.6.1 A Propagação Do Medo

A propagação do medo é uma preocupação generalizada não somente quando refere-se à demanda de uma forma de educação militar ou não. O medo torna-se relevante para todos os países do mundo, pois, quando esse sentimento se instaura e é estimulado nos seres humanos, a percepção sobre as coisas pode ficar alterada e, às vezes, são cometidas muitas atrocidades por conta do medo que foi sendo alimentado por pessoas interessadas para que esse sentimento se transformasse em ódio.

Segundo Jacques Sémelin, em seu livro "Purificar e destruir" (2009), as tensões étnicas ou religiosas podem abrir caminhos para o surgimento do medo e consequentemente do ódio, mas não são as únicas responsáveis pelos massacres ocorridos na história. Para Sémelin:

> Mas seria ainda necessário que, dentro de tal contexto, formadores de opinião, detentores ou não do poder, proponham uma leitura da situação e afirmem: "Eis o que está acontecendo, eis o responsável por nossa desgraça. "Eles" são a causa dos nossos sofrimentos. Precisamos absolutamente nos livrar deles. Podemos garantir que tudo irá da melhor forma, em seguida. Basta que nos apóiem, e mais: juntem-se a nós para darmos um fim a essa peste." Realmente, é o tipo de discurso que pode servir para detonar uma violência em massa e acompanhá-la (SÉMELIN, 2009, p.35).

Vamos analisar a citação acima que nos traz um ponto merecedor de reflexão: quando se cria um "outro", um "inimigo" na história, muitas tensões que estavam dispersas e direcionadas para vários possíveis responsáveis, de um momento a outro, se direcionam a um único "inimigo". "Eis o que está acontecendo, eis o responsável por nossa desgraça". Alimentar um "inimigo" a quem se possa culpar por todas as desgraças e infelicidades ocorridas não é uma missão difícil, porém, é muito perigosa quando levamos em consideração que estaríamos mexendo com o emocional e com o imaginário dessas pessoas.

Ainda analisando o fragmento da citação anterior, lhes darei o mesmo exemplo que o autor Jacques Sémelin deu em seu livro, quando dizia que, muito antes de Hitler assumir o poder, charges depreciativas dos judeus já circulavam há muito tempo. Isso nos demonstra uma estratégia que foi utilizada para se criar, como o "inimigo", os judeus, para que esses começassem a serem temidos e, consequentemente, odiados. Qual seria então a relação dos colégios militares com a propagação do medo? Ainda chegaremos lá.

Nos Colégios Militares do Estado de Goiás, a disciplina, a boa conduta, o bom desenvolvimento escolar e o cumprimento dos regimentos internos são deveres e obrigações do aluno. As subjetividades do indivíduo são desconsideradas nesse processo, os incisos devem ser cumpridos e, se não o forem, deve-se arcar com as consequências, ou seja, as penalidades. De acordo com o regimento disciplinar que anteriormente foi mencionado neste trabalho, existem as "Transgressões Disciplinares", as quais se classificam em leves, médias e graves, sendo que, para cada uma, existem as penalidades correspondentes.

Para entendermos melhor, especificaremos uma transgressão leve, uma média e uma grave. Por exemplo, uma transgressão leve é "dobrar short ou camisa de educação física para diminuir seu tamanho, desfigurando sua originalidade", uma transgressão média é "usar o uniforme ou o nome do Colégio em ambiente estranho ao mesmo, sem estar para isto autorizado" e um exemplo de transgressão grave é "provocar ou tomar parte, uniformizado ou estando no Colégio, em manifestações de natureza política". Analisando a transgressão grave mencionada, questionamos a proibição de se manifestar politicamente estando de uniforme: qual o problema nisso? O que pode ser considerado tão grave em o aluno tomar uma atitude dessas fora ou dentro do Colégio?

O que esse Regimento Disciplinar acarretaria na vida dos alunos dessas escolas militares? Se os colégios militares realmente estimulam o pensamento crítico, qual o problema de o aluno manifestar seus pensamentos e ideologias em manifestações políticas? Como ser crítico e não se manifestar politicamente?

Os estudantes desses colégios militares devem seguir todos os 88 incisos do Regimento Disciplinar e, caso falhem uma única vez, poderão ser penalizados com advertência, repreensão, suspensão da sala de aula ou transferência educativa, de acordo com a transgressão realizada, e ainda terão suas notas subtraídas de acordo com as infrações cometidas e suas penalidades correspondentes. Se o aluno ganhar uma Advertência, ele é penalizado com (- 0,25) em sua nota; Repreensão (-0,50); Suspensão da sala de aula até dois dias (-0,50) e Suspensão da sala de aula acima de dois dias (1,00). Sendo assim, os alunos, em seu cotidiano, convivem com medo e angústia de cometerem alguma das transgressões e, consequentemente, serem penalizados ou serem convidados a se retirar do Colégio. Além disso, alguns alunos são convencidos a acreditar que ser expulso do Colégio Militar é estar fadado ao fracasso para toda a sua vida.

Vamos explicar como se dá essa propagação do medo a partir de uma visão mais ampla, transcendendo a posição do aluno, mesmo que, de fato, este sofra com o medo, principalmente pelo cumprimento do Regimento Disciplinar com suas transgressões disciplinares, ciente que esses se tornam mais uma vítima da forte e poderosa engrenagem em que se transformaram esses Colégios Militares do Estado de Goiás, os quais estão surgindo para atenderem a uma demanda do governador do estado.

Primeiramente, vamos olhar para um colégio militar de um bairro localizado na periferia, como, por exemplo, o Colégio Militar Sargento Nader, localizado no Pontal Sul II, em Aparecida de Goiânia-GO, pensando a partir da perspectiva de um pai ou um mãe de um menino ou menina que more nesse bairro que, por sinal, é considerado perigoso. Chega ao bairro um colégio militar que os próprios militares, o governador e a secretária de educação propagam, para quem quiser ouvir, serem os mais seguros, os melhores pedagogicamente, livres das drogas e do tráfico e do qual os alunos oriundos serão cidadãos exemplares e de sucesso em suas vidas pessoais e profissionais.

Com certeza, assim como eu e você, ficaríamos tentados a colocar nossos filhos ou filhas nesse colégio descrito de forma tão maravilhosa. Entretanto, temos que ter

cuidado com a propaganda, independentemente de qual seja o produto, já que sabemos existirem muitas propagandas enganosas, e questionar esse sucesso em todos os quesitos - infraestrutura, pedagógico, disciplinar -, ainda com garantia desses alunos se tornarem bons cidadãos e bons profissionais.

Voltemos ao autor Jacques Sémelin, quando este fala que "os discursos políticos em geral qualificados como "extremistas" são também os que aparecem do ponto de vista psicológico, como os mais regressivos". O que isso quer nos dizer e no que nos ajuda a entender como os colégios Militares e o governo estão agindo na sociedade atual? Primeiramente, para Sémelin (2009, p. 34), esses discursos políticos buscam, na matriz do imaginário infantil, os meios para interpretar as realidades da crise, então esses atores alimentam-se do caos da sociedade para dizer "Olha como temos razão!". Segundo Sémelin:

> Por isso, Franco Fornari não hesitou em escrever: "Pode-se dizer que as sociedades são, com relação à guerra, condicionadas, de um ponto de vista psicológico, a se situar no nível de angústia de uma criança de 8 meses". Em momentos de crise profunda, em que a história louca de um país parece avançar aos trancos e barrancos, se apresenta a possível regressão coletiva em direção ao conflito arcaico. De fato, tais circunstâncias levam os indivíduos a transgredirem a posição depressiva que lhes dera abertura ao processo de civilização. Assaltados pela angústia, convencidos de não terem mais controle do seu destino, são levados a querer arrancar desse outro a sua face má que eles percebem como responsável por seus sofrimentos (SÉMELIN, 2009, P.44).

Ressaltamos as passeatas que ocorreram em todo o Brasil desde o ano de 2014 contra a presidenta Dilma Rousseff e seu governo. Um grupo político alimentou o caos, induziu as pessoas a pensarem que ela era a "face má" que precisava ser arrancada para serem felizes novamente. Esse caos, em grande parte, não correspondia diretamente às ações da presidenta, mas colocaram-na como a "inimiga" do Brasil e alimentaram o medo e a angústia, de tal forma, que incitaram as pessoas a tirá-la do poder para que a ordem do país voltasse, mesmo que, após a deposição da presidenta, viesse uma crise muito maior, a que, atualmente, já estamos enfrentando. As pessoas foram às passeatas e, se pudessem, fariam ainda mais, pois o ódio também havia sido despertado. Dentre as manifestações de ódio desse período, charges obscenas e perniciosas da presidenta foram divulgadas pelas redes sociais, algo parecido com o que foi feito com os judeus antes do Nazismo e do Holocausto.

Essa propaganda toda em favor dos CPMG poderia até nos encantar com a proposta de militarização de todas as escolas públicas, assim como muitas famílias estão atualmente ansiosas para colocarem seus filhos e filhas nesses colégios, porque acreditam que realmente será uma garantia de sucesso pessoal e profissional. Infelizmente, sabemos que não existe mágica nem milagre quando se trata de problemas de educação e de segurança pública. A educação e a segurança do estado de Goiás precisam de maiores investimentos e novas estratégias que, de fato, melhorem as condições de trabalho dos profissionais dessas áreas e que, consequentemente, melhorem os serviços que são ofertados hoje.

Enfim, o governo do estado de Goiás, a secretaria de educação e os colégios militares estão propagando o medo, a angústia e o insucesso na sociedade, dizendo, implicitamente, que as escolas públicas são um fracasso e que a responsabilidade por esse fracasso é culpa de alguém: a responsabilidade é do "inimigo", é dos outros, dos marginais, das drogas, da desigualdade social.

Então a engrenagem vai girando dentro dessa lógica: é criado, no imaginário da comunidade, dois lados hipotéticos, um do bem e outro do mal. Do qual você quer fazer parte? Um é do inimigo, que traz consigo insucesso e fracasso; o outro, dos vencedores, que é o lado de quem estuda nos Colégios Militares do Estado de Goiás. Do lado do mal são colocadas, então, todas as outras escolas públicas que ainda não foram militarizadas. O interessante é que, mesmo estando nesse lado dos "fracassados", muitas escolas públicas estão se sobressaindo no IDEB, o ensino médio do estado de Goiás obteve nota de 3,8 subindo quatro posições, e, dessas escolas de ensino médio, poucas são militares. O outro lado, o dos "vencedores", seria muito bom se realmente oferecesse uma garantia de sucesso pessoal e profissional ao se estudar em um colégio militar, mas não há essa garantia.

2.7 Colégios militares do estado de Goiás e as fronteiras físicas e ideológicas que vão além dos muros do colégio.

Durante a década de 70, os primeiros debates sobre o feminismo se referiam às polaridades entre homens e mulheres, pois o movimento, nessa fase, era influenciado pela noção de sistemas de sexo/gênero, desenvolvido por Gayle Rubin em 1975. Mesmo havendo discordâncias sobre a explicação biológica das diferenças entre homens e

mulheres, na época, este foi o caminho percorrido pelo movimento feminista que ainda estava se encontrando e se fortificando. "A diferença de gênero era vista como categoria de análise mais significativa e determinante" (COSTA; ÁVILA, 2005, p.692).

As influências do "feminismo da diferença" francês nos debates norte-americanos surgem na década de 80 e, a partir da publicação da coletânea *New French Feminisms*, organizada por Elaine Marks e Isabel de Courtivron, em 1979, reforçam o discurso dominante das diferenças de gênero (homem/mulher) (COSTA; ÁVILA, 2005). A questão das diferenças entre homem e mulher foi considerada como categoria de análise e, com base nisso, com as intervenções de feministas não-brancas, principalmente as negras, constataram que a opressão das mulheres não poderia ser analisada somente pelas diferenças de gênero, era necessário um aspecto mais amplo.

> O feminismo da diferença, portanto, distancia-se das determinações biológicas para salientar as inscrições socioculturais dos sujeitos além do gênero, o que abrirá, nos anos 1990, curso para a análise da interseccionalidade do gênero. Segundo as discussões de Michèle Barrett e de Nancy Fraser sobre o conceito de diferença, os anos 1980 mostraram como as diversidades culturais, raciais, de classe, etc. contribuíram para as distintas experiências das mulheres, entre as mulheres e entre as mulheres e homens (COSTA; ÁVILA, 2005, p.693).

As mulheres do movimento feminista perceberam que as diferenças não se referiam somente aos gêneros homem/mulher e que a luta não era somente pela "mulher", pois as diferenças existiam dentro desse grupo "mulher", que comportava uma mescla de várias categorias de mulheres, e não somente as brancas, heterossexuais, cristãs e de classe média. A luta era de todas as mulheres, sendo elas brancas, negras, pardas, ricas, de classe média, pobres, chicanas, judias, cristãs, ateias, lésbicas, de países desenvolvidos e de terceiro mundo. Daí abriu-se espaço para o pensamento da abordagem interseccional, que explicaremos a seguir.

> A teorização de Anzaldúa reflete o surgimento, alinhado aos estudos feministas, de uma perspectiva interseccional que recusa qualquer redução de subjetividades históricas complexas a categorias identitárias fixas, desconectadas entre si. Anzaldúa também demarcou sua resistência ao redirecionamento de discursos normatizantes sobre a perspectiva interseccional desenvolvida por teorias feministas e *queer*[38] a partir dos anos 1980. Enfatizou a necessidade de se manter uma perspectiva de alianças sem perder de vista a especificidade histórica de cada instância de luta: longe de antecipar qualquer garantia de correspondência entre uma política

[38] O termo *Queer* costuma ser usado como um termo abrangente, falsamente unificador, sob o qual todos os '*queers'* de todas as raças, etnias e classes são aglomerados. Por vezes, precisamos dessa abrangência para solidificar nossos postos contra quem nos oprime. Mas, mesmo quando buscamos abrigo sob esse termo, não devemos nos esquecer de que ele homogeneiza e oculta nossas diferenças (COSTA; ÁVILA, 2005, p.698).

> supostamente homogênea de se viver a fronteira e o conteúdo emancipatório que se pode esperar dela, a teoria de Anzaldúa exige discernir cada construção de conteúdos como uma instância interseccional e vivencial específica (COSTA; ÁVILA, 2005, p.697-698).

Sendo assim, a teorização de Anzaldúa propaga a perspectiva interseccional, que é o que está entre-lugares, não desconsiderando as características e subjetividades de cada uma das categorias identitárias, independentemente do lugar em que se encontra cada uma delas. As alianças entre as categorias são fundamentais, mas respeitando as especificidades de luta de cada uma e as suas subjetividades.

Como vimos, é grande a importância de Gloria Anzaldúa para o aparecimento das discussões sobre as diferenças dentro do feminismo norte-americano. É interessante conhecermos Gloria Anzaldúa e sua origem, ela fazia parte da cultura chicana[39], que se estabeleceu na fronteira entre o México e os Estados Unidos. A região em que a autora nasceu não fazia parte nem do México nem dos Estados Unidos, pois estava em um território entre esses dois países. Anzaldúa relata:

> Como mestiza, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a *queer* em mim existe em todas as raças). Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indos-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/á outro/a e ao planeta. *Soy un amasamiento*, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhe novos significados (ANZALDÚA *apud* COSTA; ÁVILA, 2005, p. 694).

E Anzaldúa, como mestiça, mulher, chicana, lésbica e feminista, fala com propriedade sobre o que é estar no interstício, no entre-lugar, mostrando que ela é produto da "transculturação, sincretismo e diasporização que criam disjunturas entre tempo e espaço [a fronteira] e deslocamentos dos discursos sobre 'origens' e essenciais" (COSTA; ÁVILA, 2005, p.695).

Logo, como consequência do longo processo de globalização pelo qual estamos passando há décadas no mundo ocidental - "a pós-modernidade tem sido amplamente discutida em várias áreas do conhecimento, sobretudo no que tange aos chamados

[39] A cultura chicana é a consequência da mistura de diferentes históricos culturais na região (a cultura indígena pré-colonização, a colonização espanhola e o domínio americano) (BUENO; VERAS, 2010, p.151).

Estudos Culturais" (BUENO; VERAS, 2010, p.148) -, constatamos que as formas de consumo e as relações sociais entre diferentes culturas têm sofrido alterações relevantes e não suficientes e que o multiculturalismo e a identidade se mostram essenciais para suportar esse mundo globalizado e capitalista.

Com esse novo cenário, se faz necessário uma reorganização (ou desorganização) do que pensávamos ser um mundo moderno. A homogeneização das relações sociais em classes definidas cai em desuso e abre espaço para o individual e para a subjetividade. Sendo assim, nesse espaço, fronteiras que antes eram perfeitamente definidas, nos dias atuais, clamam por novas definições. A forma de conceber a nacionalidade e representação foi sofrendo mutações importantes ao longo dos anos e, com isso, surge essa nova visão do entre-lugar, como tentativa de articular um espaço para as diferenças, os que não são nem de um lugar nem de outro.

O conceito de fronteira trazido pela escritora feminista Gloria Anzaldúa trouxe-nos outros questionamentos, como se nos proporcionasse lupas que nos dessem ângulos e visões diferentes que serviram como forma de análise dessa nova realidade instaurada no estado de Goiás com o surgimento dos Colégios Militares. Os escritos da Anzaldúa para o contexto do feminismo contribuíram para a visão interseccional, mas também questionam a abordagem dos sistemas de significação predominantes que desautorizam qualquer sentido político, cultural e teórico de 'residência' para a chicana. Assim, Stephenson afirma:

> Dado que os sistemas de significação predominantes desautorizam qualquer sentido político, cultural e teórico de 'residência' para a chicana, ela figura tanto como presença e ausência nas representações textuais e nos discursos prevalecentes do estado-nação. Anzaldúa reivindica as fronteiras a partir da criação de uma comunidade imaginária utópica ou de um terceiro espaço, um "lar" que está aberto para a ilegal, a deslocada, a pária e a *Queer*. Esse terceiro espaço também demanda uma forma diferente de conhecer e sentir. [...] [E]ssa re-apropriação do 'lar' privilegia a noção de migração, multiplicidade e de um tempo provisional: nas Américas hoje, os processos de deslocamentos sociopolíticos do império e da construção da nação ao longo desses 500 anos de história aconteceram de tal forma que [permitiram] a noção de 'lar' sem território geopolítico juridicamente nacionalizado (STEPHENSON *apud* COSTA; ÁVILA, 2003 P. 371)

Prestemos atenção a essa citação no momento em que ela afirma que a redefinição das fronteiras se dá por meio da criação de um entre-lugar, uma comunidade imaginária, assim como ela diz "um 'lar' sem território geopolítico juridicamente nacionalizado", mas que existiria para acolher "a diferente, a ilegal, a deslocada, a pária e a *queer"*.

Focaremos, a partir de agora, no conceito de fronteira e na relação entre ele e os Colégios Militares, já que podemos afirmar que a mesma zona de fronteira física em que Gloria Anzaldúa viveu, com todas as diferenças sociais, financeiras e intelectuais, por não ser nem um país nem outro, por estar no lugar do meio, por não se enquadrar e não ter uma cultura própria do seu povo, apresenta dificuldades similares às encaradas pelos alunos que vivem nas redondezas dos Colégios Militares, pois estes não conseguem estudar em uma escola particular dadas suas condições financeiras, devido aos gastos com livros didáticos, materiais escolares e mensalidade. Contudo, estudar em um colégio militar também se torna uma fronteira, pois também há um impedimento, devido aos gastos financeiros com uniforme e mensalidade.

Os alunos que são "diferentes", que não se enquadram nos padrões estipulados pelos Regimentos Disciplinar e Interno, também não são tolerados, quando conseguem estudar em um colégio militar, logo sofrem com as transgressões disciplinares e até mesmo com a expulsão. Por não se adequarem ao regimento, são excluídos também.

Os muros desses colégios militares criam barreiras não somente físicas, mas também de oportunidades, que se tornam diferenciadas para os que conseguem entrar nesses colégios e usufruir de uma boa estrutura física, de aulas de música, dança, esportes e aulas de computação. Os alunos que não conseguem são obrigados a procurar vaga em (outras) escolas públicas que não sejam militares, escolas, muitas vezes, distantes de suas residências, ocasionando gastos com condução, por exemplo.

O que será dos alunos que adentram aos muros dos colégios militares? Que passaram da "fronteira" e que farão parte desse grupo seleto de alunos, ao menos até o momento em que não conseguirem pagar a mensalidade ou o uniforme - que custa mais ou menos R$ 500,00 – e/ou quando for convidado a se retirar? O que será daquele aluno que era da escola militar, mas foi expulso por não se enquadrar, por não ser disciplinado? Serão jogados onde? Acredito que serão discretamente colocados debaixo do "tapete" do estado provavelmente, nas escolas públicas que são efetivamente abertas a todos.

Voltemos o nosso olhar para o conceito de fronteira, quando Anzaldúa reivindica as fronteiras, sendo essas físicas ou não, levando em consideração que elas se tornam agentes de pressão, preconceito, limitações, conflitos psicológicos, ideológicos,

financeiros e políticos. Nos dias atuais, vivenciamos diversos tipos de fronteiras sexuais, intelectuais, financeiras, religiosas, dentre outras.

Anzaldúa também cria um 'lar', o entre-lugar, que seria um espaço livre de preconceitos, tabulações, pressões culturais e políticas, lugar para a ilegal, a deslocada, a pária e a *queer*. Na sociedade atual, precisamos desse lugar, um lugar que seja espaço para a expressão de múltiplas culturas, para as subjetividades do indivíduo. Será que em um Colégio Militar encontraremos esse 'lugar' para a experiência da diversidade cultural e as suas subjetividades?

Vejamos um exemplo para nos aprofundarmos nessa questão do lugar, da construção desse espaço, desse 'lar' e, consequentemente, entendermos melhor a questão da 'fronteira' e a sua relação com o colégio militar. Para isso, vamos personificar o sujeito desse 'lugar' sonhado por Anzaldúa como um animal, mas especificadamente como uma 'águia' (com visão surpreendente, com moradia transitória, livre, forte, com uma visão aguçada, força e exatidão para alcançar seus objetivos) que precisa estar livre e forte para encontrar esse lugar tão almejado e chamado de 'lar'.

E se esses animais forem criados, denominados, classificados por suas características, origens e direcionados às suas gaiolas? Existem gaiolas grandes e pequenas, as grandes são para poucos. Algumas são tão grandes que poderiam ser chamadas de viveiros, pois são únicas, com teto alto, pequenas rochas, possuem as paredes feitas de materiais resistentes e da melhor qualidade, contendo pequenas vegetações que climatizam o ambiente. Outras gaiolas são pequenas e feitas de gravetos, são rústicas e frágeis, oferecendo um ambiente nada climatizado e essas são as que estão disponíveis para a maioria dos sujeitos águias.

O sonho de grande parte dessas aves é de entrar nesses viveiros climatizados, porém muitos não conseguem, não podem, não combinam com tais viveiros e são jogados pra fora, sendo aceitos apenas nas gaiolas de graveto mesmo. Aliás, as gaiolas pequenas acolhem todos os sujeitos águias, sem distinção. O que cabe, para a maioria dos sujeitos águias, são essas gaiolas de graveto, ouvindo, enquanto nelas, o grupo de sujeitos águias que vivem nos viveiros dizerem a eles que precisam ficar satisfeitos pois ainda lhes são oferecidas gaiolas pequenas, já que nem a essas deveriam ter acesso.

É válido ressaltar que o sujeito águia, independentemente de em qual gaiola que se encontra, também é refém das fronteiras, sejam elas físicas, de classe, políticas, financeiras e/ou ideológicas, porém, alguns deles sofrem mais, principalmente os que vivem nas gaiolas pequenas, pois são excluídos e discriminados mais do que os outros, e essa é a grande diferença entre esses sujeitos águias. Lembremos das características dessa ave, que é livre, inteligente, forte e com um potencial enorme.

Assim, os sujeitos águias podem sim encontrar um "lar", um espaço entre ambas gaiolas, um espaço no meio, que está disponível para todos, porém poucos o encontram em meio a incansáveis buscas. Nesse "lar", os moradores são acolhidos, é o entre-lugar de Anzaldúa, e, a partir de lá, podem ver as coisas sob novos ângulos nunca vistos e questionarem, analisarem e desconstruírem os padrões e as pressões culturais, políticas e ideológicas, permitindo-lhes também que pudessem ter a liberdade de encontrar novos lugares de pouso, novos caminhos de voo e novas pressas. Esse lugar existe!

Infelizmente constatamos que, nas gaiolas pequenas, as fronteiras físicas, ideológicas, políticas e culturais são reforçadas, prendendo esse 'sujeito águia', limitando a sua visão, ao restringi-la à vista da gaiola. Não existem voos altos, parece que existe algo ou alguém que os quer assim, presos e voando baixo, mesmo eles podendo voar muito alto - e muitos sabem disso. Os poucos voos existentes são curtos e baixos, pois são limitados pelo espaço físico da própria gaiola, porém eles são instigados a ir mais além.

As gaiolas de graveto são pequenas, nada climatizadas e reforçam as fronteiras, porque foram feitas também com esse objetivo, o de tornar mais difíceis os voos dos "sujeitos águias", tornando mais difícil a saída dos sujeitos águias da gaiola. Porém, mesmo presos pelas grades de gravetos, muitos conseguem quebrar as paredes dessa gaiola e alcançar voos mais altos e lugares de pouso e sobrevivência bem diferentes. Conseguem chegar ao "lar", aquele lugar feito para serem livres e desafiarem as suas próprias habilidades. Os sujeitos águias dos viveiros são acostumados a voarem mais alto, pois suas gaiolas lhes dão condição para isso, é mais fácil viver em um viveiro, por isso não arriscam sair da gaiola, ela lhes dá segurança e prestígio. Alguns passam suas vidas dentro desses viveiros bonitos, amplos e seguros, sem perceberem que se encontram presos ou preferindo pertencer aos viveiros a arriscarem novos vôos fora deles.

A força e a liberdade desses sujeitos são contidas ou tolhidas a tal ponto que nem mesmo esse 'sujeito águia' se dá conta de que as possui e que pode voar muito além da gaiola; que ele pode sair, pois, mesmo se machucando, pode curar as suas feridas, livre, em algum outro lugar. Para isso, porém, ele precisa quebrar as grades; mas, infelizmente, muitos ainda não sabem que podem ir muito além do teto de suas gaiolas e quebrar as grades de suas verdadeiras prisões, eles precisam se redescobrir como águias. Essa tarefa não é fácil, mas tampouco é impossível, eles devem reconhecer sua força, liberdade, capacidade de mudança e sua determinação. Tudo poderia ser bem mais fácil, porém, tudo se transforma em obstáculo a ser superado e alguns são colocados para não o serem, como barreiras.

Ser sujeito águia, nos dias atuais, predestinado a uma gaiola pequena, nada climatizada, rústica, não é nada fácil. São tantos os desafios, as barreiras, que isso se torna uma verdadeira fronteira a ser cruzada. Sair da gaiola é um ato de coragem e muitos conseguem, mesmo tendo condições de sobrevivência precárias. Comparando as condições dadas ao sujeito águia de um viveiro e a um de gaiola pequena, constataremos que as condições de vida, de futuro e de qualidade de vida são muito desproporcionais, desleais e injustas. Então o que seria sair da gaiola? Sair do viveiro (gaiola) é um passo que pode ser fácil, mas sair da gaiola pequena pode ser uma peregrinação, dependendo do que "sair da gaiola" seja considerado por nós.

O colégio militar seria um viveiro, com grande estrutura, ambiente climatizado e lugar "seguro"; já a escola pública "normal" seria a gaiola pequena e com estrutura de gravetos, frágil, rústica, mas que também aprisiona e disciplina. Percebemos que, mesmo sem condições favoráveis, as escolas públicas também proporcionam ambientes disciplinadores, contudo, esses ambientes podem ser rompidos e desconstruídos pelos alunos e professores, pois a existência de uma certa liberdade, de respeito às subjetividades dos indivíduos e de liberdade de pensamento ainda são valorizadas na escola pública. Entretanto, os Colégios Militares, que possuem boa estrutura física, ambiente amplo e climatizado, possuem tantos Regimentos que fazem com que as subjetividades e as diferenças sejam minimizadas ou quase extintas para darem espaço ao padrão único. Nesse ambiente, esses sujeitos águias devem ser subservientes às regras do viveiro, seus voos devem ser planejados dentro daquele ambiente, que os disciplina, os limita, os coage e os condiciona a terem todos os mesmos comportamentos.

Então o sair da gaiola seria a certeza de sucesso? Também não podemos afirmar. Para o sujeito águia de um colégio militar, sair da gaiola talvez nem seja uma possibilidade, muitos querem permanecer e mudarem somente de um viveiro para outro. Pode ser que outros passem a almejar sair desse viveiro para nunca mais voltar. Entender que a liberdade de um sujeito não deve ser guiada por ninguém, que ele próprio a controla, que seus pensamentos não são de ninguém a não ser dele próprio, que a sua criatividade e autonomia podem aflorar da forma que quiser, podendo alçar vôos mais altos e fazer manobras desafiadoras, se transforma em um grande desafio para esses sujeitos águias presos nesse viveiro.

Os sujeitos águias das escolas públicas sobrevivem em uma escola que segue o modelo do século XIX, ainda disciplinador, sem estrutura física de boa qualidade, com alimentação precária, sem grandes recursos tecnológicos nem quadra de esportes na maioria das escolas, mas lá ainda podem ser eles mesmos, não existe um padrão único imposto. As escolas públicas funcionam com menos recursos do que os colégios militares, já que esses recebem dinheiro da Secretaria de Segurança Pública e as mensalidades cobradas dos pais e dos uniformes que são obrigatórios. Mas é nas escolas públicas que o aluno (sujeito águia) pode ousar dar vida à sua criatividade e deixar aflorar as suas subjetividades e conflitos.

CAPÍTULO 3
A TRANSFORMAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM ESCOLAS PÚBLICAS MILITARIZADAS

3.1- Escolas públicas, colégios militares e escolas particulares

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, art. 2º, título II, a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana que têm como objetivo o pleno desenvolvimento do educando e de seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Sendo assim, é válido refletirmos sobre as formas do ensino com base no art.3º da LDB:

> O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
> II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
> III. Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas.
> IV. Respeito à liberdade e apreço à tolerância.
> V. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
> VI. Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino[40] (BRASIL, 1988, p.123)

A educação é dever do Estado e da família. Se é dever do Estado, esse deve garantir educação para todas as crianças e adultos que, por diferentes motivos, não concluíram os seus estudos no passado. É dever da família, sendo que se faz necessário propiciar ao filho condições para que esse estude. No inciso I é especificado que deve haver igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Um Colégio Militar faz prova e sorteio para permitir que novos alunos adentrem, sendo o resultado dessa prova e sorteio que definirão a entrada ou não do aluno. Será que esse sistema de ingresso do Colégio Militar do Estado de Goiás está promovendo a igualdade de condições para todos os alunos?

Os colégios militares possuem vários regimentos. Olhando para o Regimento Disciplinar, que contém vários incisos e artigos com os critérios para se garantir um bom comportamento, percebemos que, caso esses critérios não sejam cumpridos, também existem as "transgressões disciplinares", pelas quais os alunos sofrem perda de pontos, além de perda do prestígio dentro da turma. Assim, como podemos

[40] Disponível no site: http://portal.mec.gov.br/. Acesso em 01 de maio de 2017.

afirmar que em um colégio militar se garante os mesmos direitos de permanência levando em consideração que o aluno que não seguir as regras poderá ser até mesmo expulso do colégio por não se adequar aos regimentos? Isso fere o inciso I, sobre a "permanência na escola", da LDB.

Com base na reportagem de "O Popular" do dia 17/08/2016, os Colégios Militares do Estado de Goiás (CPMG) não vão mais punir os alunos com a expulsão e o termo "transferência educativa" será retirado do novo regimento. Atualmente, tentamos visitar o *site* do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, mas não conseguimos, pois aparece uma tela preta. Porém, na reportagem, o comandante de Ensino da Polícia Militar (PM) Coronel Anésio Barbosa da Cruz Júnior confirmou a extinção do termo "transferência educativa" do Regimento. A mudança ocorreu devido a uma recomendação do promotor Ricardo Papa do Ministério Público de Goiás (MP-GO)[41].

Voltando à citação do art. 3º da LDB, que especifica que o ensino será ministrado com base no 'Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas', no colégio militar, o Regimento Disciplinar, Capítulo III (Da Especificação das Transgressões) Art. 9º, inciso 23 especifica que é uma transgressão de natureza média "apresentar-se com o cabelo fora do padrão, deixando-os soltos com pontas ou mechas caídas (alunas) ou tingi-los de forma extravagante". Como interpretar as ações de uma escola em que o simples fato de uma aluna ou aluno se apresentar com os cabelos fora do padrão gera punição? Como dizer que os colégios militares são um modelo ideal de educação em pleno século XXI, sendo que, dentre as proibições, está a de tingir os cabelos da cor que se achar por bem tingir? Como uma escola dessas acolhe a diferença, a pluralidade e a subjetividade de cada indivíduo?

Também em relação ao inciso V, "Gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais", há uma discrepância em relação à ação dos colégios militares, pois, no colégio militar, o ensino não é gratuito, são cobrados os uniformes, as mensalidades - na faixa de R$ 80,00 - e as taxas de matrícula.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, no capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, há o artigo 53:

[41] Informações disponíveis no site: www.opopular.com.br/editoriais/cidades/colegios-militares-de-goias-vao-deixar-de-punir-estudantes-com-expulsao-1.1134143.

> Art.53- A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
> I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II- Direito de ser respeitado por seus educadores;
> III- Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
> IV- Direito de organização e participação em entidades estudantis;
> V- Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
> (BRASIL, 2015, p. 20-21)

Como dito, é direito da criança e do adolescente desfrutar de uma educação em uma "escola pública, gratuita e próxima de sua residência", o problema é que, quando uma escola é militarizada, ela exclui muitos alunos e os priva de estudarem próximos à sua residência. Segundo uma reportagem do jornal "Correio Brasiliense" (DF), a Escola Estadual Fernando Pessoa, em Valparaiso (GO), que foi militarizada no primeiro semestre de 2014, já começou cobrando taxas dos alunos, assim, "o colégio que era público, se tornou uma Instituição Militar e já está cobrando R$ 100,00 pela matrícula e R$ 50,00 de mensalidade" (BRASILIENSE, 2014, s/p)[42]. Como uma escola que se diz pública cobra taxa de matrícula e mensalidade?

Olhando para a questão da "gratuidade do ensino", fica a grande dúvida: como um aluno cuja família não possui condições financeiras favoráveis pode permanecer no colégio sem condições para comprar o uniforme, pagar a mensalidade e a taxa de matrícula? A Figura 31, logo abaixo, apresenta uma página do *site*[43] do Colégio Militar Fernando Pessoa, onde podemos ver a parte específica de matrículas:

---

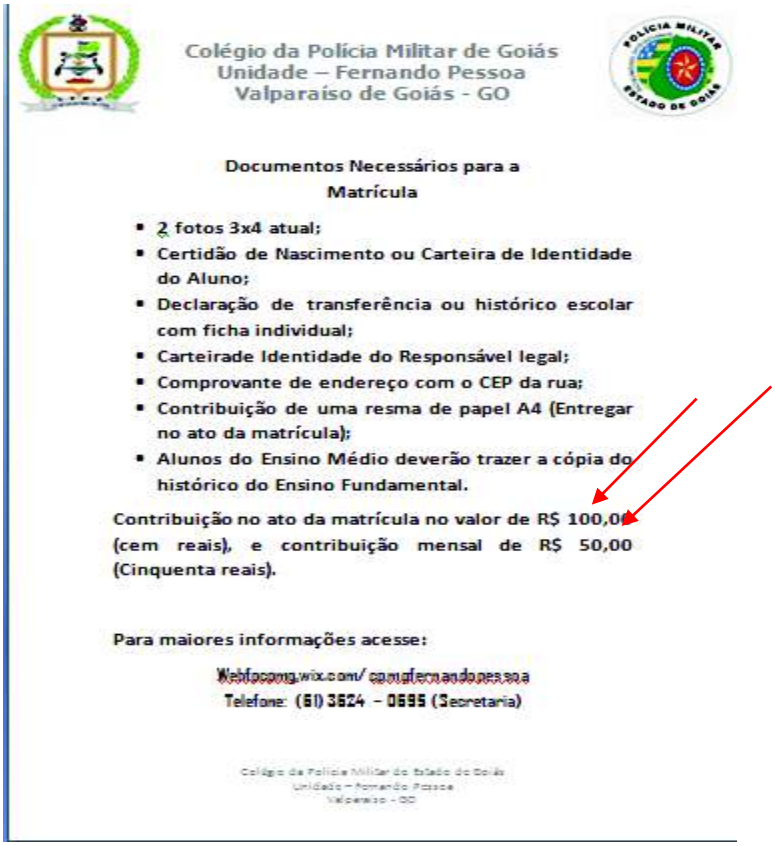
[42] Informações disponíveis no site: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/01/10/interna_cidadesdf,407295/escola-publica-vira-colegio-militar-e-cobra-por-matricula-e-mensalidade.shtml>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

[43] Informações obtidas no site do Colégio Militar Fernando Pessoa: http://webfpcpmg.wixsite.com/cpmgfernandopessoa/secretaria. Acesso em janeiro de 2017.

Figura 31: Documentos e pagamentos exigidos para a efetivação da matrícula no CPMG – Fernando pessoa (1)

Fonte: http://webfpcpmg.wixsite.com/cpmgfernandopessoa/secretaria

Figura 32: Documentos e pagamentos exigidos para a efetivação da matrícula no CPMG – Fernando pessoa (2)



Colégio da Polícia Militar de Goiás
Unidade – Fernando Pessoa
Valparaíso de Goiás - GO

Documentos Necessários para a Matrícula

- 2 fotos 3x4 atual;
- Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade do Aluno;
- Declaração de transferência ou histórico escolar com ficha individual;
- Carteirade Identidade do Responsável legal;
- Comprovante de endereço com o CEP da rua;
- Contribuição de uma resma de papel A4 (Entregar no ato da matrícula);
- Alunos do Ensino Médio deverão trazer a cópia do histórico do Ensino Fundamental.

Contribuição no ato da matrícula no valor de R$ 100,00 (cem reais), e contribuição mensal de R$ 50,00 (Cinquenta reais).

Para maiores informações acesse:

Webfpcpmg.wix.com/ cpmgfernandopessoa
Telefone: (61) 3624 – 0595 (Secretaria)

Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás
Unidade – Fernando Pessoa
Valparaíso - GO

Fonte: http://webfpcpmg.wixsite.com/cpmgfernandopessoa/secretaria

Os pais dos alunos, inconformados e sem condições financeiras para manterem seus filhos na escola, buscaram vagas em outras escolas, mas sem sucesso, e outros

recorreram ao Ministério Público, que garantiu, pela justiça, a vaga de quem não tem condições de arcar com os custos do Colégio da Polícia Militar Fernando Pessoa.

O juiz acatou o pedido do Ministério Público Estadual (MP-GO), após os pais reclamarem sobre as "contribuições" cobradas, como taxas de matrícula e mensalidades, para que seus filhos estudassem na unidade. Um pai de aluno, o Sr. Vargas Alves, que é autônomo, declarou que "o colégio, na verdade, deixou de ser público para ser privado. É uma instituição da Polícia Militar com fins lucrativos"[44]. O Ministério Público entrou com uma ação civil pública pedindo o impedimento da cobrança da taxa de matrícula de R$ 100,00 e de mensalidade de R$ 50,00.

O Juiz José Augusto de Melo e Silva ordenou à PM que impedisse qualquer tipo de discriminação contra os alunos que se matriculassem e que frequentassem o Colégio Militar nas condições fixadas na decisão, seja no âmbito pedagógico ou disciplinar. Caso a ordem seja descumprida, será aplicada multa diária de R$ 1.000,00 (Hum mil reais) por ocorrência comprovada.

Os incisos II e III expressam que os alunos têm direito a serem respeitados por seus educadores e têm o direito de contestar os critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores. Muitas vezes, na prática, a realidade se distancia quantitativamente da lei, mas devemos, como cidadãos, saber de nossos direitos e lutar para que sejam garantidos. Em entrevista com outra mãe de um dos alunos, a Sra. Jordana Paz, cujo filho saiu do Colégio Hugo de Carvalho Ramos no primeiro semestre de 2016, perguntamos: "Qual foi o período mais marcante para sua família, em que seu filho estudava lá?"

J.P- Pra mim, em dois momentos, um quando um professor ridicularizou ele na frente da turma. Ao questionar na coordenação, ela disse que iria averiguar, ela chamou o professor, que desmentiu o que ele havia falado, mas outras pessoas que davam aula particular para alunos da mesma turma do meu filho, relataram que os alunos reclamaram do mesmo assédio moral, e o outro momento foi o momento da transferência, que eu pedi a transferência que eu fui entregar os livros, a moça da biblioteca disse: "Mais uma que se vai, por que você está saindo?" eu disse: "Por causa do professor", ela: "Não é novidade pra gente, isso é uma constância, todos os dias sai algum aluno daqui, por causa de mal tratamento por parte do professor!", e no momento de pedir a transferência a secretária me chamou a quatro paredes, e veio querer induzir que meu filho estava saindo por que ele não se adaptou à escola, que o

[44] Informações disponíveis no site: http://plantaojti.com.br/noticias/justica-veta-cobranca-de-taxas-em-colegio-militar-de-valparaiso-de-goias/. Acesso em 10 de maio de 2017.

problema não estava na escola, e que o problema estava no meu filho, e aí eu discordo plenamente, o problema está na escola.

LACMC- Teve algum termo que ela pediu para você assinar?

J.P.J.M- Não, lá tem uma pesquisa interna, no qual eles questionam o motivo da transferência, e eu coloquei perseguição por parte do professor. Então ela me chamou, e falou que era uma impressão errada, que a escola estava aberta, a escola se esforçava, é o aluno que não se adaptou à escola, muitos alunos se dão melhores, tirando a culpa da escola e jogando a culpa no aluno.

(Trecho da entrevista com a Sra. Jordana Paz, mãe de um aluno do CPMG/Hugo de Carvalho Ramos, realizada pela autora em 04/10/2016).

Voltemos ao inciso II e III do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), pelo qual o aluno tem o direito de ser respeitado por seus educadores e de contestar critérios avaliativos. Podemos pensar que o que ocorreu com o filho da Sra. Jordana é um caso isolado de desrespeito com o aluno e exposição indevida de sua imagem, mas entendamos que o contexto escolar de um colégio militar é diferente do contexto de qualquer outra escola pública. Essa diferença não se dá somente pela existência dos regimentos, mas pela grande exigência, que vem da turma, do colégio e do estado, de que os alunos sejam os "melhores" e que sempre se esforcem para se destacarem pelas boas notas; contudo, se as notas não estão boas, então o aluno também ficará em evidência, porém, nesse caso, pelo lado negativo. Para um aluno com problemas de aprendizagem, então, ser aluno do colégio militar pode ser um tormento psicológico.

Quando a mãe entrevistada menciona a postura da coordenadora que, por meio de uma conversa "a quatro paredes", tenta convencê-la de que foi o filho dela que não se adaptou à escola, e que, portanto, a "culpa" era do aluno e não da escola, é interessante refletir sobre o esforço desta coordenadora para manter a imagem do colégio intacta, mesmo que essa mãe não tenha sido convencida. Quando perguntado para a mãe J.P. se existe algum diferencial, em sua opinião, quanto ao ensino, aos conteúdos e aos professores do CPMG/HCR, ela respondeu:

J.P- Não acredito que os professores têm excelente formação como os demais da rede estadual, o que diferencia é a infraestrutura, o quadro branco, é pincel, por exemplo, os professores de Educação Física têm um para cada modalidade, então o aluno lá não tem um professor de Educação Física, ele faz natação, ele faz atletismo, basquete, futebol, e isso acaba incentivando o aluno a participar mais porque ele faz aquilo que ele tem afinidade, tem banda de música, que normalmente as escolas estaduais não têm então o que eu acho de diferencial que a Escola Militar tem chama infraestrutura, investimento, falta dinheiro nas escolas estaduais, porque potencial todos os professores têm.

(Trecho da entrevista com a Sra. Jordana Paz, realizada em 04/10/2016).

Então, na visão dessa mãe entrevistada, o grande diferencial dos colégios militares em relação a outras escolas públicas seria a infraestrutura, as atividades físicas que são disponibilizadas, como atletismo, natação e até aula de música, opções que não são ofertadas nas escolas públicas "normais". Em relação a essa diferenciação da parte estrutural, por mais que saibamos que o governo escolhe escolas públicas que já possuem os seus prédios, quando essas são transformadas em colégios militares, tudo muda. Podemos constatar que as escolas escolhidas passam por reformas em sua infraestrutura para serem melhoradas visualmente e internamente, os prédios das escolas tornam-se mais bonitos e atrativos visualmente. Vamos comparar algumas fotos das fachadas de escolas públicas "não militarizadas" com a fachada dos colégios militares e de alguns colégios particulares. As imagens das figuras 33, 34 e 35 referem-se a escolas públicas não militarizadas.

Figura 33: Colégio Estadual Boa Esperança (Parque das Nações- Aparecida de Goiânia).

Fonte: https://www.google.com.br/maps/. Acesso em 10/05/2017

Figura 34: Colégio Estadual Cruzeiro do Sul (Conjunto Cruzeiro do Sul- Aparecida de Goiânia).

Fonte: https://www.google.com.br/maps/. Acesso em 10/05/2017

Figura 35: Colégio Estadual Assis Chateaubriand.

Fonte: https://www.google.com.br/maps/. Acesso em 10/05/2017

As figuras 36, 37 e 38, a seguir, referem-se a imagens das fachadas de colégios militares.

Figura 36: CPMG/ Hugo de Carvalho Ramos (Goiânia – GO).

Fonte: https://www.google.com.br/maps/. Acesso em 10/05/2017

Figura 37: CPMG/ Polivalente Modelo Vasco dos Reis (Goiânia).

Fonte: https://www.google.com.br/maps/. Acesso em 10/05/2017

Figura 38: CPMG/ Ayrton Senna (Goiânia).

Fonte: https://www.google.com.br/maps/. Acesso em 10/05/2017.

As figuras 39, 40 e 41 mostram imagens das fachadas de colégios particulares:

Figura 39: Colégio Marista (Goiânia).

Fonte: https://www.google.com.br/maps/. Acesso em 10/05/2017

Figura 40: Colégio Ávilla (Goiânia).

Fonte: https://www.google.com.br/maps/. Acesso em 10/05/2017

Figura 41: Colégio Olimpo (Goiânia).

Fonte: https://www.google.com.br/maps/. Acesso em 10/05/2017.

Notemos que as fachadas dos CPMG são mais modernas e bonitas, mais próximas das fachadas dos colégios particulares de Goiânia, que até utilizam materiais como o

vidro para as enaltecerem; já escolas públicas não militarizadas possuem fachadas antigas, rústicas e simples, pois não obtiveram grandes reformas desde sua construção, apenas receberam os reparos necessários e emergenciais. Se as escolas públicas recebessem maiores verbas anuais quem sabe poderiam melhorar a sua infraestrutura e seus materiais pedagógicos, porém, a quantia que recebem anualmente, que é de quarenta e dois mil reais, e ainda é parcelada entre verbas federais e estaduais, faz com que essas "grandes reformas" sempre fiquem para depois, pois as escolas não possuem dinheiro suficiente.

Então, a verba recebida pelas escolas públicas limita as ações dos seus gestores a gastarem a verba com pequenos reparos, impressões de provas, tinta para impressora e materiais para limpeza, porque as "grandes reformas" se distanciam da realidade da escola, se transformando em sonhos de muitos gestores que entram e saem de seus mandatos sem concretizar esse sonho.

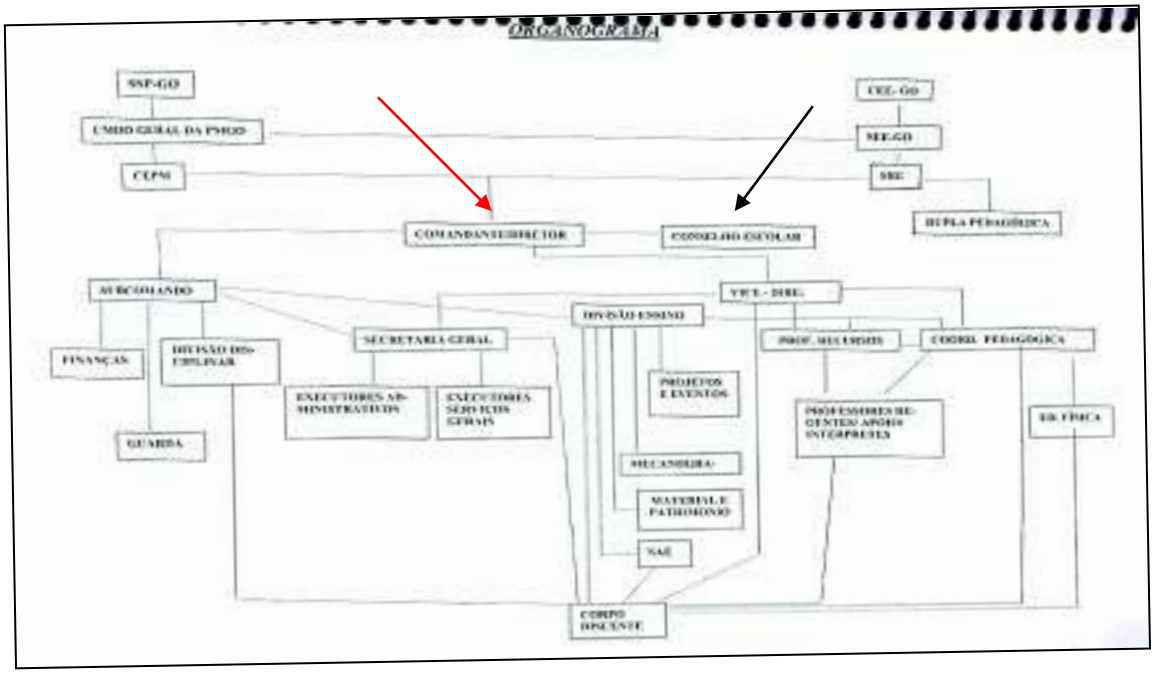
A LDB, art. 3º, inciso VI determina uma "gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino", sendo o diretor eleito pela comunidade escolar, alunos, funcionários e pais de alunos. Contudo, no colégio militar não é assim, pois a autoridade máxima na escola é o comandante/diretor. O comandante da escola é indicado pelo Comando Geral de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás, logo, a comunidade escolar não interfere na eleição, porque, na verdade, não existe eleição, simplesmente o comandante é escolhido e trocado. Então que tipo de escola pública é o colégio militar? Podemos chamá-lo de escola pública?

Figura 42: Depoimento da mãe de duas alunas do Colégio CPMG/Hugo de Carvalho Ramos

Fonte: https://www.facebook.com/CPMGHUGO/. Acesso em 13/05/2017.

Entendemos a posição e fala da mãe, que declara sentir-se "indignada e traída pela troca de comando" porque, como já dissemos, nos CPMG, os comandantes simplesmente são trocados e eles são a autoridade máxima dentro da escola. Entretanto, é declarada, pela LDB, no art. 3º, inciso VI, a "gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino". É válido conhecermos como se organizam hierarquicamente os postos dentro do colégio militar e a quem são subordinados para compreendermos como funciona a gestão desses colégios. Vejamos, a seguir, a figura 43, que nos traz o organograma da escola:

Figura 43: Organograma do Colégio Hugo de Carvalho Ramos.



Fonte: Projeto Político e Pedagógico do CPMG/Hugo de Carvalho Ramos.

No organograma acima, as setas apontam para o comandante, que é o diretor, e, ao lado, como se hierarquicamente tivessem a mesma autoridade, o conselho escolar. Contudo, na prática, percebemos que o comandante é quem dá as ordens e quem realmente define muitas das ações direcionadas pelo conselho. No Projeto Político e Pedagógico do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, algumas das características do conselho escolar são:

> Capítulo II
> DA CONSTITUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO
> Artigo 3º- O Conselho Escolar é uma Entidade autônoma de natureza coletiva com objetivo de promover a dinamização e a autonomia da escola, abrindo espaço de participação para todos os segmentos da comunidade escolar nas decisões relacionadas aos eixos pedagógicos, administrativo, financeiro e relacional, visando ao seu aperfeiçoamento e enriquecimento.

> Capítulo VIII
> DAS ELEIÇÕES, DA POSSE E EXERCÍCIO
> Artigo 24 - A eleição dos representantes dos segmentos da Comunidade Escolar, bem como a dos respectivos suplentes, realizar-se-á na unidade escolar do segmento, uni nominalmente, por voto direto, secreto e facultativo, ficando vetado o voto por representação.
> Parágrafo primeiro: Cada segmento da Comunidade Escolar realizará Assembléias Gerais próprias para a indicação de seus representantes e seus pares no pleito eleitoral.
> Parágrafo segundo: O diretor da unidade escolar participará do Conselho escolar como presidente nato e responderá administrativamente, civilmente e penalmente por todos os atos praticados pelo Conselho durante a respectiva gestão.
> Artigo 25- Podem concorrer à condição de membro do Conselho Escolar: os professores e agentes administrativos educacionais que contem com pelo menos seis meses de modulação na Unidade Escolar, os alunos maiores de 18 (dezoito) anos, nela matriculados; e os pais, ou as mães, ou os responsáveis; respeitada a paridade nos termos do artigo 8º deste Estatuto. (CPMG/HCR, 2016, p.25-30).

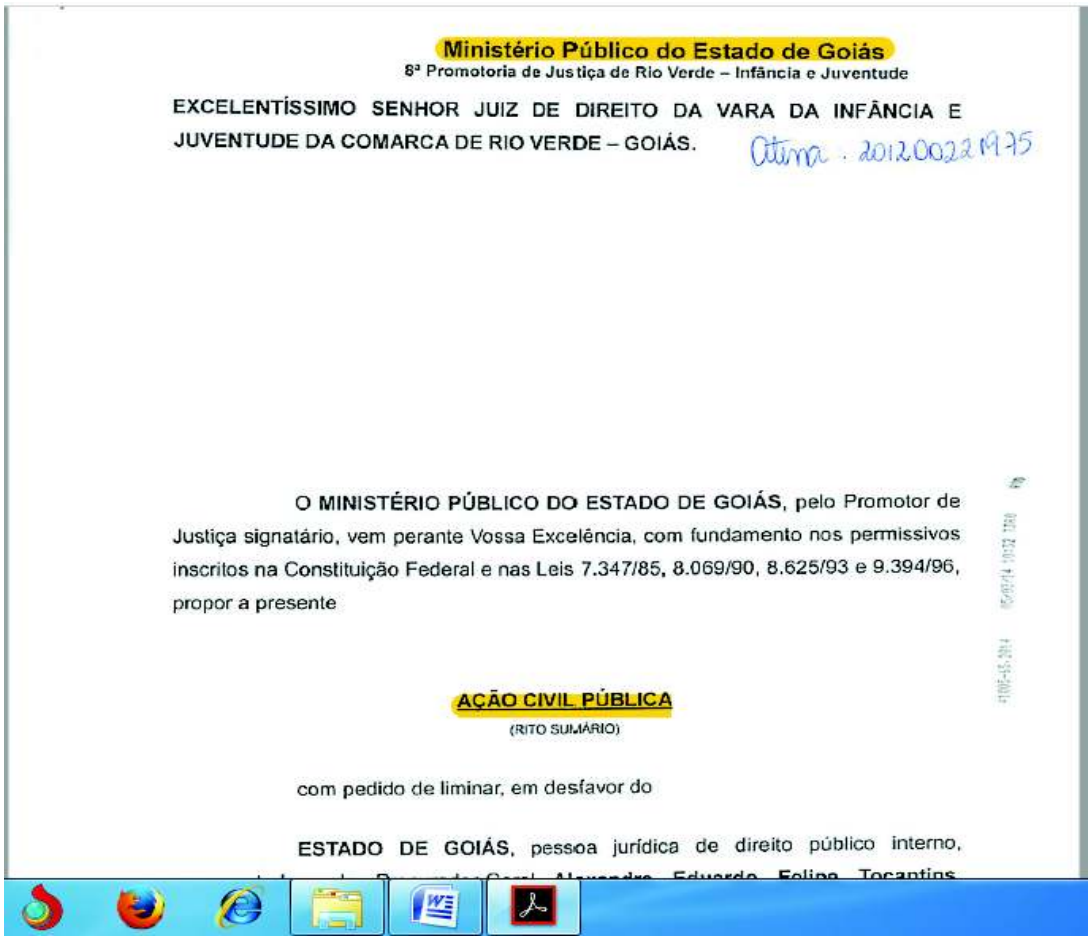
Logo, existe um processo eleitoral, por meio do voto direto e facultativo, com a participação da comunidade escolar: pais, responsáveis, alunos, professores e funcionários da escola. Daí se pensa que, enfim, a comunidade escolar participaria ativamente das decisões relacionadas aos eixos norteadores da escola, porém não é bem assim.

Quando analisamos o organograma, percebemos que, hierarquicamente, o comandante/diretor está paralelo ao conselho escolar e, ao ler o PPP, percebemos que o diretor é o presidente nato, consequentemente, mesmo que os representantes da comunidade escolar votem por algumas mudanças, caso o comandante não as aceitem, provavelmente serão vetadas. Na verdade, o conselho escolar funciona como um espaço democrático, mas que, na prática, está cerceado pelas decisões do presidente, no caso, o comandante.

No Projeto Político Pedagógico do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, o capítulo XI (Das Disposições Gerais e Transitórias), artigo 43 especifica que as fontes de recursos do conselho escolar do CPMG são oriundas de: contribuição dos seus membros, de terceiros, repasse de verbas federal, estadual e municipal, rendas de aplicação financeira, rendimentos de bens imóveis e móveis que possua ou venha a possuir e contribuição voluntária de pais de alunos matriculados nesta unidade escolar (o que se refere à mensalidade, que é cobrada e, na prática, se mostra obrigatória).

Segundo a Constituição Federal, no art. 206, inciso IV, que define sobre a "gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais", a educação pública deve ser gratuita, então, sendo o colégio militar um estabelecimento oficial e público, não pode cobrar mensalidade. Vamos analisar um documento do Ministério Público do Estado de Goiás:

Figura 44: Ação Civil Pública em desfavor ao Estado de Goiás. (1)



Ministério Público do Estado de Goiás
8ª Promotoria de Justiça de Rio Verde – Infância e Juventude

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE RIO VERDE – GOIÁS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, pelo Promotor de Justiça signatário, vem perante Vossa Excelência, com fundamento nos permissivos inscritos na Constituição Federal e nas Leis 7.347/85, 8.069/90, 8.625/93 e 9.394/96, propor a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA
(RITO SUMÁRIO)

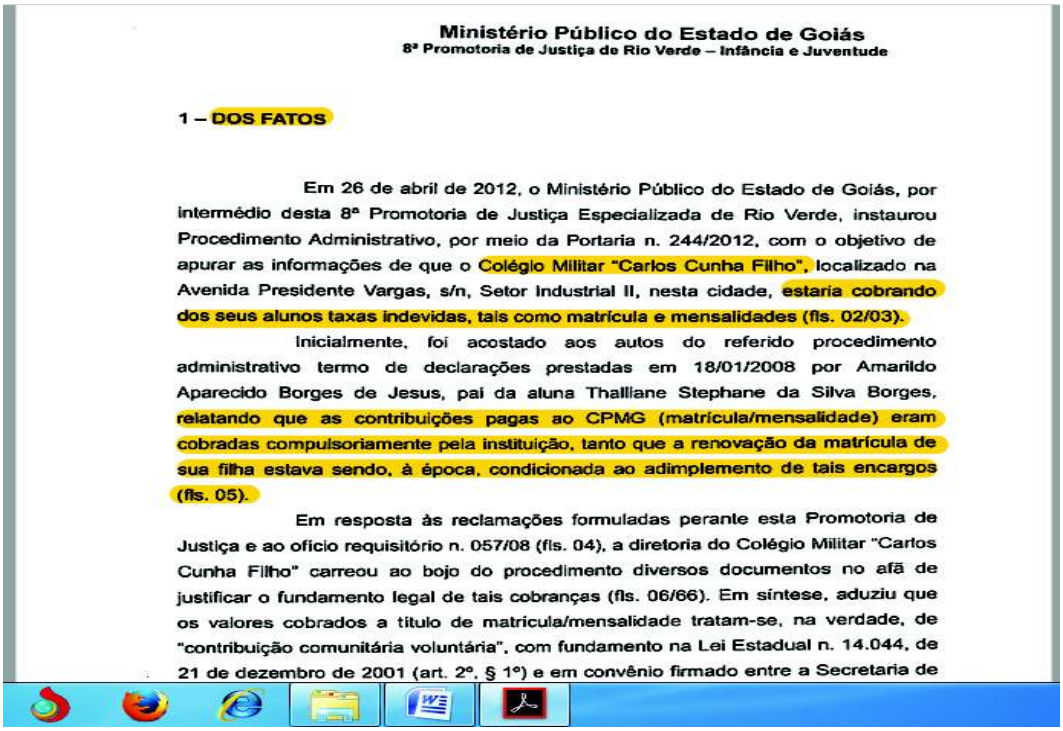
com pedido de liminar, em desfavor do

ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno,

Fonte:http://www.mpgo.mp.br/portal/arquivos/2014/02/05/14_47_12_276_201400410058_ACP_Col%C3%A9gio_Militar.pdf . Acesso em 20 de abril de 2017.

A figura 45 também se refere à mesma Ação Civil Pública, que expõe o fato de que o Colégio Militar Carlos Cunha Filho, localizado no Setor Industrial II (Rio Verde-GO), estaria cobrando dos seus alunos taxas indevidas, tais como matrícula e mensalidade.

Figura 45: Ação civil pública contra o Estado de Goiás (2)



Ministério Público do Estado de Goiás
8ª Promotoria de Justiça de Rio Verde – Infância e Juventude

1 – DOS FATOS

Em 26 de abril de 2012, o Ministério Público do Estado de Goiás, por intermédio desta 8ª Promotoria de Justiça Especializada de Rio Verde, instaurou Procedimento Administrativo, por meio da Portaria n. 244/2012, com o objetivo de apurar as informações de que o Colégio Militar "Carlos Cunha Filho", localizado na Avenida Presidente Vargas, s/n, Setor Industrial II, nesta cidade, estaria cobrando dos seus alunos taxas indevidas, tais como matrícula e mensalidades (fls. 02/03).

Inicialmente, foi acostado aos autos do referido procedimento administrativo termo de declarações prestadas em 18/01/2008 por Amarildo Aparecido Borges de Jesus, pai da aluna Thalliane Stephane da Silva Borges, relatando que as contribuições pagas ao CPMG (matrícula/mensalidade) eram cobradas compulsoriamente pela instituição, tanto que a renovação da matrícula de sua filha estava sendo, à época, condicionada ao adimplemento de tais encargos (fls. 05).

Em resposta às reclamações formuladas perante esta Promotoria de Justiça e ao ofício requisitório n. 057/08 (fls. 04), a diretoria do Colégio Militar "Carlos Cunha Filho" carreou ao bojo do procedimento diversos documentos no afã de justificar o fundamento legal de tais cobranças (fls. 06/66). Em síntese, aduziu que os valores cobrados a título de matrícula/mensalidade tratam-se, na verdade, de "contribuição comunitária voluntária", com fundamento na Lei Estadual n. 14.044, de 21 de dezembro de 2001 (art. 2º, § 1º) e em convênio firmado entre a Secretaria de

Fonte:http://www.mpgo.mp.br/portal/arquivos/2014/02/05/14_47_12_276_201400410058_ACP_Col%C3%A9gio_Militar.pdf . Acesso em 20 de abril de 2017.

No Regimento Interno do CPMG, no capítulo III (Dos Direitos, Deveres e Sanções do Corpo Discente), no título VII (Contribuição Voluntária) art. 147, inciso 2º, é prevista uma "Contribuição voluntária feita por cada pai ou responsável pelos alunos, durante o ano letivo, destinada a prover as despesas gerais do CPMG para a melhoria do Ensino". Vamos analisar o que as mães Ana Cardoso e Lúcia Castro falam sobre a existência da taxa mensal cobrada no Colégio Hugo de Carvalho Ramos:

A.C.S- Sim é pago uma taxa igual, depende do ano e da série que o aluno está, esse ano o Otavio paga noventa reais fechado, por mês, mas se eu pagar até o dia dez de cada mês é me cobrado oitenta reais, 'tá, muita gente fala: "Mais a escola é pública não deveria pagar". Sim, a escola é pública, mas se eu for analisar o ensino que ele tem, para eu pagar uma escola particular que nem vai chegar perto do ensino que ele, o Militar, tem, eu não estou pagando nada, e a única coisa que é nos cobrado é essa taxa, você paga a matricula no começo do ano, que dá direito ao aluno a agenda e a carteirinha de estudante e mensalmente dependendo da série que ele está esse valor do Otavio é oitenta reais, mais assim eu pago com muito gosto.

L.C.C.P.- Eu também, meu filho, Mario Fausto, está no nono ano. Até o dia dez é oitenta reais, após esse dia é noventa, mas eu também com muito gosto mesmo, porque se mais de um Colégio Hugo de Carvalho Ramos que foi apresentado pra nós uma escola de três mil alunos, então pensa na questão da manutenção daquela escola, e olha que ela é muito limpa, muito limpinha sabe, muito organizada e a gente sabe que esse valor com certeza é para ajudar essa manutenção com toda essa questão da escola.

(Trecho da entrevista com as mães Ana Cardoso e Lúcia Castro, realizada pela autora em 20/03/2016).

As mães admitem realizar pagamentos mensais ao Colégio Hugo de Carvalho Ramos, sendo o valor dependente do ano que o aluno está cursando; no caso dos filhos delas, que cursam o nono ano, a taxa é de R$ 90,00 (noventa reais), mas, pagando até o dia dez de cada mês, ganham um desconto e o valor vai para R$ 80,00 (oitenta reais). Uma das mães se sente em vantagem por pagar essa taxa, o que ela justifica pelo fato de que, caso estivesse pagando uma escola particular, estaria gastando muito mais e, em sua concepção, o colégio militar possui um ensino muito melhor do que o que é oferecido em uma escola particular. A escola pública nem sequer entrou nessa comparação. Essa mãe também mencionou o comentário de algumas pessoas que criticam o colégio militar por ser uma escola pública e, mesmo assim, cobrar essa taxa mensal, mas ela afirma que isso é uma vantagem, pois, mesmo assim, ainda está economizando, já que seu filho possivelmente estaria estudando em uma escola particular. A segunda mãe já aponta concordar com a cobrança da taxa por imaginar que um colégio grande e com três mil alunos deve gastar muito com manutenção e limpeza e elogiou a limpeza da escola.

As escolas públicas "normais", que não são militares, recebem, por ano, somente uma verba estadual, formada pelas verbas nomeadas como Proescola (1 e 2), que pode chegar a doze mil cada uma, e ADA (Avaliação Diagnóstica Amostral) (1 e 2), que pode chegar a dois mil e quinhentos cada; e uma verba federal, que é o PDDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) (1 e 2), que pode chegar a aproximadamente, dezessete mil reais. Para entendermos exatamente esses valores, pegaremos o exemplo do Colégio Estadual Boa Esperança, que, em 2016, recebeu as seguintes verbas especificadas na Tabela 1:

Tabela 1: verbas recebidas pelo Colégio Estadual Boa Esperança

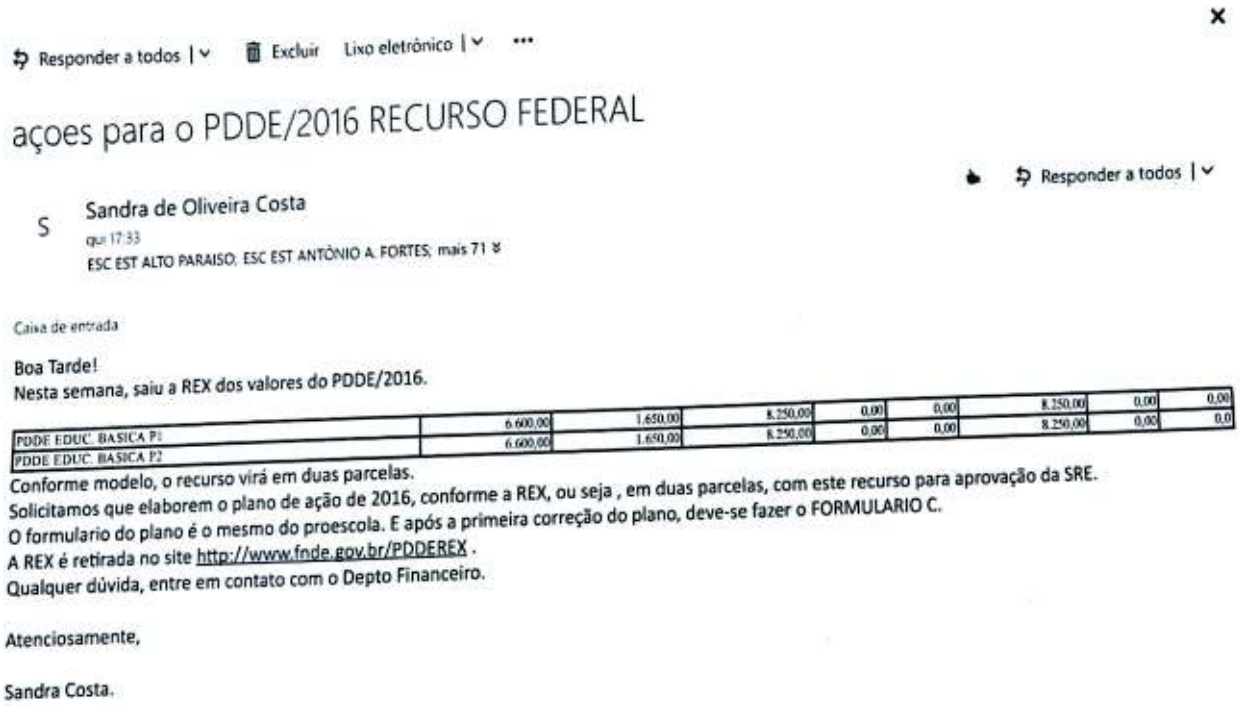
COL. ESTADUAL BOA ESPERANÇA- GO	
ADA	**R$ 4.728,15**
PROESCOLA 1	**R$ 10.616,50**
PROESCOLA 2	**R$ 10.388,80**
PDDE 1	**R$ 8. 250,00**

PDDE 2	**R$ 8.250,00**
TOTAL:	**R$ 42.233,45**

Fonte: Dados da secretaria do Colégio Estadual Boa Esperança

As escolas públicas do estado de Goiás nem sempre recebem a primeira e a segunda parcela dessas verbas especificadas acima, mas essa escola em específico, que pegamos como exemplo, que é o Colégio Estadual Boa Esperança, conseguiu receber as duas parcelas de cada verba, o que fez com que, no ano passado, tenha recebido um total de quarenta e dois mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos. Vejamos as figuras abaixo correspondentes às portarias estaduais gerais e aos valores específicos das verbas recebidas pelo Colégio Estadual Boa Esperança referentes ao ano 2016:

Figura 46: Plano de Desenvolvimento Educacional (PDDE): parcela 1 e 2



Responder a todos | Excluir Lixo eletrônico | ...

ações para o PDDE/2016 RECURSO FEDERAL

Responder a todos |

S Sandra de Oliveira Costa
qui 17:33
ESC EST ALTO PARAISO; ESC EST ANTÔNIO A. FORTES; mais 71

Caixa de entrada

Boa Tarde!
Nesta semana, saiu a REX dos valores do PDDE/2016.

PDDE EDUC. BASICA P1	6.600,00	1.650,00	8.250,00	0,00	0,00	8.250,00	0,00	0,00
PDDE EDUC. BASICA P2	6.600,00	1.650,00	8.250,00	0,00	0,00	8.250,00	0,00	0,0

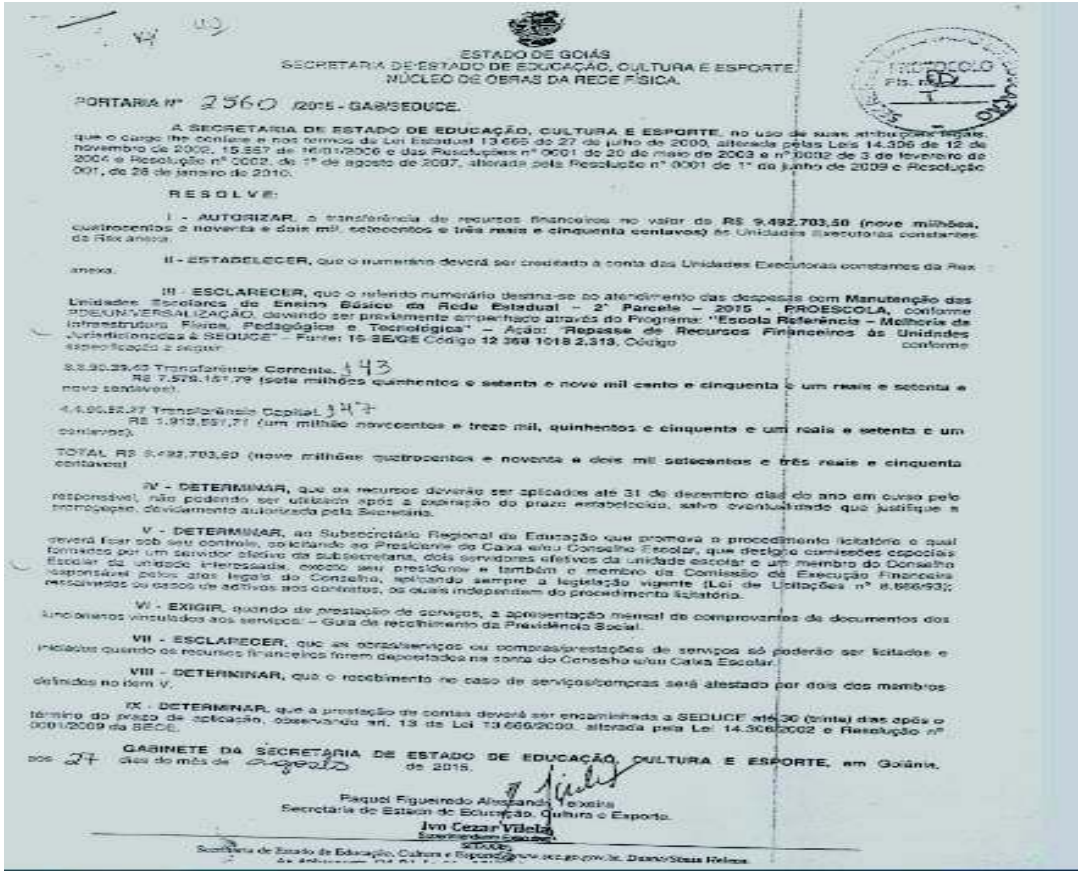
Conforme modelo, o recurso virá em duas parcelas.
Solicitamos que elaborem o plano de ação de 2016, conforme a REX, ou seja , em duas parcelas, com este recurso para aprovação da SRE.
O formulario do plano é o mesmo do proescola. E após a primeira correção do plano, deve-se fazer o FORMULARIO C.
A REX é retirada no site http://www.fnde.gov.br/PDDEREX .
Qualquer dúvida, entre em contato com o Depto Financeiro.

Atenciosamente,

Sandra Costa.

Fonte: Dados da secretaria do Colégio Estadual Boa Esperança

Figura 47: Portaria nº 2560/2015 do Estado de Goiás (Essa portaria foi prorrogada até dia 23 de dezembro de 2016) Proescola 1ª parcela.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
NÚCLEO DE OBRAS DA REDE FÍSICA

PORTARIA Nº 2560 /2015 - GAB/SEDUCE.

A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, no uso de suas atribuições legais, que o cargo lhe confere e nos termos da Lei Estadual 13.666 de 27 de julho de 2000, alterada pelas Leis 14.306 de 12 de novembro de 2002, 15.557 de 16/01/2006 e das Resoluções nº 0001 de 20 de maio de 2003 e nº 0002 de 3 de fevereiro de 2004 e Resolução nº 0002, de 1º de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 0001 de 1º de junho de 2009 e Resolução 001, de 28 de janeiro de 2010.

RESOLVE:

I - AUTORIZAR, a transferência de recursos financeiros no valor de R$ 9.492.703,50 (nove milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, setecentos e três reais e cinquenta centavos) às Unidades Executoras constantes da Rex anexa.

II - ESTABELECER, que o numerário deverá ser creditado à conta das Unidades Executoras constantes da Rex anexa.

III - ESCLARECER, que o referido numerário destina-se ao atendimento das despesas com Manutenção das Unidades Escolares do Ensino Básico da Rede Estadual – 2ª Parcela – 2015 - PROESCOLA, conforme PDEUNIVERSALIZAÇÃO, devendo ser prioritariamente empenhado através do Programa: "Escola Referência – Melhoria de Infraestrutura Física, Pedagógica e Tecnológica" – Ação: "Repasse de Recursos Financeiros às Unidades Jurisdicionadas à SEDUCE" - Fonte: 15 SEGE Código 12 368 1018 2.313, Código conforme especificação a seguir:

4.4.90.39.40 Transferência Corrente, 143
R$ 7.579.151,79 (sete milhões quinhentos e setenta e nove mil cento e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos).

4.4.90.52.37 Transferência Capital, 347
R$ 1.913.551,71 (um milhão novecentos e treze mil, quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e um centavos).

TOTAL R$ 9.492.703,50 (nove milhões quatrocentos e noventa e dois mil setecentos e três reais e cinquenta centavos)

IV - DETERMINAR, que os recursos deverão ser aplicados até 31 de dezembro daquele ano em curso pelo responsável, não podendo ser utilizado após a expiração do prazo estabelecido, salvo eventualidade que justifique a prorrogação, devidamente autorizada pela Secretaria.

V - DETERMINAR, ao Subsecretário Regional de Educação que promova o procedimento licitatório e qual deverá ficar sob seu controle, solicitando ao Presidente da Caixa e/ou Conselho Escolar, que designe comissões especiais formados por um servidor efetivo da subsecretaria, dois servidores efetivos da unidade escolar e um membro do Conselho Escolar da unidade interessada, exceto seu presidente e também o membro da Comissão de Execução Financeira responsável pelos atos legais do Conselho, aplicando sempre a legislação vigente (Lei de Licitações nº 8.666/93); resguardados os casos de ativos aos contratos, os quais independem do procedimento licitatório.

VI - EXIGIR, quando da prestação de serviços, a apresentação mensal de comprovantes de documentos dos funcionários vinculados aos serviços: – Guia de recolhimento da Previdência Social.

VII - ESCLARECER, que as obras/serviços ou compras/prestações de serviços só poderão ser licitados e iniciados quando os recursos financeiros forem depositados na conta do Conselho e/ou Caixa Escolar.

VIII - DETERMINAR, que o recebimento no caso de serviços/compras será atestado por dois dos membros definidos no item V.

IX - DETERMINAR, que a prestação de contas deverá ser encaminhada a SEDUCE até 30 (trinta) dias após o término do prazo de aplicação, observando art. 13 da Lei 13.666/2000, alterada pela Lei 14.306/2002 e Resolução nº 0001/2009 da SEDE.

GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em Goiânia, aos 27 dias do mês de agosto de 2015.

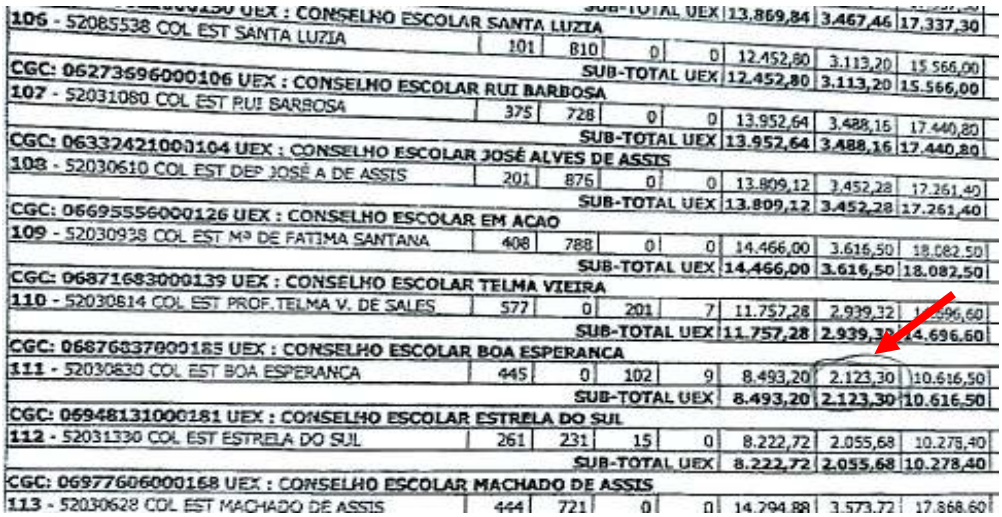
Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira
Secretária de Estado de Educação, Cultura e Esporte

Ivo Cezar Vilela
Superintendente Executivo
SEDUCE

Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte www.seduc.go.gov.br Desenvolvendo Pessoas

Fonte: Dados da secretaria do Colégio Estadual Boa Esperança

Figura 48: Proescola 1ª parcela (Portaria nº 2560/2015-2016).



106 - 52085538 COL EST SANTA LUZIA							
	101	810	0	0	12.452,80	3.113,20	15.566,00
SUB-TOTAL UEX					12.452,80	3.113,20	15.566,00
CGC: 06273696000106 UEX : CONSELHO ESCOLAR RUI BARBOSA							
107 - 52031080 COL EST RUI BARBOSA	375	728	0	0	13.952,64	3.488,16	17.440,80
SUB-TOTAL UEX					13.952,64	3.488,16	17.440,80
CGC: 06332421000104 UEX : CONSELHO ESCOLAR JOSÉ ALVES DE ASSIS							
108 - 52030610 COL EST DEP JOSÉ A DE ASSIS	201	876	0	0	13.809,12	3.452,28	17.261,40
SUB-TOTAL UEX					13.809,12	3.452,28	17.261,40
CGC: 06695556000126 UEX : CONSELHO ESCOLAR EM ACAO							
109 - 52030938 COL EST Mª DE FATIMA SANTANA	408	788	0	0	14.466,00	3.616,50	18.082,50
SUB-TOTAL UEX					14.466,00	3.616,50	18.082,50
CGC: 06871683000139 UEX : CONSELHO ESCOLAR TELMA VIEIRA							
110 - 52030814 COL EST PROF.TELMA V. DE SALES	577	0	201	7	11.757,28	2.939,32	[illegible]
SUB-TOTAL UEX					11.757,28	2.939,3[illegible]	[illegible]
CGC: 06876837000185 UEX : CONSELHO ESCOLAR BOA ESPERANCA							
111 - 52030830 COL EST BOA ESPERANÇA	445	0	102	9	8.493,20	2.123,30	10.616,50
SUB-TOTAL UEX					8.493,20	2.123,30	10.616,50
CGC: 06948131000181 UEX : CONSELHO ESCOLAR ESTRELA DO SUL							
112 - 52031330 COL EST ESTRELA DO SUL	261	231	15	0	8.222,72	2.055,68	10.278,40
SUB-TOTAL UEX					8.222,72	2.055,68	10.278,40
CGC: 06977606000168 UEX : CONSELHO ESCOLAR MACHADO DE ASSIS							
113 - 52030628 COL EST MACHADO DE ASSIS	444	721	0	0	14.294,88	3.573,72	17.868,60

Fonte: Dados da secretaria do Colégio Estadual Boa Esperança

Figura 49: Portaria nº 0199/2015 do Estado de Goiás (Essa portaria foi prorrogada até dia 23 de dezembro de 2016) Proescola 2ª parcela.

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

PORTARIA Nº 0199 /2015 - GAB/SECE.

A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, no uso de suas atribuições legais, que o cargo lhe confere e nos termos da Lei Estadual 13.698 de 27 de julho de 2000, alterada pelas Leis 14.306 de 12 de novembro de 2002, 15.557 de 16/01/2006 e das Resoluções nº 0001 de 20 de maio de 2003 e nº 0002 de 3 de fevereiro de 2004 e Resolução nº 0002, de 1º de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 0001 de 1º de junho de 2009 e Resolução 001, de 28 de janeiro de 2010.

R E S O L V E:

I - AUTORIZAR, a transferência de recursos financeiros no valor de R$ 9.199.130,80 (nove milhões, cento e noventa e nove mil, cento e trinta reais e oitenta centavos) às Unidades Executoras constantes do Rex anexo.

II - ESTABELECER, que o numerário deverá ser creditado à conta das Unidades Executoras constantes do Rex anexo.

III - ESCLARECER, que o referido numerário destina-se ao atendimento das despesas com Manutenção das Unidades Escolares do Ensino Básico da Rede Estadual – 1ª Parcela - 2015, conforme PDE/UNIVERSALIZAÇÃO, devendo ser previamente empenhado através do Programa: "Escola Referência – Melhoria da Infraestrutura Física, Pedagógica e Tecnológica" – Ação: "Repasse de Recursos Financeiros às Unidades Jurisdicionadas à SECE" – Fonte: 16-SEAGE Código 12 395 1018 2.313, Código conforme especificação a seguir:

3.3.90.39.40 Transferência Corrente. R$ 7.343.527,13 (sete milhões trezentos e quarenta e três mil quinhentos e vinte e sete reais e treze centavos).

4.4.90.52.27 Transferência Capital. R$ 1.855.603,67 (um milhão oitocentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e três reais e sessenta e sete centavos).

TOTAL R$ 9.199.130,80 (nove milhões cento e noventa e nove mil cento e trinta reais e oitenta centavos).

IV - DETERMINAR, que os recursos deverão ser aplicados no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do recebimento pelo responsável, não podendo ser utilizado após a expiração do prazo estabelecido, salvo eventualidade que justifique a prorrogação, devidamente autorizada pela Secretaria.

V - DETERMINAR, ao Subsecretário Regional de Educação que promova o procedimento licitatório e que deverá ficar sob seu controle, solicitando ao Presidente do Caixa e/ou Conselho Escolar, que designe comissões especiais formadas por um servidor efetivo da subsecretaria, dois servidores efetivos da unidade escolar e um membro do Conselho Escolar da unidade interessada, sendo seu presidente e também o membro da Comissão de Execução Financeira responsável pelos atos legais do Conselho, aplicando sempre a legislação vigente (Lei de Licitações nº 8.666/93), ressalvados os casos de aditivos aos contratos, os quais independem do procedimento licitatório.

VI - EXIGIR, quando da prestação de serviços, a apresentação mensal de comprovantes de documentos dos funcionários vinculados aos serviços – Guia do recolhimento da Previdência Social.

VII - ESCLARECER, que as obras/serviços ou compras/prestações de serviços só poderão ser licitados e iniciados quando os recursos financeiros forem depositados na conta do Conselho e/ou Caixa Escolar.

VIII - DETERMINAR, que o recebimento no caso de serviços/compras será atestado por dois dos membros definidos no item V.

IX - DETERMINAR, que a prestação de contas deverá ser encaminhada a SECE até 30 (trinta) dias após o término do prazo de aplicação, observando art. 13 da Lei 13.698/2000, alterada pela Lei 14.306/2002 e Resolução nº 0001/2009 da SECE.

GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em Goiânia, aos 04 dias do mês de fevereiro de 2015.

Ruy Rocha de Macedo
Superintendente Executivo
Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte

Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira
Secretária de Estado de Educação, Cultura e Esporte.

Fonte: Dados da secretaria do Colégio Estadual Boa Esperança

Figura 50: Proescola 2ª parcela (Portaria nº 0199/2015-2016) (1).

Tempo Integral	371	371	0	0	5.732,00	1.433,00	7.165,00	001	3421-5	2
					4.362,96	1.090,74	5.453,70			
SUB-TOTAL UEX					**10.094,96**	**2.523,74**	**12.618,70**			
CGC: 00666310000140 UEX : CAIXA ESCOLAR SEVERINA MARIA DE JESUS										
6 - 52031110 COL EST SEVERINA M DE JESUS	368	813	0	0	14.383,20	3.595,80	17.979,00	001	1452-4	2
SUB-TOTAL UEX					**14.383,20**	**3.595,80**	**17.979,00**			
CGC: 00671375000183 UEX : CAIXA ESCOLAR UCAP										
7 : 52030776 COL EST ALTO PARAISO	363	292	0	0	9.039,68	2.259,92	11.299,60	001	1452-4	2
SUB-TOTAL UEX					**9.039,68**	**2.259,92**	**11.299,60**			
CGC: 00681385000108 UEX : CAIXA ESCOLAR PETRONIO PORTELLA										
8 - 52031020 COL EST PETRONIO PORTELLA	851	0	145	0	12.922,00	3.230,50	16.152,50	001	1452-4	2
SUB-TOTAL UEX					**12.922,00**	**3.230,50**	**16.152,50**			
CGC: 02802394000127 UEX : CAIXA ESCOLAR MADRE GERMANA II										
9 - 52083101 COL EST MADRE GERMANA	588	375	0	0	12.739,84	3.184,96	15.924,80	001	1452-4	1
SUB-TOTAL UEX					**12.739,84**	**3.184,96**	**15.924,80**			
CGC: 06235056000101 UEX : CONSELHO ESCOLAR JESUS CONCEICAO LEAL										
10 - 52031454 COL EST JESUS CONCEIÇÃO LEAL	598	116	0	0	9.365,36	2.341,34	11.706,70	001	1452-4	1
SUB-TOTAL UEX					**9.365,36**	**2.341,34**	**11.706,70**			
CGC: 06273696000106 UEX : CONSELHO ESCOLAR RUI BARBOSA										
11 - 52031080 COL EST RUI BARBOSA	380	716	0	0	13.914,00	3.478,50	17.392,50	001	1452-4	0
SUB-TOTAL UEX					**13.914,00**	**3.478,50**	**17.392,50**			
CGC: 06876837000185 UEX : CONSELHO ESCOLAR BOA ESPERANCA										
12 - 52030830 COL EST BOA ESPERANÇA	495	0	28	0	8.311,04	2.077,76	10.388,80	001	1452-4	0
SUB-TOTAL UEX					**8.311,04**	**2.077,76**	**10.388,80**			
CGC: 06994114000180 UEX : CONSELHO ESCOLAR COMENDADOR WALMOR										
13 - 52070921 CAIC DARCY RIBEIRO	392	0	0	9	5.897,60	1.474,40	7.372,00	001	1452-4	
Unidade Escolar de Tempo Integral	392				4.609,92	1.152,48	5.762,40			
SUB-TOTAL UEX					**10.507,52**	**2.626,88**	**13.134,40**			
CGC: 07201120000104 UEX : CONSELHO ESCOLAR UNIAO E PROGRESSO										

Fonte: Dados da secretaria do Colégio Estadual Boa Esperança

Figura 51: ADA 1ª e 2ª parcela.

CONCEICAO LEAL	CONCEICAO LEAL				Agencia	Conta
SUB-TOTAL UEX	7.072,28	0,00	7.072,28	001	1452-4	39912-4
CGC: 06273696000106 UEX : CONSELHO ESCOLAR RUI BARBOSA	7.072,28	0,00	7.072,28			
118 - 52031080 COL EST RUI BARBOSA						
SUB-TOTAL UEX	11.790,45	0,00	11.790,45	001	1452-4	32007-2
CGC: 06332421000104 UEX : CONSELHO ESCOLAR JOSÉ ALVES DE ASSIS	11.790,45	0,00	11.790,45			
119 - 52030610 COL EST DEP JOSÉ A DE ASSIS						
SUB-TOTAL UEX	10.274,25	0,00	10.274,25	001	1452-4	32004-8
CGC: 06695556000126 UEX : CONSELHO ESCOLAR EM ACAO	10.274,25	0,00	10.274,25			
120 - 52030938 COL EST Mª DE FATIMA SANTANA						
SUB-TOTAL UEX	13.087,20	0,00	13.087,20	001	1452-4	32024-2
CGC: 06871683000139 UEX : CONSELHO ESCOLAR TELMA VIEIRA	13.087,20	0,00	13.087,20			
121 - 52030814 COL EST PROF.TELMA V. DE SALES						
SUB-TOTAL UEX	6.304,20	0,00	6.304,20	001	1452-4	32006-4
CGC: 06876837000185 UEX : CONSELHO ESCOLAR BOA ESPERANCA	6.304,20	0,00	6.304,20			
122 - 52030830 COL EST BOA ESPERANÇA						
SUB-TOTAL UEX	4.728,15	0,00	4.728,15	001	1452-4	30666-5
CGC: 06948131000181 UEX : CONSELHO ESCOLAR ESTRELA DO SUL	4.728,15	0,00	4.728,15			
123 - 52031330 COL EST ESTRELA DO SUL						
SUB-TOTAL UEX	5.007,45	0,00	5.007,45	001	1452-4	32020-X
CGC: 06977606000168 UEX : CONSELHO ESCOLAR MACHADO DE ASSIS	5.007,45	0,00	5.007,45			
124 - 52030628 COL EST MACHADO DE ASSIS						
SUB-TOTAL UEX	13.007,40	0,00	13.007,40	001	1452-4	32017-X
CGC: 07032373000193 UEX : CONSELHO ESCOLAR PROFESSOR GERVASIO SANTANA DOURADO	13.007,40	0,00	13.007,40			
125 - 52031900 COL EST PROF GERVÁSIO DOURADO	3.970,05	0,00	3.970,05	001	3421-5	27069-5

Fonte: Dados da secretaria do Colégio Estadual Boa Esperança

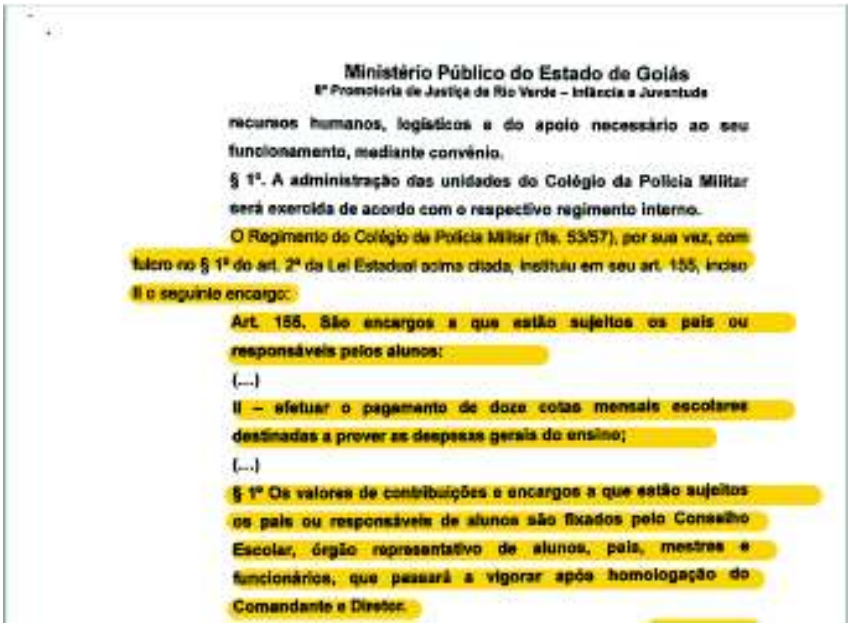
Se tirarmos como exemplo o Colégio Hugo de Carvalho Ramos (escola pública militarizada) que possui atualmente um quantitativo de três mil alunos, hipoteticamente todos pagando até o dia dez de cada mês a mensalidade com desconto, no valor de R$ 80,00, esta possui uma renda adicional de um total de duzentos e quarenta mil reais por mês.

Os colégios militares também recebem todas as verbas públicas mencionadas, então, voltemos ao exemplo do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, que, mensalmente, recebe de mensalidade um total de duzentos e quarenta mil reais. São doze meses ao ano, então, a verba total do colégio militar, levando em consideração somente a mensalidade e os repasses estaduais e federais que eles também recebem, o valor total recebido por esses colégios é de um montante de dois milhões, novecentos e vinte e dois mil e duzentos e trinta e três reais e quarenta centavos (R$ 2.922.233, 40).

Constatamos, então, uma enorme discrepância de recursos financeiros entre as escolas públicas e os colégios militares. É uma diferença de dois milhões e oitocentos e oitenta reais a mais que o Colégio Militar Hugo de Carvalho Ramos recebe em relação a qualquer outra escola pública, pois as escolas públicas não podem cobrar nada dos alunos, já que a LDB, o ECA e a Constituição Federal e Estadual proíbem. Mas por que os colégios militares, sendo eles considerados escolas públicas, podem fazer essas

cobranças? Na verdade, eles não podem. Vemos abaixo, na figura 52, outra parte do texto da mesma Ação Civil Pública mencionada anteriormente.

Figura 52: Ação civil pública contra o Estado de Goiás (3)



Ministério Público do Estado de Goiás
8ª Promotoria de Justiça de Rio Verde – Infância e Juventude

recursos humanos, logísticos e do apoio necessário ao seu funcionamento, mediante convênio.

§ 1º. A administração das unidades do Colégio da Polícia Militar será exercida de acordo com o respectivo regimento interno.

O Regimento do Colégio da Polícia Militar (fls. 53/57), por sua vez, com fulcro no § 1º do art. 2º da Lei Estadual acima citada, instituiu em seu art. 155, inciso II o seguinte encargo:

Art. 155. São encargos a que estão sujeitos os pais ou responsáveis pelos alunos:

(...)

II – efetuar o pagamento de doze cotas mensais escolares destinadas a prover as despesas gerais do ensino;

(...)

§ 1º Os valores de contribuições e encargos a que estão sujeitos os pais ou responsáveis de alunos são fixados pelo Conselho Escolar, órgão representativo de alunos, pais, mestres e funcionários, que passará a vigorar após homologação do Comandante e Diretor.

Fonte:http://www.mpgo.mp.br/portal/arquivos/2014/02/05/14_47_12_276_201400410058_ACP_Col%C3%A9gio_Militar.pdf . Acesso em 20 de abril de 2017.

Com base na imagem acima, percebemos que, no Regimento do Colégio Militar da Polícia do Estado de Goiás, nas folhas (53/57), foi instituído, por meio do art. 155 inciso II, que os pais ou responsáveis pelo aluno deverão pagar as doze cotas mensais destinadas a prover as despesas gerais do ensino. Esse documento ainda afirma que os valores das contribuições e encargos são fixados pelo Conselho Escolar, que é o órgão representativo de alunos, pais, mestres e funcionários. Então, a elaboração desse regimento, com base na decisão do Conselho Escolar, mostra-se uma tentativa de regularização dessa cobrança que, na verdade, é ilegal.

Quando a direção do CPMG/RV foi questionada sobre a natureza da "contribuição", afirmou que a mesma seria de natureza voluntária, porém, por meio do próprio Regimento do Colégio da Polícia Militar e do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, no art.155 § 3º (fls.56), constata-se que a contribuição que os pais pagam todo mês não é voluntária, porque, caso algum responsável não efetue o pagamento dessa taxa, é tido como devedor, sendo assim, o valor é passível de aplicação de multas, juros e o responsável sofreria as consequências pela inadimplência. Sendo assim, a taxa não é voluntária e sim uma mensalidade obrigatória, mas que, pela LDB, ECA e

Constituição Federal e Estadual, é ilegal. Observemos a figura 53 para constatarmos o que foi mencionado nesse parágrafo:

Figura 53: Trecho do Regimento que aborda as consequências pela inadimplência.

10. DA INADIMPLÊNCIA

10.1 - Havendo atraso no pagamento de qualquer parcela, o CONTRATANTE/RESPONSÁVEL pagará, além do valor principal, constante no item 9.3. os valores abaixo especificados:

I – Mora de permanência ao dia de R$ 0,10 (dez centavos ao dia);

II – Multa fixa ao mês de R$ 2,00 (dois reais), para pagamento após o vencimento.

10.2 – Caso persista o inadimplemento do CONTRATANTE/RESPONSÁVEL por período superior a 90 (noventa) dias, fica desde já autorizado o CONTRATO/CPMG:

I – emitir contra o CONTRATANTE/RESPONSÁVEL títulos cabíveis e encaminhá-los a um Escritório de Cobrança, para as providências de estilo;

II – Recusar a renovação da matrícula para o período letivo seguinte, e incluir o nome do CONTRATANTE/RESPONSÁVEL no banco de dados do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito).

10.3 – Se o atraso no pagamento for superior a 120 (cento e vinte) dias, fica o CONTRATADO/CPMG autorizado a cancelar o presente Contrato independentemente de notificação, cessando a

Fonte:http://www.mpgo.mp.br/portal/arquivos/2014/02/05/14_47_12_276_201400410058_ACP_Col%C3%A9gio_Militar.pdf . Acesso em 20 de abril de 2017

3.2- Colégios militares e os policiais militares do estado de Goiás

Atualmente, nos deparamos com uma abrupta transformação de escolas públicas em colégios militares, como já foi abordado anteriormente. O governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, afirma que é "o povo que clama por colégios militares". O processo de militarização está transformando várias escolas públicas em colégios militares desde 1999, ano em que este governador iniciou o seu primeiro mandato e, no ano de 2015, já em seu 4º mandato, tentou inserir as Organizações Sociais, as chamadas OS's, nas escolas goianas, afirmando ser o melhor para a educação do estado de Goiás. Os secundaristas e alguns professores apoiadores ocuparam escolas públicas como forma de protesto e, assim, conseguiram chamar a atenção da sociedade e do Ministério Público de Goiás em relação às OS's.

Os colégios militares despertam, em uma parte da sociedade, um sonho de que seus filhos e filhas estudem nesses colégios militarizados. A maioria dos pais deseja o melhor para os seus filhos e, na concepção de muitos, os CPMG são os detentores do melhor ensino, da melhor estrutura, dos melhores professores e de uma melhor disciplina para seus filhos e filhas. Sabemos eles que são influenciados por uma parte considerável da mídia goiana que reforça os desejos do governador Marconi Perillo em inserir o máximo de colégios militares no ensino público, como sendo esse o melhor modelo de educação.

Porém, são os policiais que trabalham juntamente com professores da rede estadual de educação do estado de Goiás nos colégios militares, policiais que poderiam reforçar a segurança nas ruas, mas que, hoje, se encontram trabalhando nas escolas militarizadas. Será esse o caminho da educação goianiense, policiais assumindo posições dentro da escola, que, até então, eram ocupadas por educadores? Será que futuramente, no estado de Goiás, as exigências para ocupar o cargo de professor será ser um policial?

Conheçamos a missão de um policial militar para entendermos melhor. O art. 144 § 5º da Constituição Federal de 1988 diz que: "Às polícias militares cabe a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; [...]" (MASCARENHAS, 2015, p.6). Percebemos, assim, que a polícia militar tem o papel de zelar pela ordem pública, por meio de um policiamento ostensivo e preventivo. No caso do projeto do governo do estado de transformar escolas públicas em militares, geridas por militares, esse processo é justificado, de acordo com as afirmações dos que o defendem, pelo fato de os policiais estarem dentro da escola ser tido como um trabalho preventivo; contudo, esses policiais deveriam estar nas ruas fazendo o policiamento.

Será que a quantidade de policiais trabalhando nos colégios militares está influenciando na insegurança da população nas ruas? Uma das grandes reclamações gerais da população é que falta policiamento. Enquanto o governador do estado de Goiás direciona os policiais para os colégios militares, para a prevenção da criminalidade, em Goiás, desde de 2011, vem aumentando o número de assassinatos e roubos a residências[45].

[45] A quantidade de pessoas assassinadas em Goiás aumentou quase 34% de 2011 para 2015, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO). Nesse mesmo período também houve

A Polícia Militar do Estado de Goiás, por meio do decreto Lei nº 7.792 de 15/01/2013, que foi alterado pelo decreto nº 7.939 de 23/07/2013, liberou a convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada para atuarem nas escolas militares que foram transformadas em colégios militares a partir de 2013. Porém, quando os policiais da reserva se depararam com a quantia que iriam ganhar, muitos desistiram de continuarem no processo. Como a expectativa de que policiais da reserva completassem a demanda de profissionais nos colégios militares não deu certo, muitos dos policiais que trabalham atualmente nos colégios militares do estado de Goiás são da ativa e deveriam estar nas ruas reforçando o policiamento e a segurança da população (MASCARENHAS, 2015, p.13). Vejamos abaixo, na Figura 54, o quadro de remuneração oferecido aos policiais da reserva para trabalharem nos colégios militares:

Figura 54: Funções comissionadas de administração educacional militar (FCEM).

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VALOR (R$) POR 02 TURNOS	QUANTITATIVO		
			2 TURNOS	3 TURNOS	TOTAL
DIRETOR - Redação dada pela Lei nº 18.967, de 22-07-2015, art. 2º.	FCEM-1	2.000,00	0	14	14
VICE-DIRETOR - Redação dada pela Lei nº 18.967, de 22-07-2015, art. 2º.	FCEM-2	1.600,00	0	14	14
CHEFE ADMINISTRATIVO-OPERACIONAL - Redação dada pela Lei nº 18.967, de 22-07-2015, art. 2º.	FCEM-3	1.200,00	42	42	84
AUXILIAR ADMINISTRATIVO-OPERACIONAL - Redação dada pela Lei nº 18.967, de 22-07-2015, art. 2º.	FCEM-4	800,00	196	28	224
TOTAL - Redação dada pela Lei nº 18.967, de 22-07-2015, art. 2º.	–	–	**238**	**98**	**336**

Tabela 02 – Funções comissionadas de administração educacional militar (FCEM). **Fonte**: Lei nº 18.556, de 25-06-2014. GOIÁS.

Fonte: MASCARENHAS, 2015, p.13

Os bons resultados alcançados por alguns colégios militares nas avaliações estaduais e nacionais, assim como no Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO), no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e no índice de

aumento de roubos a residências e à população em geral. A violência assusta principalmente os moradores de Goiânia, tanto que alguns pensam em se mudar. Informações disponíveis: http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/02/numero-de-assassinatos-em-goias-sobe-quase-34-em-5-anos-diz-ssp.html . Acesso em 20 de maio de 2017.

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), foram bastante propagados em reportagens televisivas, em jornais eletrônicos e impressos e nas redes sociais como elementos fundamentais para compor a construção personificada dessa "escola de sucesso" propagada pelo governo do estado e pela Polícia Militar do Estado de Goiás como sendo os colégios militares as melhores escolas públicas do Estado de Goiás. Será que realmente são?

O coronel Anésio Barbosa Junior reafirma a fala do governador Marconi quando afirma que "foi colocada em prática, nos últimos anos, uma política de expansão desse modelo educacional, em razão de um interesse manifestado pela sociedade. Houve uma procura e uma aceitação muito grande por parte da sociedade"[46]. O coronel Anésio Barbosa relata que o grande diferencial das escolas militares é a busca pela melhoria do ensino com a participação efetiva da comunidade, para identificar as melhores práticas educacionais. Contudo, essas práticas devem se adequar aos preceitos de uma educação militar, pois, como vimos no capítulo anterior, tudo que ocorre dentro do colégio militar deve se adequar aos regimentos existentes que cerceiam e orientam as condutas tanto de discentes, quanto de docentes e da comunidade escolar.

O coronel menciona que o projeto pedagógico adotado pela PM em parceria com a Seduce está no caminho certo, pois relata o sucesso dos colégios militares no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Diante do *ranking* do ENEM de 2016, em Goiás, os colégios militares ocupam os cinco primeiros lugares da rede estadual de ensino. As escolas são elas: Colégio Cézar Toledo (Anápolis), com 545 pontos; Colégio Hugo de Carvalho Ramos, com 543 pontos (Goiânia); Colégio Carlos Cunha, com 539 pontos (Rio Verde), Colégio Vasco dos Reis (Goiânia), com 534 pontos e Colégio Dionária Rocha (Itumbiara), com 514 pontos.

É como se os resultados positivos de alguns CPMG justificassem a transformação de mais dez escolas públicas em colégios militares. As escolas serão militarizadas a partir de 2018 e, assim, a Polícia Militar do Estado de Goiás totalizará o montante de quarenta e cinco instituições sobe a responsabilidade da corporação. Como o Coronel Anésio Barbosa Junior declarou, o primeiro passo do processo é a realização de um

[46] Informações disponíveis no site: http://www.opopular.com.br/editorias/cidade/goi%C3%A1s-ter%C3%A1-mais-dez-col%C3%A9gios-da-pol%C3%ADcia-militar-em-2018-saiba-onde-1.1241190 . Acesso em 07 de maio de 2017.

estudo de situação junto à comunidade. Assim, o governo estadual aciona o comando de ensino da PM, que identifica as características e potencialidades da escola para que este desejo se torne realidade, fazendo uma consulta à comunidade. Porém, há casos como o da Escola Estadual Waldemar Mundim, em que a própria comunidade escolar precisou se mobilizar e organizar uma reunião, com a ajuda dos professores da escola e da Universidade Federal de Goiás, para tratar do fato de que a escola apenas recebeu um comunicado informando a todos que seria militarizada depois do período das férias. Na própria reportagem fica claro que não houve consulta alguma à comunidade, o que ocorreu foi um aviso de que aquela escola se tornaria um colégio militar.

Entendemos, além disso, que não são somente os colégios militares que apresentam bons resultados como sendo as melhores escolas públicas do estado de Goiás. A reportagem do Jornal "O Popular", cujo o título é: "Colégios Militares dominam *ranking* de melhores escolas públicas de Goiás" fala sobre o ENEM e as colocações das escolas públicas:

> O Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas (INEP) divulgou o ranking do desempenho das escolas brasileiras no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2015. Das dez escolas públicas de Goiás (Municipais, estaduais e federais) mais bem colocadas na lista, seis são colégios geridos pela Polícia Militar. A unidade Polivalente Modelo Vasco dos Reis, que fica em Goiânia, está em 2º lugar com média 554 nas provas objetivas.
> A mais bem avaliada, no entanto, não é militar. O primeiro lugar ficou com o Centro de Ensino e Pesquisa aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás, que obteve média 559. O CEPAE foi o único entre as públicas a superar a média das particulares em todo o Brasil, de 556,6. As demais escolas que não são militares são o Colégio Estadual Garavelo Park (Aparecida de Goiânia), o Colégio Estadual Pré-Universitário de Goiânia e o Colégio Educacional de Período Integral Doutor Genserico Gonzaga Jaime, de Anápolis. Elas atingiram, respectivamente, 530, 522 e 521 e ultrapassaram a média das escolas públicas brasileiras que obtiveram nota 486,5 e também o ranking geral que foi de 513,80. [47]

Apesar do título da reportagem ser "Colégios Militares dominam *ranking* de melhores escolas públicas de Goiás", foi uma escola pública não militar a melhor colocada no *ranking* do ENEM de 2015, porém, no título da reportagem, o foco está nos colégios militares. A escola melhor colocada, como vimos no trecho citado da reportagem, foi o Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) que

[47] Informações obtidas no site do O Popular: http://www.opopular.com.br/editorias/cidade/goi%C3%A1s-ter%C3%A1-mais-dez-col%C3%A9gios-da-pol%C3%ADcia-militar-em-2018-saiba-onde-1.1241190 . Acesso em 07 de maio de 2017.

superou a média das escolas particulares de todo o Brasil, mas, como percebemos, as escolas públicas não militarizadas, mesmo obtendo bons resultados nas avaliações estaduais e federais, não ocupam os títulos das reportagens e muito menos ganham visibilidade nos discursos propagados pelo governo do Estado, pois o foco do governador Marconi são os colégios militares, sendo assim, os jornais impressos e eletrônicos ligados ao seu governo sempre destinaram suas reportagens a promover os colégios públicos que foram militarizados.

Os Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás surgem como um novo modelo de escola pública, pois não são considerados escolas particulares, mesmo cobrando mensalidade e uniforme, mas, levando-se em consideração as características dos colégios militares, com uma gestão imposta pelo Comando de Ensino da Polícia Militar e com a maioria dos seus servidores composta por funcionários da Secretaria de Segurança Pública, consideramos o processo de militarização das escolas públicas uma forma de terceirizar a educação, assim como as Organizações Sociais (OS's).

3.3- Organizações Sociais e terceirização da educação no estado de Goiás

Segunda a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, uma Organização Social (OS) é uma entidade sem fins lucrativos considerada apta para fazer parceria com o estado nas áreas da saúde, cultura, educação, serviços sociais etc. "Dentre os requisitos estão a finalidade não lucrativa e o comando da associação por um Conselho de Administração com membros do Estado e da Sociedade" (SEDUCE, 2017,p.1). A proposta do governo do estado de Goiás era implantar as OS's em duzentas das mil cento e sessenta escolas da rede estadual durante o ano de 2016.

No dia nove de abril de 2015 foi aberta, no estado de Goiás, a convocação para possíveis OS's se qualificarem. A SEDUCE menciona, por meio do decreto de nº 15.503/05, que este é um programa de parcerias com entidades do Terceiro Setor, como ONGs (Organizações não governamentais), entidades filantrópicas, OSCIP's (Organização da Sociedade Civil de interesse Público) e organizações sociais. Na figura 55, podemos visualizar o edital de chamamento:

Figura 55: Decreto de convocação para qualificação das OS's em 2015.

CONVOCAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE EDUCAÇÃO

Em razão do programa de parcerias com entidades do Terceiro Setor, por meio da celebração de ajustes de colaboração, voltado à gestão de unidades escolares, o Estado de Goiás convoca entidades da sociedade civil sem finalidade lucrativa a se qualificarem como "organizações sociais de educação" no âmbito de seu território, nos termos da Lei estadual nº 15.503/05, requisito indispensável à participação em procedimento de seleção para a transferência do gerenciamento de escolas públicas estaduais.

A Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte encontra-se em fase preparatória dos procedimentos para a realização de chamamento público referente à seleção da entidade que, em projeto-piloto, assumirá a gestão de escolas públicas, cuja publicação de edital deverá ter lugar nos próximos meses.

Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte
Governo do Estado de Goiás

Fonte: Disponível em: br/post/ver/194517/organizacoes-sociais-no-estado-de-goias. Acesso em: ww.casacivil.go.gov. 02 de junho de 2017

A primeira OS's a se qualificar foi a chamada IBRACEDS (Instituto Brasileiro de Cultura, Educação, Desporto e Saúde). Ela existe desde de 2009 e, com base nas informações disponíveis em seu *site*, é responsável por diversas ações implementadas, "como a criação da Associação Brasileira do Xeroderma Pigmentoso e atividades voltadas ao público com essa doença". Na Receita Federal, a empresa é cadastrada como tendo, como atividade principal, serviços de apoio à gestão da saúde (O POPULAR, 2015,p.1). Com base nessas informações, podemos nos questionar como um instituto ligado à área de saúde será competente para liderar várias escolas no estado de Goiás. Na figura 56 é apresentado o decreto de qualificação da OS escolhida.[48]

[48] Informações obtidas no site: www.opopular.com.br/editoriais/cidades/atividade-principal-de-instituto-é-gestão-de-saúde-1.947579. Acesso em 30 de maio de 2017.

Figura 56: Decreto de qualificação da IBRACEDS como OS em 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Casa Civil

DECRETO Nº 8.447, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

Qualifica como Organização Social de Cultura, Educação e Saúde, no âmbito do Estado de Goiás, a entidade que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos da Lei estadual nº 15.503, de 28 de dezembro de 2005, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201500013000883,

DECRETA:

Art. 1º Fica qualificado como Organização Social de Cultura, Educação e Saúde, no âmbito do Estado de Goiás, o Instituto Brasileiro de Cultura, Educação, Desporto e Saúde (IBRACEDS), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 11.067.643/0001-79, com sede na Rua 19, Quadra 22, Lote 15, Setor Marechal Rondon, CEP 74.560-450, nesta Capital.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 03 de setembro de 2015, 127º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

(D.O. de 08-09-2015)

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 08-09-2015

Fonte: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_decretos.php?id=13691. Acesso em 03 de junho de 2017.

O presidente da IBRACEDS, que foi a primeira OS's qualificada, chama-se Antonio de Souza Almeida, dono da editora Kelps, vice-presidente da Fieg e presidente do Conselho de Responsabilidade Social da Federação das indústrias do Estado de Goiás (SIGEGO/ABIGRAF) e do Sindicato das gráficas de Goiás[49]. O Sr. Antonio de Souza Almeida responde a um processo de fraude em licitações do governo do Estado de Goiás. Segundo Saddi (2015):

> Em Janeiro de 1999, o Sr. Luís Felipe Gabriel Gomes assumiu a Secretaria das Comunicações do Estado de Goiás e Marialda Regis Valente foi nomeada Superintendente de Administração e Finanças da SECOM-GO. Eles fizeram uma licitação para contratar uma empresa gráfica para fazer um livreto sobre os resultados das eleições de 1998. Das 3 empresas que concorreram, venceu a gráfica chamada Mercosul de propriedade de Leandro Rodrigues de Almeida, que por sinal, é filho de Antonio de Souza Almeida que é o dono da Kelps editora e presidente da nossa única Organização Social de Educação. Inclusive consta nos autos que Antonio era quem administrava a empresa do

[49] Informações obtidas no *site* do *facebook*: www.facebook.com/rafaelsaddi/posts/1120278944650303. Acesso dia 01 de junho de 2017.

> filho, a Mercosul. Porém, segundo a própria Marialda, a Superintendente de Administração e Finanças, o processo de licitação havia sido montado, pois o serviço já havia sido feito, o livreto já estava produzido. Produzido pela editora Kelps (SADDI, 2015, p.1).

Então, o presidente da IBRACEDS, o Sr. Antonio de Souza Almeida, é também dono da editora Kelps, uma empresa privada e com fins lucrativos, que responde a um processo sobre fraude em licitação. Como vimos na declaração de Saddi, a empresa que ganhou o processo licitatório foi a Mercosul, que tem como proprietário o seu filho, Leandro Rodrigues. Segundo informações dos autos do processo, o serviço de impressão dos livretos já havia sido feito e o processo de licitação serviu para legalizar uma fraude que já havia ocorrido. Em uma reportagem do "O Popular", o presidente da IBRACEDS declara que:

> [...] o grupo gestor não tem as diretorias definidas. As atribuições deverão ser distribuídas em reunião prevista para ocorrer na próxima semana, quando também deverá ser inaugurada a nova sede do Instituto. Atualmente, a IBRACEDS ocupa uma sala na rua 19, no setor Marechal Rondon, onde também fica a empresa do presidente, a Editora Kelps. "Apesar de termos um quadro com pessoas técnicas bastante qualificadas ninguém está apto a responder por áreas específicas, como a educação", disse respondendo o questionamento sobre o que as OS's poderão oferecer à educação goiana e qual seria a relação de uma Organização Social com os professores efetivos (O POPULAR, 2015, p.1).

Como uma Organização Social ganha uma qualificação sem ao menos ter uma sede própria? O endereço que está especificado como sendo da IBRACEDS refere-se à Editora Kelps, que não é uma OS's e sim uma empresa privada com fins lucrativos. E, quando o presidente da IBRACEDS coloca que "apesar de termos um quadro com pessoas técnicas bastante qualificadas, ninguém está apto a responder por áreas específicas, com a educação", então quais são os profissionais que trabalham em uma entidade 'qualificada' como OS educacional prestes a gerir várias escolas da rede estadual de educação, que não estão capacitados a respoderem nada sobre educação? O próprio presidente declara que não estavam aptos para falar de educação. Será que uma instituição cujas atividades principais são relacionadas à área da saúde está apta para gerir vinte e três escolas do Estado de Goiás?

Com base nas colocações de Saddi (2015), no cadastro da Receita Federal, o nome do médico André Luiz Braga das Dores é o único que aparece como sócio da IBRACEDS. E o médico também responde a uma ação civil pública por suspeita de fraude no fundo rotativo de um hospital durante a sua administração.

Posteriormente, mais três OS's, nas quais também foram constatadas irregularidades, foram qualificadas. Analisemos o Instituto ECM (Educação, Cultura e Meio Ambiente), que foi qualificado como OS por meio do decreto nº 8.510 de 23 de Dezembro de 2015, mediante as informações disponibilizadas pelo professor Saddi (2015):

> Esta entidade foi fundada às pressas, em 04 de Setembro do ano de 2015. Pouco mais de 3 meses depois foi qualificada como OS. O diretor desse tal instituto, Sr. José Izecias de Oliveira, foi o primeiro reitor da UEG, que foi indicado para tal cargo pelo governador Marconi Perillo em 1999 (SADDI, 2015, p.1).

Este diretor é do PSDB desde 2005, mesmo partido do governador Marconi Perillo. José Izecias já respondeu por vários processos à frente da UEG. O mais famoso é o chamado "Boca do caixa", investigado pelo GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) do Ministério Público do Estado de Goiás. Essa operação declarou a prisão de um membro do grupo de Ezecias e bloqueou os bens deste reitor e de outros que a eles estavam associados, sendo válido ressaltar que, dentre esses, estava o ex-prefeito de Anápolis.

Contudo, os secundaristas, professores e professoras do ensino fundamental e apoiadores/as, que contava, inclusive, com professores/as universitários, se uniram para lutar em um movimento inicialmente chamado de "Contra a Terceirização da Educação", que organizou várias manifestações e vários atos, para tentar, assim, conscientizar a sociedade goiana da gravidade da inserção das OS's e da Militarização na educação do estado de Goiás. Conseguiram chamar a atenção da sociedade para o assunto, principalmente do Ministério Público do Estado de Goiás, que, após estudar o edital das OS's, suspendeu-o por encontrar diversas irregularidades. A figura 57 é um exemplo de um dos vários panfletos distribuídos como convite para as manifestações:

Figura 57: Convite para a manifestação do movimento "Contra a Terceirização da Educação no Estado de Goiás".

Fonte: Arquivo pessoal

No Estado de São Paulo também ocorreram manifestações e ocupações das escolas por estudantes. Em Novembro de 2015, cerca de duzentas escolas foram ocupadas em São Paulo pelos alunos. Eles se uniram para protestar "contra a reestruturação do sistema educacional estadual" proposta pelo governador do estado, Geraldo Alckmin, cuja medida almejava fechar 100 escolas, sendo feito um remanejamento de 311 mil alunos e 74 mil professores. Os protestos e as ocupações ganharam repercussão nacional e apoio de celebridades. Inclusive Dani Black, um compositor e cantor, compôs uma música em homenagem aos secundaristas e à luta em favor da educação. Ele convidou vários artistas para gravarem a música.

A música foi gravada por artistas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Do Rio de Janeiro, participaram os cantores Chico Buarque, Dado Villa Lobos, Zelia Duncan e Pedro Luís, porém, em São Paulo, o quantitativo foi ainda maior: Arnaldo Antunes, Lucas Silveira, Lucas Santtana, Tiê, Fernando Anitelli (do "Teatro Mágico"), Miranda Kassin, Tetê Espíndola (que é a mãe de Dani Black, compositor da música), Hélio

Flanders (do "Vanguart") e Tiago Iorc foram alguns dos artistas que gravaram a música cuja letra segue abaixo[50]:

> **O trono do estudar**
> (Dani Black)
> Ninguém tira o trono do estudar
> Ninguém é o dono do que a vida dá
> E nem me colocando numa jaula porque sala de aula essa jaula vai virar
> A vida deu os muitos anos da estrutura
> Do humano à procura do que Deus não respondeu
> Deu a história, a ciência, arquitetura, deu a arte, deu a cura e a cultura pra quem leu
> Depois de tudo até chegar neste momento me negar conhecimento é me negar o que é meu
> Não venha agora fazer furo em meu futuro
> Me trancar num quarto escuro e fingir que me esqueceu
> Vocês vão ter que acostumar.
> Ninguém tira o trono do estudar
> Ninguém é o dono do que a vida dá
> E nem me colocando numa jaula porque sala de aula essa jaula vai virar
> E tem que honrar e se orgulhar do trono mesmo e perder o sono mesmo pra lutar pelo o que é seu
> Que neste trono todo ser humano é rei, seja preto, branco, gay, rico, pobre, santo, ateu
> Pra ter escolha, tem que ter escola, ninguém quer esmola, e isso ninguém pode negar
> Nem a lei, nem estado, nem turista, nem palácio, nem artista, nem polícia militar
> Vocês vão ter que engolir e se entregar
> Ninguém tira o trono do estudar
>
> (BLACK, 2015, p.1).

É interessante analisarmos alguns trechos da música, como "ninguém tira o trono do estudar", nem governador, nem Polícia Militar e muito menos Organizações Sociais. No trecho "e nem me colocando numa jaula porque sala de aula essa jaula vai virar" podemos identificar a comparação com uma jaula, onde a liberdade é cerceada ao extremo, cerceamento esse que ocorreria caso ocorresse o remanejamento, em São Paulo, já que muitos alunos e professores seriam obrigados a irem para escolas que provavelmente seriam distantes de suas residências.

Esse mesmo trecho pode se referir também a uma educação militarizada, a oferecida nos colégios militares, que cobram a disciplina de forma exacerbada. As salas de aula possuem uma estrutura que se parece com uma cela ou com uma jaula e a cobrança da disciplina por meio dos regimentos internos sobrecarregam a pressão sentida pelos alunos, impulsionando o sentimento de se estar preso e cerceado. Contudo,

[50] Informações obtidas pela reportagem "Chico Buarque e Dado Villa-Lobos gravam canção em apoio a estudantes", de Silvio Essinger, disponível no site www.//oglobo.com/cultura/musica/chico-buarque-dado-villa-lobos-gravam-cancao-em-apoio-estudantes-18346073. Acesso em 01 de junho de 2017.

as ocupações surtiram efeito e o governo de Geraldo Alckmin suspendeu a reorganização do sistema.

Outro trecho importante para refletirmos sobre é o que afirma que "[...] me negar conhecimento é me negar o que é meu", pois retoma o direito a uma educação pública e de qualidade, que é resguardado por lei e deve ser respeitado. Em outro momento da música, é dito "vocês vão ter que engolir e se entregar porque: ninguém tira o trono do estudar e ninguém é dono do que a vida dá", o que demonstra a força dos estudantes e o poder de mudança que alcançaram juntos, o uso do pronome "vocês" provavelmente se refere aos governantes e até mesmo aos policiais militares que, muitas vezes, personificam o Estado com a repressão e coação verbal e física.

Como vimos, foi importante entender o que vem acontecendo no estado de Goiás, com a tentativa de inserção das OS's e de transformação de um grande número de escolas públicas em Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás, para começarmos a analisar ambos os processos, discutindo se eles podem ser considerados formas de terceirização ou não. Sendo assim, se faz necessário também entendermos o que é terceirizar e quando surgiu a terceirização.

Para Queiroz (1992), por volta de 1940, nos Estados Unidos da América, quando o país se aliou aos países europeus para combater os nazistas e, consequentemente, o Japão, a terceirização foi bastante usada, porque as indústrias estavam produzindo constantemente para suprir de forma adequada o estoque de armamento e garantir a superioridade da nação. Nesse processo, percebeu-se que algumas atividades de suporte à produção dos armamentos poderiam ser passadas a outros empresários prestadores de serviço na época (p.28).

Sendo assim, após a guerra, a terceirização surgiu como técnica administrativa eficiente e eficaz quando aplicada da melhor forma. No Brasil, a terceirização foi inserida gradativamente, primeiro por meio das empresas multinacionais, pois, naquela época, esse processo era visto como contratação de serviço de terceiros. Ela era utilizada apenas para reduzir os gastos com a mão-de-obra, já que as empresas prestadoras não se preocupavam em melhorar o serviço prestado e as condições e direitos dos trabalhadores eram tolidos. Existem várias formas de se terceirizar serviços, segundo Queiroz:

> [...] a prestação de serviços é a forma em ampla evolução e da qual tratamos nesta oportunidade. É quando o terceiro intervém na atividade-meio do tomador, executando o seu trabalho nas instalações deste, ou onde for determinado.
> Nomeação de representantes é quando as empresas contratam profissionais especializados para atuarem como seus prepostos no mercado, vendendo produtos ou prestando serviços (QUEIROZ, 1992, p.32).

Por mais que o movimento dos secundaristas do estado de Goiás afirmasse estar lutando "Contra a terceirização da Educação", é necessário buscar informações para confirmarmos ou não se é possível considerarmos, como processo de terceirização, o que está acontecendo no Estado de Goiás com a militarização das escolas públicas. Para isso, começaremos pelo trecho da citação acima que menciona que este processo "é quando o terceiro intervém na atividade-meio do tomador (empresa intermediária) executando o seu trabalho nas instalações deste". Podemos considerar a atividade-meio como sendo as escolas; sendo o terceiro, os militares e o tomador, a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. Assim, percebemos que a militarização das escolas públicas no Estado de Goiás se encaixa em uma forma de terceirização.

Quando Queiroz (1992) fala que "quando as empresas contratam profissionais especializados para atuarem como seus prepostos no mercado, vendendo produtos ou prestando serviços", podemos ver a SEDUCE como sendo essa "empresa" que clama pelos militares (profissionais especializados em estratégias disciplinadoras) para venderem produtos (disciplina e segurança social), pois esses são os produtos em que o governo mais baseia sua propaganda em defesa da propagação de Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás.

A parceria é a essência da terceirização e a peça fundamental para esse processo, logo, as parcerias propostas pelo governo de Goiás por meio das OS'S e da militarização das escolas públicas do estado em colégios da polícia militar se encaixam nos mesmos requisitos da parceria elemento pertencente à terceirização. Contudo, não é possível afirmar que a militarização de colégios e a proposta de se incluir as organizações sociais na educação se restrinja somente à terceirização.

Na visão de Freitas (2012), o tecnicismo se apresenta, nos dias atuais, como uma forma de "teoria da responsabilização". O autor nos chama a atenção para uma questão atual, que é a meritocracia e sua forma gerencialista, que significa um controle maior pelo processo de gerenciamento da força de trabalho da escola, envolvendo as questões

dos méritos e das punições, entre outras. No estado de Goiás, por meio da lei nº 18.953 de 16 de julho de 2015, foi estabelecido um bônus para os professores/as do estado no valor de até R$ 2.000,00, mas o profissional pode ter somente 1% de falta para receber 100% deste bônus, mesmo que a falta seja justificada por meio de atestado médico. Logo, os professores do estado não podem adoecer, caso queiram ganhar o valor total do bônus.[51]

Lembremos da teoria de Skinner, que utiliza uma forma de ensinar por condicionamento operante onde "os estímulos se seguem à resposta" (FORISHA; MILHOLLAN, 1978, p.73). As situações com estímulos seguem para uma resposta que será reforçada, aumentando, assim, as probabilidades de se chegar ao mesmo resultado aos serem utilizados os mesmos estímulos. É como se passássemos a ser influenciados por esses pensamentos e, muitas vezes, sem perceber, fôssemos "o ratinho da gaiola". Não temos noção do quanto um processo educacional pautado nesses preceitos pode ser prejudicial para o nosso desenvolvimento como seres humanos. O famoso experimento skineano consiste em, em uma gaiola, existirem um rato e duas alavancas, uma que, ao ser acionada, liberava água e uma outra que dava choque, gerando um estímulo positivo e outro negativo, pois o rato, após levar muitos choques, aprende a fazer o "certo" ou o menos doloroso no momento.

Nos dias atuais, esse neotecnicismo se engendra em três categorias: responsabilização, meritocracia e privatização. A questão da responsabilização se refere aos testes para os estudantes e à divulgação pública do desempenho da escola. Já as recompensas e punições se ligam à meritocracia, "para ela, dadas as oportunidades, o que faz a diferença entre pessoas é o esforço pessoal, o mérito de cada um, nada é dito sobre a igualdade de condições no ponto de partida" (FREITAS, 2012, p.383). Realmente, percebemos que os alunos das escolas do estado de Goiás passam por diversas avaliações para classificarem-se por resultados, porém, a maioria das pessoas não reflete sobre o ponto de partida de cada um desses alunos, o ponto de partida, infelizmente, não é considerado, a classificação se dá pelos resultados finais.

A terceira categoria é a da privatização. Teremos atenção redobrada sobre essa categoria que está sendo usada atualmente por meio do conceito de público estatal e

[51] Informações obtidas no site: www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2015/lei_18953.htm. Acesso em 04 de junho de 2017

público não estatal. O público não estatal seria a privatização da gestão, o que pode ser aplicado a uma escola continuar sendo pública mesmo tendo uma gestão privada, levantando o questionamento sobre até que ponto, dessa forma, estamos caminhando também para uma forma de terceirização.

Os defensores dessas categorias não reconhecem que essa estrátegia tira a responsabilidade do estado em cumprir com o que está previsto na lei, que toda criança tem direito a ter uma educação totalmente gratuita e de qualidade. Assim, a fala dos defensores da privatização é a seguinte: "assim como os ricos podem escolher as escolas nas quais querem matricular seus filhos, também os pobres devem poder fazê-lo" (FREITAS, 2012, p.386). Inclusive, em uma propaganda televisiva do governo do estado de Goiás, o governador diz algo muito semelhante a esse raciocínio, mesmo que uma escola com boa estrutura, com qualidade de ensino e atividades culturais seja dever do Estado. Os pais e os alunos, juntos, precisam lutar contra esse processo que já se iniciou, mas que pode chegar ao fim, se lutarmos.

Como vimos anteriormente, um colégio da polícia militar que cobra mensalidade e uniforme não pode ser considerado público, ele é fantasiado de escola pública, mas, na verdade, assim como as OS's, pode ser considerado uma instituição pública não estatal, apresentando também algumas características de terceirização que devem ser consideradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa surgiu com o objetivo de entender a história da militarização do Colégio goianiense Hugo de Carvalho Ramos e a abrupta transformação de escolas públicas em Colégios da Polícia Militar no Estado de Goiás. Mediante a análise dos Regimentos Disciplinares, Regimento Interno e Projeto Político e Pedagógico e de entrevistas realizadas, além de uma análise documental, foram compostas peças fundamentais para nos ajudarem a refletir sobre a disciplina, a questão do medo e da fronteira que se cria quando um CPMG é instaurado e o processo de terceirização/privatização da educação no estado de Goiás.

Concluo essa pesquisa sem a intenção de esgotar ou fechar ideias e concepções, os estudos devem continuar, pois a temática é atual e ampla. Existem pesquisas recentes, porém o quantitativo de trabalhos acadêmicos em relação a esse tema ainda são poucos. Ao longo do trabalho, alguns autores se sobressaíram devido às suas contribuições, como Foucault, a escritora Gloria Anzaldúa e o autor Jacques Sémelin, que, sem sombra de dúvidas, contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Foucault (2014) nos trouxe o conceito de disciplina e suas diferentes intensidades, como forma de analisar o regimento disciplinar desses colégios militares. Anzaldúa (REES; PINTO, 2012; COSTA; ÁVILA, 2005) foi a responsável pelas diversas contribuições para o feminismo contemporâneo, levando à prática seus olhares que evidenciam a política de alianças e alguns caminhos que podem ser percorridos em um trabalho acadêmico. Tentamos, assim, utilizar os estudos feministas para consolidar uma pesquisa na área de história, comprovando que o feminismo vai muito além de uma discussão meramente cultural.

O autor Jacques Sémelin (2009) aborda a questão do medo que, se instigado, vira ódio, e as suas consequências, que podem ser diversas. Se analisarmos as grandes atrocidades da história, perceberemos que todas foram alimentadas pelo medo que se transformou em ódio e pela alusão a um inimigo, que é responsabilizado por tudo de ruim que possa estar acontecendo. Nos colégios da polícia militar, percebemos que o medo se mostra presente na vida dos alunos, pois estes possuem receio de descumprirem algum inciso dos regimentos existentes, já que, caso o façam, sofrerão com as transgressões disciplinares.

O primeiro capítulo foi um retrospecto da história da educação brasileira e goiana, salientando os acontecimentos econômicos, financeiros e políticos, para mostrar como essas influências moldaram a educação no Brasil, como se, implicitamente, a educação brasileira estivesse sendo guiada para atender às exigências do mercado e para manter a burguesia no poder. Em nosso país, a educação brasileira começa priorizando os interesses da elite burguesa e, posteriormente, torna-se um instrumento poderoso de reprodução das diferenças de classes, com os ricos tendo maiores condições para se manterem nesse nível e os pobres com dificuldades cada vez maiores de conseguirem o mínimo para sobreviver.

A educação brasileira, desde a sua origem, não foi para todos e muito menos de qualidade. A educação era para capacitar e intelectualizar a elite. Os Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás também não são para todos, pois estão servindo para atender aos anseios da elite e dos governantes e excluem os alunos de classes desfavorecidas financeiramente.

No segundo capítulo, a abordagem é sobre o processo de militarização do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, apresentando informações importantes, como a justificativa verbal de alguns militares e de pessoas de outros bairros até bem distantes quanto ao processo de militarização do colégio ter se dado devido à escola estar com um grande número de alunos envolvidos com drogas. Contudo, em nenhum momento foi descoberta uma fonte que reafirmasse essa fala, pelo contrário, as fontes descobertas nos remetem a um colégio cujos alunos eram ativos e participantes, atuantes em atividades esportivas, tanto que a turma de basquete ganhou vinte e três títulos. Volto ao questionamento: Para que militarizar as escolas e, em especial, essa?

A questão da disciplina, a forma de cobrá-la exacerbadamente, a análise e a reflexão sobre os regimentos, seguindo as ideias de Foucault (2014), levam a uma padronização de comportamentos, a corpos disciplinados e dóceis. Contudo, o autor Vasconcellos (2009) coloca interessantes apontamentos sobre a questão da disciplina e a forma de se lidar com a liberdade. A disciplina tem a ver com o esforço para a construção do autogoverno dos sujeitos, o vínculo, portanto, se faz importante na relação do aluno com a disciplina, sendo essa devidamente construída junto com os educandos.

Se existe uma regra a ser cumprida pelos alunos, o mínimo que se deve fazer é permitir que esses saibam os motivos que sustentam essa "regra", pois, se constatarem falta de justificativa, provavelmente a regra será quebrada. Discutir as regras disciplinares com os educandos demonstra que existe participação dos alunos no processo. A escola deve ser um ambiente democrático, ao invés de simplesmente impor regras e penalidades aos alunos, os cerceando e os coibindo de usufruírem dos seus direitos de participar.

A explicação dos motivos que levam às regras e se essas são realmente importantes para o bom andamento da aula é uma forma de se criar, com os alunos, um campo de sentido. O cuidado que todas as escolas e, principalmente, os Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás devem ter deve ser no sentido de não criarem ambientes autoritários, onde os educandos sejam constrangidos, pois, consequentemente, esses ambientes não se tornam adequados para o processo de ensino e aprendizagem.

Para continuarmos, volto no meu exemplo de "sujeito águia", que foi utilizado para construir a comparação de um sujeito "fora" e outro "dentro" da realidade vivida em regiões de fronteiras, sendo essas físicas e ou ideológicas. Até o momento da pesquisa, com base em experiências iniciais e não oficiais, geradas por conversas que venho tendo há um tempo, percebe-se, talvez, uma noção ainda muito prematura sobre a questão da militarização, que dá a impressão de que esse processo é desejado em todas as escolas, pois é alegado que, assim, pode-se obter uma garantia de segurança para a escola, para os funcionários e para a comunidade, assim como estruturas físicas e resultados em vestibulares e provas; como se somente as escolas militares fossem capazes e responsáveis o suficiente para resolver os problemas de segurança, da realidade social e da educação. Será que realmente a escola militar é a solução para os problemas com a educação e a segurança? E a responsabilidade do governo do estado?

Esse é um questionamento que permeará nossas mentes e para o qual, provavelmente, não consigamos obter respostas. Além disso, provavelmente surgirão novos questionamentos e novos caminhos. Entretanto, essa ânsia de uma parte da sociedade em demandar a militarização das escolas, ânsia que também é do estado que, a cada escola militarizada, vem consolidando essa parceria entre Secretaria da Educação e a Secretaria de Segurança, vem mostrar o quanto o conceito de fronteira, de Gloria

Anzaldúa, pode nos ajudar a entender melhor essa questão. Será que a militarização das escolas é a solução para melhorarmos a educação e a segurança nas escolas e nos bairros?

Atualmente, vejo uma escola militarizada como um viveiro que prende "sujeitos águias". Vejo que esse 'lugar' militarizado pode ser bem estruturado, oferecer uma hipotética segurança, assim como temos uma enorme variedade de gaiolas, cores, recursos, mas, ainda assim, como uma gaiola a prender um passarinho, a educação desses colégios pode estar aprisionando, limitando, não dando oportunidade aos sujeitos de demonstrarem sua força e determinação, então, o 'lugar' que Gloria Anzaldúa nos propõe pode ser levado também como uma ideia de escola e educação, sem limitá-la, dando à educação oportunidades de vôos altos e livres de preconceitos e padrões, lembrando aos educadores e à escola da sua força, do seu potencial e de sua competência para resolver os problemas que lhes cabe, que se referem à educação, à realidade de uma escola.

Que o governador do estado de Goiás proporcione à Secretaria de Segurança Pública melhores condições de trabalho, que promova concursos públicos e que os policiais militares desenvolvam a sua missão, o seu ofício, da melhor forma; que cuidem da segurança dos bairros, das cidades e do estado de Goiás como um todo. Espero que o governo do estado de Goiás respeite os professores e todos os profissionais da educação que estudaram e ainda estudam para melhor se capacitarem, pois não existe melhor profissional para gerir uma escola do que os profissionais da educação.

A sociedade clama por qualidade de ensino e segurança, sabendo disso, o governador afirma e faz alusão à existência de um "inimigo" a ser combatido, às drogas, à violência, ao insucesso, à exclusão social, e isso, justifica, na concepção dele, as constantes transformações de escolas públicas em colégios da polícia militar, como se esses fossem os salvadores da educação e da segurança no estado de Goiás. Esta é uma inverdade que está sendo propagada, mas os profissionais da educação do estado de Goiás precisam conhecer essa problemática para lutarem por seus direitos. As pessoas precisam saber que o Estado tem obrigações em garantir uma educação de qualidade, sem cobrar nada dos seus alunos, assim como garantir a segurança e a integridade da sociedade. Por que ele não está garantindo esses direitos?

O governo do estado de Goiás está terceirizando a educação por meio da militarização das escolas públicas do estado e sua recente proposta é a inclusão das OS's (Organizações Sociais), que poderão transferir a gestão das escolas públicas para gestores de Organizações Sociais, que podem contratar quaisquer empresas prestadoras de serviço sem licitação e sem prestação de contas. Há grandes chances de não haver mais concurso público e, caso ocorram concursos, o quantitativo de vagas será bem reduzido, já que as OS's podem contratar por meio de contrato regulamentado pela CLT, mesmo que, por meio dessa contratação, o salário dos professores seja bem inferior aos salários de professores efetivos do estado de Goiás. Infelizmente, se ocorrer a implementação das OS's, a educação do estado de Goiás e a profissão de professor serão precarizados de forma gradativa. Se essa pesquisa conseguir nortear e esclarecer informações, o objetivo terá sido qualitativamente alcançado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Amone Inácia. *O Campo da Educação em Goiás*: o Dilema do Ensino Público**.** In: Anais eletrônicos do IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL". Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 31/07 a 03/08/2012. p. 4439 – 4453. Disponível online em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.28.pdf

BIOTO-CAVALCANTI, Patrícia Aparecida; TEIXEIRA, Rosiley Aparecida. ***História da Educação Brasileira***. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 2003. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria De Edições Técnicas, v. 1º, 1988.

BRASIL. **Estatuto Da Criança E Do Adolescente – ECA**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e legislação correlata. Brasília: Câmara Dos Deputados. Brasília: Câmara Dos Deputados, Edições Câmara, V. 13º, 2015.

BUENO, Taís Ribeiro; VERAS, Vivianne. *O texto Híbrido de Anzaldúa e a Escrita de Hinojosa: Contribuições para uma reflexão sobre uma tradução dos atravesados*. In: **Tradução e Comunicação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 147 - 160, 6 abril 2010.

CPMG/HCR.Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – Hugo de Carvalho Ramos. ***Projeto Político - Pedagógico***. GOIÂNIA: CPMG. 10 JANEIRO 2016. p. 1-70.

CPMG/HCR.Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – Hugo de Carvalho Ramos. ***Regimento Disciplinar Dos Colégios Militares***. GOIÂNIA: CPMG, 2001. Disponível em: http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/normas_disciplinares.html Acesso em: 17/09/2015.

COSTA**,** Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. *Gloria Alzaldúa: A Consciência Mestiça e o "Feminismo Da Diferença"*. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis: vol. 13, nº 3, set./dez. de 2005, p. 692 a 703.

D' ANTOLA, Arlete (Org.). VÁRIOS AUTORES. ***Disciplina na Escola****: Autoridade Versus Autoritarismo*. São Paulo: EPU, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, Tempo Presente e História Oral*. In: **Topo**i. Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 314-332.

FREITAS, Luiz Carlos. *Os Reformadores Empresariais da Educação: Da Desmoralização do Magistério à Destruição do Sistema Público de Educação.* In: **Educação e Sociedade**. Campinas: volume 33, n.119, 2012, p.379-404.

FORISHA, Bill E; MILHOLLAN, Frank. ***Skinner x Rogers:*** *maneiras contrastantes de encarar a educação*. São Paulo: Summus, 1978.

FOUCAULT, Michel. ***Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 42ª.ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2014.

FREITAG, Bárbara. ***Escola, Estado e Sociedade***. São Paulo: Moraes, 1980.

HOBSBAWM, Eric. ***Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Lauro de Oliveira. ***Estórias da Educação no Brasil:** de Pombal a Passarinho*. Editora Brasília, 3ª edição. Rio de Janeiro, 1975.

MASCARENHAS, K. P. A Expansão Dos Colégios Da Polícia Militar De Goiás E Seu Impacto No Efetivo Operacional. Goiânia: 10 dezembro 2015, p. 1-20.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. Educação Militar: uma leitura da Educação no sistemas dos Colégios Militares do Brasil (SCMB). 2014. 149 f. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2014.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz; PEIXOTO, Elane Ribeiro. *Jardim Goiás: O Bairro De Um Dono*. In: **Anais eletrônicos da ANPUH - XXV Simpósio Nacional De História**. Fortaleza: 2009. Disponível *online* em: http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1184.pdf

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'anna. **História de Goiás**. Goiânia: UCG, 2008.

PAULO NETTO, José. ***Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)***. São Paulo: Cortez, 2014.

PITTA, Valter. *O fascinante universo da História*. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2009. Disponível em: <http://universodahistoria.blogspot.com.br/>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

QUEIROZ, Carlos Alberto Ramos. **Manual de Terceirização**. São Paulo: STS, 1992.

RAMOS, Cosete. ***Excelência na Educação:** A Escola de Qualidade Total.* Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.

RAMOS, Fábio Pestana. *História e Política do Ensino Superior no Brasil: algumas considerações sobre o fomento, normas e legislação*. In**: Para entender a história**. São Paulo: ISSN 2179-4111 Ano 2, Volume mar, Série 14/03, 2011, p.01-17. Disponível online em: http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2011/03/historia-e-politica-do-ensino-superior.html, acessado pela última vez em julho/2017.

RAMOS, Hugo de Carvalho**.** ***Tropas e Boiadas***. 7 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1986.

REES, Dillys Karen; PINTO, Joana Plaza. *Entre-Lugares e Identidades Monolíticas*: Leituras múltiplas de Anzaldúa em sala de aula. In: **Cadernos de Linguagem e**

Sociedade, vol.13, nº 01, Goiânia: 01 de março de 2012. p. 31-55. Disponível *online* no *site*: http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/7137.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. ***História da Educação no Brasi***l. Editora Vozes. Petrópolis, 1987.

SANTANA, Adriano Lázaro Machado de. ***História de uma experiencia no basquete do Colégio Estadual Hugo de Carvalho Ramos (1982 – 1999).*** 2013. 100f. Dissertação (mestrado em Ciências Humanas e da Terra) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia: 2013.

SANTOS, Raimunda Delfino dos. ***A Genealogia dos Regimentos Internos do Colégio da Polícia Militar de Goiânia.*** 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Linguística, Letras e Artes) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SANTOS, Rafael José da Costa. ***A militarização das escolas públicas em Goiás***. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

SAVIANI, Demerval. *A Escola Pública Brasileira no Longo Século XX (1989-2001)*. In:. **Anais eletrônicos do III Congresso Brasileiro de História da Educação**. Novembro, 2004. Curitiba: PUCPR. Disponível *online* em: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/483.pdf. Acessado em 15 de Julho de 2016.

SÉMELIN, Jacques. ***Purificar e Destruir:*** *usos políticos dos massacres e dos genocídios*. Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

SOUZA, Sirley Aparecida de. ***Violências E Silenciamentos:*** *A Representação Social Do Fenômeno Bullying, Entre Jovens De Uma Escola Militar Em Goiânia*. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2012.

TOBIAS, José Antônio. ***História da Educação Brasileira***. São Paulo: Editôra Juriscredi LTDA, 1972.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. ***Indisciplina E Disciplina Escolar*:** Fundamentos Para O Trabalho Docente. 1ª. ed. São Paulo: Cortez, v. 1º, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo. ***Brasil 500 anos:*** *Tópicas em História da Educação*. São Paulo: USP, 2001.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CAMINI, Lucia (coord.) e outros. ***Educação Pública de qualidade social****: conquistas e desafios*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BUENO, Sinésio Ferraz. ***Pedagogia sem sujeito:*** *qualidade total e neoliberalismo na educação*. São Paulo: Annablume, 2003.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do Oprimido***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. ***Educação como prática da Liberdade***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

GERMANO, José Willington. ***Estado Militar e Educação no Brasil (1964-19***85). São Paulo: Cortez, 1993.

KASSICK, Neiva Beron; KASSICK, Clovis Nicanor. ***A pedagogia Libertária na História da Educação Brasileira***. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

NEILL, Alexander Sutherland. ***Liberdade sem medo***. São Paulo: Ibrasa, 1966.

REIMER, Ivone Richter. ***Trabalhos acadêmicos****: modelos, normas e conteúdos*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

STEIN, Suzana Albornoz. ***Por uma Educação Liberdadora***. Petrópolis: Vozes, 1976

VALE, Ana Maria. ***Educação Popular na Escola Pública***. São Paulo: Cortez, 2001.

ZAGURY, Tania***. O professor Refém***. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SITES E REPORTAGENS:

ARISTOCRATIZAR (verbete). *Dicionário online de português.* (sem autor, sem ano) Disponível em https://www.dicio.com.br/aristocratizar/. Acesso em 19 de agosto de 2016.

CATARIN, Cristiano. ***Resistência indígena***: *Momentos Da Resistência Dos Nativos Frente A "Verdadeira" Fé Cirstã No Brasil Colonial.* http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=589. Acesso em 05 de junho de 2016.

CARREIRO, Marcos Nunes. *Nem só por morte governam os militares.* In: JORNAL OPÇÃO. Goiânia: de 6 a 12 de abril de 2014. Disponível em: http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/nem-so-por-morte-governaram-os-militares. Acesso em 03 de Janeiro de 2017.

CORREIO BRASILIENSE (sem autor). *Escola Pública Vira Colégio Militar E Cobra Por Matrícula E Mensalidade.* IN: CORREIO BRASILIENSE: Valparaízo: 10 de janeiro de 2014. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/01/10/interna_cidadesdf,407295/escola-publica-vira-colegio-militar-e-cobra-por-matricula-e-mensalidade.shtml. Acesso em: 05 de maio de 2017.

CPMG/HCR.Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – Hugo de Carvalho Ramos. *Site oficial.* Disponível em: http://www.colegiomilitarhugo.g12.br/site/. Acesso em 28 de Setembro de 2016.

CPMG/HCR.Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – Hugo de Carvalho Ramos. *Site oficial: RECURSOS - BIBLIOTECA.* Disponível em:

http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/index.php?frame=menu/recursos/biblioteca.htm. Acesso em 20 de março de 2017.

CPMG/HCR.Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – Hugo de Carvalho Ramos. *Site oficial: HISTÓRICO*. http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/index.php?frame=menu/ocolegio/historico.htm . Acesso em 10 de Fevereiro de 2017.

CPMG/HCR.Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – Hugo de Carvalho Ramos. *Site oficial*: *UNIFORMES.* Disponível em: http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/index.php?frame=menu/ocolegio/uniformes/uniformes.htm. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

CPMG/HCR.Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – Hugo de Carvalho Ramos. *Site oficial*: *COMO INGRESSAR*. Disponível em: http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/ingressar.html. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

CPMG/HCR. Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – Hugo de Carvalho Ramos. GOIÂNIA: CPMG, 2001. *Site oficial*: *NORMAS DISCIPLINARES.* Disponível em: http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/normas_disciplinares.html. Acesso em: 17 de setembro de 2015.

CPMG/HCR. Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – Hugo de Carvalho Ramos. *Página oficial de facebook.* Disponível em: https://www.facebook.com/pages/Col%C3%A9gio-da-Pol%C3%ADcia-Militar-de-Goias-Unidade-Hugo-de-Carvalho-Ramos/820900051350375?fref=ts . Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

CPMG/FP. Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – Fernando Pessoa. *Site oficial: SECRETARIA.* Disponível em: http://webfpcpmg.wixsite.com/cpmgfernandopessoa/secretaria. Acesso em janeiro de 2017.

DIÁRIO DA MANHÃ; PETROF, Diana. *Marconi diz que educação é para professores e alunos.* In: DIÁRIO DA MANHÃ: 19 de junho de 2015. http://www.dm.com.br/política/2015/06/marconi-diz-que-educacao-e-para-professores-e-alunos.html. Acesso em 20 de janeiro de 2017

DUARTE, Lidiane. *Pacto colonial* (sem ano). In: **Infoescola – navegando e aprendendo**. Disponivel em: http://www.infoescola.com/historia/pacto-colonial/. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

ESSINGER, Silvio. *Chico Buarque e Dado Villa-Lobos gravam canção em apoio a estudantes*. 22 de dezembro de 2016. In: O GLOBO. Disponível em: www.//oglobo.com/cultura/musica/chico-buarque-dado-villa-lobos-gravam-cancao-em-apoio-estudantes-18346073. Acesso em 01 de junho de 2017.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Colégios Militares.* (sem ano). Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/ingresso/colegios-militares/-

/asset_publisher/8E9mFznTlAQW/content/conheca-os-12-colegios-militar-1?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fweb%2Fingresso%2Fcolegios-militares%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_8E9mFznTlAQW%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1. Acesso em 28 de Setembro de 2016.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Colégios Militares: ensino fundamental e médio.* Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/ingresso/colegios-militares/-/asset_publisher/8E9mFznTlAQW/content/ensino-fundamental-e-medio?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fweb%2Fingresso%2Fcolegios-militares%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_8E9mFznTlAQW%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1. Acesso em 28 de Setembro de 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO (sem autor). *Cresce no Brasil o número de escolas básicas públicas geridas pela PM.* 2002. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/08/1666631-cresce-no-brasil-o-numero-de-escolas-basicas-publicas-geridas-pela-pm.shtml. Acesso em 02 de Fevereiro de 2017.

GOIÁS: Gabinete Civil da Governadoria – superintendência de legislação. *Lei Nº 14.050, De 21 De Dezembro De 2001.* Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=2157. Acesso em 07 de junho de 2015.

GOIÁS: Secretaria de Estado da Casa Civil. *Lei Nº 18.953, De 16 De Julho De 2015.* Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2015/lei_18953.htm. Acesso em 04 de junho de 2017.

GOIÁS: Secretaria de Estado da Casa Civil. *Decreto Nº 8.447, De 03 De Setembro De 2015.* Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_decretos.php?id=13691. Acesso em 03 de junho de 2017.

GOIÁS: Secretaria de Estado da Casa Civil. *Site oficial: Organizações sociais – OS's.* Disponível em: http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/194517/organizacoes-sociais-no-estado-de-goias. Acesso em: 02 de junho de 2017

GOIÁS: Ministério Público do Estado de Goiás. *Carta aberta ao juiz de direito da infância e juventude da comarca de Rio Verde- Goiás.* Disponível em: http://www.mpgo.mp.br/portal/arquivos/2014/02/05/14_47_12_276_201400410058_ACP_Col%C3%A9gio_Militar.pdf . Acesso em 20 de abril de 2017.

GOOGLE. Mapas. https://www.google.com.br/maps/. Acesso em 10 de maio de 2017.

GOUVEIA, Marcelo. *Colégios Militares: Uns Querem, Outros Não: Entenda Os Porquês*. In: JORNAL OPÇÃO. Goiânia, 25 de julho de 2015. Disponivel em: http://www.jornalopcao.com.br/reportagens/colegios-militares-uns-querem-outros-nao-entenda-os-porques-41217/. Acesso em: 10 de novembro de 2016.

O GLOBO (sem autor). *Número De Assassinatos Em Goiás Sobe Quase 34% Em 5 Anos, Diz Ssp*. **G1 GOIÁS**. Goiânia: 24 fevereiro 2016. Disponivel em: http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/02/numero-de-assassinatos-em-goias-sobe-quase-34-em-5-anos-diz-ssp.html. Acesso em: 20 de maio de 2017.

O POPULAR (sem autor). *Colégios Militares De Goiás Vão Deixar De Punir Estudantes Com Expulsão*. Disponivel em: www.opopular.com.br/editoriais/cidades/colegios-militares-de-goias-vao-deixar-de-punir-estudantes-com-expulsao-1.1134143. Acesso em: 02 de maio de 2017.

O POPULAR. (sem autor). *Goiás terá mais dez colégios da Polícia Militar em 2018*. Disponivel em: www.opopular.com.br/editoriais/cidades/goias-tera-mais-dez-colegios-da-policia-militar-em-2018-saiba-onde-1.1241190. Acesso em: 07 de maio de 2017.

O POPULAR. (sem autor). *Atividade Principal De Instituto É Gestão Em Saúde.* Disponível em: www.opopular.com.br/editoriais/cidades/atividade-principal-de-instituto-é-gestão-de-saúde-1.947579. Acesso em: 30 de maio de 2017.

PLANTÃO JTI (sem autor). *Justiça veta cobrança de taxas em colégio militar de Valparaíso de Goiás.* Disponível em: http://plantaojti.com.br/noticias/justica-veta-cobranca-de-taxas-em-colegio-militar-de-valparaiso-de-goias/. Acesso em 10 de maio de 2017.

SADDI, Rafael. *Dando nome aos bois.* 19 de novembro de 2005. Disponível em: www.facebook.com/rafaelsaddi/posts/1120278944650303. Acesso dia 01 de junho de 2017.

SILVA JUNIOR, Demercino José. *Bandeirante Anhanguera.* (sem ano) Disponível em: http://alunosonline.uol.com.br/historia-do-brasil/anhanguera-bandeirante.html. Acesso em: 05 de novembro de 2016.

TALENTO, Biaggio. *Goiás vai tercerizar a educação após experiência em saúde.* In: A TARDE, 17 de novembro de 2015. Disponível em: http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1727346-goias-vai-terceirizar-a-educacao-apos-experiencia-na-saude. Acessado em 10 de março de 2017.

MIRANDA, Antônio. (SOUZA, Salomão (coord.) *Poesia Goiana.* 25 junho 2008. Disponivel em: http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/goias/hugo_de_carvalho.html. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

ANEXO I

ENTREVISTA 1

Entrevista – Sra. Lúcia e Ana Cardoso (Nomes fictícios)

Goiânia, 20/03/2016
Universidade Católica de Goiás
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História
Linha: Poder e Representações
Orientadora: Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro
Acadêmica: Leandra Augusta de Carvalho Moura Cruz
Entrevistadas: Lúcia C. C. P e Ana Cardoso S.

Entrevista realizada no dia 20 de mar de 2016, no parque que fica localizado dentro do condomínio onde moram as Sras. Lúcia C. C. P. e Ana Cardoso

ENTREVISTA – LÚCIA E ANA CARDOSO (MÃES DE ALUNOS)

L.A.C.M.C- Leandra Augusta de Carvalho Moura Cruz

L.C.C.P- Lúcia C. C. P

A.C.S- Ana Cardoso Souza

L.A.C.M.- Bem, estamos hoje no dia 20 de março de 2016 ás 18:00, começando então a entrevista com as mães, a senhora Lúcia, e a senhora Ana Cardoso, então a primeira pergunta é, o que levou vocês a colocarem os filhos de vocês no Colégio militar?

A.C.S - Bem, o que levou eu colocar o Otavio em uma Escola Militar, primeiramente foi porque ele estudava em uma escola pública do município no período vespertino, e eu via que ele tinha que passar para o período matutino e a escola no período matutino, no meu ponto de vista, era muito desorganizada, esse foi o primordial, para mim conseguir tentar lutar por uma vaga para ele na Escola Militar, e também o Otavio desde pequeno, quando ele foi para a escola, ele tinha muita vontade, ele me pedia para colocar ele na Escola Militar, a tia dele estudou em uma Escola

Militar, mas assim para mim como mãe, o que mais pesou, para mim tentar colocar ele na Escola Militar, foi o ensino.

L.C.C.P - Para mim foram às referências, pessoas que eu conheço, filhos de amigas, que também os filhos também já passaram pelo Colégio Militar, que estudaram, explicaram como que é o sistema, e eu fui cada vez gostando, e eu também tentei uma vaga para o Mário Fausto, para poder ele realmente, vendo que aquilo ali, era um bom caminho para ele, o Colégio Militar.

L.A.C.M - E qual foi a primeira impressão de vocês sobre o Colégio Militar?

A.C.S- Organização e disciplina.

L.C.C.P - Muita organização.

L.A.C.M - Na opinião de vocês qual as maiores diferenças de uma Escola Militar com a de uma que não é militar? Pode levar em consideração as escolas que os filhos de vocês estudaram anteriormente.

A.C.S - A diferença: disciplina, muita disciplina, muita rigidez, obediência, e lá dentro, o jovem, o aluno, ele tem que passar por um, como é que eu vou dizer..., ele é submetido a cumprir as normas que a escola estabelece, é isso que eu quero falar, o cumprimento de normas lá dentro, se o aluno não cumpre ele é pedido para que ele se retire da escola, então assim exigência que a escola militar tem no meu ponto de vista, seu eu tivesse dez filhos, dez filhos estudariam lá.

L.C.C.P - Pra mim a diferença começa pela roupa, pelo uniforme, porque nas outras escolas, por mais que tenha a exigência do uniforme, a própria disciplina do aluno já tem pela questão da farda, da roupa do dia certo, começa quando ele chega no portão da escola, ele já sabe, que ele não está ali para brincar, ele já sabe que ele tem uma postura, a maneira de se comportar na escola, os horários das aulas, tudo muito anotadinho, tudo muito explicado, tudo muito desse jeito, a regra a cumprir, e depois é comprado, pela questão da disciplina, eu acho que esse é o diferencial, no começo parece ser difícil pra eles, mais em questão de uma semana, você vê aquilo com a maior naturalidade.

L.A.C.M - É obrigada a questão do uniforme, como foi colocado para vocês a questão do uniforme? É obrigatório, ter todo o uniforme? Como que funciona essa questão do uniforme?

A.C.S- Quando o Otavio entrou, na Escola Militar, eu já sabia, porque minha cunhada já tinha estudado lá, e já sabia que teria que adquirir o uniforme, mas assim, foram me dados praticamente 20 dias, para a aquisição desse uniforme, ele é cobrado

muito cobrado porque o dia de farda é dia de farda se a criança for sem a farda for de agasalho é um regimento da escola essa criança ela é o aluno ganha advertência por causa disso é um comprimento de normas da escola e isso tudo é nos passado através de uma agenda na agenda tem todo esse regimento. E o uniforme ele é cobrado sim o aluno tem que ir no dia da farda ele tem que ir de farda ele tem que ir de sapato preto, no dia da educação física é livre o agasalho para ele ir.

L.A.C.M - Em média qual o valor desse uniforme completo?

A.C.S- Bem, quando eu comprei o Otavio já está na escola cinco anos eu paguei em média de duzentos reais não chegou à trezentos reais o uniforme completo, a calça da farda, sapato, a blusa da farda, duas blusas de educação física, calça de educação física e a japona que é a blusa de frio, aí mais na frente posteriormente eles têm a blusa de agasalho que no dia da educação física eles vão de agasalho então juntando tudo, não deu trezentos reais.

L.C.C.P - Para mim no meu caso hoje atualmente o uniforme todo com sapato, o tênis, fica em média de uns quinhentos reais porque você tem uma outra japona, que você usa com a farda na época de frio, de chuva, mas se você for realmente adquirir todo o uniforme todo você vai gastar em média uns quinhentos reais com o sapato, tênis, tudo certinho, mas assim que você vê que está chegando as aulas você já quer providenciar o uniforme que você sabe que é um regimento por mais que você saiba que seu filho nuca estudou lá você vai querer seguir tudo certinho eles dão dias, um praz, até quando se você vai poder comprar e dão os locais que vendem, oferecem os lugares vários lugares aqui em Goiânia, que vende uniforme você não precisa ir em só um lugar tem vários locais que eles indicam, e eu acho muito bonitinho eles todos arrumadinhos sabe todos, caracterizados é outra coisa o uniforme.

A.C.S- E assim eu vejo que tem uma vantagem muito grande em adquirir o uniforme porque o Otavio tem cinco anos que está na escola, à cinco anos esse ano que eu vim adquirir mas duas blusas de uniforme pra ele, então que dizer ele está com o uniforme desde quando ele entrou na escola a não ser o sapato porque ele está em faze de crescimento e o sapato tem que trocar o sapato e o tênis, mas assim a roupa tem uma durabilidade muito grande e mais a identificação deles não é só pela a roupa ele também estão indo com a identificação bordada na blusa coisa que é muito importante, de longe além de você já identificar, você reconhecer o aluno que é da escola militar caso aconteça alguma coisa ele também está identificado com o nome, eu acho isso muito importante.

L.A.C.M.C- Bem vocês pagam alguma taxa por mês? Alguma coisa cobrada por mês/mensal?

A.C.S- Sim é pago uma taxa igual, depende do ano e da série que o aluno está esse ano o Otavio paga noventa reais fechado, por mês, mas se eu pagar até o dia dez de cada mês é me cobrado oitenta reais, tá, muita gente fala: "Mais a escola é pública não deveria pagar". Sim, a escola é pública, mas se eu for analisar o ensino que ele tem, para mim para mim pagar uma escola particular que vai chegar perto do ensino que ele o Militar tem, eu não estou pagando nada, e a única coisa que é nós cobrado é essa taxa, você paga a matricula no começo do ano, que dá direito ao aluno a agenda e a carteirinha de estudante e mensalmente dependendo da série que ele está esse valor do Gustavo é oitenta reais mais assim eu pago com muito gosto.

L.C.C.P- Eu também, meu filho Mário Fausto está no nono ano até o dia dez é oitenta reais, após esse dia é noventa, mas eu também com muito gosto mesmo, porque se mais de um Colégio Hugo de Carvalho Ramos que foi apresentado pra nós uma escola de três mil alunos, então pensa na questão da manutenção daquela escola, e olha que ela é muito limpa, muito limpinha sabe muito organizada e a gente sabe que esse valor com certeza é para ajuda, essa maneira essa manutenção com toda essa questão da escola.

L.A.C.M.C- Qual o grau de satisfação em relação ao Colégio Militar de zero a dez? E o que vocês esperam da escola?

A.C.S-Assim, eu não costumo dar dez nem para mim, nas minhas avaliações, porque a partir do momento que você fala que uma pessoa você dá dez, então aquela pessoa já está no auge, mas assim eu dou nove para a escola a minha satisfação é grandiosa, é ótima, eu estou realmente satisfeita com o ensino, com a organização, com o conteúdo que o Otavio trás para a casa que eu vejo, professores, coordenadores, direção eu gosto muito de um tudo.

L.A.C.M.C- O que você espera da escola?

A.C.S- O que eu espero da escola eu acho que é o que todo pai espera, eu espero que o meu filho no terceiro ano ele possa ter uma desenvoltura no aprendizado dele muito grande, para que ele possa prestar o Enem entrar em uma Federal, porque a escola ela dá a base pro aluno, basta o aluno querer, ter a capacidade, ter o aprimoramento de buscar tudo que a escola oferece, porque os professores que lá da escola são dez eu conheço dois professores que dão aula lá e converso muito com eles tanto que um deles o professor de educação física, já foi professor do Otavio, então assim eu não me

arrependo nenhum pouco de ter colocado o Otavio, cobro do Otavio, eu falo para ele que ele está lá dentro é para estudar, e que o professor lá dentro ele é o maior, dentro de sala de aula por mais que ele ache que o professor esteja errado ele tem que saber conversar com o professor, e explicar o que foi que o professor errou, porque é muito fácil, hoje os nossos jovens estão indo muito por um lado onde eu posso, eu faço e eles estão tendo muito, eles estão esquecendo dos direitos que eles tem, eles estão querendo viver em uma fase muito dispersa, muito de festa, muito do mundo e eles estão esquecendo que o principal, dos estudos, porque o estudo que cada um tem, o aprendizado que cada um tem, é a única coisa no mundo que ninguém toma.

L.A.C.M.C- E você senhora Lúcia? O que a senhora espera da escola?

L.C.C.P- É, eu também dou nota nove para a escola, porque realmente assim é uma escola que oferece lista de exercício para os alunos ter continuidade em casa, olha o Mário Fausto não tem tempo para nada, ele estuda a tarde, ele chega, ele mal chega, ele come alguma coisa, e aí ele já tem as obrigações das tarefas para fazer, as vezes não dá tempo, e no outro dia continua de novo, no começo para ele, ele pensou que muitas vezes não iria dar conta, mas aos poucos vai. Você vê já vai fazer dois meses que ele está lá ele já pegou o ritmo, e eu acho que isso mesmo sabe o que eu espero é que o meu filho tenha esse prazer em estudar, não tem coisa melhor do que você chegar vê o seu filho já por mais que ele passou lá o período todinho estudando "Anão vai descansar""Não eu tenho terminar, eu quero fazer, eu quero deixar tudo em dias, tudo certinho, porque se não amanhã tem mais", então é isso eu quero realmente que ele se desenvolva essa parte sabe que o futuro dele o que ele decidir né, que ele tenha todo o suporte, porque é o sonho de toda mãe mesmo ele ingressar em uma faculdade Federal, esse é o meu desejo para ele.

L.A.C.M.C- E falando na questão da qualidade dos professores o que vocês acham que vocês sentem como mães o que vocês acham na questão do ensino, e dos professores?

A.C.S- Eu sinto uma satisfação muito grande. Estou satisfeita, porque os professores, lógico que todo profissional, toda profissão tem, o profissional, porque faz porque gosta, ou pelo salário, ou porque é obrigado a fazer, mas dentro da escola, eu vejo que muitos professores levam a sério o trabalho deles, então tanto do professor como de todos os funcionários que tem lá, eles são muito respeitosos ele sabem respeitar o aluno, sabe respeitar os pais, eles tem uma atenção muito grande, porque não são todos militares os professores só o professor de cidadania que é militar os outros são

professores do estado realmente concursados e os funcionários também, o que é voltado pro lado do militar e muito pouco é, mas parte de disciplina, então eu acho pelo que já deu para mim viver que os professores também, como eles trabalham muito com os militares, querendo ou não querendo eles também tem uma certa disciplina a seguir, até mesmo para dar o exemplo para os alunos.

L.C.C.P- Olha, pelo o que eu observo lá da escola, pelo pouco, pela reunião que a gente teve cada série tem um coordenador por exemplo: o sexto ano tem um coordenador do sexto ano, o sétimo tem um, então cada série tem vai te um coordenador e mais, de cada disciplina esse coordenador tem reunião com esses professores, a maneira como está fazendo essa prova tem todo um padrão o modelo dessa prova, não pode ser uma prova nem muito fácil, e nem o exagero, então cegue um padrão as provas de lá e eu vejo por isso se o aluno é cobrado, o professor também, muito mais o professor que trabalha lá.

L.A.C.M.C- E a questão do acesso a coordenação, a gestão, os pais eles conseguem ter lá, por exemplo senhora quer ir lá para conversa tirar uma dúvida tem esse acesso como que é feito esse acesso?

A.C.S- Tem, tem sim o acesso é muito liberal a não ser quando você não é chamado né, a gente nunca sabe, filho perto de mãe é uma coisa, longe é outra, mais assim o acesso é muito aberto chega na portaria você já é com bom dia com uma boa tarde e é pessoa que tá na portaria você já fala o quer fala o você foi fazer, foi para conversar na coordenação disciplina, se é na coordenação pedagógica, a pessoa já te encaminha ao local e assim logicamente você chega no local as vezes coordenadora está sala resolvendo alguma coisa, então você vai ter que aguardar um pouco, mas rapidamente pelo menos as vezes que tive lá para conversar, eu fui bem recebida.

L.A.C.M.C- E você, senhora Lúcia?

L.C.C.P- Eu, por esse pouco tempo que tive não precisei ir na escola né, só fui mesmo quando convocou a reunião com os pais, mas tratou todos muito bem sabe foi no auditório a recepção muito assim carinhosa, por parte dos militares né recebeu que a gente.

L.A.C.M.C- Ok, obrigada então vamos encerrando a entrevista, vamos agradecendo a Senhora Lúcia e Senhora Ana Cardoso, muito obrigada né, por estarem respondendo essas perguntas, e ok vamos finalizando.

ENTREVISTA 2

Entrevista – Aluno: Mário Fausto A. Araujo (Nome fictício)

Goiânia, 20/03/2016
Universidade Católica de Goiás
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História
Linha: Poder e Representações
Orientadora: Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro
Acadêmica: Leandra Augusta de Carvalho Moura Cruz
Entrevistado: Mário Fausto A. Araujo

Entrevista realizada no dia 20 de mar de 2016, na garagem da residência da Sra. Lúcia C. C. P.

ENTREVISTA – MÁRIO FAUSTO A. ARAUJO (ALUNO)

L.A.C.M.C- Leandra Augusta de Carvalho Moura Cruz

M.F.A.A- Mário Fausto A. Araujo

L.A.C.M.C: Iniciando a entrevista no dia 20 de março de 2016, com o aluno Marcos Paulo, primeira pergunta é, qual era sua visão sobre os colégios militares antes de você entrar em um Colégio Militar? Qual era sua visão antes? O que você pensava?

M.F.A.A: Eu pensei que era assim muito difícil, sei lá, difícil, é muito rígido, mas não é muito não.

L.A.C.M.C: Marcos Paulo você está gostando de estudar no Colégio Militar? E por que você está gostando? Caso você esteja né....

M.F.A.A: Eu "tô" gostando porque eu estou conhecendo novos amigos, novas matéria também, é isso....

L.A.C.M.C: Existe alguma coisa que te incomode lá, ou que você ache que não é legal, alguma coisa que aconteceu que não era legal ou não? Ou até agora está tudo bem?

M.F.A.A: Não, só umas regras lá que eu acho ruim.

L.A.C.M.C: Quais por exemplo?

M.F.A.A: Você tem que cortar o cabelo toda hora... deixa eu ver....

L.A.C.M.C: No mais é isso mesmo.... Como você se sente em relação à disciplina na escola?

M.F.A.A: Eu me sinto que eu estou tendo um estudo melhor para mim, que os professores são melhores do que as escolas que eu já estudei.

L.A.C.M.C: Você se sente tranquilo no Colégio Militar? Se sente à vontade?

M.F.A.A: Me sinto.

L.A.C.M.C: Você sente alguma segurança em relação a preparação do ensino? Você vê diferença no ensino agora do Colégio Militar para o ensino da sua antiga escola? Você sente assim uma diferença? E você pode estar revelandoquais essas diferenças...

M.F.A.A: Muita diferença da escola que eu estudava antes...

L.A.C.M.C: O que que você viu que você disse "Poxa, isso aqui é bem diferente"?

M.F.A.A: A gente tem que chegar na hora certa lá, porque senão você não entra na escola, você tem que fazer todo dia as formações, e é isso...

L.A.C.M.C: E a questão dos rituais, dos rituais não, do como é falado? Das regras. Você já sabe qual é a participação de você como aluno nos eventos da escola? Você sabe assim, quais momentos os alunos da escola vão participar? Você tem já uma noção? Por que você está chegando agora né? Você já tem essa noção?

M.F.A.A: Tem um lá que é um tal de Anos Dourados, que a gente vai no teatro e a gente faz um teatro lá, aí a gente convida nossas famílias, aí tem outro lá que é os jogos que têm na escola também, é isso que eu sei.

L.A.C.M.C: Quais são os conteúdos e disciplinas que você mais gostou? Desde o início do ano? O que mais você disse " Poxa, isso aqui é legal..."?

M.F.A.A: É Química e Física né, que eu nunca tinha estudado, aí eu achei interessante também.

L.A.C.M.C: Bem agora o antes e o depois do Colégio Militar na sua vida, o que você acha que mudou?

M.F.C.C: Uai, mudou muita coisa, antes eu deixava de fazer muita tarefa, aí nessa escola se deixar dá problema.

L.A.C.M.C: Ok, deixa eu ver o que mais.... Essa questão da disciplina que você falou, eu queria que você falasse mais, a questão do regimento disciplinar, tudo tranquilamente você conseguiu adequar bem? Como é que foi?

M.F.A.A: No começo eu cheguei um pouquinho... eu não sabia muito, depois eu fui melhorando.

L.A.C.M.C: Do início né do turno né, como que ocorre essa questão da formação? Como é isso?

M.F.A.A: A gente chega e espera um pouquinho, aí um policial lá chama a gente para ir para a formação, aí cada turma, tem o nono até uma certa letra lá, oitavo, sétimo e sexto, aí pedem: "Escola CPMG sentido" aí "Escola CPMG descansar", aí fala também....

L.A.C.M.C: Como é a última parte? Que eu não entendi.

M.F.A.A: "Sem descanso intervalo, cobrir"

L.A.C.M.C: Aí quanto tempo vocês ficam na formação?

M.F.A.A: Uns 30 minutos, não, uns 15 minutos, por aí...

L.A.C.M.C: É aonde o local da formação?

M.F.A.A: É na quadra onde a gente fica.

L.A.C.M.C: É coberta?

M.F.A.A: É coberta.

L.A.C.M.C: A questão de caso você receba uma advertência, você infringe a questão do regimento disciplinar, qual são as penalizações você já está ciente do que pode acontecer? Como que é?

M.F.A.A: Tem tipo assim, se você não fizer tarefa, e não respeitar as regras também da escola, desrespeitar os professores da escola, e os alunos próximos também, aí tem as coisas...

L.A.C.M.C: Mais alguma coisa que você queira dizer?

M.F.A.A: Não.

L.A.C.M.C: Você está gostando do colégio?

M.F.A.A: Sim, muito.

L.A.C.M.C: E qual o diferencial que você acha que vai ter no colégio militar?

M.F.A.A: Acho que vou ter mais educação, vou saber mais...

L.A.C.M.C: Ok, obrigada.

ENTREVISTA 3

Entrevista – Mãe de aluno: Jordana Paz J. M (Nome fictício)

Goiânia, 04/09/2016
Universidade Católica de Goiás
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História
Linha: Poder e Representações
Orientadora: Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro
Acadêmica: Leandra Augusta de Carvalho Moura Cruz
Entrevistada: Jordana Paz J. M.

Entrevista realizada no dia 04 de setembro de 2016, na sala da residência da Sra. Jordana Paz. J.M.

ENTREVISTA – JORDANA PAZ J. M. (MÃE DE ALUNO)

L.A.C.M.C- Leandra Augusta de Carvalho Moura Cruz

J.P.J.M- Jordana Paz J. M.

L.A.C.M.C: Existe algum diferencial na sua opinião sobre o ensino, os conteúdos e os professores?

J.P.J.M: Não acredito que os professores tem excelente formação como os demais da rede estadual, o que diferencia é a infraestrutura, o quadro branco, é pincel, por exemplo, os professores de Educação Física tem um para cada modalidade, então o aluno lá não tem um professor de Educação Física, ele faz natação, ele faz atletismo, basquete, futebol, e isso acaba incentivando o aluno a participar mais porque ele faz aquilo que ele tem afinidade, tem banda de música, que normalmente as escolas estaduais não tem, então o que eu acho de diferencial que a Escola Militar tem chama infraestrutura, investimento, falta dinheiro nas escolas estaduais, porque potencial todos os professores tem.

L.A.C.M.C: Quais foram as primeiras impressões dos comentários do seu filho quando começou a estudar em um Colégio Militar?

J.P.J.M: Ele falou que era grande. Era uma escola muito grande, muita gente, e isso pra quem sai de uma escola pequena as vezes assusta, então a primeira impressão foi essa, ele gostou da escola da infraestrutura oferecida da Educação Física, a princípio

ele achou legal, em nenhum momento ele tinha chamado pra eu ir lá ainda, foi uma decisão minha né.

L.A.C.M.C: E quando ele entrou e quando ele saiu do Colégio Militar?

J.P.J.M: Ele escondeu o uniforme para não ter que ir para o Colégio Militar, ele chorava para não ter que ir assistir aulas, e falou em até praticar suicídio para não ter que ir para a Escola Militar, então trauma que foi criado nele foi tão grande que ele deveria estar tomando remédios para depressão, remédios fortes para uma criança de 11 anos.

L.A.C.M.C: Ele saiu quando mesmo?

J.P.J.M: Ele saiu agora, em junho de 2016, dia 30 foi o último dia dele.

L.A.C.M.C: Qual foi o período mais marcante para sua família, em que seu filho estudava lá?

J.P.J.M: Pra mim em dois momentos, um quando um professor ridicularizou ele na frente da turma, ao questionar na coordenação, ela disse que iria averiguar, ela chamou o professor, que desmentiu o que ele havia falado, mas outras pessoa que davam aula particular para o da mesma turma que meu filho, relataram que os alunos reclamaram do mesmo assédio moral, e o outro momento, foi o momento da transferência, que eu pedi a transferência que eu fui entregar os livros, a moça da biblioteca disse: "Mais uma que se vai, por que você está saindo?" eu disse: "Por causa do professor", ela: " Não é novidade pra gente, isso é uma constância, todos os dias sai algum aluno daqui, por causa de mal tratamento por parte do professor! ", e no momento de pedir a transferência a secretária me chamou à quatro paredes, e veio querer induzir que meu filho estava saindo por que ele não se adaptou à escola, que o problema não estava na escola, e que o problema estava no meu filho, e aí eu discordo plenamente, o problema está na escola.

L.A.C.M.C: Teve algum termo que ela pediu ora você assinar?

J.P.J.M: Não, lá tem uma pesquisa interna, no qual eles questionam o motivo da transferência, e eu coloquei, perseguição por parte do professor. Então ela me chamou, e falou que era uma impressão errada, que a escola estava aberta, a escola se esforçava, lógico, uma escola tão grande, tão difícil de controlar todo mundo, na verdade as vezes é o aluno que não se adaptou a escola, muitos alunos se dão melhores, tirando a culpa da escola, e jogando a culpa no aluno.

L.A.C.M.C: E a relação dos pais com a escola, professores, gestores? Eles propiciam a abertura?

J.P.J.M: Quando eu saí da escola, eles tinham criado um grupo de pais e a coordenação, no sentido de estar avisando questões pedagógicas, trabalhos, semanas de prova, dias que tem aula, dias que não tem aula, comunicando para os pais, mais o que mais me observou lá é que as crianças são tratadas como gado, ninguém é visto individualmente, tinha uma mãe muito humilde, a qual eu fiz amizade de ficar na porta esperando os meninos, muito humilde, o filho dela tinha vindo da rede municipal, com muita dificuldade, e ela disse que pediu ajuda do psicólogo que existe dentro da escola, mas que não atende os alunos direito, que não faz questão de atender aluno direito, esse psicólogo não fez o diagnóstico desse aluno, e ela sem renda, sem condições financeiras, não sabia onde levava o filho dela para um diagnóstico, suspeitava-se que ele tinha algum transtorno de comportamento, com desfite de atenção, mas não tinha como provar, e ela não tinha dinheiro, e ela estava assim desesperada, porque ela acreditava naquilo que foi vendido, uma imagem de uma voa escola, e quando chegou lá se sentiu desamparada, o filho dela sendo tratado como mais um dentro da escola.

L.A.C.M.C: A questão da gestão, você sentiu algum em determinado momento algum apoio, algum comprometimento da gestão com sua situação?

J.P.J.M: Nenhuma, a coordenação deixou claro, para mim uma coordenação está lá pra acompanhar o aluno e o pedagógico desse aluno, se no primeiro bimestre a coordenadora pedagógica vira pra mãe e fala que seu filho já reprovou, ela não está cumprindo o papel dela.

L.A.C.M.C: Qual a diretora....

J.P.J.M: Nem tive contato, com o comandante, pior ainda, e depois que houve a mudança de comando aí que dificultou a situação mais ainda.

L.A.C.M.C: Você acha difícil essa comunicação?

J.P.J.M: Acho, acho quase inacessível, para você conversar com a diretora, você tem que marcar com a secretária, ela não está disponível a todo momento. Você tem acesso a coordenação, mas você tem que tirar a tarde toda lá pra você conseguir falar com a coordenação, porque no início do horário eles não chegam antes, só chegam dez pra uma, eles não podem atender ninguém, porque eles estão atendendo as necessidades dos professores, então a mais ou menos duas horas da tarde ele não atendem pais, aí depois das duas tem uma fila de pais esperando a coordenação, e aí que a gente vai tentar relatar e discutir os assuntos e problemas das crianças, mas em momento nenhum houve um planejamento diferenciado para trabalhar as dificuldades, não houve uma preocupação em ver se estava tendo algum transtorno, algum problema emocional não,

de cara foi seu filho não está se adequando, seu filho vai reprovar, e contato com os professores muito difícil, alguns professores chegaram a me falar assim: “Seu filho não tem mãe nem pai, porque não têm rendimento escolar” em nenhum momento perguntaram se eu estava levando em um psicólogo, se eu estava fazendo diagnóstico, se eu estava fazendo tratamento, ela preferiu acusar que meu filho não tinha mãe, isso pra mim foi o cúmulo, a ajuda de um psicólogo que fez o diagnóstico dele, emiti o laudo, e levei o laudo e a escola disse que não poderia fazer nada diante o laudo, e aí eu falei: “Não eu vou tirar meu filho dessa escola!”.

L.A.C.M.C: A relação do seu filho com os colegas? Pela fala dele, você acha que existe bullyng também?

J.P.J.M: Existe bullyng, e eu tive que ir lá pra resolver um problema assim, por causa de umas cartinhas de Pokémon, teve um problema aí com as cartinhas de Pokémon, que meu filho começou a colecionar cartinhas de Pokémon e levar escondido na mochila, coisa que a gente não controla, é que eles se armam, que eles carregam até na cueca as cartinhas, aí eu proibi meu filho de usar cartinhas de Pokémon, aí ele começou a sofrer bullying na escola porque ele não tinha cartinha, que as cartinhas dele, eram cartinhas baratas, então os meninos começaram a excluir ele do grupo, e eu tive que ir lá conversar com a major, com a tenente responsável, aí ela chamou os alunos na sala, ela me mostrou tinha uma caixa cheia de cartinha e aí ela pegou e falou sério com os meninos que não eram pra fazer bullyng com meu filho, até tapa meu filho estava levando, porque não tinha cartinha de Pokémon. É um absurdo.

L.A.C.M.C: Bem, você como mãe, você deve ser a primeira a saber como seu filho se sentiu/sente em relação a escola.

J.P.J.M: Eu tô tentando resgatar, porque o sentimento dele é, eu sou burro, ele entrou em um processo de depressão, ele travou, ele entrou em um processo de frustração também, porque ao se sentir incompetente ele se frustra, então foi vários problemas que eu tenho enfrentado, eu levei meu filho para rede municipal, acho que lá ele vai ter um tratamento diferenciado, nesse sentido pra ele, está tendo acompanhamento psicológico, vai no neuropediatra também, faz atividade física, para a depressão eu tive que comprar até cachorro, pra tentar resolver o problema da depressão, porque 11 anos tomando remédio e Tarja Preta? Então tem baixa alta estima, introvertido, nunca teve problemas de comportamento na escola militar, com o erro de achar que só sai de lá alunos indisciplinados, ele não teve nenhuma advertência por comportamento, problemas relacionados todos para o pedagógico, o que tem a ver com

o problema dele de dislexo de atenção, então o que faltou, um olhar atento da escola, ao meu ver, como professora, eu noto quando o aluno não está acompanhando quando não quer, ou quando tem algo interferindo no comportamento dele.

L.A.C.M.C: Tem alguma coisa que você queira falar para fechar a entrevista, uma mensagem importante?

J.P.J.M: Colégio Militar, a meninas dos olhos do Governo, é a propaganda da política do Governo, é um engodo, é uma mentira, é uma escola que não funciona, ela não é, não transforma indivíduos em cidadania, porque ela não pratica cidadania, ela vai fazer um indivíduo sair de lá como cidadão? Então a concepção de educação dele é excludente, então na minha opinião, é uma mentira, que mais cedo ou mais tarde vai vir à tona, não adianta essas propagandas, não vai resolver, mais cedo ou mais tarde a verdade vai vir à tona.

L.A.C.M.C: Ok, eu agradeço a senhora pela disponibilidade, e vamos finalizar a entrevista.